

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE

Danieli Aparecida dos Santos

BANCO MUNDIAL, “GÊNERO” E COLONIALIDADE:
aportes desde a “América Latina”

Rio de Janeiro

2020

Danieli Aparecida dos Santos

BANCO MUNDIAL, “GÊNERO” E COLONIALIDADE:
aportes desde a “América Latina”

Dissertação apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Educação Profissional em Saúde.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Danielle Ribeiro de Moraes

Coorientador: Prof.^º Dr.^º Gil Sevalho

Rio de Janeiro

2020

Catálogo na Fonte

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

Biblioteca Emília Bustamante

Marluce Antelo CRB-7 5234

Renata Azeredo CRB-7 5207

S237b Santos, Danieli Aparecida dos
Banco Mundial, "gênero" e colonialidade:
aportes desde a "América Latina" / Danieli
Aparecida dos Santos. - Rio de Janeiro, 2020.
170 f.

Orientadora: Danielle Ribeiro de Moraes
Coorientador: Gil Sevalho

Dissertação (Mestrado) - Fundação Oswaldo
Cruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim
Venâncio, Programa de Pós-graduação em Educação
Profissional em Saúde, 2020.

1. Feminismo. 2. Mulheres. 3. Igualdade de Gênero.
4. Política Pública. 5. Mulheres Trabalhadoras.
6. Banco Mundial. I. Moraes, Danielle Ribeiro de.
II. Sevalho, Gil. III. Título.

CDD 305.42

Danieli Aparecida dos Santos

BANCO MUNDIAL, “GÊNERO” E COLONIALIDADE:
aportes desde a “América Latina”

Dissertação apresentada à Escola Politécnica de
Saúde Joaquim Venâncio como requisito parcial
para obtenção do título de mestre em Educação
Profissional em Saúde.

Aprovada em 30/04/2020

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Dra. Regina Helena Simões Barbosa (UFRJ)

Prof^ª Dra. Marcela Alejandra Pronko (FIOCRUZ/EPSJV)

Prof^ª Dra. Danielle Ribeiro de Moraes (FIOCRUZ/EPSJV/ENSP)

*Para Valentina, Benício e Davi,
a quem desejo um mundo
infinitamente mais belo,
onde caibam todos os mundos*

AGRADECIMENTOS

“Carrego comigo o legado
De minha mãe, de minha avó
E de tantas outras que me antecederam.
O grito que carrego também é delas”
[O grito, Jenyffer Nascimento]

Artesania. Amarrar fios de narrativas tantas. Encontrar uma voz que é minha e de tantas outras. (Re)fazer caminhos e construir estradas, pontes, fazer furos em muros, esgarçar fronteiras. É dessa forma que vejo a escrita. Exercício, lento, contínuo, movimento interno-externo, entre-mundos. Escrever foi minha forma primeira de estar, me fazer no mundo. Escrever cartas, ainda criança. Depois poesias, que me possibilitavam expressar a forma como eu via o mundo. Hoje me encontro às voltas com os percalços da escrita acadêmica e tenho que lidar com meus demônios e medos na produção do conhecimento. Esse processo, árduo e também bonito, só se fez possível porque comigo caminha muita gente. E é a todas elas que deixo aqui os meus profundos agradecimentos.

Agradeço às tantas mulheres que me antecederam, com seus silêncios e seus gritos. E às que seguem me protegendo por esses caminhos tortos. Às tantas mulheres que me atravessaram e me atravessam, diariamente, com suas histórias, suas lutas, seus medos, sua força, suas dores, poesias e amores.

À minha mãe, Lurdes, que me ensinou, entre todas as coisas, a escrever e a ter essa vontade de poesia. Ao meu pai, Cido, que me ensinou a coragem de me arriscar por esse mundo afora e a olhar para além da superfície das coisas. À Daiani, minha irmã, com quem, desde criança, aprendi sobre cumplicidade. Ao Diego, meu irmão, com quem aprendi a exercitar o cuidado e a leveza. Com vocês aprendo sobre amor. De vocês vem a força para seguir, com a confiança de saber que estaremos sempre juntos, por onde for.

Agradeço ao Neuri, companheiro de vida, por me faz viver em estado de poesia. Por todo incentivo, pelas risadas, pela paciência, abraços, pelas trocas, levezas, carinhos. Pelo exercício diário de cuidado. Por todo amor e companheirismo. Por me ensinar, com muito afeto, a acreditar em dias mais bonitos.

Agradeço aos tantos encontros, bonitos e intensos, que as andanças por esse mundo trouxeram. À Regi, Ana, Ju, Adriano e Rafa, que desde a Residência, seguem comigo ressignificando formas de estar no mundo, compartilhando dores e esperanças. Com vocês aprendi sobretudo, a confiar. Que a gente siga construindo afetos e reinventando carnavais, madrugadas afora.

À Fer, ao Rô, à pequena Sophia e ao pequeno Lucas, que me ensinam, mesmo nas distâncias, a desconstruir padrões e a reconstruir formas bonitas de presença.

Ao Lucas Bronzatto, por toda poesia. Pelos silêncios e palavras-abraços. Pelo olhar profundo pra esse mundo. Pela aposta em seguir afrontando as fronteiras.

Ao João, por sempre. Pelos mundos tantos que me ensinou a olhar. Pela parceria, pela generosidade das trocas, por todo cuidado, por todo afeto.

À Ellen, por tudo. Por ser sempre porto. Pelo olhar atento e agudo, pelo compromisso em mudar as coisas, por toda força. Por ser, junto com Vitor, Rita e Benício, essa nossa família que é toda construída em afetos e esperanças, para além do tempo e distâncias.

À Poly e à Vânia, pela generosidade com que compartilham sonhos e intensidades. Por toda a força traduzida em abraços, risos, lágrimas. Por todo acalanto. Pela forma terna com que me convidam à reinvenção.

À Evellyn Sperandio, Cláudia Mitie, Carol Souza, Gabi Berti, Dani de MG, Dani Macri e Dani Farias, por tantas e tantas conversas afetuosas, pelos olhares sensíveis, abraços, poesias, risos. E por serem, cada uma ao seu modo, inspirações para seguir adiante, construindo mundos mais bonitos.

À turma 2018 do Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde, pela possibilidade de construção compartilhada de conhecimento. E em especial, à Suelen, Mari, Sábata, Thainá, Patrícia, Eliane, Priscila, Rick e Felipe, por todo apoio, toda troca, inspiração, toda força para seguirmos nessa jornada, exercitando uma construção coletiva de conhecimento que também é luta e esperança.

À Dani Moraes, minha orientadora e ao Gil Sevalho, co-orientador, pela generosidade, pelo diálogo, pela poesia e por todo apoio nesse processo. Às professoras Marcela Pronko e Regina Simões, pelas generosas contribuições a este trabalho. A todas e todos os professores do mestrado, por todo conhecimento compartilhado e à toda equipe do mestrado da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, pelo suporte necessário, pela atenção e pelo carinho.

“E aprendi que se depende sempre,
de tanta, muita, diferente gente.
Toda pessoa sempre é as marcas,
das lições diárias de outras tantas pessoas [...]
É tão bonito quando a gente pisa firme,
nessas linhas que estão nas palmas de nossas mãos.
É tão bonito quando a gente vai à vida,
nos caminhos onde bate,
bem mais forte o coração”
[Caminhos do coração, Gonzaguinha]

*“Tú nos dices que debemos sentarnos
Pero las ideas solo pueden levantarnos
Caminar, recorrer, no rendirse ni retroceder
Ver, aprender como esponja absorbe
Nadie sobra, todos faltan, todos suman
Todos para todos, todo para nosotros
Soñamos en grande que se caiga el império [...]
Esto no es utopía, es alegre rebeldía
Del baile de los que sobran, de la danza tuya y mía
Levantarnos para decir "ya basta"
Ni África, ni América Latina se subasta
Con barro, con casco, con lápiz, zapatear el fiasco
Provocar un social terremoto en este charco*

*Todos los callados (todos)
Todos los omitidos (todos)
Todos los invisibles (todos)*

*Saqueo, pisoteo, colonización, [...]
Mil veces venceremos,
del cielo al suelo, y del suelo al cielo [...]
Tenemos vida y fuego,
fuego nuestras manos, fuego nuestros ojos
Tenemos tanta vida, y hasta fuerza color rojo
se va a liberar con el suelo Palestino
Somos Africanos, Latinoamericanos,
somos este sur y juntamos nuestras manos”*

[Somos el Sur, Ana Tijoux]

RESUMO

Discussões acerca do papel das mulheres nas políticas desenvolvimentistas têm marcado o cenário internacional a partir da década de 1970. Instituições financeiras como o Banco Mundial (BM) vêm elaborando conceitos e ferramentas analíticas acerca da condição socioeconômica das mulheres e sobre como as disparidades de gênero se articulam ao desenvolvimento econômico. Fundado em 1944 com o mandato de fornecer suporte financeiro para a reconstrução de países no pós-guerra, o BM tem se consolidado como ator político, intelectual e financeiro, que associa a concessão de empréstimos ao apoio técnico para elaboração de políticas públicas, desenvolve uma vasta produção intelectual e exerce liderança na organização de políticas, sobretudo endereçadas aos países do Sul global. Gênero, então, é tratado neste estudo como objeto situado no entrecruzamento de campos de saberes diversos e minha forma de acessá-lo se deu a partir dos estudos feministas, compreendendo-os como teoria política, ética filosófica, movimento social e posição política. A inserção de questões relacionadas a gênero no campo da saúde coletiva se deu no Brasil a partir de 1980. A utilização do termo passou a figurar nos estudos teóricos na década de 1990, ganhando força a partir dos anos 2000, sendo a questão, na saúde coletiva, inscrita criticamente no caráter multidisciplinar da área e, neste sentido, a compreensão das desigualdades de gênero se situa no contexto da determinação social da saúde. Investigou-se o tema no âmbito de uma antropologia da dominação, buscando-se analisar o contexto histórico-social em que o BM vem atuando e desenvolvendo suas práticas sociais, os referenciais teóricos e ideológicos que as sustentam, os modos como a instituição tem elaborado proposições sobre a temática de gênero para a região da América Latina e Caribe. Pautando-me nos aportes decoloniais, atentei para as lógicas imperialistas/colonialistas que marcam tanto a delimitação do continente como a própria “ideia” de América Latina. Gênero tem sido utilizado de diversos modos: em oposição a *sexo*, contrapondo fatores biológicos aos culturais; de modo indistinto a *sexo*; como variável empírica ao invés de categoria de análise; como substituto à *mulher* ou ainda com ênfase no aspecto relacional, sem, no entanto, que se considerem as desigualdades de poder. Embora retoricamente o BM faça referência à equidade e à justiça social, seus principais argumentos são, e a questão de gênero não foge à regra, econômicos e instrumentais, longe da consideração de gênero em sua constituição com classe, raça e sexualidade. O BM reveste suas práticas e proposições teóricas de uma aparência técnica de neutralidade, mas é altamente normativo, promovendo e construindo uma colonialidade do saber no tratamento da questão, o que se revela sobremaneira na construção de representações sobre mulheres, homens e gênero. A partir de uma perspectiva decolonial, o aparato de gênero que o Banco vem operando pode ser lido como inscrito na colonialidade de gênero, que se refere à opressão de gênero racializada capitalista. A forma como é operacionalizado pelo BM o conceito de gênero, em conjunção com os de agência e empoderamento, marcadamente estruturada pela subordinação ao mercado e à lógica neoliberal, não deixa margem para a construção e fortalecimento de laços de solidariedade coletivas.

Palavras-chave: Mulheres, gênero, Banco Mundial, feminismo, decolonialidade, saúde coletiva.

ABSTRACT

Discussions about the role of women in development policies have marked the international arena since the 1970s. Financial institutions such as the World Bank (WB) have been developing concepts and analytical tools about the socioeconomic condition of women and how gender disparities are articulated in economic development. Founded in 1944 with a mandate to provide financial support for the reconstruction of postwar countries, the WB has consolidated its position as a political, intellectual and financial actor, linking lending to technical support for public policy making, developing a vast intellectual output and exercising leadership in the organization of policies, particularly directed at countries in the global South. Gender, then, is treated in this study as an object situated at the intersection of different fields of knowledge and my way of accessing it was based on feminist studies, understanding them as political theory, philosophical ethics, social movement and political position. The insertion of gender-related issues in the field of public health took place in Brazil from 1980 onwards. The use of the term began to appear in theoretical studies in the 1990s, gaining strength from the 2000s, and the issue, in collective health, is critically inscribed in the multidisciplinary character of the area and, in this sense, the understanding of gender inequalities is situated in the context of the social determination of health. The theme was investigated in the context of an anthropology of domination, seeking to analyse the historical-social context in which the WB has been acting and developing its social practices, the theoretical and ideological references that sustain them, the ways in which the institution has elaborated proposals on gender issues for the Latin American and Caribbean region. Based on the decolonial contributions, I have paid attention to the imperialist/colonialist logics that mark both the delimitation of the continent and the very "idea" of Latin America. Gender has been used in various ways: as opposed to sex, contrasting biological and cultural factors; as an empirical variable instead of an analysis category; as a substitute for women or with an emphasis on the relational aspect, without, however, considering power inequalities. Although rhetorically the WB refers to equity and social justice, its main arguments are, and the issue of gender does not escape the rule, economic and instrumental, far from the consideration of gender in its constitution with class, race and sexuality. The WB has a technical appearance of neutrality in its theoretical practices and proposals, but is highly normative, promoting and building a coloniality of knowledge in the treatment of the issue, which is particularly evident in the construction of representations about women, men and gender. From a decolonial perspective, the gender apparatus that the Bank has been operating can be read as inscribed in the coloniality of gender, which refers to the oppression of racialized capitalist gender. The way in which the WB operates the concept of gender, in conjunction with agency and empowerment, markedly structured by subordination to the market and neoliberal logic, leaves no room for building and strengthening collective bonds of solidarity.

Key-words: Women, gender, World Bank, feminism, decoloniality, public health

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01	Estrutura para análise de gênero apresentada pelo BM	116
Figura 02	Estratégias para igualdade de gênero apresentada pelo BM	118

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AGG - Agenda Global de Gênero
AID - Associação Internacional de Desenvolvimento
APG - Análises e Políticas de Gênero
AWEPON - *The African Women's Economic Policy Network*
BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM – Banco Mundial
CEDAW - Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CFI - Corporação Financeira Internacional
CMM - Conferência Mundial das Mulheres
DAWN - *Development Alternative with Women for a New Era*
EAP - Estratégia de Assistência ao País
EFLAC – Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe
EUA - Estados Unidos da América
FMI - Fundo Monetário Internacional
GAD - *Gender and Development*
GBM – Grupo Banco Mundial
GeD - Gênero e Desenvolvimento
LACGIL - *Latin America and the Caribbean Gender Innovation Lab*
LGBT - Lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros/travestis
MnD - Mulheres no Desenvolvimento
NEI - Nova Economia Institucional
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ONG – Organizações Não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PCTR - Programas Condicionais de Transferência de Renda
PIB - Produto Interno Bruto
RDM - Relatório de Desenvolvimento Mundial
UFGE - *Umbrella Facility for Gender Equality*
USAID - Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional
WAD - *Women and Development*
WID - *Women in Development*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO	17
1.1 GÊNERO E SAÚDE COLETIVA	17
1.2 FEMINISMOS, LUTAS POLÍTICAS E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO	18
1.2.1 Feminismo Marxista	19
1.2.2 Feminismo Pós-Colonial	22
1.2.3 Feminismo Decolonial.....	27
1.3 POR UMA EPISTEMOLOGIA FEMINISTA DECOLONIAL	36
1.4 RECONSTRUINDO OS CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO	39
2 GÊNERO, FEMINISMOS E DESENVOLVIMENTO	44
2.1 SITUANDO OS FEMINISMOS LATINOAMERICANOS	47
2.2 GÊNERO NA BUROCRACIA INTERNACIONAL	63
2.2.1 “Integrando” Mulheres ao Desenvolvimento	63
2.2.2 A Abordagem Mulheres no Desenvolvimento (MnD)	66
2.2.3 Gênero e Desenvolvimento (GeD)	78
3 BANCO MUNDIAL E GÊNERO	80
3.1 BANCO MUNDIAL: FUNDAÇÃO, HISTÓRICO E MODOS DE ATUAÇÃO	80
3.2 BM E A ABORDAGEM MULHERES NO DESENVOLVIMENTO	90
3.3 INSTITUCIONALIZANDO GÊNERO: A ESTRATÉGIA GÊNERO NO DESENVOLVIMENTO (GED)	95
4 BANCO MUNDIAL, GÊNERO E AMÉRICA LATINA	108
4.1 BANCO MUNDIAL E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO	108
4.2. REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES LATINOAMERICANAS PARA O BANCO MUNDIAL	121
4.3 PROPOSIÇÕES DE GÊNERO DO BM PARA A AMÉRICA LATINA	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
REFERÊNCIAS	155

INTRODUÇÃO

Em janeiro de 2020 foi lançado pelo Banco Mundial (daqui para frente, BM) o documento *Women, Business and the Law 2020* (Mulheres, Empresas e o Direito 2020) (BANCO MUNDIAL, 2020a) que analisa o impacto da legislação de 190 países inclusão social e econômica das mulheres. Segundo o relatório, as mulheres alcançam apenas 75% dos direitos garantidos aos homens. O documento destaca que a região da América Latina e Caribe vem apresentando avanços na igualdade de gênero, tendo aumentado seu índice¹ de 75,40 para 79,09 (em uma escala em que 100 é a maior pontuação), obtendo o segundo maior crescimento em igualdade de gênero entre as economias emergentes. Em fevereiro do mesmo ano, o Banco anunciou, no Fórum Econômico das Mulheres em Dubai, novas iniciativas para apoiar as mulheres empreendedoras no acesso ao financiamento de *start-ups* e *e-commerces*, com o objetivo de incentivar investimentos financeiros em empreendimentos liderados por mulheres e eliminar as barreiras regulatórias para o acesso das mulheres aos empréstimos (BANCO MUNDIAL, 2020b).

A desigualdade de gênero, segundo o BM, tem um custo alto. De acordo com o relatório *Unrealized potential: the high cost of gender inequality in earnings* (Potencial não realizado: o alto custo da desigualdade de renda entre os gêneros) (WODON e LA BRIERE, 2018) lançado pelo Banco em 2018, a disparidade entre homens e mulheres representa um potencial de perda de capital humano de cerca de 160.2 trilhões de dólares. Na região da América Latina e Caribe o percentual chega a 6,9 trilhões de dólares. O estudo enfatiza a necessidade de investimentos em mulheres ao longo do ciclo de vida, começando com o desenvolvimento e a aprendizagem na primeira infância nas escolas e continuando com melhores oportunidades de trabalho na idade adulta.

Mulheres, investimento, gênero, crescimento econômico, igualdade, custos, direitos, capital humano. Que perspectivas político-ideológicas têm possibilitado a conformação de tal vocabulário? E que práticas políticas tais perspectivas implicam? Antes de abordar estas problemáticas, considero pertinente situar-me em relação à produção do conhecimento, em consonância com a epistemologia feminista decolonial que orienta este estudo. Evidenciar o lugar de enunciação e tomar posição na construção do conhecimento é tido por Ochy Curiel (2014) como um pressuposto ético fundamental.

Minhas inquietações em relação à atuação dos organismos internacionais, dentre os

¹ O índice utilizado no relatório emprega oito indicadores organizados em torno das interações das mulheres com a legislação. São eles: mobilidade, local de trabalho, remuneração, casamento, maternidade, empreendedorismo, patrimônio e pensão (BANCO MUNDIAL, 2020a).

quais o Banco Mundial, me acompanham desde o período em que cursei Residência Multiprofissional em Saúde da Família, quando tomei consciência das prescrições do BM para as políticas de saúde do Brasil. Tais prescrições, embora aparentassem estar afinadas às lutas sociais pela saúde no país, representavam políticas neoliberais que implicavam (e implicam) no esfacelamento do SUS como sistema universal, público e gratuito.

Cursando o mestrado profissional em Educação Profissional em Saúde, pude compreender como o escopo de atuação do BM é amplo e incide em áreas diversas, como saúde, educação, trabalho, seguridade e assistência social, entre outras. Além do papel financeiro que desempenha, o Banco tem se consolidado como um ator político e intelectual, que articula a concessão de empréstimos às prescrições políticas e à assistência técnica aos países em matéria de desenvolvimento, como salienta João Márcio Pereira (2018a).

Ao atuar como trabalhadora da saúde coletiva em uma unidade de saúde na zona oeste do município do Rio de Janeiro, passei a me deparar, quase que diariamente, com mulheres e população LGBT em situação de violência - desde a violência urbana, provocadas por milícias, à violência doméstica, praticada na maioria das vezes por parceiros íntimos e à violência institucional, exercidas pelas próprias instituições de saúde, com suas práticas de controle sobre os corpos das mulheres racializadas e empobrecidas, violência obstétrica e negação do acesso aos serviços de saúde. Meu interesse pelas relações de gênero vem desses tantos encontros, em um exercício reflexivo sobre como a saúde coletiva tem se colocado diante das dinâmicas sociais marcadas por classe, gênero e *raça/etnia*.

A inserção de questões relacionadas a gênero no campo da saúde coletiva se deu no Brasil a partir de 1980. A utilização do termo passou a figurar nos estudos teóricos na década de 1990 e ganhou força a partir dos anos 2000, sendo resultante do caráter multidisciplinar da área, da ascensão dos movimentos feministas e das prescrições de organismos internacionais (ARAÚJO, SCHRAIBER e COHEN, 2011). Os estudos costumam voltar-se para a compreensão das desigualdades de gênero na saúde das mulheres, tendo como pressupostos, como salientam Villela, Monteiro e Vargas (2009, p. 998) “a saúde como um direito básico, portanto integrado a agenda mais ampla de luta por direitos, e a compreensão das desigualdades de gênero como um dos determinantes das desigualdades em saúde.”

Da minha atuação em movimentos sociais – estudantil, de saúde, feministas – veio a necessidade de aprofundar a compreensão de como as relações de gênero se articulam às de classe e *raça/etnia*. Foi a partir de tal inserção que passei a perceber que muitas das agendas históricas de lutas dos movimentos feministas vinham sendo adotadas por agências como o Banco Mundial, historicamente alinhadas aos interesses capitalistas. Cabia, então,

compreender tal processo e situar as formas de resistência.

O Banco Mundial tem elaborado uma vasta produção teórica sobre a temática de gênero e implementado inúmeros projetos voltados para a superação das desigualdades entre homens e mulheres. A articulação entre as disparidades de gênero e o desenvolvimento econômico tem sido uma constante no histórico da instituição, que vem formulando conceitos e ferramentas analíticas sobre a condição socioeconômica das mulheres desde a década de 1970, conforme assinala a historiadora brasileira Mariana Dionísio Silva (2018). A identificação de tais problemáticas e a compreensão de que, assim como no campo da saúde, parte das agendas históricas dos movimentos de mulheres vinham sendo assimiladas pelo Banco, me colocou inúmeros questionamentos. Como se justifica o interesse do Banco pelas relações de gênero, que vem sendo amplamente debatidas nos movimentos feministas? Quais propostas a instituição têm elaborado? Como gênero tem sido articulado ao desenvolvimento econômico? Estas foram algumas das questões que me instigaram a iniciar esta pesquisa, de modo que meu objeto de estudo foi se configurando.

Embora o Banco Mundial venha tratando de questões referentes às condições das mulheres desde os anos 1970, foram poucos os estudos interessados em abordar como as mulheres e as relações de gênero têm sido tratadas por tal instituição. Silva (2018) assinala que mesmo os estudos sobre a história do BM não fazem menção a tais problemáticas. No que se refere ao contexto latinoamericano, não foram encontradas pesquisas discutindo as proposições de gênero do BM para a região.

Compreender as perspectivas de gênero elaboradas pelo BM significa, para mim, tanto um compromisso acadêmico, na busca pela construção de um conhecimento socialmente interessado, quanto um compromisso ético e político com os movimentos sociais feministas, na tentativa de fortalecer nossas estratégias de resistência. Partindo do meu lugar de enunciação como mulher socialmente construída, trabalhadora da saúde coletiva e feminista, busquei analisar as proposições sobre gênero que o BM tem formulado para a região da América Latina e Caribe. De forma específica, busquei caracterizar as representações que a instituição tem construído sobre as mulheres latinoamericanas, identificando seus principais pressupostos teóricos/ideológicos.

Construir um objeto implica um pensar permanente sobre os modos de aproximação a este objeto, quais lentes serão mobilizadas nesse processo, como, porquê e para quem. Refletindo sobre tais questões, entendo que tenho diante de mim um objeto situado no entrecruzamento de campos de saberes diversos. Minha forma de acessá-lo se deu a partir dos estudos feministas, compreendendo-os como teoria política, ética filosófica, movimento social

e posição política, e se orientou por uma epistemologia feminista decolonial (CURIEL, 2013).

Sob esta perspectiva, me propus a fazer, conforme as contribuições de Ochy Curriel (2013; 2014), uma antropologia da dominação, buscando investigar o contexto histórico-social em que o Banco Mundial vem atuando e desenvolvendo suas práticas sociais, os referenciais teóricos e ideológicos que as sustentam, os modos como a instituição tem elaborado proposições sobre a temática de gênero para a região da América Latina e Caribe e constituído as mulheres latinas como *os outros*, objetos de suas práticas.

O estudo está organizado da seguinte forma: no primeiro capítulo trago as contribuições dos saberes teóricos que orientaram tal pesquisa, a saber, os estudos feministas, particularmente os feminismos marxista, pós-colonial e decolonial. Abordo ainda as epistemologias feministas e apresento o percurso metodológico que segui.

No segundo, discuto a construção do conceito de gênero no âmbito do movimento feminista estadunidense e o processo como tal conceito foi manejado pelos feminismos latinoamericanos. Traço um breve histórico desses feminismos, assinalando seus posicionamentos em relação ao processo de transnacionalização da agenda feminista. Na segunda parte do capítulo, destaco a forma como gênero passou a ser operacionalizado na burocracia internacional do desenvolvimento, na abordagem conhecida como Gênero e Desenvolvimento.

No terceiro, busco caracterizar historicamente o Banco Mundial, identificando seus modos de atuação e as formas pelas quais, primeiramente as mulheres e posteriormente as relações de gênero foram se constituindo como objetos de suas práticas.

No último capítulo, apresento os documentos produzidos pelo Banco para a região, com foco nas problemáticas de gênero. A partir de tais documentos, discuto o papel da instituição na produção do conhecimento e abordo as representações que tem construído acerca das mulheres latinoamericanas. Em seguida, analiso as propostas de gênero para a região, articulando as discussões levantadas nos capítulos anteriores.

Gostaria de assinalar que, ao iniciar esta pesquisa, busquei estabelecer como quadro de referência a América Latina, compreendendo-a como um contexto histórico-social com aspectos econômicos, políticos e culturais específicos, complexos, marcados pela diversidade étnica, linguística e religiosa, como bem enfatiza a socióloga brasileira Lília Maria Silva Macêdo (2017a). No decorrer do estudo, porém, pautando-me nos aportes decoloniais, passei a me atentar para as lógicas imperialistas/colonialistas que marcam tanto a delimitação do continente como a própria “ideia” de América Latina.

O nome “América” passou a ser utilizado durante o período colonial, principalmente

pela elite nativa, como modo de capitanear a mobilização das colônias em torno das lutas independentistas em relação às metrópoles. Em meados do século XIX, a expressão “América Latina” passou a ser difundida sob um viés imperialista estimulado pela França, que buscava manter sob seu domínio os países que supostamente vinculavam-se à matriz latina, estimulando assim a diferenciação em relação aos Estados Unidos e à América anglo-saxã (MACÊDO, 2017a). Walter Mignolo (2005, p. 28, grifos no original, tradução nossa)² ressalta que a “‘América’ nunca foi um continente a ser descoberto, mas uma ‘invenção’ forjada durante o processo da história colonial europeia e da consolidação e expansão das ideias e instituições ocidentais.”

Tal expressão, vinculada aos interesses das elites locais com apoio externo, não faz referência às populações que foram diretamente submetidas ao processo de colonização, como os povos originários do continente e população negra (MACÊDO, 2017a), o que leva à utilização, por muitas/os pesquisadoras e pesquisadores, do termo *Abya Yala* para se referir à região, recuperando a nomeação dada pela população Kuna - povo que habita o território do Panamá e Colômbia. O uso desse termo, que significa “terra em pleno amadurecimento” ou “terra de sangue vital”, contrasta e evidencia o caráter colonial da nomenclatura América Latina e Caribe (CURIEL, 2014; MIÑOSO, CORREAL e MUNHOZ, 2014).

Macêdo (2017a) ressalta que no âmbito das relações sociais, o uso do termo América Latina tem proliferado, constituindo-se também como um parâmetro nas relações internacionais e para as políticas de Estado. Além de sua vinculação à política institucional, no contexto do ativismo e dos movimentos sociais tal termo vem sendo cada vez mais utilizado, possibilitando novas formas de ação. É nesse ponto que inscrevo tal pesquisa. Ainda que pese o caráter colonial da nomenclatura América Latina, opto aqui por manter tal uso, em decorrência das articulações mobilizadas pelos feminismos na região. Coloco-o assim, em suspensão, de modo a demarcar este posicionamento.

² No original: “‘América’ nunca fue un continente que hubiese que descubrir sino una ‘invencion’ forjada durante el proceso de la historia colonial europea y la consolidacion y expansion de las ideas e instituciones occidentales” (MIGNOLO, 2005, p. 28, grifos no original).

1 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

1.1 GÊNERO E SAÚDE COLETIVA

A partir de uma epistemologia feminista decolonial, gostaria de trazer alguns apontamentos sobre os diversos saberes que orientam este estudo, como modo de me situar geopoliticamente em relação à produção do conhecimento. Como trabalhadora da saúde, destaco a saúde coletiva como meu campo primeiro de atuação, que orienta minha prática e meu fazer profissional. Como feminista, tenho buscado transitar a partir da perspectiva teórico-política dos feminismos. Inicialmente, abordarei a saúde coletiva e sua relação com os estudos de gênero. A partir de então, trarei algumas discussões trazidas por movimentos feministas críticos, como o feminismo marxista, o feminismo decolonial e o pós-colonial. Por último, farei algumas reflexões sobre a possibilidade de uma epistemologia feminista e situarei o percurso metodológico deste estudo.

Saúde coletiva é compreendida como área de conhecimento e campo de prática, pautados no compromisso político pela redução das desigualdades em saúde e pela multidisciplinaridade de sua produção científica, possibilitando o olhar para múltiplos objetos e estratégias metodológicas, “reafirmando o propósito de uma reflexão crítica sobre os determinantes sociais do processo saúde-doença e da sua tradução em ações que promovam a equidade em saúde” (VILLELA, MONTEIRO e VARGAS, 2009, p. 998).

Marcada pelo engajamento político, a saúde coletiva brasileira tem produzido conhecimento no diálogo com trabalhadoras e trabalhadores da saúde e de inúmeros movimentos sociais. A inserção no campo da saúde das demandas levantadas pelos movimentos feministas em relação à saúde da mulher na década de 1970 expressa tal característica dialógica. A emergência dos Estudos de Gênero na década seguinte possibilitou que o conceito de gênero passasse a figurar nos estudos teóricos da área, sendo resultante do caráter multidisciplinar da saúde, da ascensão dos movimentos feministas e das prescrições de organismos internacionais (VILLELA, MONTEIRO e VARGAS, 2009; ARAÚJO, SCHRAIBER e COHEN, 2011).

Os estudos que articulam gênero e saúde coletiva buscam a compreensão das desigualdades de gênero na saúde das mulheres, tendo como pressupostos, como salientam Villela, Monteiro e Vargas (2009), a saúde como um direito básico, e como tal, articulado à agenda mais ampla de luta por direitos, e a compreensão das desigualdades de gênero a partir da determinação social do processo saúde–doença.

Apesar da relevância que o conceito de gênero vem adquirindo na saúde coletiva, sua incorporação nas investigações envolve problemas de ordem epistemológica, sendo difícil sua utilização como categoria analítica devido ao seu caráter complexo, não homogêneo. Gênero tem sido utilizado de diversos modos: em oposição a *sexo*, contrapondo fatores biológicos aos culturais; de modo indistinto a *sexo*; como variável empírica ao invés de categoria de análise; como substituto à *mulher* ou ainda como ênfase ao seu aspecto relacional, sem, no entanto, considerar as desigualdades de poder (VILLELA, MONTEIRO e VARGAS, 2009; ARAÚJO, SCHRAIBER e COHEN, 2011).

Por ter sido construído no âmbito dos movimentos feministas, em um contexto de lutas sociais, o conceito de gênero traz em seu bojo um potencial crítico e um compromisso político (SIMÕES BARBOSA, 2001; VILLELA, MONTEIRO e VARGAS, 2009). Forjado a partir da consciência coletiva dos movimentos feministas acerca da opressão, primeiramente sobre o corpo e sexualidade, ampliando-se para a crítica à ciência nos moldes ocidentais, “gênero articulou, dialeticamente, teoria e práxis e, no campo epistemológico, sujeito e objeto de conhecimento, sendo a teorização uma ferramenta para compreender, denunciar e transformar a situação de opressão e exploração das mulheres” (SIMÕES BARBOSA, 2001, p. 57).

1.2 FEMINISMOS, LUTAS POLÍTICAS E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Os questionamentos e as resistências acerca da condição das mulheres atravessam os séculos, assumindo distintas configurações de acordo com os contextos históricos, políticos e sociais. Como corrente intelectual, o feminismo articula a militância com a investigação das causas e os mecanismos de reprodução da dominação masculina (MIGUEL, 2014), e se constitui como um movimento que produz sua própria reflexão crítica, sua própria teoria, conforme assinala a feminista brasileira Céli Regina Jardim Pinto (2010). O feminismo, no entanto, não é unívoco, tal como não o são as expressões que as lutas femininas assumiram ao longo do tempo (BIROLI e MIGUEL, 2014).

Cabe salientar que, historicamente, o feminismo liberal, advindo dos países do Norte global, passou a se constituir como hegemônico. Tal feminismo passou a ser tratado como *o feminismo*. Herdeiro das lutas sufragistas e ancorado no pensamento liberal, esta corrente apresenta um viés de classe marcadamente burguês. Suas principais demandas históricas são o acesso à educação e à cultura, que por vezes se vinculava ao direito à uma carreira profissional plena, bem como as demandas por direitos civis e políticos, com destaque para o direito à propriedade, herança e também ao divórcio e ao voto (ARRUZA, 2019). Em

detrimento de classe e de *raça/etnia*, o feminismo liberal associa a causa feminina ao individualismo e ao elitismo, defendendo a meritocracia e a ascensão individual de mulheres, dissociando-se das lutas por transformações sociais (ARRUZZA, BHATTACHARYA e FRASER, 2019).

Dada a multiplicidade de movimentos e perspectivas teóricas feministas e a importância de uma postura crítica em relação às tentativas de hegemonização de um determinado feminismo - branco, elitista e ocidental - que ao buscar universalizar o conceito de mulher recai em um viés racista, classista e heteronormativo (CURIEL, 2014; ESPINOSA-MIÑOSO, 2014), demarco minha posição teórica a partir do feminismo marxista, que compreende a luta das mulheres em sua articulação com a luta contra o capitalismo (SIMÕES BARBOSA, 2001) e dos feminismos decolonial e pós-colonial, entendendo-os como teoria política, ética filosófica, movimento social e posição política (CURIEL, 2013).

1.2.1 Feminismo Marxista

Sem pretensões de realizar uma análise sistemática da historiografia feminista socialista³, apresento alguns aspectos que marcaram sua conformação, bem como alguns conceitos-chaves que orientam suas práticas. O feminismo socialista emergiu no século XIX e por conta da radicalidade de suas propostas, ficou à margem das correntes dominantes do sufrágio (MIGUEL, 2014). Flora Tristán (1803-1844), figura pública e escritora, trouxe centralidade para a condição das mulheres trabalhadoras, propondo a articulação de suas reivindicações às lutas operárias. Em 1842 publicou “A união obreira” apresentando o primeiro projeto de uma Internacional de trabalhadores. Tristán aponta que “a mulher é a proletária do proletariado [e] até o mais oprimido dos homens quer oprimir a outro ser: sua mulher” (GAMBA, 2008, p. 02, tradução nossa)⁴.

Tristán defendia a necessidade de uma ação coletiva que envolvesse as mulheres e apresentava uma compreensão dos vínculos entre exploração econômica e opressão feminina, reunindo os ideais de igualdade social, o fim de qualquer forma de opressão e a emancipação das mulheres. Tal junção, porém, esbarrava em dois problemas concretos: a falta de interesse

³ De acordo com Cinzia Arruzza (2017), as designações feminismo socialista e feminismo marxista são usadas muitas vezes como sinônimos, sendo que suas fronteiras são tênues. Feminismo socialista tem sido utilizado, no mundo anglófono, para denominar o conjunto maior de teorias feministas que desenvolveram teorias sobre o patriarcado e tentaram combiná-la com a análise marxista do capitalismo.

⁴ No original: “*La mujer es la proletaria del proletariado [...] hasta el más oprimido de los hombres quiere oprimir a otro ser: su mujer*” (GAMBA, 2008, p. 02).

demonstrada por muitas feministas liberais às condições de vida das operárias e do outro, a suspeita que as mulheres da classe trabalhadora nutriam em relação às demandas levantadas pelas feministas (ARRUZZA, 2019).

Na Alemanha, no final do século XIX, o partido social-democrata incorporou em suas posições a participação plena das mulheres na força de trabalho como condição para sua emancipação e Clara Zetkin foi uma das lideranças que contribuiu de modo fundamental para o nascente feminismo socialista alemão, defendendo a extensão dos direitos de voto às mulheres, o fim das leis sexistas, o direito à participação política feminina, a educação gratuita, a suspensão do trabalho noturno, a redução da jornada de trabalho para 08 horas e a proibição do trabalho infantil (ARRUZZA, 2019). Zecktin, conforme assinala Miguel (2014), compreendia que a barreira de classe não poderia ser transposta, negando-se a qualquer colaboração com as sufragistas burguesas.

Em 1917, as mulheres de Petrogrado se levantaram, contra às ordens de suas organizações e com o apoio dos colegas homens, para celebrar o Dia Internacional das Mulheres. Tal movimento marcou o início da Revolução Russa, cujos primeiros anos representaram um ponto alto no processo de emancipação feminina, em que as mulheres puderam gozar de liberdade e dignidade, direitos de cidadania plena e participar ativamente da vida social e política (ARRUZZA, 2019). Alexandra Kollontai foi uma proeminente militante feminista, que se tornou a primeira ministra e a primeira embaixadora da Europa, tendo contribuído para o avanço da condição das mulheres durante o regime bolchevique (MIGUEL, 2014).

Tendo por base os pressupostos teóricos do materialismo histórico, o feminismo marxista articulou a divisão social do trabalho à divisão sexual do trabalho e às “consequentes dimensões sexuadas da vida social, econômica, simbólica e cultural de homens e mulheres, socialmente situados na sociedade de classes”, conforme assinala a psicóloga brasileira Regina Simões Barbosa (2001, p. 64). Gênero, sob esta ótica, foi sendo concebido como uma das dimensões das relações sociais, de modo a ser transversalizado na classe social.

Heleieth Safiotti (1992), feminista marxista brasileira, opta por utilizar o conceito de relações de gênero e enfatiza que estas “constituem uma totalidade dialética, na qual suas distintas partes interagem de forma orgânica” (SAFIOTTI, 1992, p.192). Tais relações “travam-se também no terreno do poder, onde têm lugar a exploração dos subordinados e a dominação dos explorados, dominação e exploração sendo faces de um mesmo fenômeno” (SAFIOTTI, 1992, p.185).

Gênero se constitui, portanto, como categoria analítica e como processo social marcado por seu viés relacional, passível de alcançar a trama das relações sociais em sua perspectiva histórica (SAFIOTTI, 1992). O sujeito, sob tal perspectiva, é concebido em seu caráter “contraditório, histórica e socialmente situado e resultante de relações sociais que permeiam a vida material e simbólica” (SIMÕES BARBOSA, 2001, p. 67).

A feminista italiana Silvia Federici (2017) assinala que gênero deve ser compreendido a partir de sua inscrição na divisão de classes, uma vez que na sociedade capitalista a identidade sexual se transformou no suporte específico das funções do trabalho. A “destinação” biológica das mulheres na realização de determinadas tarefas ocultou seu pertencimento ao processo de produção, de modo que “a história das mulheres é a história das classes.”

Feministas marxistas brasileiras, como Heleieth Safiotti (1992) e Mary Garcia Castro (1992) enfatizam a articulação das categorias classe, gênero e *raça*/etnia. Segundo Safiotti (2000, p.73):

A sociedade não comporta uma única contradição. Há três fundamentais, que devem ser consideradas: a de gênero, a de *raça*/etnia e a de classe. Com efeito, ao longo da história do patriarcado, este foi-se fundindo com o racismo e, posteriormente, com o capitalismo, regime no qual desabrocharam, na sua plenitude, as classes sociais.

Tal perspectiva reforça o que a autora chama de simbiose patriarcado-racismo-capitalismo (SAFIOTTI, 1992) ou nó patriarcado-racismo-capitalismo (SAFIOTTI, 2000). Simões Barbosa (2001, p. 67) enfatiza que esses três eixos se articulam, de modo que “cada entrecruzamento apresenta propriedades próprias e distintas das encontradas em cada um dos eixos separadamente, ou seja, cada nó apresenta uma lógica contraditória própria.”

Mary Garcia Castro (1992), socióloga brasileira, ressalta que na literatura feminista são comuns as disputas entre gênero e classe, e entre estes e *raça*, de modo que algumas/uns teóricas/os os antepõem, enquanto outros mesclam suas propriedades. A autora enfatiza que a combinação de categorias produz outros elementos e para compreendê-los faz-se necessário romper com os esquemas duais. Historicamente, são identificados “sistemas de privilégios que se perfilam de forma nítida, podendo-se referir a um sistema de *raça*, a um sistema de gênero e a um sistema de geração, com hierarquias próprias e relações legitimadas. Tais sistemas não são explicados por causalidades lineares ordenadas pela questão de classe” (CASTRO, 1992, p. 60).

Sob tais pressupostos, embora a estrutura de classes condicione práticas sociais, não as determina nem limita as alianças possíveis de serem construídas a partir do interesse de algumas categorias. Tal alquimia das categorias não se dá em um vácuo, mas são pautadas por práticas sociais e projetos específicos, reelaboradas e ressignificadas por sujeitos políticos, de modo que “a classe substancia-se em gênero e em raça, assim como gênero e raça são filtrados por posições e relações de classe. A estrutura de classe que produz e onde se reproduzem os pobres não é uma dimensão paralela e, sim, palco das relações de raça e de gênero” (CASTRO, 1992, p.71).

Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019, p. 43-44), em consonância com tais aportes, defendem um feminismo que

concentra os interesses das mulheres da classe trabalhadora de todos os tipos: racializadas, migrantes ou brancas; cis, trans ou não alinhadas à conformidade de gênero; que se ocupam da casa ou são trabalhadoras sexuais; remuneradas por hora, semana, mês ou nunca remuneradas; desempregadas ou subempregadas; jovens ou idosas.

Tal feminismo busca a transformação social profunda, abarcando tanto a luta de classes quanto o combate ao racismo, apresentando um caráter internacionalista, antineoliberal e anticapitalista.

1.2.2 Feminismo Pós-Colonial

Considerando que tanto nas ciências sociais quanto no ativismo muitas vezes se trata de forma indistinta o feminismo pós-colonial e o decolonial, como adverte Curiel (2014), entendo como necessário discutir as proximidades e distanciamentos entre estas duas perspectivas. Para abordar o feminismo pós-colonial, faço uma breve caracterização do pensamento pós-colonial, a partir da genealogia/arqueologia empreendida pela cientista política brasileira Luciana Maria de Aragão Ballestrin (2013, 2017a), que, apontando os limites de tal caracterização, aborda três fases do pós-colonialismo: o pós-colonialismo anti-colonial, o pós-colonialismo canônico ou pós-estruturalista e o decolonial⁵. O pós-colonialismo assentou-se como conjunto de teorias preocupadas com o colonialismo.

O processo de colonização, marcado pela ocupação e domínio colonial, resultou em práticas de violenta dominação sobre os povos colonizados (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2014). A antropóloga social afro-dominicana Ochy Curiel (2014) ressalta que muitas

⁵ O pensamento decolonial será abordado no próximo tópico, quando discutirei o feminismo decolonial.

sociedades foram, em algum momento, colonizadas, ou seja, experimentaram o feito colonial. Mesmo países que atualmente são centros imperiais, como os Estados Unidos, passaram por processo de colonização. No entanto, tal processo se deu de modos diferentes e teve sentidos diferentes, o que implica em processos pós-coloniais também diferenciados.

A transição desigual ao pós-colonial, como aponta o sociólogo jamaicano Stuart Hall (2008), caracterizou-se pela formação dos Estados-Nações, pela independência do domínio colonial direto e pela conformação de novas relações de dependência neocoloniais. Embora o eixo colonizador/colonizado tenha sido deslocado, muitos dos efeitos da colonização continuaram existindo, interiorizadas na própria sociedade descolonizada. “Neste cenário, ‘o colonial’ não está morto, já que segue vivendo em suas ‘sequelas’” (HALL, 2008).

As lutas anticoloniais revolucionárias, de libertação nacional das antigas colônias britânicas, principalmente nos continentes africano e asiático demarcam a fase que Ballestrin (2017a) denominou como pós-colonial anti-colonial. Refere-se ao período cronológico circunscrito aos processos de descolonização dos países do até então chamado *Terceiro Mundo*⁶, a partir dos anos 1950. Sob esta insígnia, articularam-se intelectuais, lideranças e ativistas que apresentaram uma produção vasta, não estritamente acadêmica, composta por escritos que vão desde discursos políticos à poesia. Ballestrin (2013, p.92) assinala que há uma compreensão compartilhada da importância da chamada tríade francesa,

Frantz Fanon (1925-1961) – psicanalista, negro, nascido na Martinica e revolucionário do processo de libertação nacional da Argélia –, Aimé Césaire (1913-2008) – poeta, negro, também nascido na Martinica – e Albert Memmi (1920-) – escritor e professor, nascido na Tunísia, de origem judaica.

Desenvolveu-se entre estes, simultaneamente, o principal argumento pós-colonial: a identificação de uma relação antagônica por excelência, quer seja, a relação colonial, que se dá entre colonizador e colonizado (BALLESTRIN, 2013), e que Walter Mignolo (2007) chamou de *diferença colonial*.

Mesmo que não linear, disciplinado e articulado, o argumento pós-colonial em toda

⁶ Cabe destacar que os termos Primeiro, Segundo e Terceiro Mundo, países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, Ocidente e Oriente, referem-se a categorizações produzidas por sujeitos e instituições que habitam o Primeiro Mundo, atendendo às lógicas eurocêntricas. Arturo Escobar (2007) ressalta que a produção social do espaço, implícita nesses termos, vincula-se à produção de diferenças, subjetividades e ordens sociais. Estes termos serão sempre grafados em itálico para demarcar tais premissas. Em relação às categorias Norte e Sul, Mohanty (2008b) assinala que têm sido utilizadas para distinguir as nações e comunidades privilegiadas política e economicamente daquelas que não o são, em um sentido mais metafórico do que geográfico. Como metáfora, o Sul aponta tanto para os conhecimentos que são construídos a partir das experiências de violências impostas pelo colonialismo, o capitalismo e o hetero-patriarcado quanto para as formas de resistências, para os saberes e práticas sociais que sustentam as transformações sociais (CUNHA e CASIMIRO, 2019).

sua amplitude histórica, temporal, geográfica e disciplinar percebeu a diferença colonial e intercedeu pelo colonizado. Em essência, foi e é um argumento comprometido com a superação das relações de colonização, colonialismo e colonialidade (BALLESTRIN, 2013, p. 90).

O pós-colonialismo canônico ou pós-estrutural está associado a um campo heterogêneo de práticas teóricas envolvendo uma pluralidade de disciplinas, como a historiografia, a crítica literária, a antropologia, os estudos culturais, a teoria política, os estudos de gênero, que assomaram nos espaços acadêmicos norte-americanos e ingleses, nos anos 1980, recebendo forte influência dos estudos pós-estruturais, pós-modernos, desconstrutivistas, culturais e subalternos indianos (MEZZADRA, 2008; BALLESTRIN, 2017a). Seu estudo inaugural foi a obra de Edward Said, *Orientalismo*, publicada em 1978, que analisou a produção discursiva em textos literários e culturais europeus que possibilitaram a invenção do Oriente pelo Ocidente, como modo de manutenção do poder colonial e imperial europeu (BALLESTRIN, 2017a).

O conceito de pós-colonial tem variados usos, o que gera críticas e controvérsias (HALL, 2008, CURIEL, 2014). Ella Shohat (2008), pesquisadora iraquiana, tece uma série de críticas ao conceito por sua ambiguidade, pela indistinção de sua periodização, que não deixaria evidente se está relacionada aos aspectos históricos ou epistemológicos. Castro-Gómez (2005) aponta que os estudos pós-coloniais são insuficientes para compreender os processos de colonização que se deram na América, uma vez que discutem a colonialidade a partir da Europa. Stuart Hall (2008) enfatiza que o prefixo *pós*, do pós-colonial, não se refere apenas a um depois, como se o colonialismo já não existisse mais, mas a um ir mais além. Ressalta que o colonialismo se relaciona a um momento histórico específico - completo e diferenciado - mas também corresponde a uma forma de apresentar uma história:

Na narração reorganizada do pós-colonial, a colonização toma o lugar e a importância de um grande acontecimento do mundo histórico, disjuntor e de amplo alcance. Por “colonização”, o “pós-colonial” refere-se a algo mais do que a dominação direta em certas áreas do mundo pelos poderes imperiais. Creio que quer denotar todo o processo de expansão, de exploração, conquista, colonização e hegemonização imperial que constituíram a “face externa”, o constitutivo exterior, da modernidade europeia e, mais tarde, capitalista ocidental depois de 1492 (HALL, 2008, p.132, grifos no original).

Do mesmo modo que os estudos pós-coloniais, o que se entende por feminismo pós-colonial tem várias acepções, podendo significar: a construção de outras narrativas e práticas frente ao feminismo que se constituiu como hegemônico, com seu viés branco, ocidental e burguês; o feminismo das mulheres do *Terceiro Mundo*; o feminismo que trata das

intersecções entre gênero, classe e *raça*; ou o feminismo em sua terceira onda⁷ (CURIEL, 2014). O feminismo pós-colonial pode ser compreendido como a síntese do encontro entre o movimento feminista e o pós-colonialismo, ocorrido nos anos 1980, principalmente a partir da crítica literária e da análise de textos coloniais e pós-coloniais (BALLESTRIN, 2017b, BAHRI, 2013). Tal processo, no entanto, não se deu sem ambiguidades.

As preocupações com corpo, gênero e sexualidades sempre marcaram os estudos feministas. No pensamento pós-colonial, tais problemáticas se faziam presente nas discussões sobre a violência colonial, na compreensão da articulação entre o poder colonial e o poder patriarcal, que mobilizavam tanto a violência colonial quanto a violência sexual (BALLESTRIN, 2017b). O corpo feminino, nesta perspectiva,

pode ser pensado como o primeiro “território” a ser conquistado e ocupado pelo colonizador (homem, branco, cristão, europeu e heterossexual). Nas mais diversas situações de conflitualidades violentas, a vulnerabilidade do corpo feminino é acentuada: desde as conquistas coloniais, às guerras civis e interestatais, às ocupações e intervenções militares. Imperialismo, colonialismo e guerras foram, em geral, empreitadas masculinas e masculinizadas. Nesses contextos, a violação do corpo feminino por homens colonizadores, militarizados ou armados, do lado “amigo” ao “inimigo”, repete-se histórica e violentamente (BALLESTRIN, 2017b, p. 1038, grifos da autora).

O feminismo e os estudos pós-coloniais compartilham do que Almeida (2013) chama de *epistemologia da alteridade* e colaboram para tornar visíveis as experiências subalternizadas pela modernidade ocidental. De acordo com a autora indiana radicada nos Estados Unidos, Deepika Bahri (2013), embora os dois projetos tenham semelhanças em temas como representação, voz, marginalidade e utilizem perspectivas multidisciplinares, há discordâncias entre eles, principalmente no tocante às especificidades: as feministas acusam os pós-colonialistas de ocultarem questões de gênero em suas análises, e estes reclamam quando as investigações feministas não aludem às lógicas colonialistas e da divisão do trabalho.

Bahri (2013) aponta ainda que, entre os pós-colonialistas, há críticas ao feminismo ocidental, que se consolidou como hegemônico, pela incapacidade deste de incluir em suas análises um viés racial e por sua tendência a estereotipar as mulheres do *Terceiro Mundo*. O feminismo pós-colonial, em consonância com o pensamento pós-colonialista, denuncia o conluio entre o patriarcado e o colonialismo. A autora destaca então que há tensões tanto entre feminismo e pós-colonialismo como entre os feminismos ocidental e pós-colonial.

O feminismo pós-colonial questiona as premissas tanto do pós-colonialismo como as

⁷A periodização do movimento feminista em ondas não será abordada neste estudo. Destaco aqui a colocação de Ochy Curiel (2014) que considera tal periodização como uma construção linear, única e eurocêntrica da história do feminismo.

do feminismo, ampliando-as com suas próprias perspectivas. Seus principais temas relacionam-se com os “diferentes modos de ler o gênero: no mundo, na palavra e no texto” (BAHRI, 2013, p. 660). Tais reflexões remetem a trabalhos considerados fundacionais do feminismo pós-colonial: o ensaio *Pode o subalterno falar?* (*Can the Subaltern Speak?*, de 1985, traduzido para o português em 2010) da crítica indiana Gayatri Chakravorty Spivak, e o da antropóloga indiana Chandra Talpade Mohanty, *Bajo los ojos de Occidente: Academia feminista y discurso colonial* (*Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses*, publicado em inglês em 1984 e traduzido para o espanhol em 2008).

Em seu influente e controverso ensaio (BAHRI, 2013), Spivak discute as representações acerca do sujeito subalterno em geral e da mulher subalterna em particular. Empregando o exemplo da codificação das leis hindus, empreendida pelos colonizadores, aborda a violência epistêmica que permeia o processo de constituição do sujeito colonial como *o outro*. Ao evidenciar que, ao tomar o subalterno como objeto, os intelectuais incorrem no erro de *falar pelo outro*, Spivak explicita que “o subalterno como um sujeito feminino não pode ser ouvido ou lido” (SPIVAK, 2010, p. 124). Ballestrin (2017b) ressalta que nas análises de Spivak, a mulher colonizada se constitui como o sujeito subalterno por excelência, o que marca o cruzamento dos estudos pós-coloniais e feministas. Bahri (2013) afirma que as críticas e controvérsias em torno de tal estudo trouxeram à tona questões fundamentais a qualquer discussão sobre feminismo e/no pós-colonialismo: “‘Quem pode falar e por quem?’ ‘Quem ouve?’ ‘Como se representa a si e os outros?’” (BAHRI, 2013, p. 660).

Chandra Mohanty (2008a) chamou a atenção para a colonização discursiva presente no processo de construção da *mulher do Terceiro Mundo* por feministas ocidentais. Analisando a produção teórica feminista, apontou como a categoria *mulher* foi sendo forjada como um referente monolítico, coerente, já dado, independente das contradições de classe e *raça/etnia*, o que pressupunha a diferença sexual e de gênero como um constructo universalizante e transcultural. Tal estratégia discursiva atua para ocultar as relações de poder que lhes são subjacentes. A autora denuncia ainda que, no processo de constituir as mulheres do *Terceiro Mundo* como objeto de seus discursos, estas foram concebidas como grupo homogêneo e sem poder, frequentemente tratado como vítima de sistemas socioeconômicos específicos. Enquanto os feminismos ocidentais se converteram em sujeitos, “as mulheres do terceiro mundo, por outro lado, nunca se colocam além da generalidade debilitante de seu status de ‘objeto’” (MOHANTY, 2008a, s.p., grifo no original, tradução nossa).⁸

⁸ No original: “*Las mujeres del tercer mundo, en cambio, nunca se colocan más allá de la generalidad debilitante de su estatus de ‘objeto’*” (MOHANTY, 2008a, s.p., grifo no original).

Segundo Ballestrin (2017b), à semelhança dos estudos pós-coloniais, o feminismo pós-colonial se desenvolveu nos espaços acadêmicos do Norte global, principalmente nos Estados Unidos e na Inglaterra. Tal questão continua sendo um dos paradoxos do pós-colonialismo, pois, ainda que seus autores/autoras se encontrem em diásporas pós-coloniais em suas trajetórias de vida, a produção de teorias e sua divulgação não tem se dado nos contextos do *Sul* global, mas nas grandes universidades do Norte. A autora ressalta ainda que o mesmo se dá em relação ao feminismo decolonial.

Ochy Curiel (2014) ressalta que a definição de certas posições feministas como pós-coloniais, embora seja importante como lugar de enunciação crítica ao feminismo hegemônico, não tem levado a um aprofundamento de seus contextos e da episteme da qual partem. A autora reforça que não é suficiente introduzir a perspectiva interseccional, citar feministas índias, negras, chicanas e indígenas, mas se faz necessário

uma releitura “da história”, das histórias, situarmo-nos em contextos transpassados pelo colonialismo, fazer uma compreensão mais complexa das opressões como parte intrínseca da colonialidade contemporânea e a partir dali fazer nossas teorizações e direcionar nossas práticas políticas (CURIEL, 2014, p.48, grifo no original, tradução nossa).⁹

1.2.3 Feminismo Decolonial

O feminismo decolonial, conceito cunhado pela filósofa argentina María Lugones (2008), empreende uma genealogia do pensamento produzido a partir *das margens* por feministas, mulheres, lésbicas e pessoas racializadas, além de dialogar com conhecimentos forjados por intelectuais comprometidas com as lutas anti-opressões (ESPINOSA-MIÑOSO, 2014). Ancora-se nas contribuições do pensamento ou projeto decolonial, que corresponde aos desenvolvimentos teóricos de autoras/es latinoamericanas/os na década de 1990, que, com base no argumento colonial, aprofundaram as investigações acerca da colonialidade tendo por base a primeira experiência colonial: a *descoberta*, nos idos de 1492, do que se convencionou chamar América¹⁰ (BALLESTRIN, 2017a).

Marcado pelo contexto discursivo mais amplo dos estudos pós-coloniais, o

⁹ No original: “Es necesaria una relectura de ‘la historia’, de las historias, situarnos en contextos traspassados por el colonialismo, hacer una comprensión más compleja de las opresiones como parte intrínseca de la colonialidad contemporánea y, desde allí, hacer nuestras teorizaciones y direccionar nuestras prácticas políticas.” (CURIEL, 2014, p. 48, grifo no original).

¹⁰ Há, como já foi dito, teóricas/os decoloniais que utilizam *Abya Yala* para se referir à região, recuperando a nomeação dada pela população Kuna, reconhecendo que *América Latina e Caribe* se trata de uma nomenclatura colonial, conforme assinala Ochy Curiel (2014).

pensamento que se desenvolveu na América Latina não se constituiu como mera recepção destes, mas apresentou especificidades que podem ser compreendidas à contraluz do que vinha sendo discutido em outros locais sobre esta rubrica (CASTRO-GÓMEZ, 2005). Pesquisadoras/es empreenderam uma releitura dos estudos pós-coloniais, buscando formas de analisar os processos coloniais hispano-americanos. Outras/os criticaram tal empreitada, objetando que não se podia utilizar conceitos forjados nas problemáticas ocidentais para compreender os fenômenos sociais latinoamericanos (CASTRO-GÓMEZ e MENDIETA, 1998).

Apoiando-se em tais problemáticas, formou-se o Grupo Modernidade/Colonialidade (daqui para frente, M/C), que se constituiu como uma rede transdisciplinar de pesquisadoras/es latinoamericanas/os em torno da relação entre modernidade e colonialidade, trazendo contribuições importantes aos debates sobre globalização (BALLESTRIN, 2013). A coesão dos conceitos desenvolvidos, a quantidade de publicações e a animação que movia o grupo levou o antropólogo colombiano Arturo Escobar (2003) a tratá-lo como um programa de investigação, cuja genealogia era múltipla e incluía a filosofia da libertação, teoria da dependência, teoria do sistema-mundo, grupos indiano e latinoamericano de estudos subalternos, filosofia afro-caribenha e feminismo latinoamericano.

Segundo Escobar (2003), o programa M/C deve ser compreendido como um *paradigma outro*, e não apenas um paradigma a partir da América Latina, já que não se inscreve em uma história linear de epistemologias da modernidade. Tal investigação propõe estabelecer um pensamento não-eurocêntrico e traz como argumentos principais: a ênfase em situar as origens da modernidade na invasão das Américas em 1492; a consideração do colonialismo e do desenvolvimento do capitalismo como constitutivos da modernidade; a identificação dos padrões de dominação *dos outros* fora do mundo europeu como dimensão necessária da modernidade e por último, a compreensão do eurocentrismo como a forma de conhecimento da modernidade/colonialidade, que pressupõe a hegemonização da representação que a Europa construiu sobre si mesma, assentada em bases universalistas. Desses pressupostos decorre que a unidade analítica para a compreensão da modernidade é a modernidade/colonialidade, dado que não há modernidade sem colonialidade, e que a *diferença colonial* constitui um espaço epistemológico e político privilegiado.

Aníbal Quijano (1992), ao discutir sobre a conquista das sociedades que habitavam o que hoje se denomina América, diferencia o colonialismo, processo histórico referente à dominação direta, formal, no âmbito político, social e cultural, dos europeus sobre os conquistados dos outros continentes, do conceito de colonialidade. Este constitui o modo

mais geral de dominação na atualidade, uma vez que o colonialismo como ordenamento político específico teve fim:

A colonialidade se refere a um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, mas que em vez de estar limitado a uma relação formal de poder entre os povos nacionais, mais bem se refere a forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si, através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça (MALDONADO-TORRES, 2007, p.131, tradução nossa).¹¹

Segundo Quijano (1992, 2009), a estrutura colonial de poder produziu uma série de discriminações sobre os povos dominados. Tais construções intersubjetivas, que posteriormente foram articuladas em torno da ideia de *raça*¹², passaram a ser tratadas como categorias, inclusive com pretensões científicas e objetivas, tomadas de forma a-histórica. Tal processo conduziu a uma classificação racial/étnica – índios, negros, amarelos, brancos, mestiços – e a uma classificação geocultural – América, África, Oriente, Ásia, Ocidente e Europa. Os colonizadores europeus impuseram ainda uma sistemática repressão do conjunto de crenças, saberes e dos modos de produção de conhecimento dos povos colonizados, convertendo a cultura europeia no padrão de conhecimento a ser alcançado. As normas e ideias do comportamento sexual de gênero, conforme Quijano (2007) estavam assentadas na classificação social *racial*, o que implicou o livre acesso do colonizador às mulheres dos povos colonizados, não-brancos.

A produção de conhecimento eurocentrada e a hegemonização do mundo europeu como sujeito do conhecimento remete à dois outros conceitos do pensamento decolonial: o eurocentrismo e a colonialidade do saber. Quijano (2005) aponta que o eurocentrismo se constituiu como uma das racionalidades da modernidade, tornando-se a perspectiva

¹¹ No original: “*la colonialidad se refiere a un patrón de poder que emergió como resultado del colonialismo moderno, pero que en vez de estar limitado a una relación formal de poder entre dos pueblos o naciones, más bien se refiere a la forma como el trabajo, el conocimiento, la autoridad y las relaciones intersubjetivas se articulan entre sí, a través del mercado capitalista mundial y de la idea de raza.*” (MALDONADO-TORRES, 2007, p.131).

¹² De acordo com Curiel (2011), a ideia de *raça* surge a partir do racismo como ideologia e fenômeno social da modernidade. Com raízes no arcabouço doutrinário religioso, o racismo tem origem nos debates teológicos do século XV, no contexto da colonização e da escravidão imposta pela Europa à América e ao continente africano, contribuindo para que a população indígena e africana fossem concebidas como não-sujeitos, destituídos de humanidade. O sociólogo jamaicano Stuart Hall (1992) ressalta que, contrariamente à crença generalizada, *raça* não é uma categoria biológica ou genética com validade científica. Embora existam diversos tipos e variedades, não há uma diferença genética capaz de distinguir um povo de outro. Dessa forma, defendo aqui um uso estratégico da palavra *raça*, sinalizando um conceito que é político, cultural e social, e que não deve ser concebido em um sentido biológico. Será sempre grafado em itálico para demarcar tal premissa.

hegemônica de conhecimento no período mesmo em que a Europa exercia seu domínio colonial sobre o mundo. Está ancorado em dois principais mitos fundacionais: a ideia de que a história da civilização humana parte de um estado natural e culmina na Europa e a tentativa de conferir sentido às diferenças entre Europa e não-Europa tratando-as como diferenças de natureza (racial) e não de relações de poder.

A colonialidade de saber corresponde ao legado epistemológico do eurocentrismo, à impossibilidade de que os povos colonizados possam conhecer o mundo por seus próprios termos (PORTO-GONÇALVES, 2005). Segundo Maldonado-Torres (2007), a colonialidade do saber relaciona-se às tarefas gerais da produção de conhecimento na reprodução dos regimes de pensamento colonial. Edgardo Lander (2005) assinala que o processo de cientificação, com sua objetivação e universalização e, portanto, sua naturalização, contribuiu para a legitimação da sociedade colonial moderna. O acesso à ciência, e à relação entre ciência e verdade em todas as disciplinas, promoveu uma diferenciação radical entre as sociedades modernas ocidentais e o restante do mundo.

Este corpo ou conjunto de polaridades entre a sociedade moderna ocidental e as outras culturas, povos e sociedades, polaridades, hierarquizações e exclusões estabelece pressupostos e olhares específicos no conhecimento dos outros. Neste sentido é possível afirmar que, em todo o mundo ex-colonial, as ciências sociais serviram mais para o estabelecimento de contrastes com a experiência histórica universal (normal) da experiência europeia (ferramentas neste sentido de identificação de carências e deficiências que têm de ser superadas), que para o conhecimento dessas sociedades a partir de suas especificidades histórico-culturais (LANDER, 2005, p.14).

Estabeleceu-se assim um tipo de racionalidade técnico-científica, epistemológica, que se assumiu como o modelo válido de produção de conhecimento. Sob esta perspectiva, o saber deve ser neutro, objetivo, universal e positivo (CURIEL, 2014).

Mignolo (2007) ressalta que, a partir das reflexões coletivas, o conceito de decolonialidade¹³ foi sendo incorporado ao de Modernidade/Colonialidade. O autor enfatiza que a modernidade/colonialidade se constitui como categoria analítica da matriz colonial de poder, que pressupõe o processo de decolonialidade. Argumenta que, sendo a colonialidade constitutiva da modernidade, e que a lógica opressiva da modernidade pressupõe a lógica opressiva da colonialidade, tais opressões mobilizam descontentamento, desconfiança e desprezimento naqueles que reagem à violência colonial. Estas reações compõem o projeto

¹³ Cabe destacar aqui que, embora algumas publicações do grupo M/C tragam a grafia *descolonialidade*, convencionou-se utilizar o termo *decolonialidade*, com e sem hífen, por sugestão feita por Catherine Walsh. A supressão da letra “s” marcaria a distinção entre o projeto decolonial do Grupo Modernidade/Colonialidade e a ideia histórica de descolonização, via libertação nacional durante a Guerra Fria (BALLESTRIN, 2013).

decolonial. O autor assinala que conceituar a colonialidade como constitutiva da modernidade já aponta para a decolonialidade em marcha.

O conceito de decolonialidade, como assinala Curiel (2014) relaciona-se à compreensão de que o colonialismo se constituiu geopolítica e historicamente como fundante da modernidade, e que seu fim enquanto fenômeno histórico, político, não representou mudanças significativas na divisão internacional do trabalho nem nas hierarquias de *raça*/etnias das populações, mas uma reorganização a partir da colonialidade global, que tem como representantes os operadores do capitalismo global, como Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

As contribuições da abordagem decolonial em relação ao gênero foram sendo elaboradas posteriormente por seus principais autores, como Aníbal Quijano, que incorporou no conceito de colonialidade de poder as marcações sobre gênero. Paulatinamente, inúmeras pesquisadoras foram participando do grupo e produzindo elaborações sobre o que se chamou de Feminismo Decolonial.

As primeiras experiências de descolonização no feminismo são situadas justamente entre as feministas racializadas, lésbicas, entre as mulheres *do Terceiro Mundo*, que resistiram à dominação patriarcal, racista, a partir de suas posições subalternas. Partindo da premissa teórica de que, a partir dos movimentos políticos também se produz conhecimento, e de que se faz necessário registrar e difundir produções teóricas e práticas subalternizadas, Curiel (2007, 2010) salienta a importância de reconhecer as mulheres cujas lutas concretas possibilitaram a construção de teorias. A autora traz então as contribuições do movimento das mulheres negras norte-americanas, que foram as primeiras a discutir o caráter indissociado de categorias como gênero, *raça*, classe e sexualidade. Uma das expressões organizadas desse movimento foi a *Coletiva Rio Combahee*¹⁴, constituída por mulheres e lésbicas negras, tendo como principais expoentes Barbara Smith e Cheryl Clarke. Em seu primeiro documento, ao assumirem a imbricação dessas múltiplas opressões, demarcam seu posicionamento radical:

A afirmação mais geral de nossa política neste momento seria que estamos comprometidas com o combate à opressão racial, sexual, heterossexual e de classe, e que nossa tarefa específica é o desenvolvimento de uma análise e prática integradas baseadas no fato de que os principais sistemas de opressão estão interligados (COLETIVA RIO COMBAHEE, 1988, p. 172, tradução nossa).¹⁵

¹⁴ A Coletiva do Rio Combahee (Combahee River Collective) foi um grupo feminista negro da cidade de Boston, cujo nome veio da ação guerrilheira formulada e dirigida por Harriet Tubman em 12 de junho de 1963, na região Port Royal do estado da Carolina do Sul. Esta ação liberou mais de 750 escravos e é a única campanha militar na história americana planejada e dirigida por uma mulher (COLETIVA RIO COMBAHEE, 1988).

¹⁵ No original: “*La declaración más general de nuestra política em este momento sería que estamos*

Concomitantemente, tem-se a proeminência do feminismo *chicano*, que surge em articulação a um movimento literário crítico, colocando-se contrário às diversas opressões e buscando construir identidades híbridas e mestiças. Gloria Anzaldúa, junto com Chela Sandoval, Cherrie Moraga e Norma Alcalón, entre outras, escrevendo em estilo bilíngue (espanholês), questionaram o nacionalismo *chicano* e os racismos norte-americanos, sendo pioneiras nas discussões do pensamento fronteiriço. O Feminismo Negro norte-americano e o feminismo *chicano* foram duas das propostas mais radicais produzidas contra os efeitos coloniais a partir de uma perspectiva materialista, antiracista e antissexista, que muito contribuiu para os aportes desenvolvidos na América Latina e Caribe (CURIEL, 2007).

No que se refere aos feminismos latinoamericanos e caribenhos, Curiel (2007) destaca as contribuições das feministas afrodescendentes, que denunciaram o processo de mestiçagem como uma sequela do colonialismo. A forma como a ideia de *raça* foi sendo instalada na região produziu a mestiçagem entre grupos étnicos, que se constituiu como ideologia nacionalista e homogeneizante, baseada na violação de mulheres indígenas e negras por parte dos colonizadores, em uma lógica heterossexual.

A apropriação dos corpos das mulheres, que, ao serem associados à natureza, foram tratados como mercadorias, foi decisiva para a conformação do racismo estrutural nas repúblicas latinoamericanas na atualidade. A presumida *democracia racial*, que foi tida como matriz civilizatória, refere-se a uma ideologia de dominação, uma estratégia de manutenção das desigualdades socioeconômicas entre brancos, indígenas e negros: “a democracia racial passa a ser o mito fundador da nacionalidade latinoamericana e caribenha, um mito que nega a existência do racismo” (CURIEL, 2007, p. 98, tradução nossa)¹⁶.

As mulheres racializadas do nosso continente analisaram também, a partir de uma perspectiva feminista, como as mulheres vinham sendo apresentadas em estudos do período colonial: como reprodutoras de mão de obra escrava, como amas de leite, objetos sexuais do amo, enfim, como força de trabalho dentro do sistema escravista. Estas pesquisadoras contribuíram ainda para evidenciar as formas de resistências das mulheres no período colonial e têm denunciado a ausência de diferenciação populacional por *raça* e sexo, a segregação racial existente nos serviços públicos, o caráter racial da violência contra as mulheres, a imagem estereotipada das mulheres nos meios de comunicação, a divisão sexual e racial do

comprometidas a luchar contra la opresión racial, sexual, heterossexual y clasista, y que nuestra tarea específica es el desarrollo de un análisis e una práctica integrados basado em el hecho de que los sistemas mayores de la opresión se eslabonan” (COLETIVA RIO COMBAHEE, 1988, p. 172).

¹⁶ No original: “La democracia racial pasa a ser el mito fundador de la nacionalidad latinoamericana y caribeña, un mito que nega la existencia del racismo” (CURIEL, 2007, p. 98).

trabalho, entre outros. Dentre as pesquisadoras, Curiel (2007) destaca Celsa Albert, Lélia González, Jurema Werneck e Sueli Carneiro.

O feminismo indígena, que emergiu dos movimentos mistos da década de 1970, foi se fortalecendo paulatinamente e passou a questionar o viés sexista e racista da sociedade latinoamericana, ao mesmo tempo em que evidenciava aspectos de submissão das mulheres em suas próprias comunidades. Denunciaram ainda o viés racista e etnocêntrico do feminismo. Sua agenda de lutas envolve o reconhecimento de uma história de colonização, de sua cultura, a distribuição econômica, bem como a autodeterminação como mulheres e como povos (CURIEL, 2007).

Curiel (2007) aponta que, embora na academia as mulheres indígenas sejam retratadas como vítimas do patriarcado e do capital, estas têm se colocado como atoras políticas e assumido posições críticas e radicais. Sabine Masson (2011) assinala que o movimento de mulheres indígenas provoca uma dupla ruptura: com os movimentos feministas, que pouco consideram as opressões específicas vividas pelas mulheres indígenas e com as organizações mistas indígenas, que podem exercer práticas bastante sexistas. A autora ressalta então que a relação das mulheres indígenas com o feminismo é ambivalente, e, portanto, só se pode usar tal conceituação de forma prudente.

Os aportes teóricos do *Black Feminism*, do feminismo *chicano* e do feminismo afro e indígena latinoamericano compartilham uma perspectiva crítica, que complexifica as relações de poder nas sociedades pós-coloniais, articulando categorias de *raça*, classe, gênero e sexualidade, a partir de práticas políticas e teóricas que possibilitam o enfrentamento da colonialidade do poder e do saber (CURIEL, 2007).

As feministas decoloniais empreenderam inúmeras críticas à produção teórica organizada pelo Grupo Modernidade/Colonialidade, tanto pela ausência de análises de gênero em suas investigações quanto pelo baixo número de mulheres em suas reuniões, o que levou a releituras de constructos teóricos e a formulação de novos conceitos. Citarei aqui algumas das críticas endereçadas ao grupo, bem como os conceitos formulados a partir destas.

A professora e escritora hondurenha Breny Mendoza (2010) aborda o caráter radical, original e representativo do pensamento decolonial. Chama a atenção, no entanto, para as limitações de tal pensamento quando o submete ao escrutínio de uma visão feminista, enfatizando que boa parte dos pensadores são homens, heterossexuais, brancos e mestiços e de classe média. Ademais, a autora questiona a falta de referências às investigadoras latinoamericanas em suas teorizações. Tomando por base o conceito de colonialidade de poder elaborado por Aníbal Quijano, Mendoza (2010) estabelece um diálogo com María

Lugones, que empreendeu crítica semelhante ao trabalho do pensador peruano. Embora considere a importância da construção teórica de Quijano a respeito da *raça* na ordenação da divisão do trabalho entre escravos e trabalhadores assalariados no sistema moderno capitalista mundial, Mendoza adverte que *raça* se constituiu como conceito totalizador, que invisibiliza gênero como categoria histórica e impede a articulação interseccional entre gênero, *raça* e classe. Para ela, Quijano admite a intersecção entre *raça* e classe, mas não concebe a articulação de gênero, que se forjou concomitante à de *raça*.

A compreensão de que sem a escravidão, pautada na classificação racial, não teria sido possível o desenvolvimento do trabalho assalariado livre na Europa e portanto, do capitalismo, é uma tese fundante no pensamento decolonial. Tal visão, segundo Mendoza (2010), implica também em uma divisão baseada em gênero, que fica subsumida na tese principal. Segundo a autora, para o trabalho assalariado livre, foi necessário a domesticação das mulheres da metrópole, sendo relegadas à esfera doméstica, reprodutiva, e a imposição de um sistema de gênero às mulheres colonizadas. Na Europa tal processo se deu mediante a caça às bruxas, ocorrida no século XV em diante. Nas colônias, o que se viu foi a violação das mulheres indígenas, a retirada do status social e político que desfrutavam nas comunidades e redução das mesmas à condição de escravas. Tal processo de *domestificação* se visibiliza atualmente com os feminicídios, o tráfico de mulheres pobres, o turismo sexual e a feminização da pobreza sob a ordem capitalista neoliberal.

Mendoza (2010) ressalta ainda que a definição do trabalho assalariado como um privilégio dos homens brancos europeus assegurou que os homens brancos pobres não fossem submetidos à condição de escravos, ao mesmo tempo que os liberou dos trabalhos domésticos. Ainda que o trabalho masculino foi subsumido à exploração capitalista, tal pacto foi a base para a conformação da figura do cidadão:

um indivíduo livre, que tenha controle sobre seu corpo e que tenha direito e tempo para participação política; direitos legais, civis, individuais e políticos que excluam as mulheres e os escravos. Ou seja, sem o passado de escravidão nas colônias não haveria esse cidadão branco e chefe de família masculino no Ocidente. Em resumo, a fusão da ideia de *raça* e a ideia de gênero são chaves para moldar a cidadania livre que o Ocidente conheceu quando o capitalismo e a democracia liberal foram moldados (MENDOZA, 2010, p. 26, tradução nossa)¹⁷.

¹⁷ No original: “*un individuo libre, que posee control sobre su cuerpo y que tiene el derecho y el tiempo para la participación política; derechos legales, civiles, individuales y políticos que excluyen a mujeres y esclavos. Es decir, sin el trasfondo de la esclavitud en las colonias no habría tal ciudadano y jefe de hogar masculino blanco en Occidente. En breve, la fusión de la idea de raza y la idea de género son claves para configurar la ciudadanía libre que conoció Occidente al configurarse el capitalismo y la democracia liberal*” (MENDOZA, 2010, p. 26).

María Lugones (2008), por sua vez, por meio de uma crítica construtiva à produção teórica de Quijano, busca investigar como os homens que historicamente têm enfrentado o padrão colonial de poder, têm sido coniventes com a colonialidade de gênero, fruto da mesma matriz de imposição. A autora amplia e complexifica o conceito de colonialidade de poder forjando o conceito de colonialidade de gênero. A partir deste, propõe o conceito de sistema moderno-colonial de gênero como uma lente a partir da qual aprofundar a compreensão das opressões da modernidade colonial.

Lugones (2008) assinala que não só a *raça* foi determinante na configuração da colonialidade de poder, como advoga Quijano, mas também o gênero e a heterossexualidade. Sob esta perspectiva, enfatiza que o tipo de organização de gênero que se impôs no sistema moderno-colonial aos povos colonizados e escravizados foi a organização patriarcal e heterossexual das relações sociais e o dimorfismo sexual, ou seja, a divisão entre macho e fêmea, associados à capacidade reprodutiva e à sexualidade animal. A autora defende que, assim como *raça*, gênero é uma imposição colonial – o que permite que se fale em colonialidade de gênero –, e questiona a compreensão corrente de que existiriam marcações de gênero na organização social das sociedades pré-colombianas. “É importante entender até que ponto a imposição do sistema de gênero foi tanto constitutiva da colonialidade de poder como a colonialidade de poder foi constitutiva da colonialidade de gênero. A relação entre eles segue uma lógica de constituição mútua” (LUGONES, 2008, p. 22).

Ao tratar da colonialidade, Lugones (2014) frisa que sua intenção não é discutir somente a classificação dos povos em torno das relações de poder e de gênero, “mas também o processo de redução ativa das pessoas, a desumanização que as torna aptas para a classificação, o processo de sujeitificação e a investida de tornar o/a colonizado/a menos que seres humanos” (LUGONES, 2014, p. 939). Tal processo refere-se à colonialidade do ser, conceito desenvolvido por Nelson Maldonado Torres (2007).

A colonialidade do gênero refere-se à opressão de gênero racializada capitalista, compreendida como “uma interação complexa de sistemas econômicos, racializantes e engendrados, na qual cada pessoa no encontro colonial pode ser vista como um ser vivo, histórico, plenamente caracterizado” (LUGONES, 2014, p. 941).

Lugones (2014) enfatiza o caráter histórico da relação entre *oprimir* e *resistir*, buscando salientar as resistências concretas à colonialidade do gênero. Sob esse viés, “descolonizar o gênero é necessariamente uma práxis. É decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada visando uma transformação vivida do social” (LUGONES, 2014, p. 940). O feminismo decolonial se constitui como a

possibilidade de superar a colonialidade de gênero.

As feministas decoloniais, embora apresentem discordâncias em relação a algumas conceituações, estabelecem uma crítica ao feminismo que foi se consolidando como hegemônico (ou seja, o feminismo branco, norte americano e europeu), uma vez que este trata as mulheres como uma unidade de sentido, para além da multiplicidade de opressões que as diferenciam, e concebe as opressões de forma compartimentalizada, como se fossem distintas e afetassem de modo aditivo somente a determinados grupos de mulheres. Yuderkys Espinosa-Minõso (2014), feminista afrodominicana, aponta que, para tal feminismo, a opressão fundamental é aquela que oprime as mulheres por serem mulheres, ou seja, a opressão baseada em gênero, de modo que *raça* e classe são tratadas de modo secundário, o que acarreta a naturalização destas categorias, como se não tivessem sido produzidas por sistemas de dominação.

O feminismo decolonial, ao colocar-se crítico ao feminismo hegemônico, se propõe a uma radicalização, compreendendo que as categorias *raça*, classe, gênero e sexualidade são co-constitutivas e compõem uma matriz de opressão. Uma posição decolonial feminista implica, portanto,

entender que tanto *raça* como gênero têm sido constitutivos da episteme colonial moderna; não são simples eixos de diferença, mas são diferenciações produzidas pelas opressões, que, por sua vez, o colonialismo produziu, e continua produzindo na colonialidade contemporânea (CURIEL, 2014, p.55, tradução nossa)¹⁸.

Decolonização, sob o viés do feminismo, implica não apenas compreender os aspectos históricos, econômicos, políticos e culturais da colonização, mas também suas sequelas: as múltiplas formas de dependência do Sul em relação aos processos produzidos pelo capitalismo, os efeitos da racialização e (hetero)sexualização das relações sociais, a legitimação do pensamento único. Trata-se assim, de uma posição política e epistemológica, que permeia o pensamento, a ação individual e coletiva, os imaginários, corpos, sexualidades, formas de atuar e de ser no mundo (CURIEL, 2010).

1.3 POR UMA EPISTEMOLOGIA FEMINISTA DECOLONIAL

Ao enfatizar que o presente estudo se orienta por uma epistemologia feminista, aponto

¹⁸ No original: “Entender que tanto la raza como el género han sido constitutivas de la episteme moderna colonial; no son simples ejes de diferencias, sino que son diferenciaciones producidas por las opresiones que, a su vez, produjo el colonialismo, y que continúa produciendo en la colonialidad contemporánea” (CURIEL, 2014, p.55).

para as estreitas relações entre ciência e gênero, discutida por inúmeras pensadoras como Donna Haraway, Sondra Farganis e Ilana Löwy, para citar algumas. Conforme Löwy (2009), as pesquisas nesse campo desvelam que as formulações do pensamento científico foram marcadas pela existência da dicotomia entre o masculino e o feminino na sociedade, e que, historicamente, o fazer científico foi empreendido por e para indivíduos do sexo masculino. Os pressupostos de neutralidade, objetividade, racionalidade e universalidade da ciência comumente traduzem a visão de mundo de quem produz tal pensamento, ou seja, homens brancos, ocidentais e membros da classe dominante.

A emergência dos movimentos feministas na década de 1970 propiciou a crítica do próprio processo de produção do conhecimento científico (GIFFIN, 1995, LÖWY, 2009). A tomada de consciência do caráter androcêntrico da ciência, marcado por dicotomias – natureza/cultura, mente/corpo, razão/emoção – que foram sendo associadas às diferenciações entre homens e mulheres – sendo os homens associados às ciências, ao pensamento racional, à cultura e as mulheres à natureza, ao corpo, à emoção – levou as mulheres ao questionamento dos pressupostos que orientavam o mundo acadêmico, conforme evidencia a pesquisadora norte-americana Karen Giffin (1995).

A utilização do conceito de gênero para assinalar a construção social do feminino e do masculino e as relações de poder entre os homens e mulheres representava, dessa forma, a recusa do destino biológico das mulheres, presente no discurso sociocientífico corrente, bem como a negação do papel redutor da mulher como reprodutora, confinada ao espaço doméstico. Buscava-se, a partir das pesquisas envolvendo o conceito de gênero, que os paradigmas científicos disciplinares fossem transformados (GIFFIN, 1995).

O feminismo, além de empreender uma crítica contundente ao modo hegemônico de produção de conhecimento científico, tem proposto formas alternativas de operar nesta esfera, o que possibilita que se discuta a conformação de uma – ou seriam várias? – epistemologia feminista (RAGO, 1998). Epistemologia, nesta perspectiva, é definida como

um campo e uma forma de produção do conhecimento, o campo conceitual a partir do qual operamos ao produzir o conhecimento científico, a maneira pela qual estabelecemos a relação sujeito objeto do conhecimento e a própria representação de conhecimento como verdade com que operamos (RAGO, 1998, p.6).

Para Farganis (1997) a epistemologia feminista contemporânea implica na crítica ao modelo cartesiano de ciência, evidenciando os preconceitos do gênero que foram sendo associados tanto ao método científico quanto à tradição epistemológica ocidental na qual este se insere.

A contestação feminista não é a de afirmar que as mulheres podem, tão bem quanto os homens, raciocinar ou "fazer" ciência tal como é praticada agora. Em vez disso, sua posição é de que as mulheres que reconhecem e aceitam os pressupostos feministas sobre o mundo praticarão ciência de modo diverso num mundo que legitime esses pressupostos: usarão uma metodologia diferente ou se basearão num conjunto diferente de práticas para observar e compreender o mundo a sua volta; serão conscientes da intencionalidade de seus estudos e dos usos que deles se farão (FARGANIS, 1997, p. 224-225, grifo no original).

Compreender que gênero é uma variável que intervém no desenvolvimento científico suscitou e continua suscitando inúmeras críticas e controvérsias, adverte Löwy (2009). A historiadora brasileira Margareth Rago (1998) aponta para os riscos de que uma epistemologia feminista sustente a reificação de características naturais ou biológicas e defende que o feminismo se coloque como uma outra forma de fazer e pensar a ciência, a relação entre sujeito e objeto e contribua para o descentramento do sujeito – masculino, ocidental, primeiro mundista, branco, hétero.

Farganis (1997) enfatiza que o caráter social do gênero confere às mulheres “uma perspectiva diferente e o lugar onde estão – suas atividades dentro do mundo e a forma como são consideradas em uma sociedade estratificada pelo gênero – fará delas praticantes de um tipo diferente de ciência” (FARGANIS, 1997, p. 225). Refere que tal argumento distingue-se de uma posição essencialista, uma vez que compreende que os modos de pensar e, portanto, produzir conhecimento são afetados por fatores sociais concretos, entre os quais o gênero.

Sandra Harding (2002) convida a pensar se há um método de investigação feminista, distinto dos métodos tradicionais. Traz considerações a respeito das diferenças entre método, metodologia e epistemologia e ressalta que não é suficiente agregar mulheres à pesquisa e reconhecer aquelas que estão produzindo ciência para que se constitua um fazer científico feminista. A autora assinala que o desafio dos feminismos se situa na formulação das perguntas e em desvelar aquelas perguntas que nunca são formuladas, ou seja, evidenciar quem é o sujeito e quem é o objeto dos estudos. Defende ainda que a investigadora ou o investigador se coloque no mesmo plano crítico que o objeto que se vai investigar, de modo a recuperar a análise do processo mesmo de produção do conhecimento junto aos resultados produzidos: “em outras palavras a classe, a raça, a cultura, as pressuposições em torno ao gênero, às crenças e o comportamento da investigadora, ou do investigador mesmo, devem ser colocados dentro do marco da pintura que ela ou ele desejam pintar” (HARDING, 2002, p. 25, tradução nossa)¹⁹. De tal modo que os investigadores não se apresentem mais como uma

¹⁹ No original: “*En otras palabras la clase, la raza, la cultura, las presuposiciones em tomo al género, las creencias y los comportamientos de la investigadora, o del investigador mismo, deben ser colocados dentro del*

voz anônima, invisível, mas como sujeitos concretos, históricos, com desejos e interesses particulares.

Embora reconheça a importância de se questionar a ciência em seu caráter androcêntrico, Ochy Curiel (2014) critica a universalização da categoria gênero e os binarismos subjacentes à epistemologia feminista, entendendo que esta se coloca como essencialista ao pressupor tratar das experiências femininas de forma unívoca. Considerando os aportes teóricos de Haraway (1995) acerca do conhecimento situado, que convida a historicizar a quem faz a investigação e evidenciar seu lugar de enunciação, Curiel (2014) defende este como um pressuposto ético primordial e assinala que a tomada de posição na construção do conhecimento se dê a partir da consideração da geopolítica, da *raça*, classe, sexualidade e capital social.

O feminismo decolonial corresponde assim a uma aposta epistêmica, um movimento em pleno crescimento que se propõe a revisar a teoria e proposta política do feminismo, dado seu viés ocidental, branco e burguês. Tal perspectiva teórica busca visitar e reinterpretar a história da modernidade, não só a partir de seus conceitos androcêntricos e misóginos, como tem sido feito pela epistemologia feminista clássica, mas também por seu caráter racista e eurocêntrico (ESPINOSA-MIÑOSO, 2014).

Sob a perspectiva do feminismo decolonial, faz-se premente a busca por referenciais epistêmicos e filosóficos que permitam não só desvelar a colonialidade, mas também recriar e repensar novos modos de análise e compromissos de ação. Trata-se de construir “uma epistemologia feminista decolonizante, que não reproduza as dicotomias e binarismos que estão na base da lógica epistêmica ocidental” (RED DE FEMINISMOS DECOLONIALES, 2014, p. 461, tradução nossa)²⁰.

1.4 RECONSTRUINDO OS CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO

É importante trazer alguns apontamentos sobre o vínculo conflituoso entre metodologia e decolonialidade. María Eugenia Borsani (2014), filósofa argentina, ao problematizar a pertinência de uma metodologia decolonial, questiona a necessidade mesma da metodologia, compreendendo esta em sua condição de colonizada, associada aos saberes oriundos das ciências ocidentais. Dar conta do caráter metodológico da pesquisa, sob a lógica

marco de la pintura que ella o él desean pintar” (HARDING, 2002, p. 25).

²⁰ No original: “una epistemología feminista descolonizante, que no reproduzca las dicotomías y binarismos que se encuentran en la base de la lógica epistémica denominada occidental” (RED DE FEMINISMOS DECOLONIALES, 2014, p. 461).

decolonial, se traduz como aporético, uma vez que a decolonialidade questiona a racionalidade própria das ciências eurocêntricas, recusando suas exigências investigativas e sua concepção de conhecimento.

Borsani (2014) argumenta que, comumente, as instituições de ensino superior cobram que se estabeleça *a priori* o desenho metodológico acerca da investigação que se vai empreender. No entanto, a partir do enfoque decolonial, não há a possibilidade de um único desenho ou protocolo metodológico, estabelecido previamente, fazendo-se necessário pôr em tensão a própria práxis investigativa, em virtude de sua dimensão colonial. A metodologia decolonial corresponde, dessa forma, a

uma reconstrução *a posteriori* da investigação que só pode ser explicitada quando a investigação estiver concluída. Nesse sentido, o que se apresenta como metodologia não pode ser senão o resultado de um trabalho hermenêutico em retrospectiva, feito diante das inconsistências e contradições que encontramos diariamente na vida investigativa (BORSANI, 2014, p.164, grifo no original, tradução nossa).²¹

Borsani e Quintero (2014) ressaltam que embora definições e conceitos sejam importantes para a construção de categorias, estas têm sido sobrevalorizadas no campo das ciências sociais e humanas e enfatizam que toda definição implica o controle do enunciante sobre o definido. Sob a perspectiva decolonial, o que interessa não é tanto a enunciação, mas o sujeito enunciante, situado geo-corpo-politicamente: “quem disse o que, a partir de onde, a pedido de, com que intencionalidade, que línguas, memórias, tradições e saberes se põem em jogo no ato da enunciação, que histórias – locais – estão envolvidas, que corpo fala” (BORSANI e QUINTERO, 2014, p. 16, tradução nossa).²² A decolonialidade, longe de garantir a segurança de conceitos e definições, “inquieta e desassossega. Convida a práticas desobedientes, a desprendimentos e a indisciplinas, a dar um giro, a virar a hegemonia ocidental e imperial que impôs uma ordem mundial à custa dos interesses de domínio e opressão” (BORSANI e QUINTERO, 2014, p. 17)²³.

Como modo de compreender as proposições do Banco Mundial relacionadas à gênero

²¹ No original: “*una reconstrucción à posteriori de la investigación que sólo puede ser explicitada una vez terminada la investigación. En ese sentido, aquello que se presente como metodología entendemos que no puede sino ser resultado de un trabajo hermenéutico en retrospectiva, hecho de cara a nuestras inconsistencias y contradicciones con las que nos topamos a diario en la vida investigativa*” (BORSANI, 2014, p.164).

²² No original: “*Quién dice qué, desde dónde, a instancias de qué, con qué intencionalidad, qué lenguas, memorias, tradiciones y saberes se ponen en juego en el acto de la enunciación, que historias (locales) están involucradas, qué cuerpo habla*” (BORSANI e QUINTERO, 2014, p. 16).

²³ No original: “*La decolonialidad inquieta y desasosiega. Invita a prácticas desobedientes, a desprendimientos y à disciplinamientos, a dar un giro, a virar respecto de la hegemonía occidental e imperial que impuso un orden mundial à expensas de sus intereses de dominio y opresión*” (BORSANI e QUINTERO, 2014, p. 17).

e voltadas para a América Latina, me propus a fazer, conforme as contribuições de Curiel (2013; 2014), uma antropologia da dominação, buscando desvelar as estratégias e os discursos que possibilitam a construção de determinados grupos sociais como *outras e outros*, a partir dos lugares de poder e dominação. Tal método tem por base a proposta de antropologia da modernidade empreendida por Arturo Escobar (2007), que consiste em analisar a modernidade ocidental como um fenômeno cultural e histórico, desvelando como se constroem as verdades que regulam a vida social e os discursos a partir do ocidente.

Para tanto, faz-se necessário estudar os contextos, os marcos teóricos e as práticas sociais que lhes são inerentes, possibilitando a compreensão das formas sociais como resultados de práticas históricas que articulam conhecimento e poder. Como diretriz, a antropologia da modernidade traz a possibilidade de tratar do “exótico”, ou seja, a construção da realidade produzida à margem do Ocidente hegemônico, enfatizar os âmbitos considerados como universais, explicitar como suas pretensões de verdade se articulam a práticas sociais, convertendo-se em forças efetivas no mundo real (ESCOBAR, 2007).

Fazer antropologia da dominação

significa fazer etnografia do Norte e do Norte que existe no Sul, fazer etnografia de nossas práticas acadêmicas, metodológicas e pedagógicas que contêm a ideia de desenvolvimento, de uma solidariedade transnacional baseada em privilégios; Significa fazer uma etnografia das lógicas da cooperação internacional em que está inserida, da lógica da intervenção social que fazemos, dos nossos próprios lugares de produção de conhecimento, das teorias que usamos e legitimamos e dos propósitos para a que são feitos. Em outras palavras, devemos fazer etnografia de nossos lugares e posições de produção dos privilégios (CURIEL, 2014, p. 56, tradução nossa)²⁴.

Sob este viés, e pautando-me nas contribuições de Mohanty (2008b), que defende que a investigação feminista deve apontar para as micropolíticas do contexto, subjetividade e luta, bem como para a macropolítica dos sistemas políticos e econômicos, busquei investigar o contexto histórico-social em que o Banco Mundial vem atuando e desenvolvendo suas práticas sociais, os referenciais teóricos subjacentes a tais práticas, os modos como tal instituição tem elaborado proposições sobre a temática de gênero para a região da América Latina e Caribe e constituído as mulheres latinas como *os outros*, objetos de suas práticas.

²⁴No original: “*Hacer antropología de la dominación significa hacer etnografía del Norte y del Norte que existe en el Sur, hacer etnografía de nuestras prácticas académicas, metodológicas y pedagógicas que contienen la idea del desarrollo, de una solidaridad transnacional basada en privilegios; significa hacer una etnografía de las lógicas de la cooperación internacional en la que se está inserta, de la lógica de la intervención social que hacemos, de nuestros propios lugares de producción del conocimiento, de las teorías que utilizamos y legitimamos y de los propósitos para los cuales se hacen. En otras palabras, debemos hacer etnografía de nuestros lugares y posiciones de producción de los privilegios*” (CURIEL, 2014, p. 56).

Inicialmente busquei compreender o processo de construção do conceito de gênero no âmbito do feminismo estadunidense e de como tal processo repercutiu nos movimentos feministas latinoamericanos. Em seguida, passei a discutir como gênero foi manejado na burocracia internacional, no que ficou conhecido como Gênero e Desenvolvimento. Em relação ao Banco Mundial, procurei contextualizá-lo historicamente, identificando seus modos de atuação e a forma como as mulheres e posteriormente as relações de gênero foram se constituindo como objetos de suas práticas. Para tanto, realizei pesquisa bibliográfica utilizando como fontes teses, dissertações, artigos acadêmicos e livros que versavam sobre tais temas.

O *corpus* da pesquisa foi sendo definido a partir da identificação da produção discursiva do Banco Mundial, constituída por documentos escritos com temática de gênero e voltados para a América Latina e Caribe. Os documentos foram acessados no sítio eletrônico do Banco Mundial²⁵, sendo elencados aqueles que possuíam versão em português, espanhol ou inglês.

As produções e projetos de desenvolvimento implementados pelo Banco Mundial são divididos por regiões e países. As regiões atualmente são seis: África, Leste Asiático e Pacífico, Europa e Ásia Central, América Latina e Caribe, Oriente Médio e Norte Africano e Sul Asiático. Em relação ao contexto da América Latina, há uma vasta publicação do BM abarcando diversas áreas e variados tipos de documentos, além da manutenção de um banco de dados virtual²⁶ com informações sobre a região.

Dentre a produção do Banco sobre o tema, encontram-se estudos específicos relacionados a mulheres e gênero, voltados para países ou regiões, bem como relatórios sobre temas mais amplos que apresentam análises de gênero. Duas séries de estudos temáticos vêm sendo publicados pela instituição: a série *Little Data Book on Gender*, que apresenta anualmente uma compilação de dados disponíveis no portal de gênero do Banco e a *Women, Business and the Law*, que desde 2010 vem analisando o arcabouço jurídico dos países ao redor do mundo para identificar leis e regulações que afetam as oportunidades econômicas para as mulheres.

Os estudos sobre gênero têm sido divulgados pelo Banco por meio de relatórios,

²⁵ O Banco Mundial possui um sítio eletrônico onde são disponibilizadas parte significativa de sua produção e que pode ser acessado no endereço <https://www.worldbank.org/>. É possível acessar parte dos conteúdos pesquisando diretamente nessa página. No entanto, há outras bases de dados vinculadas a essa página principal e que podem ser acessadas nesses endereços: <https://openknowledge.worldbank.org/> e <http://documents.worldbank.org/curated/en/home>.

²⁶ <https://data.worldbank.org/region/latin-america-and-caribbean>

artigos, livros, documentos setoriais e reportagens, que conformam o que Arturo Escobar (2007) denomina de práticas documentais. A instituição mantém também um banco de dados virtual denominado *Gender Data Portal*²⁷ (Portal de Dados de Gênero) e um laboratório de inovação em gênero (*Innovation Gender Lab*) que atualmente está organizado por regiões. O laboratório correspondente à América Latina é denominado *Latin America and the Caribbean Gender Innovation Lab*²⁸ (LACGIL).

Dentre a produção discursiva do Banco, foram selecionados os documentos que versavam sobre mulheres ou gênero e traziam análises referentes à América Latina. Os documentos que abordavam as relações de gênero em países específicos da região não foram selecionados. Após esse primeiro processo de busca, os documentos foram agrupados de acordo com a temática que abordam: enquanto alguns deles discutem gênero de forma ampla, outros o articulam a temas específicos, como trabalho, saúde, educação, políticas sociais e violência. A análise de tais materiais foi realizada enfocando-se a dimensão discursiva das proposições de gênero do BM, apoiando-me nos referenciais teóricos citados e na literatura especializada. Como marco temporal, utilizei os textos produzidos a partir dos anos 2000, período em que a estratégia Gênero no Desenvolvimento se consolidou no âmbito da instituição.

²⁷ <http://datatopics.worldbank.org/gender/>

²⁸ <https://www.worldbank.org/en/programs/latin-america-and-the-caribbean-gender-innovation-lab>

2 GÊNERO, FEMINISMOS E DESENVOLVIMENTO

No esforço por compreender os modos como, primeiramente as mulheres e posteriormente gênero vem se conformando como objeto para o Banco Mundial, inicialmente irei traçar alguns apontamentos sobre o processo de construção do conceito de gênero no contexto feminista anglo-saxão. Em seguida, abordarei os feminismos latinoamericanos e as formas como articularam tal conceito, tanto no nível local quanto na esfera transnacional. Na última parte do capítulo, discutirei as estratégias Mulheres no Desenvolvimento (MnD) e Gênero no Desenvolvimento (GeD), bem como seus distintos enfoques.

Forjado em um contexto de lutas sociais feministas, o conceito de gênero não é unívoco e sua apropriação gera inúmeras controvérsias. Reivindicado pelos feminismos como categoria analítica, tal conceito traz em seu bojo um potencial crítico e um compromisso político (SIMÕES BARBOSA, 2001; VILLELA, MONTEIRO e VARGAS, 2009). No âmbito internacional, no que ficou conhecido como abordagem Gênero no Desenvolvimento (GeD), o constructo foi instrumentalizado pelas agências multilaterais de cooperação internacional, de forma a configurar um campo de intervenção tecnocrático, com sua consequente despolitização (GIFFIN, 2002; GARGALLO, 2006; ALVAREZ, 2014; SILVA, 2018).

Embora utilizado inicialmente no campo da psicologia e da sexologia nos anos 1960 e 1970, conforme assinala a antropóloga social afro-dominicana Ochy Curiel (2011), foi a partir do feminismo que gênero alcançou importância como categoria analítica, sendo utilizado teórica, política e epistemologicamente para desnaturalizar o que significa ser mulher, até então sempre concebida em termos de *o outro*.

Conforme historiciza Curiel (2014), foi o psicólogo e sexólogo neozelandês Dr. John William Money o primeiro a utilizar gênero como conceito em suas investigações sobre identidade e papéis de gênero, estabelecendo uma clivagem entre natureza e cultura, entre o inato e o adquirido, o fisiológico e o psicológico e a biologia e o social. Nos anos 1960, Robert Stoller analisou as diferenças entre sexo e gênero em transexuais, distinguindo a identidade sexual – gênero – do sexo biológico.

Tais estudos foram antecidos pelas análises da antropóloga norte-americana Margaret Mead, cuja obra *Sexo e Temperamento em Três Sociedades Primitivas*, publicado em 1935, a consolidou como pioneira nas pesquisas sobre as relações de gênero. Mead demonstrou que a divisão sexual do trabalho e as estruturas de parentescos, distintas daquelas

presentes nas sociedades ocidentais, eram explicativas para os diferentes papéis de gênero, que não se constituíam como inatos, mas como sociais (CURIEL, 2014).

Outra referência na área foi a filósofa existencialista Simone de Beauvoir, que em 1949 publica sua obra *O Segundo sexo*, texto pioneiro para o feminismo e que traz a frase célebre “Não se nasce mulher, torna-se”. Beauvoir discute como a mulher sempre foi constituída como *o Outro*, a partir de uma relação estrutural binária com o masculino, que constrói a si mesmo como sujeito (CURIEL, 2014).

As lutas feministas foram assumindo, historicamente, múltiplas expressões, incidindo nas disputas políticas e na produção acadêmica (BIROLI e MIGUEL, 2014). A busca por compreender as causas da opressão e da exploração das mulheres possibilitou a conformação do conceito de gênero, “elaborado para se contrapor à argumentação que atribui às características biológicas sexuais das mulheres sua posição social subalterna”, conforme destaca a pesquisadora brasileira Regina Simões Barbosa (2001, p. 58).

No feminismo, gênero foi utilizado pela primeira vez pela socióloga britânica Ann Oakley, em 1972, para quem sexo estava relacionado à divisão biológica entre homem e mulher e gênero, a uma divisão social entre o feminino e o masculino (CURIEL, 2014). Em 1975, Gayle Rubin, antropóloga norte-americana, estabelece o conceito sexo-gênero, definido como “uma série de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas.” (RUBIN, 1993, p. 03), assinalando que a subordinação das mulheres se constitui como produto das relações que organizam e produzem a sexualidade e o gênero, de tal modo que a origem da opressão feminina estaria no social e não na biologia (CURIEL, 2014).

A historiadora feminista norte-americana Joan Scott (1989) ressalta que em seu uso mais recente, gênero surgiu entre as feministas norte-americanas que discutiam o caráter primordialmente social das diferenciações baseadas no sexo, apontando para a recusa do determinismo biológico subjacente ao uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual” e marcando o caráter relacional das definições referentes às feminilidades. Gênero, como categoria social, pode ser compreendido como “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, [...] uma forma primeira de significar as relações de poder”, de acordo com a historiadora feminista norte-americana Joan Scott (1989, p. 21).

Os movimentos de mulheres, inicialmente no contexto norte-americano e posteriormente em outros países, empreenderam um processo de problematização do que é ser mulher, na vivência de seu corpo e nas suas relações com o mundo. O que antes era

concebido em termos pessoais, passou a ser compreendido em seu aspecto coletivo, político, de forma que se proclamou que “o pessoal é político”, como destaca a pesquisadora norte-americana Karen Giffin (1995). Dessa forma, gênero, como categoria teórica, colocou em evidência as experiências das mulheres no âmbito privado da vida social, um aspecto até então invisibilizado (SIMÕES BARBOSA, 2001).

Tal movimento propiciou a crítica do próprio processo de produção do conhecimento científico. A partir das pesquisas envolvendo o conceito de gênero, objetivava-se a transformação dos paradigmas científicos disciplinares. Tal intento sinalizava o compromisso político de transformação social do feminismo e sua relação com outros grupos e categorias subordinados (GIFFIN, 1995, SCOTT, 1989). “Gênero articulou, dialeticamente, teoria e práxis e, no campo epistemológico, sujeito e objeto de conhecimento, sendo a teorização uma ferramenta para compreender, denunciar e transformar a situação de opressão e exploração das mulheres” (SIMÕES BARBOSA, 2001, p. 57).

Gênero foi adquirindo inúmeros sentidos ao longo do tempo. Segundo Scott (1989), dois modos de abordagem da categoria de gênero vêm sendo utilizada pelas(os) historiadoras(es): a primeira é descritiva, referindo-se à existência de fenômenos ou realidades, mas sem interpretações e explicações causais. Já a segunda forma busca elaborações teóricas sobre a natureza dos fenômenos e das realidades e objetiva encontrar sua causalidade (SCOTT, 1989).

Donna Haraway (2004), filósofa feminista norte-americana, enfatiza que a raiz da palavra gênero, tanto em inglês, como em francês e espanhol, é o verbo latino *generare*, que significa gerar, bem como a alteração latina *gener*, que corresponde à raça ou tipo. A autora assinala que gênero é central para a conformação de sistemas de classificação, e a dificuldade para as distinções dos termos “sexo” e “gênero” correspondem à história política das palavras.

Conforme assinalam as pesquisadoras brasileiras Maria Luiza Heilborn e Bila Sorj (1999), o conceito de gênero se inscreve em uma tradição feminista anglo-saxã. As linhas de investigação francesa nunca incorporaram tal categoria, criticando-a por seu viés culturalista e utilizando, em seu lugar, o termo relações sociais de sexo (*rappports sociaux de sexe*), cuja gênese, de ascendência marxista, relaciona-se às relações sociais de produção.

A filósofa ítalo-mexicana Francesca Gargallo (2006) ressalta que a categoria descritiva gênero se constitui como um sistema que é lido necessariamente a partir da cultura ocidental, e que, no contexto latinoamericano, *gender* foi mal traduzido para o castelhano como *género* – gênero, na língua portuguesa –, o que representa uma tradução impossível: “‘gênero’ nos idiomas neolatinos implica uma classificação ou uma taxonomia que, em inglês, seria

traduzida como *genre*. O gênero implica sempre a existência de dois sexos na vida e nas atividades humanas” (GARGALLO, 2006, p.26, tradução nossa)²⁹.

O poder universalizante do sistema sexo-gênero tem sido criticado politicamente, tanto por se inscrever como parte das tendências etnocêntricas e imperialistas dos feminismos europeus e euro-americanos, quanto por se configurar como uma categoria que subordina as demais (HARAWAY, 2004). Tais críticas são compartilhadas tanto pelo movimento feminista negro norte-americano, pelo feminismo chicano e pelos feminismos pós e decoloniais, que buscam complexificar as relações de poder nas sociedades contemporâneas, articulando as categorias de *raça*, classe, gênero e sexualidade (CURIEL, 2007).

Para Espinosa-Miñoso, Correal e Muñoz (2014, p. 13, tradução nossa)³⁰, as propostas advindas das mulheres feministas ocidentais têm sido apresentadas

como uma narrativa crítica do universalismo androcêntrico ao mesmo tempo em que produziu e fixou um universalismo de gênero que projeta para o resto da humanidade o que na realidade é a experiência histórica e a forma de interpretação e problematização do mundo de um grupo de mulheres geopoliticamente localizadas no Ocidente.

O feminismo decolonial compreende que gênero corresponde a uma imposição colonial, caracterizando o que María Lugones (2008) chamou de colonialidade de gênero. As categorias *raça*, classe, gênero e sexualidade são compreendidas como co-constitutivas, compondo uma matriz de opressão, inscrita na episteme moderna colonial (CURIEL, 2014).

2.1 SITUANDO OS FEMINISMOS LATINOAMERICANOS

Muito se discute sobre a pertinência de se falar em feminismos latinoamericanos, seja em relação a uma perspectiva política seja para se referir aos aspectos da teoria feminista. A socióloga brasileira Lília Maria Silva Macêdo (2017a) ressalta que, ao focar o feminismo latinoamericano há muito mais do que a simples referência às coordenadas geográficas, uma vez que a América Latina corresponde a um contexto histórico-social com aspectos econômicos, políticos e culturais específicos, complexos, marcados pela diversidade étnica,

²⁹ No original: “*género en las lenguas neolatinas implica una clasificación o una taxonomía que, en inglés, se traduciría con genre. Gender implica siempre la existencia de dos sexos en las vidas y actividades humanas*” (GARGALLO, 2006, p. 26).

³⁰ No original: “*como una narrativa crítica del universalismo androcéntrico al tiempo que ha producido y fijado un universalismo de género que proyecta hacia el resto de la humanidad, lo que en realidad es la experiencia histórica y la forma de interpretación y problematización del mundo de un grupo de mujeres ubicadas geopolíticamente en Occidente*” (ESPINOSA-MIÑOSO, CORREAL e MUÑOZ, 2014, p. 13).

linguística e religiosa.

Os movimentos e os pensamentos feministas originados na região têm acionado cada vez mais uma identidade latinoamericana, como salienta Macêdo (2017a), o que traz a necessidade estratégica de se compreender o que o aporte latinoamericano representa para o feminismo, bem como entender quando, como e por que tal delimitação passou a constituir o feminismo.

A feminista espanhola Rosa Cobo Bedia (2014) argumenta que não é pertinente falar em feminismo latinoamericano, do mesmo modo que não caberia tratar de um feminismo europeu ou africano, uma vez que não se tratam de experiências homogêneas, nem realidades holísticas e coerentes. Dado a diversidade e complexidade do contexto político, econômico e cultural da América Latina e Caribe, a autora defende que seria mais adequado tratar em termos de debates feministas na América Latina. Ballestrin (2017, p. 1050) ressalta que há muitas tendências e disputas no contexto de tais debates:

As características compartilhadas pela América Latina, Centro-América e Caribe como região não implicam uma vivência e um passado comumente sentidos por todas as mulheres “latinoamericanas”. Aqui estamos falando de desigualdades e injustiças, amarradas historicamente em estruturas políticas, sociais, culturais e econômicas, para pensarmos as múltiplas identidades, necessidades, reivindicações e interesses feministas.

Sternback *et al* (1994) sugere considerar os feminismos latinoamericanos, já que a complexidade da região possibilita uma diversidade de interpretações da realidade. Compartilhando de tal reflexão, abordarei em seguida alguns aspectos históricos dos movimentos feministas no continente. Para tanto, como salienta Bedia (2014), faz-se necessário atentar para a diversidade cultural derivada do passado de colonização, tanto espanhola quanto portuguesa, que produziu mestiçagens, segregações e exclusões, com efeitos sociais que podem ser encontrados nos debates feministas. Breny Mendoza (2009) advoga a necessidade de desconstrução da teoria feminista ocidental, que tem pautado os debates na região, para a construção de uma nova teoria feminista latinoamericana decolonial e pós-ocidental, orientada pelo contexto geopolítico-cultural local.

Reconstruir a história das ideias feministas latinoamericanas traz um duplo desafio, conforme assinala Francesca Gargallo (2006): um reconhecimento da historicidade das ideias feministas em um contexto marcado culturalmente pela ocidentalização – e em grande parte resistente a ele – e a perspectiva de que o feminismo deve situar-se como uma política de alteridade, seja em sua fase emancipatória, quando as mulheres intentam alcançar a igualdade em relação aos homens, quanto na fase de liberação e de reivindicação da diferença, em que

as mulheres afastam-se do humanismo que tem nos homens seu referente universal. A autora pontua que o movimento feminista é em si, internacional e internacionalista, não sendo circunscrito a um grupo ou a um ambiente:

O feminismo não é um discurso hegemônico, pois tem tantas correntes quanto aquelas que podem surgir das experiências dos corpos sexuados na construção das individualidades. O feminismo é o reconhecimento de uma subjetividade em processo, feita de sim e não, fluida, que implica a construção de formas de socialização e novos pactos culturais entre as mulheres (GARGALLO, 2006, p. 34, tradução nossa)³¹.

Embora seja marcado por influências dos feminismos que se desenvolveram no contexto europeu e estadunidense a partir do século XIX (GARGALLO, 2006; ESPINOSA-MIÑOSO, 2009) o feminismo que se desenvolveu na América Latina apresentou características próprias, dado os contextos históricos nacionais e continentais, sua composição étnica e sua participação política, produzindo interpretações particulares dos ideais de autonomia, que não podem ser compreendidas sem a análise de como e de onde se localizam as feministas diante da realidade. Sob a perspectiva feminista latinoamericana, o processo de liberação das mulheres se constitui sempre como um feito coletivo, capaz de engendrar nos sujeitos novas formas de ver a si próprio na relação com os outros sujeitos (GARGALLO, 2006):

No âmbito latinoamericano, a política feminista tem transitado e ainda transita em todas as direções, desde a luta pela emancipação até a afirmação de uma diferença positiva das mulheres em relação ao mundo dos homens e a "teoria do gênero". Desta forma, ela enfrenta tanto as experiências políticas da esquerda, com algumas abordagens econômica, política e ecológica com as quais coincide, quanto os desafios que os critérios da globalização econômica e as políticas das agências internacionais de financiamento apresentam à sua autonomia (GARGALLO, 2006, p. 33, grifo da autora, tradução nossa)³².

Uma das características fundamentais do enfoque latinoamericano do feminismo, conforme assinala Macêdo (2017a), é a perspectiva crítica ao etnocentrismo que permeia os conceitos e categorias operadas pelos feminismos europeus e estadunidenses. A autora

³¹ No original: “*El feminismo no es un discurso hegemónico, pues tiene tantas corrientes como las que pueden surgir de las experiencias de los cuerpos sexuados en la construcción de las individualidades. El feminismo es el reconocimiento de una subjetividad en proceso, hecha de síes y de noes, fluida, que implica la construcción de formas de socialización y nuevos pactos culturales entre las Mujeres*” (GARGALLO, 2006, p. 34).

³² No original: “*En el ámbito latinoamericano, la política feminista ha transitado y constantemente transita en todos los sentidos, de una lucha por la emancipación a la afirmación de una diferencia positiva de las mujeres con respecto al mundo de los hombres y a la “teoría de género”. De esta manera confronta tanto las experiencias políticas de izquierda, con algunos de cuyos planteamientos económicos, políticos y ecológicos coincide, como los retos que los criterios de la globalización económica y las políticas de las agencias internacionales de financiamiento presentan a su autonomía*” (GARGALLO, 2006, p. 33, grifo da autora).

ressalta que a ênfase em uma vinculação regional por parte de parcelas dos feminismos latinoamericanos responde a uma tentativa de se diferenciar dos feminismos que discutem a opressão da mulher sem considerar sua vinculação a uma realidade específica. A crítica ao etnocentrismo foi empreendida por pesquisadoras e pesquisadores pós-coloniais e se constitui como o cerne do feminismo pós-colonial, empreendendo crítica tanto ao etnocentrismo nas relações sociais quanto na própria teorização feminista. Destacam-se aqui as contribuições fundamentais da feminista indiana Chandra Mohanty (2008a), que aborda o viés etnocêntrico das teorizações do feminismo hegemônico.

O pensamento feminista latinoamericano não desfruta de amplo prestígio nos ambientes acadêmicos do Norte, e mesmo nas pesquisas realizadas no contexto latinoamericano, muitas vezes se recorre às teorias produzidas pelos países do Norte global. Gargallo (2006, p. 15, tradução nossa)³³ cita as palavras da feminista Urania Ungo, que diz: “Estou cada vez mais convencida de que a citar é um fato político. As feministas latinoamericanas em nossos escritos não nos citam, nós recorremos à autoridade externa para justificar nosso pensamento. Mas a autoridade é sempre política.” Gargallo (2006) ressalta que o pensamento feminista tem criado significações distintas e por vezes opostas às da dominação masculina, buscando manter sua autonomia em relação aos partidos políticos e aos Estados, exigindo igualdade de direito de expressão, e tentando exercer o livre exercício de sua sexualidade e a crítica à heterossexualidade normativa. A autora questiona a possibilidade de existência de pensamentos feministas de cunho não-ocidental, ou seja, que não estejam ancorados nas bases da Modernidade. Ressalta que esta é uma questão filosófica, permeada pela dúvida sobre a universalidade de um sujeito *mulher* concebido a partir de sua individualidade:

As “bases” da Modernidade configuram uma metáfora tão profundamente enraizada em nós, em nosso comportamento e em nossa aproximação ao que consideramos educação, raciocínio e política, que a partir das universidades e do feminismo raramente é questionada (GARGALLO, 2014, p.17, grifo da autora, tradução nossa)³⁴.

³³ No original: “*Estoy cada día más convencida de que citar es un hecho político. Las feministas latinoamericanas en nuestros escritos no nos citamos a nosotras, recurrimos a la autoridad exterior para justificar nuestro pensamiento. Pero la autoridad es siempre política*” (URANIA UNGO, apud GARGALLO, 2006, p. 15).

³⁴ No original: “*Las ‘bases’ de la Modernidad configuran una metáfora tan profundamente enraizada en nosotras, en nuestro comportamiento y en nuestro acercamiento a lo que consideramos educación, razonamiento y política, que desde las universidades y desde el feminismo pocas veces es cuestionada*” (GARGALLO, 2014, p.17, grifo da autora).

Gargallo (2006) assinala a importância da reconstrução da história das ideias feministas na América Latina, intento que permite refletir sobre um caminho percorrido, organizar as interpretações e localizar a reflexão contemporânea, construindo teorias. Macêdo (2017b) ressalta que as interpretações historiográficas frequentemente ignoram a participação das mulheres nas lutas sociais e políticas e Gargallo (2014) adverte que a história das mulheres indígenas é ainda menos reconhecida.

Segundo Gargallo (2006), ainda que antes do século XX não existisse um movimento feminista estruturado e consolidado na região, havia muitas mulheres que problematizavam a condição feminina, principalmente no que tange ao acesso à educação e aos direitos políticos. As mulheres estiveram mobilizadas em diversas lutas, desde as revoltas pela abolição da escravidão e pela independência até os movimentos socialistas, anarquistas e liberais, sendo atuantes em partidos, sindicatos e outros tipos de organização (MACÊDO, 2017a).

Em vários países latinoamericanos, como Brasil, Chile, México, Peru e Costa Rica, as ideias feministas passaram a ser difundidas já na primeira metade do século XIX, a partir de uma imprensa feminina, como assinala Ana Alice Costa (2005). Na primeira década do século XX existiam organizações feministas socialistas, anarquistas e liberais em vários países da América Latina, que se organizavam, na maioria deles, em articulação com os movimentos de bases populares, influenciados pelo pensamento socialista e anarquista de caráter internacional. Tais organizações se autodenominavam feministas e discutiam e difundiam os direitos da mulher, tendo como eixo organizador a demanda por igualdade jurídica e direito ao voto.

A luta sufragista se ampliou a partir dos anos 1920 no contexto latinoamericano, conduzida por mulheres de classe média e alta que passaram a realizar ações diretas junto aos órgãos legislativos. A partir da conquista do direito ao voto, o que se seguiu foi um influxo do movimento feminista na maioria dos países da região, em consonância com a tendência ocorrida nos EUA e Europa (COSTA, 2005).

Em diversos países da região, feministas que atuavam em espaços autônomos ou que estavam vinculadas às organizações de esquerda ou à academia, na busca de um espaço próprio para sua militância, passaram a reunir-se em pequenos grupos de autoconsciência: “Nomearam seus corpos, encheram-nos de sentido à luz da descoberta do valor político da experiência vivida, expressaram seus desejos, escutaram-se na voz de outras, politizaram a

sexualidade e criticaram a linguagem e suas categorias conceituais” (GARGALLO, 2006, p. 89, tradução nossa)³⁵.

As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por regimes ditatoriais sangrentos na América Latina. A repressão dos governos aos grupos de oposição levou ao desaparecimento e morte de milhares de pessoas por parte dos aparelhos repressivos do regime, sob a égide da defesa da segurança nacional. A realidade de repressão do Estado e o acirramento das lutas de classe foram instrumentais para a conformação de uma prática feminista latinoamericana (STERNBACK *et al*, 1994; COSTA, 2005; BEDIA, 2014).

O movimento feminista que eclodiu na região nesse período teve como marca a resistência contra os regimes ditatoriais, de modo que, ao mesmo tempo em que surgiam os grupos feministas de autoconsciência, as feministas latinoamericanas “desafiavam não apenas o patriarcado e seu paradigma de dominação machista – o estado militarista ou contra-insurgente – mas também juntavam forças com outras correntes de oposição, ao denunciarem a exploração e a opressão social, econômica e política” (STERNBACK *et al*, 1994, p. 258-259).

Tal movimento se desenvolveu na esteira dos movimentos feministas internacionais, no contexto ideológico de 1968 e como consequência do processo de industrialização, que estimulou um maior ingresso das mulheres no mercado de trabalho e a ampliação do setor educacional (COSTA, 2005; BEDIA, 2014). Sternback *et al* (1994) ressaltam ainda que a articulação do feminismo com os movimentos de esquerda marcou o compromisso com a mudança radical das relações sociais de produção e reprodução, enquanto combatiam o sexismo no interior dos próprios movimentos revolucionários.

Tanto sob os governos militares quanto civis, os papéis tradicionais das mulheres e os “valores da família cristã ocidental” constituíam o cerne da ideologia da segurança nacional. No entanto, enquanto o discurso oficial apelava para as pretensas virtudes da condição tradicional das mulheres, a política econômica regressiva às empurrava para a força de trabalho. “Além disso, as vítimas femininas da repressão do Estado eram violadas sexualmente, humilhadas de modo brutal e submetidas à depravação, fato que dificilmente se harmonizava com a exaltação ideológica militar da feminilidade e sua encarnação quintessencial, a maternidade” (STERNBACK *et al*, 1994, p. 259).

³⁵ No original: “*Nombraron sus cuerpos, los llenaron de significados a la luz del descubrimiento del valor político de la experiencia vivida, expresaron sus deseos, se escucharon en la voz de otras, politizaron la sexualidad y criticaron el lenguaje y sus categorías conceptuales*” (GARGALLO, 2006, p. 89).

Assim como na América do Norte e na Europa, o feminismo nesse período se configurou a partir de grupos de esquerda. No entanto, as mulheres militantes enfrentavam o sexismo dentro de suas próprias organizações progressistas e revolucionárias, que consideravam as problemáticas “femininas” como questões secundárias e o feminismo, uma importação burguesa (STERNBACK *et al*, 1994, BEDIA, 2014).

As crises econômicas que eclodiram na região nesse período propiciaram o surgimento de inúmeros grupos de mulheres da classe operária, muitos deles vinculados à Igreja Católica ou aos partidos de esquerda, cujo objetivo era suprir as necessidades vitais básicas. Tais necessidades estavam vinculadas aos papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres como esposas, mães e provedoras familiares, de modo que as mulheres assumiram posições estratégicas na resistência das classes populares, buscando garantir a oferta de serviços urbanos, assistência médica e educação. Além disso, a forte repressão dos Estados, com a massificação de torturas e de desaparecimentos de presos políticos foi um outro fator que possibilitou a articulação das mulheres de classes sociais distintas na organização das lutas pelos direitos humanos (STERNBACK *et al*, 1994).

Na década de 1970, em diversos países do mundo e na região da América Latina em particular, militantes feministas passaram a ingressar no âmbito acadêmico, configurando os Estudos Feministas (*Feminist Studies*) e os Estudos sobre Mulher (*Women's Studies*), estimulando o desenvolvimento de programas de pesquisas que abordavam as problemáticas da opressão feminina e tratavam de forma crítica a produção do conhecimento, contrapondo-se ao viés androcêntrico dominante (HEILBORN e SORJ, 1999).

Maria Luiza Heilborn e Bila Sorj (1999) destacam que a legitimação dessas áreas de estudos na região contou com o apoio institucional e financeiro da Fundação Ford. A percepção do papel que as mulheres desempenhavam na modernização das sociedades latinoamericanas, principalmente no que se refere ao controle populacional, passou a pautar as políticas de investimento de muitas agências internacionais, entre elas a Fundação Ford – e o Banco Mundial, como veremos posteriormente –, de modo que o feminismo em geral, e aquele que começava a ganhar força na América Latina, foram considerados fortes aliados na construção de um modelo de feminilidade que relativizava a maternidade como ideal exclusivo das mulheres.

A partir dos anos 1980, o termo mulher, tido como uma categoria empírica/descritiva, foi sendo paulatinamente substituído pelo termo gênero, uma categoria analítica, de modo que os *Estudos sobre as Mulheres* e os *Estudos Feministas* passaram a configurar os campos de *Estudos de Gênero* (HEILBORN e SORJ, 1999; SCAVONE, 2007). Heilborn e Sorj (1999)

afirmam que tal mudança favoreceu a rejeição de determinismos biológicos subjacentes ao uso dos termos sexo ou diferença sexual em favor da ênfase dos aspectos relacionais e culturais da construção social do feminino e masculino, possibilitando a inclusão dos homens como categoria empírica e favorecendo estudos sobre as masculinidades.

No entanto, a adoção do conceito de gênero em detrimento dos termos mulher e feminismo favoreceu a aceitação acadêmica desse campo de pesquisa na medida em que representava a despolitização da problemática feminina, que, tendo origem no movimento feminista, suscitava inúmeros preconceitos (HEILBORN e SORJ, 1999). Para Curiel (2011), tais mudanças relacionavam-se à inserção de feministas nos ambientes acadêmicos e às tentativas de alguns centros de estudos de obter financiamento junto às agências de cooperação internacional. A autora afirma que os Estudos de Gênero eram mais palatáveis à academia em comparação com as supostas ameaças representadas por uma posição feminista. Se por um lado gênero tornava as discussões mais inclusivas, por outro, possuía um potencial desmobilizador, levando à possibilidade de fragmentação e comprometimento de uma agenda feminista.

Um fator decisivo para a estruturação de um enquadramento latinoamericano do feminismo foi a articulação entre os movimentos da região, que ultrapassaram as fronteiras de seus países de origem e passaram a se organizar em redes de atuação mais amplas (MACÊDO, 2017a). Sternback *et al* (1994) enfatizam que o sentimento de isolamento político e a necessidade de construir um processo político autônomo levou grupos de mulheres a se reunirem periodicamente. Com a participação de ativistas feministas de base e profissionais liberais de toda a América Latina e Caribe, passaram a ser realizados os Encontros Feministas Latinoamericanos e Caribenhos (daqui em diante EFLAC), convocados pela primeira vez por um grupo de ativistas colombianas no início dos anos 1980.

A heterogeneidade dos feminismos latinoamericanos e caribenhos, com suas diferenças de classe, de formações raciais e étnicas, de idade e geração, de identidades e orientações sexuais, tem colocado desafios para a compreensão de questões-chave do movimento feminista, como saúde reprodutiva, educação, violência contra as mulheres, direitos trabalhistas e a globalização neoliberal. As mulheres que têm participado dos Encontros vêm de uma diversidade de inserções em espaços de militância e ativismo, como grupos feministas lésbicos, sindicatos trabalhistas, movimentos de trabalhadores sem-terra, organizações não-governamentais, departamentos de estudos da mulher e de gênero, organizações revolucionárias e partidos políticos de esquerda, além de instituições governamentais. Os Encontros permitiram que as militantes, vindas de experiências diversas

de lutas políticas e localidades, pudessem compartilhar suas diferentes perspectivas e construir significados políticos e culturais alternativos, se engajando com outros cujos feminismos emergiam de condições sócio-políticas e heranças coloniais e neocoloniais parecidas (STERNBACK *et al*, 1994; ALVAREZ *et al*, 2003).

Convocados bi ou trianualmente desde 1981, os EFLAC vêm funcionando como marcadores históricos, como espaços críticos transnacionais em que as feministas remodelam e negociam identidades, discursos e práticas e onde as estratégias especificamente latinoamericanas têm sido constituídas e contestadas. Ancorados na solidariedade política entre as mulheres participantes, os Encontros têm propiciado diálogos, alianças e reorganizações das coalizões entre os grupos na região (ALVAREZ *et al*, 2003). Como a elaboração de uma análise sistemática dos encontros extrapola os objetivos deste estudo, apresentarei brevemente os principais temas e discussões suscitados nos EFLAC, tendo por base os apontamentos de Sternback *et al* (1994) e Alvarez *et al* (2003).

O processo de preparação para o primeiro EFLAC em Bogotá, em 1981, evidenciou os conflitos entre feministas militantes vinculadas aos partidos políticos de esquerda e entre aquelas que se reivindicavam como autônomas ou independentes. Tal cisão se evidenciou de modo mais contundente durante a realização do Encontro, cujas discussões giraram em torno de três eixos: a autonomia do movimento feminista, compreendida como independência política ideológica e organizacional; a dupla militância, ou a participação simultânea em um partido político e em movimentos feministas; e a relação entre feminismo e imperialismo (STERNBACK *et al*, 1994).

A autonomia do movimento feminista era defendida pelo grupo que ficou conhecido como “feminista”, que entendia o feminismo como projeto revolucionário, acreditando que nem o capitalismo nem o socialismo resolveriam a opressão feminina, e defendia que a organização das mulheres deveria se dar em organizações feministas independentes de partidos políticos. Já a outra posição, que veio a ser conhecida como o grupo das “políticas”, enfatizava que a prática feminista não devia estar separada dos partidos políticos, mas que deveria ter autonomia em relação a estes. Defendia a articulação da opressão sexista e de classe, em uma estratégia de dupla militância, com participação concomitante nas organizações de esquerda e feministas (STERNBACK *et al*, 1994; ALVAREZ *et al*, 2003).

Nos dois primeiros Encontros, a autonomia foi discutida principalmente em contraponto às organizações de esquerda. Como já exposto anteriormente, boa parte das militantes feministas vinha de organizações revolucionárias e partidos de esquerda. Muitas delas, ao se confrontarem com estruturas sexistas no interior de tais organizações, passaram a

buscar uma atuação independente destas. Dessa forma, a primeira e maior tensão filosófica e estratégica com a qual as feministas se confrontaram foi entre as que se proclamavam “feministas” e aquelas às quais se referiam como as “políticas”, mulheres que continuaram a trabalhar dentro de organizações partidárias de esquerda. Tal conflito levou a consideração da “autonomia” como uma prática que definia quem era (e quem não era) feminista (ALVAREZ *et al*, 2003).

O segundo grande debate presente nos Encontros se deu em torno da temática da inclusão e exclusão, conforme assinala Alvarez *et al* (2003), relacionada a quem poderia ou não participar dos Encontros e quem podia ou não ser considerada feminista. Tal preocupação ganhou terreno à medida que se fazia evidente que trabalhar com mulheres e ser feminista não se constituía necessariamente como sinônimo. A cisão se deu então entre o que se considerava movimento feminista e o chamado movimento de mulheres. Este último formado principalmente por mulheres das classes populares, que se distinguiram das mulheres brancas e de classe média, articuladas em torno do movimento feminista do período. As denominadas feministas tratavam as mulheres das classes operárias como público-alvo ou clientela-chave de suas práticas.

O elevado número de mulheres que passaram a participar dos Encontros a partir da década de 1990 parecia mostrar que o movimento feminista estava tomando proporções massivas no continente. Com inserções diversas, como grupos independentes, sindicatos, Organizações Não Governamentais (ONGs), departamentos de estudos de mulheres e os recém-criados ministérios das mulheres, as participantes passaram a se organizar em redes de atuação, como a Rede Latinoamericana e Caribenha de Mulheres Negras e a rede de mulheres lésbicas. A dicotomia entre militantes (políticas) e feministas parecia atenuada, uma vez que os dois grupos reconheciam a necessidade de articulação entre classe, gênero e raça, além da importância da luta em uma diversidade de contextos. A dupla militância foi então ressignificada: ao invés de levar a linha do partido para a organização feminista, passou-se a tentar levar a linha feminista para dentro do partido, sindicato ou organização de bairro (STERNBACK *et al*, 1994; ALVAREZ *et al*, 2003).

Alvarez *et al* (2003) ressaltam que os posicionamentos polarizados que marcaram os Encontros nos anos 1980 foram revisados, de modo que outros ideais de autonomia foram sendo acionados:

O debate *feminista/política* perdeu sua força, à medida que muitas feministas revisaram sua compreensão do que poderíamos chamar de ‘autonomia engajada’ – negociando com, ou participando de movimentos e partidos revolucionários e de Esquerda, bem como de instituições sociais e políticas dominantes, mantendo, ao mesmo tempo, uma postura crítica e *feminista*. À medida que se desencadearam

transições de governos autoritários para governos civis no Brasil, no Cone Sul e na Região Andina, outras ainda se afiliaram a partidos legais da oposição – mas o fizeram proclamando com orgulho suas identidades feministas e insistindo para que a oposição abraçasse a causa feminista (ALVAREZ *et al*, 2003, p. 546, grifos no original).

A participação cada vez maior de mulheres em ONGs e em ações de *advocacy*³⁶ de políticas de gênero, além da presença de mulheres nos partidos políticos legalizados – e não mais os partidos clandestinos de esquerda, envolvidas em campanhas eleitorais ou empregadas estatais, sinalizava o novo contexto que os feminismos latinoamericanos estavam inseridos nos anos 1990. Os ideais de autonomia passaram a figurar em um novo eixo: o engajamento de feministas em instituições políticas nacionais e internacionais, compreendido por algumas como necessário ao avanço da agenda feminista e visto por outras como um perigoso passo rumo ao “patriarcado global neoliberal” ou, até mesmo, como um conluio com esse patriarcado (ALVAREZ *et al*, 2003).

Segundo Alvarez *et al* (2003), a lógica de *advocacy* de políticas públicas já vinha influenciando a militância feminista, em decorrência tanto dos processos de democratização quanto da inserção dos países em uma lógica neoliberal, que acompanhou o projeto democrático. Os governos dos países em processo de redemocratização vinham acolhendo, pelo menos retoricamente, as demandas feministas, criando ministérios, estabelecendo cotas para a participação feminina nas eleições e formulando legislação contra a violência de gênero.

Estados e instituições de desenvolvimento empreenderam um processo de apropriação e despolitização de aspectos da agenda política feminista mais ampla, que aparentemente possuía alguma convergência com as políticas neoliberais. Ativistas feministas passaram a ser convocadas para apoiar na tarefa de “ajudar mulheres pobres a ajudarem a si mesmas” (ALVAREZ, 2014, p. 63), de forma que, além da feminização da pobreza, assistiu-se à feminização da diminuição da pobreza. As oportunidades formais de desenvolver lutas por políticas de gênero baseadas na sociedade civil incentivou a formação de ONGs e a especialização e profissionalização de muitas feministas, o que foi intensificado com o enxugamento do Estados e a retirada de direitos e aportes governamentais às políticas

³⁶ De acordo com Alvarez, Libardoni e Soares (2000), *Advocacy* é um neologismo, ainda sem tradução literal para o português, que vem sendo cada vez mais utilizado no contexto da ação feminista latinoamericana. Inicialmente, correspondia a um jargão utilizado por agências de cooperação internacional e por ONGs internacionais feministas norte-americanas e europeias, para se referir ao ato de exercer pressão política sobre gestores e legisladores. Após os anos 1990, com a participação de ONGs latinoamericanas nas Conferências da ONU, o conceito de *advocacy* passou a ser ressignificado e passou a corresponder às estratégias de sistematização de aprendizados, desenvolvimento de habilidades de negociação, planejamento e contato com os meios de comunicação, além de conhecimentos sobre o contexto político que acercam as propostas.

públicas a partir das lógicas neoliberais. As ONGs feministas passaram a se formalizar e a moderar seus discursos, como modo de garantir a interação com os governos e com instituições internacionais (ALVAREZ *et al*, 2003).

Em decorrência da realização da Conferência Mundial das Mulheres (CMM) em Pequim, em 1995, houve um ascenso de políticas públicas com perspectiva de gênero tanto na América Latina como em grande parte do Sul Global. Para atuar no sistema ONU, exigia-se cada vez mais habilidades especializadas e cada vez mais recursos materiais, além de alianças com organizações governamentais e internacionais. A participação nas conferências recebia financiamento de agências de cooperação internacional multilaterais, bilaterais e não governamentais (ALVAREZ *et al*, 2003).

Francesca Gargallo (2006, p. 9, grifo no original, tradução nossa)³⁷, incita uma série de questionamentos sobre os rumos que o movimento feminista latinoamericano tomou a partir dos anos 1990:

Por que, nos anos 90, o feminismo latinoamericano deixou de buscar em suas próprias práticas, sua experimentação e na história de suas reflexões, os fundamentos teóricos de sua política? Por que aceitou acriticamente a categoria de gênero para se explicar e a participação nas “políticas públicas” como solução para a crise do movimento, como exige a cooperação internacional? Por que se relaciona com a perda repentina de criticidade e radicalidade feminista latinoamericana e se acompanha pelo descrédito do ativismo como instrumento de conhecimento da própria realidade e da mudança democrática?

O maior objeto de disputas entre os movimentos feministas no período se deu em torno da participação ou não dos grupos feministas latinoamericanos nos processos preparatórios para a IV Conferência de Mulheres da ONU, ocorrida em 1995. Muitas mulheres protestaram contra o fato de que os encontros preparatórios receberiam financiamento da Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), com forte ligações com a CIA (Agência Central de Inteligência, na tradução em português) e com ações de cunho marcadamente imperialistas no continente. Apesar dos conflitos, o grupo envolvido com *advocacy* aceitou participar da Conferência da ONU, de modo que nos dois anos seguintes os esforços foram voltados para a organização de tal evento (ALVAREZ *et al*, 2003).

³⁷ No original: “¿Por qué, en la década de 1990, el feminismo latinoamericano dejó de buscar en sus propias prácticas, en su experimentación y en la historia de sus reflexiones, los sustentos teóricos de su política? ¿Por qué aceptó acriticamente la categoría gender-género para explicarse y la participación en “políticas públicas” como solución a la crisis del movimiento, según lo exigía la cooperación internacional? ¿Por qué se relaciona con la pérdida repentina de la criticidad y de la radicalidad feminista latinoamericana y se acompaña con el descrédito del activismo como instrumento de conocimiento de la propia realidad y del cambio democrático?” (GARGALLO, 2006, p. 9)

Yuderkis Espinosa-Miñoso (2014) assinala que o processo de preparação para a IV Conferência aglutinou mulheres de todas as partes, em uma mobilização sem precedentes. Tal processo agravou a tensão entre militantes e grupos mais centrados na política. As feministas autodenominadas autônomas emergiram como uma corrente política declarada e acusaram os grupos feministas que ocuparam espaços em partidos e no Estado ou que haviam fundado ONGs profissionais, de institucionalizar e vender o movimento, em apoio ao patriarcado e ao capitalismo neoliberal. Estas últimas foram chamadas de “feministas institucionalizadas”. A autonomia foi ressignificada como “um compromisso individual e coletivo para se reivindicar espaços a partir dos quais se possa transformar as vidas das mulheres e a sociedade como um todo” (ALVAREZ *et al.*, 2003, p. 558).

Gargallo (2006), que fez parte do grupo feminista autônomo, destaca as reservas que tinham em relação a um feminismo que estava crescendo sob a tutela de organismos de cooperação internacional e se organizava em torno de demandas legais para alcançar a igualdade das mulheres. Em um manifesto lido no EFLAC de 1996, explicitam seu ponto de vista:

Tem-se tentado fazer-nos parecer desqualificando as mulheres que trabalham dentro do feminismo institucionalizado. O que sustentamos é que esses lugares se proclamam representantes das mulheres e do movimento feminista e se constituem nos especialistas em políticas para as mulheres. Sustentamos que essas instituições não são neutras, que pertencem a um sistema e o sustentam e que o dinheiro então se torna um instrumento político (GARGALLO, 2006, p. 135, tradução nossa)³⁸.

A corrente feminista autônoma constituiu uma das bases de articulação do feminismo decolonial, destacando a necessidade de um pensamento próprio e de uma política de enfrentamento à agenda internacional do desenvolvimento. Esta agenda global de direitos, afinada aos interesses coloniais, institucionaliza e tecnocratiza os movimentos sociais (ESPINOSA-MIÑOSO, CORREAL e MUÑOZ, 2014).

Alvarez *et al.* (2003) enfatiza que a tensão em nível regional entre autônomas e institucionalizadas não encontrou um correspondente direto na maior parte dos países e teria se diluído a partir do processo de revisão crítica empreendido por algumas das feministas envolvidas com *advocacy* de políticas, que refletiram sobre os perigos de centrar as

³⁸ No original: “Se ha tratado de hacernos aparecer descalificando a las mujeres que trabajan dentro del feminismo institucionalizado. Lo que sostenemos es que estos lugares se autoproclaman representantes de las mujeres y del movimiento feminista y se constituyen en los expertos de las políticas sobre las mujeres. Sostenemos que estas instituciones no son neutras, que pertenecen a un sistema y lo sostienen y que el dinero pasa entonces a ser un instrumento político” (GARGALLO, 2006, p. 135).

estratégias políticas nas negociações com governos e organizações internacionais, com foco na formulação de políticas, além de concordarem com algumas das críticas feitas pelo grupo das autônomas. Estas últimas, segundo Alvarez *et al* (2003), se fragmentaram como grupo devido a tensões internas. Tal visão, no entanto, não é compartilhada por feministas alinhadas a um posicionamento autônomo. Yuderkis Espinosa-Miñoso (2014) ressalta que esta tensão acarretou uma polarização irreconciliável entre autônomas e institucionalizadas.

Segundo Alvarez (2014), na década de 1990, muitos grupos feministas passaram a se articular verticalmente, ou seja, associar-se aos partidos – agora eleitorais, não mais clandestinos e revolucionários, como na década de 1970, à instâncias governamentais, universidades e aos organismos de cooperação internacional, de forma que “gênero – um dos discursos definidores do campo [...] passou a ser, no linguajar da ONU, ‘*mainstreamed*’, ou ‘transversalizado’, pelas instituições políticas” (ALVAREZ, 2014, p. 26, grifos da autora).

Nesse contexto, as ONGs

indiscutivelmente figuraram como as atoras mais visíveis (e mais controversas) nos campos feministas brasileiro e latinoamericano (e global) nos anos 1990. Com suas sedes permanentes, orçamentos expressivos, departamentos especializados, e pessoal remunerado, viraram o que poderíamos chamar verdadeiros “esteios”, nós articuladores por excelência, dos agora descentrados campos feministas. Produzindo e disseminando conhecimentos e discursos, além de executando os mais diversos projetos, as ONGs e suas redes ajudaram a entrelaçar as atoras feministas agora amplamente espalhadas pela fábrica social, articulando-as organizacional e discursivamente (ALVAREZ, 2014, p.26, grifos da autora).

Embora as ONGs estivessem presentes desde a emergência do movimento feminista na região, o diferencial consistia na visibilidade política alcançada por estas organizações e no seu envolvimento com os estados e instituições multilaterais. O processo de proliferação de ONGs, conhecido como o fenômeno de “onguização” possibilitou a conformação de inúmeras organizações especializadas em avaliação e execução de políticas de gênero, que, a despeito da visibilidade alcançada, afastaram-se do trabalho junto aos movimentos de base (PEREIRA, 2009; ALVAREZ, 2014; BALLESTRIN, 2017).

Gargallo (2006) adverte que, enquanto na década de 1990 o neoliberalismo se intensificava, parte considerável da população mundial estava às voltas com o desemprego, a desnutrição e o fechamento de escolas e hospitais devido às privatizações. Diante de tal cenário, as organizações de mulheres se multiplicaram, porém sem articulação com o movimento feminista que vinha produzindo uma série de especialistas em assuntos femininos, as denominadas “tecnocratas do gênero”, que estariam dispostas a liderar processos de mudança dentro dos poderes constituídos.

Rosa Bedia Cobo (2014, p. 47) sintetiza as principais problemáticas pontuadas pelo feminismo latinoamericano no século XX: os debates entre as que defenderam a colaboração do feminismo com as instituições e quem advoga pela autonomia dos movimentos, entre quem aposta nas políticas públicas e quem as considera como deslegitimação do feminismo. A colaboração com o Estado é vista por algumas ONGs e por parte do movimento feminista como a estratégia possível para transformar as hierarquias de gênero e modificar a vida das mulheres latinoamericanas. Por outro lado, os setores do feminismo que rechaçam tal colaboração, dada a proximidade dos Estados com as classes ricas da região, tratam de forma cética os supostos efeitos positivos de tal processo e advertem ainda para a despolitização que pode implicar. A autora enfatiza que estes setores do feminismo latinoamericano têm evidenciado sua preocupação com a intersecção das opressões e com os efeitos perversos da colonização. Daí decorre a crítica ao feminismo hegemônico, que, ao ancorar-se em aportes ocidentais, perde sua força emancipatória.

No século XXI, o feminismo se mostra como um projeto diverso, com a coexistência de distintas posições ideológicas, que se expressam em múltiplas correntes teóricas: reformista, radical, socialista, marxista, da igualdade, da diferença, pós-colonial, pós-moderno, ecofeminismo, cultural, islâmico, indígena, lésbico, negro, queer (SAAVEDRA, 2019), e, acrescento, decolonial e transfeminista. A antropóloga e socióloga argentina Sonia Alvarez (2014) assinala que os feminismos latinoamericanos, articulados a uma pluralidade de novas organizações feministas, têm construído estratégias distintas de mobilização, se pautando cada vez mais no uso das tecnologias da informação e comunicação e se organizando por meio de protestos que se dão de modos mais fluidos, não institucionalizados. Saavedra (2019) defende que a emergência do ciberativismo em rede tem possibilitado a confluência de uma nova forma de organização feminista, mais transversal, transnacional, cosmopolita e marcada pela presença dos feminismos não hegemônicos do Sul global. Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) discutem os recentes movimentos de greves feministas, que a partir de ações nacionais articuladas, têm constituído um movimento transnacional, repolitizando as lutas feministas ao evidenciar suas raízes históricas de lutas por direitos da classe trabalhadora e por justiça social.

A emergência de novos feminismos, com suas distintas formas de atuação e de articulações, tanto no nível local, nacional e/ou internacional, apresenta elementos de um movimento global de mulheres, que passou a ser conhecido como feminismo transnacional (CYPRIANO, 2013). As primeiras experiências de transnacionalização do feminismo se deram a partir da realização das conferências internacionais sobre as mulheres, dos anos 1970

em diante, e estavam ancoradas no conceito de irmandade global (*global sisterhood*), que pressupunha a universalidade do patriarcado como opressão comum a todas as mulheres, independentemente das relações de *raça*/etnia, classe, sexualidade e nacionalidade (MENDOZA, 2002; BALESTRIN, 2017a). Espinosa-Miñoso (2014) assinala que o processo de transnacionalização foi fortemente estimulado pelos organismos internacionais, conduzindo a um processo de desmobilização feminista em suas bases.

O termo feminismo transnacional aponta para a multiplicidade dos feminismos do mundo e para a tendência dos feminismos nacionais de politizar as questões da mulher para além das fronteiras do Estado-nação. No entanto, se por um lado este processo demarca a pluralidade de atoras sociais e de formas organizativas, por outro lado, é acusado pelos feminismos subalternos de pautar-se no universalismo, etnocentrismo, eurocentrismo e ocidentalismo, o que resultaria na dificuldade de uma solidariedade feminista a nível global (MENDOZA, 2002; BALLESTRIN, 2017a).

Espinosa-Miñoso (2014) enfatiza que os feminismos, assim como as esquerdas, sempre apresentaram caráter internacionalista. Ressalta, no entanto, que os processos de conformação de espaços transnacionais feministas têm mostrado seus limites e tem trazido resultados nefastos para os feminismos latinoamericanos, ao privilegiar a ascensão individual de feministas localizadas no Sul global, que por suas origens de classe e *raça*, conseguem obter acesso à fontes de financiamentos junto às instituições de cooperação internacional. Tal processo implica também em uma desconexão entre as lideranças e as bases dos movimentos feministas, com a consequente fragmentação setorial das lutas. A autora adverte que dificilmente as mulheres do Sul são efetivamente representadas em tal processo, ficando excluídas entre os discursos hegemônicos dos planos neocoloniais e imperialistas propostos para o Sul e os discursos das/dos representantes feministas do Norte e do Sul global:

Se a afrodescendente ou a indígena ou mestiça, mãe ou lésbica, trabalhadora precária, camponesa ou fora do mercado de trabalho, estudante ou analfabeta, monolíngue, bilíngue, expulsa pela pobreza ou pela guerra para países do primeiro mundo... se são nomeadas, se são objeto de discursos e políticas, mesmo que as feministas “comprometidas” do Sul e do Norte “falem por ela”... ela definitivamente não está lá (ESPINOSA-MIÑOSO, 2009, p. 51, grifos no original, tradução nossa)³⁹.

³⁹ No original: “*Si la afrodescendente o la indígena o mestiza, madre o lesbiana, trabajadora precarizada, campesina o fuera del mercado laboral, estudiante o analfabeta, monolingüe, bilingüe, expulsada por la pobreza o por la guerra a países del primer mundo... si ellas son nombradas, si ellas son objeto de discursos y políticas, aunque las feministas ‘comprometidas’ del Sur y del Norte ‘hablen por ella’ ...ella definitivamente no está ahí*” (ESPINOSA-MIÑOSO, 2009, p. 51, grifos no original).

Diante da exacerbação da globalização capitalista, com efeitos devastadores sobre a população pobre do Sul e principalmente sobre as mulheres e meninas, Chandra Mohanty (2008b) assinala a necessidade de se passar da crítica à reconstrução e defende a conformação de uma solidariedade feminista transnacional, anticapitalista e não colonizadora. Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019, p. 123) enfatizam que o caráter universalista dos feminismos deve se dar a partir de alianças pautadas na multiplicidade de lutas, constituindo-se por uma visão de universalismo “sempre em formação, sempre aberta à transformação e à contestação e sempre se consolidando novamente por meio da solidariedade.”

2.2 GÊNERO NA BUROCRACIA INTERNACIONAL

2.2.1 “Integrando” Mulheres ao Desenvolvimento

Desde a segunda metade do século XX, na América Latina, Ásia e África, vem sendo difundido, com um fervor “quase religioso”, conforme aponta Arturo Escobar (2007, p. 11), o que se convencionou chamar de desenvolvimento. Formulado nos Estados Unidos e na Europa nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial e adotado pelas elites dos países do chamado *Terceiro Mundo*, o modelo de desenvolvimento continha, desde o início, a proposta de transformação total das culturas e formações sociais dos três continentes de acordo com os ditames dos países do *Primeiro Mundo* (ESCOBAR, 2007). O desenvolvimento, nesta perspectiva, pode ser compreendido como

um regime de representação, como uma “invenção” resultante da história do pós-guerra e que, desde o seu início, moldou inevitavelmente todas as concepções possíveis da realidade e da ação social nos países que desde então ficaram conhecidos como subdesenvolvidos (ESCOBAR, 2007, p. 12, grifo do autor, tradução nossa)⁴⁰.

O sociólogo norte-americano Immanuel Wallerstein (1994) ressalta que desenvolvimento tem pelo menos duas conotações: a primeira refere-se a uma concepção biologicista, baseada na história natural, associada ao nascimento, desenvolvimento e morte das espécies. E a segunda tem referência na aritmética, quando desenvolvimento assume uma lógica aditiva, a partir da percepção de uma projeção linear, rumo ao crescimento infinito. Maria Mies (1994) explica que a metáfora biológica foi utilizada para conceituar os processos

⁴⁰ No original: “un régimen de representación, como una ‘invencción’ que resultó de la historia de la posguerra y que, desde sus inicios, moldeó ineluctablemente toda posible concepción de la realidad y la acción social de los países que desde entonces se conocen como subdesarrollados” (ESCOBAR, 2007, p. 12, grifo do autor).

históricos e sociais em andamento nos séculos XIX e XX. O conteúdo desse desenvolvimento correspondia à industrialização, também chamada de modernização, que se converteu no objetivo “universal” da humanidade, de modo que a ciência e a tecnologia foram tomadas como a força motriz de tal processo. O que estava oculto, no entanto, era que o desenvolvimento da Europa e dos Estados Unidos não se constituiu como um processo evolutivo, “natural”, como fazia supor a metáfora biologicista, mas se deu por meio da violência mediante a colonização de povos estrangeiros e suas terras, e a exploração da natureza e das mulheres. O desenvolvimento, sob esta lógica, produz o subdesenvolvimento.

Os discursos e práticas de desenvolvimento tiveram suas origens nas políticas colonialistas, porém alcançaram projeção com a conjuntura histórica do período final da Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos encabeçaram os projetos de reconstrução dos países atingidos pela guerra, resultando na criação do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (SARDEMBERG, 2018). Em seu discurso de posse, em janeiro de 1949, o presidente norte-americano Harry Truman apresentou ao mundo o que seria a nova forma de atuação dos EUA para “cooperar” com os países *subdesenvolvidos*. Tal discurso ancorava-se em pretensos ideais democráticos e enfatizava o progresso científico como modo de dirimir as mazelas a que estavam submetidas parte considerável da população mundial. A doutrina Truman, como veio a ser conhecida, apontava para uma nova era marcada pela hegemonia dos Estados Unidos, pautada no capital, no progresso e na ciência (MIES, 1994; ESCOBAR, 2007; SARDEMBERG, 2018).

A partir de então, o mundo estaria dividido, de forma dual, em países *desenvolvidos* e *subdesenvolvidos*, o que implicava, implicitamente, que o *desenvolvido* correspondia à imagem do futuro, a utopia, e que o “avanço” dos *subdesenvolvidos* seguiria um processo evolutivo “natural”, culminando nos benefícios desfrutados pelos países que atingiram o ápice da pirâmide social. Tal mito de desenvolvimento não apenas se constituiu como a base de todas as políticas e estratégias econômicas em relação aos países *subdesenvolvidos*, como também capturou a imaginação e moldou as expectativas dos pobres no *Terceiro Mundo* (MIES, 1994).

O discurso do desenvolvimento, que em pouco tempo passou a constituir-se como “uma força poderosa no próprio Terceiro Mundo”, como assinala Escobar (2007, p. 24, tradução nossa)⁴¹, tem produzido um aparato muito eficiente de produção de conhecimento e de exercício de poder, conformando sucessivamente novas estratégias, teorias e práticas. Tal

⁴¹ No original: “*una fuerza poderosa en el propio Tercer Mundo*” (ESCOBAR, 2007, p. 24).

discurso resulta em “práticas concretas de pensamento e ação através das quais se chega a criar realmente o Terceiro Mundo” (ESCOBAR, 2007, p. 31, tradução nossa)⁴².

Escobar (2008) chama a atenção para os nexos entre o declínio do ordenamento colonial e a emergência do desenvolvimento, compreendendo que este último se constituiu como estratégia para reconstruir o mundo colonial e reorganizar as relações entre metrópole e colônias. O regime de ordem e verdade constituinte da modernidade e mobilizado pelo Ocidente foi aprofundado pela economia e pelo desenvolvimento, refletindo na possibilidade de que o *Terceiro Mundo* e sua população pudessem ser vistos “de fora”, a partir de uma posição objetivista e empirista, com teorias e intervenções advindas do exterior. Chandra Mohanty (2008a) se refere a tais problemáticas quando questiona sobre quem produz conhecimento sobre as mulheres do *Terceiro Mundo* e a partir de que lugar.

Idoye Zabala (2005) destaca que nos primeiros estudos sociológicos e econômicos sobre o desenvolvimento existiam poucas referências às mulheres e quando eram mencionadas, predominava a visão da mulher como ocidental, independente e liberada, em contraponto à mulher oprimida pelos homens e pelas famílias nas sociedades não-ocidentais. Tais visões, permeadas por tendências colonialistas e por estereótipos e simplificações, ancoravam-se no pensamento liberal e defendiam a transformação das mulheres em sujeitos capazes de exercitar suas aptidões e talentos da mesma forma que os homens. Cabia então às mulheres igualarem-se aos homens, do mesmo modo que cabia aos países *subdesenvolvidos* igualarem-se aos países industrializados.

Quando começaram os investimentos em “ajuda ao desenvolvimento” nos anos 1950, voltados principalmente para obras de infraestrutura que beneficiariam a industrialização e o incremento da força de trabalho masculina, as mulheres foram definidas como receptoras passivas do desenvolvimento. Considerava-se que a principal contribuição que podiam oferecer ao desenvolvimento era a maternidade e a criação dos filhos (ZABALA, 2005).

As crises econômicas, políticas e sociais que permearam os anos 1960 possibilitaram a emergência de críticas aos modelos de desenvolvimento vigentes. Figurando entre os movimentos contestatórios do período, os movimentos feministas passaram a contribuir para a construção de novos reordenamentos das questões relativas às mulheres nos processos e discursos sobre desenvolvimento (SARDEMBERG, 2018). As mulheres passaram a reivindicar educação e emprego, equidade na participação política e social, além de acesso a

⁴² No original: “prácticas concretas de pensamiento y de acción mediante las cuales se llega a crear realmente el Tercer Mundo” (ESCOBAR, 2007, p. 31).

serviços de saúde e bem estar social, fomentando o debate sobre justiça social e equidade no contexto desenvolvimentista (RAZAVI e MILLER, 1995).

Tal debate foi impulsionado pelo crescimento de estudos sobre a condição das mulheres, realizados em países da Europa e nos Estados Unidos, que abordavam a situação de desigualdade a que eram submetidas. Estes estudos fomentaram a elaboração de distintas ações e programas de intervenção, que se configuraram em torno do que passou a ser conhecido como abordagem Mulheres no Desenvolvimento (MnD) e Gênero e Desenvolvimento (GeD)⁴³ (MOSE, 1989; RAZAVI e MILLER, 1995; NANES, QUADROS e ZARIAS, 2017; SARDEMBERG, 2018; SILVA, 2018).

Estas abordagens referem-se a um conjunto de teorias e práticas acerca das mulheres – e posteriormente, das relações de gênero – nos discursos do desenvolvimento das organizações internacionais. Não sendo mutuamente excludentes ou necessariamente sobrepostas em termos cronológicos, as características identificadas em uma abordagem podem estar interligadas a outra abordagem, refletindo a pluralidade de grupos (feministas, não feministas e grupos das agências de desenvolvimento) e diversidade de correntes políticas e teóricas que orientam o campo (NANES, QUADROS e ZARIAS, 2017).

Embora desde os primórdios da humanidade nenhuma economia tenha funcionado sem as mulheres, o capitalismo constitui-se como a primeira formação social que construiu a noção de que as mulheres não fazem parte da economia e não compõem a esfera pública, política, cultural e da ciência e tecnologia, mas vinculam-se ao terreno do privado, da família e do domínio da “natureza”. Tal visão de mundo dualista, predominante desde o século XVIII em todas as sociedades ditas “modernas”, impulsionou o discurso desenvolvimentista que pretendia “integrar as mulheres ao desenvolvimento” (MIES, 1994).

2.2.2 A Abordagem Mulheres no Desenvolvimento (MnD)

A atenção das burocracias internacionais à temática da modificação das relações entre os sexos se deu de forma gradual, por meio da atuação de pesquisadoras, acadêmicas ou missionárias no âmbito de organismos de ajuda externa nos EUA e na Europa Ocidental.

⁴³ Destaco que nas traduções para o português foram encontrados distintos usos nas abreviações referentes à tais abordagens. Silva (2018) utiliza a expressão Mulheres no Desenvolvimento, abreviada como MnD para a abordagem *Women in Development (WID)* e a abreviação GeD para Gênero e Desenvolvimento (*Gender and Development*, em inglês, GAD). Nanes, Quadros e Zarias (2017) utilizam as siglas correspondentes em inglês, WID e GAD. Cecília Sardemberg (2018) utiliza a expressão Mulheres *em* Desenvolvimento, com a abreviação MED e utiliza a grafia GED para Gênero no Desenvolvimento. Opto aqui por utilizar a grafia conforme trazida por Silva (2018), MnD e GeD.

Baseadas em premissas liberais sobre as desigualdades sexistas, seus trabalhos e reivindicações passaram a alcançar prestígio na década de 1970, configurando o campo que se convencionou chamar de Mulheres no Desenvolvimento (SILVA, 2018). Tal estratégia refere-se a um conjunto de estudos e intervenções voltado à integração das perspectivas femininas ao âmbito do desenvolvimento, o que envolve a articulação entre governos, ONGs e organismos internacionais que atuavam nos países do *Terceiro Mundo*. O termo foi cunhado no início dos anos 1970 por profissionais feministas que atuavam na USAID, em Washington (RAZAVI e MILLER, 1995; ALVAREZ, 2014; SARDEMBERG, 2018), partindo do pressuposto de que as mulheres constituíam-se como recursos ainda não explorados, que podiam contribuir para o desenvolvimento (MOSER, 1989, SILVA, 2018).

O grupo de mulheres atuantes em Washington passou a estabelecer redes com as mulheres que atuavam na ONU e com as pesquisadoras que estavam desenvolvendo estudos sobre o trabalho produtivo, a divisão sexual do trabalho e o impacto do desenvolvimento na condição de vida das mulheres (RAZAVI e MILLER, 1995; SARDEMBERG, 2018). Razavi e Miller (1995) ressaltam que a maior influência para a conformação da abordagem MnD foi o florescimento dos movimentos feministas na década de 1970, nos países do Norte global. O feminismo liberal, uma das correntes feministas que emergiu no período, forneceu a base teórica que fundamentou a estratégia política utilizada pelas/os defensoras/es da MnD. Tendo como ideia central a compreensão de que as desvantagens das mulheres decorrem da construção de papéis sociais estereotipados, postulou-se que tais desvantagens poderiam ser suprimidas com a quebra desses padrões, oferecendo-se às meninas melhores oportunidades educacionais, abrindo os mercados para o emprego feminino, formulando leis anti-discriminação, por exemplo.

Os esforços das feministas liberais para obter direitos iguais, emprego, equidade e cidadania para as mulheres nos Estados Unidos, buscando criar um sistema político justo para as mulheres americanas, coadunava-se aos ideais defendidos pela abordagem MnD. De tal forma, nos países do Norte foi dada especial atenção às oportunidades de emprego para as mulheres, com ênfase no pagamento pelo trabalho produtivo feminino. Já nos países tidos como *subdesenvolvidos*, a MnD privilegiou a integração dos papéis produtivos das mulheres na economia como forma de melhorar seu *status*. As mulheres desses países foram identificadas prioritariamente em seus papéis de esposas e mães, e as políticas voltadas a elas se restringiam às questões de bem-estar social, como educação nutricional e economia doméstica. Havia pouca referência à sua atuação na esfera produtiva, seja para a subsistência ou para o mercado (RAZAVI e MILLER, 1995).

Outra influência para a conformação da MnD foi a realização de inúmeras pesquisas sobre a condição das mulheres ao redor do mundo. A obra da economista dinamarquesa Ester Boserup, *Women's Role in Economic Development* (O papel da mulher no desenvolvimento econômico), de 1970, é considerado precursor de tal abordagem. Pautado em pesquisa de campo realizada em vários países da Ásia, América Latina e África sobre o papel das mulheres, Boserup ressalta a importância do trabalho feminino para as economias nacionais e defende que as agências de desenvolvimento, lideradas por homens, brancos e ocidentais, conceberam as mulheres do *Terceiro Mundo* como donas de casa, o que provocou a sua marginalização dos processos de desenvolvimento (RAZAVI e MILLER, 1995; NANES, QUADROS e ZARIAS, 2017, SILVA, 2018).

Com base no trabalho de Boserup, a visão de que o papel das mulheres se reduzia à sua atuação como mães e esposas, que permeava as políticas de desenvolvimento relativas às mulheres, passou a ser questionada. Ao invés das mulheres serem tratadas como beneficiárias “carentes”, como receptoras passivas dos programas de assistência social, os argumentos da MnD passaram a apresentar as mulheres como membros “produtivos” da sociedade, capazes de contribuir ativamente no desenvolvimento econômico. As mulheres se converteram assim em um recurso econômico até então subvalorizado no processo de desenvolvimento (RAZAVI e MILLER, 1995; SARDEMBERG, 2018).

As discussões formuladas por Boserup, embora tenham fornecido a base teórica para os argumentos da MnD, suscitaram inúmeras críticas. Uma das críticas, conforme assinala Silva (2018), refere-se à concepção da origem das desigualdades femininas, tratada por Boserup como decorrente da exclusão da mulher do sistema produtivo. Como forma de superar tal discrepância, a mulher deveria ser “integrada” ao sistema econômico. Os questionamentos a tal argumento assinalavam que as mulheres já participam do sistema produtivo, ainda que de modo informal, além de atuarem na esfera doméstica. De tal forma, compreendia-se que Boserup considerava o papel feminino apenas na esfera reprodutiva.

Razavi e Miller (1995) assinalam que outro grupo de questionamentos se referia à associação da abordagem MnD com eficiência, com base em parâmetros do mercado, de forma que a produtividade da mulher deveria ser tratada de modo meritocrático. Não surpreende que no período tenham sido realizados inúmeros estudos apontando as contribuições, principalmente das mulheres rurais, à produtividade, e tenha se buscado a inclusão dos aportes produtivos e reprodutivos das mulheres ao Produto Interno Bruto (PIB) e nas estatísticas trabalhistas.

Os argumentos da MnD induziram ao direcionamento de recursos de desenvolvimento para as mulheres. Com base no estudo de Boserup e em inúmeros outros, as defensoras da abordagem enfatizaram que a invisibilidade da mulher na esfera produtiva conduzia a erros na alocação de capital financeiro, o que estimulou a elaboração de pesquisas com foco exclusivo nas mulheres e o aumento da destinação de verbas à projetos femininos. Defendia-se que o acesso das mulheres à tecnologia e ao crédito se reverteria em incremento da produtividade feminina, impactando positivamente no desenvolvimento nacional, sob a alegação de que os custos de se investir na produtividade das mulheres são justificáveis em termos de retorno econômico e também de retorno social (RAZAVI e MILLER, 1995).

As estratégias de *advocacy* feminista garantiram que as demandas das mulheres tivessem ressonância em espaços mais amplos como a ONU (RAZAVI e MILLER, 1995). Tais esforços propiciaram que o ano de 1975 fosse designado como o Ano Internacional da Mulher. Neste mesmo ano foi realizada a I Conferência Mundial das Mulheres (I CMM) na Cidade do México. No evento, foi lançada a Década das Nações Unidas para as Mulheres – que compreenderia os anos de 1975 e 1985 – e foi aprovado um Plano de Ação, cujo objetivo maior era “integrar” as mulheres no processo de desenvolvimento (SARDEMBERG, 2018).

A Década das Mulheres e as conferências que ocorreram a partir de então contribuíram para institucionalizar a abordagem MnD no Sistema ONU. Durante a década, foi estimulada a formulação de legislação para promover os direitos das mulheres, o que incluía as preocupações relacionadas à “integração” feminina ao desenvolvimento. Em 1979 foi aprovada a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), que assinalou os direitos das mulheres à educação, acesso ao crédito e à igualdade de tratamento. Embora a legislação (especialmente no nível internacional) não tivesse resultado em modificações substanciais na prática, as recomendações que emergiram da Década das Mulheres proporcionaram um ambiente normativo no qual as defensoras da MnD podiam expressar suas demandas (RAZAVI e MILLER, 1995). O desenvolvimento passou a figurar como um catalisador para movimentos de mulheres em todo o mundo a partir dos anos 1970. Na região da América Latina, marcada por ditaduras militares e governos civis militarizados, o Ano e a Década Internacional da Mulher propiciaram a abertura de um espaço programático e discursivo para os movimentos feministas à medida que conferiam um discurso que os legitimava (ALVAREZ, 2014).

Como modo de avaliar os resultados alcançados com a implementação do Plano de Ação, foi realizada em 1980 a II CMM, em Copenhague, da qual participaram 145 representações de países-membros. Os resultados mostraram que houve diminuição do acesso

das mulheres ao crédito e piora das desigualdades entre homens e mulheres, demarcando um descompasso entre os avanços normativos e os direitos efetivamente alcançados. Em 1985, realizou-se em Nairóbi, no Quênia, a III CMM (SARDEMBERG, 2018).

A década de 1980 assistiu a proliferação de organizações voltadas à integração das mulheres ao desenvolvimento no âmbito da ONU, com distintos programas e estratégias. No entanto, desde os anos 1950 vinham sendo formuladas diversas intervenções que refletiam as mudanças macroeconômicas e as políticas sociais voltadas às mulheres, principalmente as do *Terceiro Mundo*. Caroline Moser (1989) buscou sistematizar os principais enfoques que figuraram nesse período e orientavam a abordagem MnD: *bem-estar* (1950/1970), *equidade* (1975/1985), *antipobreza* (desde 1970), *eficiência* (desde 1980) e *empoderamento* (desde 1975). A autora enfatiza que tal classificação representa uma simplificação da realidade, uma vez que a formulação de tais enfoques não seguia uma lógica linear e que alguns surgiram simultaneamente.

O enfoque denominado bem-estar (*welfare*) é o mais antigo e o mais frequente entre as políticas sociais voltadas aos países subdesenvolvidos, sendo marcado por um caráter residual da ideologia colonial. Pressupõe que a assistência social aos grupos vulneráveis deve ser ofertada quando a estrutura familiar e/ou o mercado não puderem prover suas demandas. Tal enfoque ancora-se na suposição de que as mulheres se constituem como receptoras passivas do desenvolvimento e têm na maternidade o seu papel social mais relevante, de modo que a criação dos filhos seria a principal contribuição feminina para o desenvolvimento econômico. O papel reprodutivo das mulheres é enfatizado nos programas que atribuem a responsabilidade sobre o bem-estar familiar às mulheres (MOSER, 1989, ZABALA, 2005). Silva (2018) assinala que tal enfoque refere-se a um período anterior à consolidação da abordagem MnD, correspondendo a uma etapa pré-MnD.

Nos anos 1970, a tendência do bem-estar foi alvo de inúmeras críticas. Nos Estados Unidos, grupos de mulheres apontavam que os projetos de desenvolvimento estavam afetando negativamente as mulheres. No âmbito da ONU, as avaliações da Década da Mulher estimularam outras perspectivas para tratar as mulheres na agenda de desenvolvimento, de modo que novos enfoques foram desenvolvidos – equidade, antipobreza, eficiência e empoderamento (MOSER, 1989; NANES, QUADROS e ZARIAS, 2017; SILVA, 2018).

A MnD, conforme caracteriza Moser (1989), está mais associada ao enfoque da equidade (*equity*), que concebe as mulheres como participantes ativas no processo de desenvolvimento e parte da premissa de que as lógicas desenvolvimentistas frequentemente são nocivas às mulheres. A dicotomia entre o trabalho produtivo e reprodutivo é questionada e

se problematiza as desigualdades entre homens e mulheres, não apenas no que se refere ao campo econômico, mas em toda a esfera social. Defende-se a inserção das mulheres no desenvolvimento a partir do incremento do acesso destas ao mercado produtivo, de modo que a equidade passa a ser vista em termos de independência econômica.

Silva (2018) assinala que o enfoque defendia a educação e a capacitação das mulheres como estratégias para se alcançar a igualdade em relação aos homens. Acreditava-se que o investimento em educação ampliaria o ingresso das mulheres no mercado de trabalho e a partir daí, de alcançaria a igualdade entre as esferas públicas e privadas. Como aponta Zabala (2005), este enfoque apresentava uma confiança excessiva no mercado e no setor econômico formal. Na medida em que as tarefas domésticas não foram redistribuídas com a entrada das mulheres no mercado de trabalho o que se viu foi uma sobrecarga de trabalho feminino.

Apesar da ênfase que lhes foi dada, os programas pautados na equidade encontraram inúmeras dificuldades. Metodologicamente, a falta de um indicador unificado para mensurar o *status* ou progresso das mulheres e a ausência de dados econômicos e sociais sobre a condição feminina dificultou a formação e avaliação dos programas. Politicamente, havia pouco interesse das agências de desenvolvimento em avançar em discussões que envolvessem a redistribuição de poder entre os sexos. Assim, embora se reconhecesse a equidade como princípio, sua implementação não era garantida na prática, o que fez com que apenas as preocupações com a igualdade legal entre os sexos – como direito ao divórcio, guarda de filhas/os, propriedade, crédito e voto - fossem aceitas (MOSER, 1989; SILVA, 2018).

Silva (2018) ressalta que os enfoques levaram a ambiguidades conceituais, tanto nas formulações de políticas por parte dos governos quanto nas proposições das próprias agências governamentais. A produção teórica feminista e os conceitos que operacionalizava não eram passíveis de serem convertidos, pelas burocracias internacionais, em ferramentas de atuação simplificadas. Desse modo, a MnD teve dificuldades para se consolidar.

O enfoque antipobreza (*anti-poverty*), o segundo dentro da MnD, articulou as desigualdades entre homens e mulheres em termos de desigualdade de renda, associando a subordinação feminina à pobreza. As preocupações deslocaram-se da inequidade de gênero para as mulheres do *Terceiro Mundo*, concebidas como as “mais pobres entre os pobres” (MOSER, 1989). Tal perspectiva emergiu no período final da Década da Mulher, em um período de crise do capitalismo nas economias do *Primeiro Mundo* e recebeu alguns ajustes da burocracia internacional, configurando-se em uma estratégia mais branda sobre as desigualdades entre os sexos e a pobreza feminina. “Nesse momento, afirmou-se a necessidade de as mulheres pobres ‘aumentarem sua produtividade’, pois essa condição – e

não o sistema de classes e dominação masculina – havia se tornado um problema à continuidade do capitalismo” (SILVA, 2018, p. 46, grifo da autora).

A abordagem antipobreza se consolidou em meio às discussões da feminização da pobreza. Alegava-se que a origem da pobreza das mulheres relacionava-se à falta de acesso à propriedade privada da terra e capital, o que poderia ser corrigido por meio de programas de geração de renda e o estímulo ao acesso ao mercado produtivo (MOSER, 1989). A estratégia voltava-se à intensificação do trabalho das mulheres pobres, em detrimento do seu bem-estar (ZABALA, 2005).

As críticas ressaltam que a ampliação da oferta de trabalho remunerado para mulheres e o incremento de suas rendas não garantiriam a modificação substancial das desigualdades entre homens e mulheres. Essa constitui a diferença principal entre o enfoque da equidade e o da antipobreza: esta última, ao focar no papel produtivo das mulheres, relega ao segundo plano seu papel reprodutivo, além de desconsiderar que as mulheres pobres trabalham tanto na esfera produtiva quanto reprodutiva (MOSER, 1989).

O enfoque da eficiência (*efficiency*) foi predominante na MnD e tinha como fundamento a compreensão de que o aumento da participação econômica por si só garantiria equidade, o que possibilitou que organizações como a USAID, Banco Mundial e Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) articulassem o discurso de eficiência ao de equidade, levando à hegemonia dessa abordagem entre as agências de ajuda internacionais e governos nacionais nas décadas de 1980 e 1990. Os discursos de eficiência apelavam para a necessidade de gerir poucos recursos e alocá-los de forma eficiente (MOSER, 1989; NANES, QUADROS e ZARIAS, 2017).

O período em que o enfoque da eficiência emergiu foi marcado pela consolidação das políticas neoliberais. Sob a égide do desenvolvimento, eficiência significava corte de gastos na área social e intensificação da mão de obra não remunerada feminina, de modo que as mulheres eram convocadas a suprir as demandas familiares quando o Estado se eximia de tal papel. O deslocamento da ênfase nas desigualdades de recursos entre homens e mulheres para as necessidades básicas das famílias tornou as proposições da MnD mais palatáveis à burocracia internacional, na esteira da reestruturação neoliberal (NANES, QUADROS e ZARIAS, 2017).

A emergência dos enfoques antipobreza e eficiência, com suas limitações, como assinala Silva (2018), respondeu à radicalização dos movimentos feministas e de mulheres dos anos 1960/1970, que funcionaram como justificção para o interesse nas mulheres. A autora frisa que conceitos do feminismo liberal, tais como igualdade de direitos, garantia de

emprego e cidadania, eram palatáveis para a burocracia internacional. O argumento liberal que articula as desvantagens das mulheres ao seu processo de socialização forneceu as bases para a afirmação de que as desigualdades econômicas decorriam, principalmente, dos estereótipos de gênero. A partir daí, o aparato de ajuda às mulheres se voltou para a defesa da formação educacional, programa de incentivo ao emprego, mudanças legislativas e abertura comercial.

No entanto, grupos feministas considerados mais radicais e de esquerda, que criticavam as condições trabalhistas e a dualidade do trabalho produtivo e reprodutivo, foram silenciados e tiveram parte de sua agenda política cooptada e despolitizada. Tais grupos questionavam o principal argumento da abordagem MnD, que considerava que as mulheres estariam fora do processo econômico e, portanto, deveriam ser integradas a este (NANES, QUADROS e ZARIAS, 2017; SILVA, 2018).

Essas críticas foram difundidas por meio da conformação de redes de mulheres⁴⁴ como a “Alternativas de Desenvolvimento com Mulheres para uma Nova Era (*Development Alternative with Women for a New Era - DAWN*) e a Rede de Política Econômica das Mulheres Africanas (*The African Women’s Economic Policy Network - AWEAPON*) (SILVA, 2018). Enquanto a abordagem MnD voltou-se para as manifestações exteriores da desigualdade sexual, acreditando que estas poderiam ser modificadas a partir da formulação de um arcabouço legislativo e da realização de projetos de intervenção direcionados às necessidades básicas e geração de renda para as mulheres pobres do *Terceiro Mundo*, as feministas socialistas buscaram analisar a desigualdade sexual de forma estrutural e dialética, articulada com a desigualdade de classe no modo de produção capitalista (NANES, QUADROS e ZARIAS, 2017).

O desenvolvimento passou a ser compreendido por meio de análise macroestrutural do capitalismo e do patriarcado. A MnD foi criticada por não abordar o capitalismo, as diferenças de classe entre as mulheres e os efeitos da acumulação de capital e das mudanças tecnológicas sobre o trabalho feminino. Ao enfatizarem que o trabalho das mulheres, tanto no âmbito familiar quanto fora dele, serve para sustentar as desigualdades estruturais, as feministas críticas à MnD questionaram a compreensão de que as mulheres estavam excluídas da esfera econômica. Dessa forma, lutavam não pela “integração” das mulheres ao desenvolvimento, como nos moldes da MnD, mas pautavam as relações capitalistas desiguais

⁴⁴ Na literatura internacional, algumas autoras consideram as contribuições de tais grupos feministas críticos à MnD como uma outra abordagem, a *Women and Development* (WAD). Na literatura nacional, Nanes, Quadros e Zarias (2017) trazem tal diferenciação. Opto aqui por não tratar tais posicionamentos como uma abordagem distinta.

entre os países do *Terceiro Mundo* e aqueles mais ricos, incluindo-se as diferenças entre o Norte e Sul e os efeitos do empobrecimento, da desigualdade e da marginalização das mulheres decorrentes do modo de produção capitalista e sua ordem econômica mundial. Compreendia-se que o desenvolvimento capitalista afetava de forma diferenciada as mulheres do *Terceiro Mundo*, marginalizando-as (NANES, QUADROS e ZARIAS, 2017).

Como era se de supor, essa tendência não se consolidou no âmbito das grandes agências de desenvolvimento, uma vez que questionava a estrutura capitalista e considerava as próprias agências como representantes do capitalismo. No entanto, estes posicionamentos tiveram ampla repercussão entre ativistas e nos projetos de organizações não governamentais nos países do Sul (NANES, QUADROS e ZARIAS, 2017).

A antropóloga social britânica Caroline Moser (1989) acrescenta que a abordagem MnD alinhava-se às experiências das mulheres do *Primeiro Mundo*, o que provocou crítica por parte de feministas do *Terceiro Mundo*. Alvarez (2014) assinala que as mulheres do *Terceiro Mundo* eram vistas como objetos passivos das políticas de controle populacional, de distribuição de alimentos e de gerenciamento da pobreza. Escobar (2007, p. 291, tradução nossa)⁴⁵ destaca que até o final dos anos 1970, as mulheres figuravam no discurso do desenvolvimento como “mãe encarregada de alimentar a criança, grávida ou lactante, ou dedicada a buscar água para cozinhar e limpar, ou tratar as doenças das crianças ou, idealmente, cultivar alguns alimentos na horta da casa para complementar a dieta da família”.

A institucionalização da MnD passou a conformar a base da produção de conhecimento pela qual as mulheres do *Terceiro Mundo* eram compreendidas nas teorizações realizadas pelas feministas do *Primeiro Mundo*. Escobar (2007), pautado nas contribuições de Adele Mueller, ressalta que os temas abordados pelo discurso MnD não correspondiam a “entidades do mundo real” que aguardavam para serem descobertas, mas foram construídos a partir de procedimentos empreendidos pelas instituições. Tal proposição não significa que as condições descritas pelas investigadoras da abordagem MnD não fossem reais, mas sim que funcionavam como base parcial para uma realidade construída institucionalmente e afinada às concepções empreendidas pelo aparato do desenvolvimento.

Ao aceitar a centralidade da categoria “mulher e desenvolvimento” tal como definida pelas instituições do desenvolvimento, as feministas e *experts* em desenvolvimento assumem um determinado regime de organização social, baseado no uso de procedimentos e dados

⁴⁵ No original: “madre encargada de alimentar al niño, embarazada o lactante, o dedicada a buscar agua para cocinar y limpiar, o tratando las enfermedades de los hijos o, en el mejor de los casos, cultivando algunos alimentos en la huerta casera para complementar la dieta familiar” (ESCOBAR, 2007, p. 291).

estatísticos estandarizados, que têm por consequência a invisibilidade da experiência da mulher. As descrições passam a informar “uma maneira de conhecer e uma maneira de não conhecer, uma maneira de falar das mulheres e uma maneira de silenciá-las para que não falem sobre suas próprias vidas enquanto ficam organizadas por forças externas invisíveis e incontroláveis” (MUELLER, 1987, apud ESCOBAR, 2007, p. 303, tradução nossa)⁴⁶.

Chandra Mohanty (2008a) assinala que a literatura liberal da abordagem MnD promove a universalização da categoria *mulheres*, com base em um reducionismo econômico. Ao considerar desenvolvimento como sinônimo de “desenvolvimento econômico” ou “progresso econômico”, este se converte em um elemento de comparação, de tal forma que as mulheres são afetadas por ele positiva ou negativamente. Em tal abordagem, as mulheres são tratadas como um grupo unitário, com “necessidades” e “problemas comuns”. No entanto, Mohanty (2008a, s.p., grifo no original, tradução nossa)⁴⁷ adverte que as políticas do desenvolvimento não afetam igualmente a todas as mulheres: “as práticas que caracterizam o status e o papel das mulheres variam de acordo com a classe social. As mulheres são constituídas como mulheres através de uma interação complicada entre classe, cultura, religião e outras instituições e marcos de referência”.

Tais reducionismos remetem a um processo de colonização discursiva, um modo de apropriação e codificação do conhecimento que produz as mulheres do *Terceiro Mundo* como um grupo homogêneo, uma categoria de análise estável. Pressupõe-se uma unidade universal entre as mulheres, pautada na subordinação, que seria comum a todas, produzindo-se assim a imagem de uma “mulher média do terceiro mundo”, que

leva uma vida essencialmente frustrada com base em seu gênero feminino (leia-se: sexualmente restrito) e seu caráter de terceiro mundo (leia-se: ignorante, pobre, sem instrução, tradicionalista, doméstica, ligada à família, vitimizada, etc.). Isto, sugiro, contrasta com a representação (implícita) da mulher ocidental como educada, moderna, no controle de seu corpo e de sua sexualidade, e livre para tomar suas próprias decisões (MOHANTY, 2008a, s.p., tradução nossa)⁴⁸.

⁴⁶ No original: “*una manera de conocer y una manera de no conocer, una manera de hablar acerca de las mujeres y una manera de silenciarlas para que no hablen sobre su propia vida al tiempo que quedan organizadas por fuerzas externas invisibles e incontrolables*” (MUELLER, 1987, apud ESCOBAR, 2007, p. 303).

⁴⁷ No original: “*Las prácticas que caracterizan el estatus y el papel que juegan las mujeres varían según la clase social. Las mujeres están constituidas como mujeres a través de una complicada interacción entre clase, cultura, religión y otras instituciones y marcos de referencia*” (MOHANTY, 2008a, s.p., grifo no original).

⁴⁸ No original: “*lleva una vida esencialmente frustrada basada en su género femenino (léase: sexualmente restringida) y en su carácter tercermundista (léase: ignorante, pobre, sin educación, tradicionalista, doméstica, apegada a la familia, victimizada, etcétera.) Esto, sugiero, contrasta con la representación (implícita) de la mujer occidental como educada, moderna, que controla su cuerpo y su sexualidad, y libre para tomar sus propias decisiones*” (MOHANTY, 2008a, s.p.).

Enquanto as feministas ocidentais engajadas com a abordagem MnD colocam-se implicitamente como os referentes normativos das suas análises, as mulheres terceiro-mundistas são concebidas como vítimas, tratadas como objetos – que são afetados ou não por determinadas instituições. Tal objetivação, apesar de imbuída de boas intenções, como adverte Mohanty (2008a), tem inúmeras implicações. A autorrepresentação dos feminismos ocidentais, em contraste com a representação das mulheres do *Terceiro Mundo*, atribui aos primeiros o estatuto de verdadeiros “sujeitos”, enquanto às mulheres terceiro-mundistas é reservada a posição generalista de objeto. A resultante é uma atitude paternalista das mulheres ocidentais em relação às suas congêneres subdesenvolvidas.

Isto implica no fortalecimento do aparato do desenvolvimento, compreendido pela pesquisadora canadense Adele Mueller (1991) como uma das maiores e mais patriarcais instituições do mundo, e na estruturação das relações entre as mulheres do *Primeiro Mundo* e as do *Terceiro Mundo*:

Quando os interesses e intenções políticas do movimento de mulheres se confundem com o regime estabelecido, já não se trata de estar ao lado das mulheres do Terceiro ou do Primeiro Mundo. Quero ser muito clara: não se trata de uma condenação ao feminismo como imperialista em si mesmo, mas um reconhecimento do poder das forças dominantes para apropriar-se de nossos tópicos, nossa linguagem, nossa ação para propósitos imperialistas que nunca podem ser iguais aos nossos! (MUELLER, 1991, p. 06, tradução nossa)⁴⁹.

Escobar (2007) ressalta que a demanda por “integrar as mulheres” ao desenvolvimento não veio das mulheres do *Terceiro Mundo*, ainda que suas condições de vida tenham piorado após o término da Década das Mulheres, mas foram as instituições do desenvolvimento que aceitaram, rapidamente, a ideia de que é conveniente ter mulheres por perto quando se está em um projeto de desenvolvimento.

Foi a partir das críticas à abordagem MnD que o enfoque do empoderamento (*empowerment*) se destacou na década de 1980. O conceito de empoderamento das mulheres surge a partir de críticas e debates no âmbito dos movimentos feministas, principalmente os do *Terceiro Mundo* (MOSER, 1989; BATLIWALA, 1997). De acordo com Magdalena León (1997), o uso do termo empoderamento pelos feminismos advém da importância que a ideia de poder alcançou no âmbito dos movimentos sociais e das ciências sociais. Na década de

⁴⁹ No original: “When the issues and political aims of the women's movement become knotted up with the ruling apparatus, it is no longer on the side of women in either the Third World or the First World. I want to be very clear: this is not intended as a damning of feminism as being imperialist in itself, but rather a recognition of the power of ruling forces to appropriate women's topics, women's language, and women's action for imperialist purposes which can never be women's own!” (MUELLER, 1991, p. 06).

1960, o movimento por direitos civis para a população afro-americana nos Estados Unidos reivindicou o “poder negro” (*black power*) como estratégia de resistência. Na década de 1970, movimentos feministas retomaram e desenvolveram tal conceito, articulando as propostas feministas aos princípios da educação popular desenvolvida no contexto latinoamericano. Srilatha Batliwala (1997) destaca que o conceito passou a ser difundido como um enfoque nos anos 1980, a partir da sistematização empreendida pelo grupo DAWN. Sob esta perspectiva, empoderamento referia-se à transformação das estruturas de subordinação feminina, com mudanças radicais nas leis e instituições que mantêm a dominação masculina.

Embora muitas vezes tratado como sinônimo do enfoque da equidade, o enfoque do empoderamento diferencia-se deste não somente em relação às suas origens, mas à compreensão da subordinação feminina e das estratégias para enfrentá-la, conforme assinala Moser (1989). A pesquisadora enfatiza que mulheres do *Terceiro Mundo* passaram a desafiar a compreensão corrente de que o feminismo se constituía como um movimento de mulheres ocidentais de classe média e a defender que os feminismos subalternos tinham uma história independente, relacionada às lutas de libertação nacional e do movimento operário, desde meados do século XIX. Dois pressupostos fundamentais aos enfoques anteriores são questionados: a concepção de que o desenvolvimento traria ganhos para os homens e a ideia de que as mulheres queriam ser integradas no desenvolvimento, nos moldes traçados pelos países ocidentais. O enfoque do empoderamento estimulava a formação de organizações de base, possibilitando às mulheres tomarem consciência dos desafios que se referem à subordinação feminina.

Embora tal enfoque reconheça as desigualdades entre homens e mulheres e situe a origem da subordinação da mulher na família, também assinala que as mulheres vivenciam opressão de forma diferente de acordo com a sua *raça*, classe, história colonial e posição atual na ordem econômica internacional. Ressalta ainda a importância do aumento do poder feminino, concebido como a capacidade das mulheres em aumentar sua autossuficiência e força interna, bem como o direito de determinar escolhas na vida e de influenciar a direção da mudança (MOSER, 1989).

Em um primeiro momento, embora tenha adquirido predominância em diversos grupos do *Sul* global, o enfoque do empoderamento não recebeu atenção e financiamento suficiente por parte de governos nacionais ou agências bilaterais de ajuda. No entanto, durante os anos 1990, passou a figurar nos discursos oficiais do desenvolvimento, voltando-se para o aumento da produtividade individual das mulheres, distanciando-se assim dos aportes feministas (ZABALA, 2005). Segundo Silva (2018), sob a perspectiva das agências do

desenvolvimento, empoderamento foi associado ao acesso das mulheres à microcrédito e concebido como sinônimo de “crescimento individual”. Cecília Sardenberg (2006) enfatiza que, a despeito de sua radicalidade e de seu sentido como ação coletiva, ao ser apropriado pelos discursos do desenvolvimento, o conceito de empoderamento foi destituído de seu potencial crítico, passando a ser associado ao âmbito individual.

2.2.3 Gênero e Desenvolvimento (GeD)

A abordagem MnD passou a ser amplamente questionada por tratar das questões da mulher de forma isolada, sem abordar o caráter relacional da subordinação à que estavam submetidas. Inúmeros trabalhos apontavam para a importância da análise das relações de poder na compreensão da problemática feminina. Tais pesquisas, em consonância com os Estudos de Gênero que vinham proliferando no âmbito acadêmico, compreendiam gênero enquanto categoria de análise, que se diferenciava do sexo por seu caráter sociocultural. As identidades masculinas e femininas passaram a ser compreendidas como socialmente construídas, não dependentes de atributos físicos e psicológicos (RAZAVI e MILLER, 1995).

A abordagem Gênero e Desenvolvimento (GeD) foi formulada no final da década de 1980, tendo como ênfase a articulação de gênero com raça e classe, no âmbito das desigualdades estruturais. Em comparação com a abordagem MnD, a GeD parte de uma perspectiva global, buscando apreender a totalidade da organização social, econômica e política. As análises centradas nas mulheres são deslocadas para a construção de gênero, enfatizando-se as relações de poder desiguais e as interconexões entre o âmbito público e privado (NANES, QUADROS e ZARIAS, 2017).

Silva (2018) aponta que a inserção da categoria de gênero no aparato do desenvolvimento não se deu de modo evidente e linear. O termo passou a ser utilizado como sinônimo de “sexo” e de “mulher/mulheres”. Embora as pesquisas realizadas em espaços acadêmicos se davam muitas vezes em diálogo com agências do desenvolvimento, os impactos de tais estudos no aparato de ajuda internacional não foi imediato e categoria gênero não necessariamente foi definida em conformidade com os Estudos de Gênero.

A IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim em 1995, possibilitou que o conceito de transversalização de gênero (*gender mainstreaming*) fosse endossado como a principal estratégia para atingir a equidade de gênero e promover o empoderamento das mulheres, assegurando a integração do enfoque de gênero em todas as

políticas formuladas a partir de então (NANES, QUADROS e ZARIAS, 2017, p. 37). A ONU ratificou *gender mainstreaming* como um processo integrativo da perspectiva de gênero em qualquer ação planejada, incluindo legislação, políticas ou programas, em todas as áreas das políticas públicas e nos níveis internacional, regional e local. Gênero foi tomado como uma estratégia para enfrentamento das desigualdades entre mulheres e homens, na implementação, monitoramento e avaliação de políticas e programas, em todas as esferas políticas, econômicas e sociais, com o objetivo da equidade de gênero (MOSER e MOSER, 2005).

No entanto, tal processo não se deu sem resistências. Ao analisar a implementação da transversalização de gênero no contexto das principais agências e organizações internacionais de desenvolvimento, Moser e Moser (2005) apontam a tendência de *instrumentalização* da equidade de gênero, à medida que o conceito é utilizado como um instrumento-meio para combater a pobreza. Gênero é concebido de maneira reducionista, de forma que a abordagem da eficiência é ressaltada. Razavi e Miller (1995) ressaltam que gênero tem sido aplicado na formulação e planejamento de políticas de modos distintos, constituindo-se como uma panaceia para os que trabalham no campo.

Gênero e desenvolvimento (GeD) vem se constituindo como um campo que envolve um corpo substancial de profissionais, ativistas, financiadores e acadêmicos. As práticas e políticas de desenvolvimento atribuíram novos sentidos aos conceitos feministas, em muitos casos, despolitizando-os. Projetos políticos de gênero têm se convertido em um conjunto de ferramentas técnicas a-históricas, apolíticas e descontextualizadas, que não incidem sobre as relações de poder. Contraditoriamente, “fazer gênero”, neste contexto, se configura como algo diferente de “fazer feminismo” (CORNWALL, HARRISSON E WHITEHEAD, 2013).

3 BANCO MUNDIAL E GÊNERO

3.1 BANCO MUNDIAL: FUNDAÇÃO, HISTÓRICO E MODOS DE ATUAÇÃO

O BM integra atualmente o chamado Grupo Banco Mundial (GBM)⁵⁰ e vem se consolidando como ator político, intelectual e financeiro, que articula a concessão de empréstimos ao apoio técnico para elaboração de políticas públicas, além de desenvolver uma vasta produção intelectual e exercer liderança na organização de políticas globais de desenvolvimento (PEREIRA, 2018a).

A instituição, paulatinamente, foi assumindo papel de vanguarda na discussão de temas relevantes para o desenvolvimento capitalista (SILVA, 2018), tornando-se, nas palavras de Arturo Escobar (2007), o arquétipo dos discursos do desenvolvimento. Curiel (2014) compreende o BM como instância representante do capital global e como tal, responsável por sustentar as lógicas de colonialidade, herdeiras dos processos de colonização moderna.

De acordo com o historiador brasileiro João Márcio Pereira (2018a, p. 2188), o Banco Mundial, que é “mais citado do que estudado”, tem sido objeto de inúmeras críticas e controvérsias em seus mais de 70 anos de atuação. Tendo passado por processos de mudança incremental e alargamento institucional que possibilitaram tanto a ampliação do seu tamanho como de seu mandato, o Banco tornou-se uma organização bastante complexa e muito diferenciada daquela discutida em Bretton Woods na década de 1940. Ao longo desses anos, o BM teve sua carteira de empréstimos ampliada, concomitante à expansão de suas áreas de atuação que passaram a envolver, “além dos setores originais de infraestrutura e energia, também política econômica, educação, saúde, habitação, administração pública, meio ambiente, desenvolvimento rural e urbano, meio ambiente, construção e reconstrução de Estados” (PEREIRA, 2018a, p. 2188).

No início dos anos 1940, o governo do Estados Unidos propôs o desenho de uma nova organização econômica internacional para o mundo pós-guerra, tendo como objetivo garantir condições para a livre-circulação de seus produtos e fluxos de capital, bem como o acesso às matérias-primas das quais necessitava para continuar produzindo e se mantendo na posição de

⁵⁰ O Grupo Banco Mundial (GBM) é constituído por sete organizações com diferentes mandatos, gravitação política, estruturas administrativas e instâncias de decisão. São elas: 1) Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD); 2) Associação Internacional de Desenvolvimento (AID); 3) Corporação Financeira Internacional (CFI); 4) Centro Internacional para Conciliação de Divergências em Investimentos; 5) Agência Multilateral de Garantias de Investimentos; 6) Instituto de Desenvolvimento Econômico; 7) Painel de Inspeção (PEREIRA, 2018a).

maior potência econômica e militar do planeta (PEREIRA, 2012). Em 1944, lideranças de quarenta e quatro países aliados e um país neutro – Argentina – se reuniram a convite do presidente Franklin Roosevelt na cidade de Bretton Woods, na Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas. No entanto, foram as negociações que vinham sendo traçadas entre EUA e Reino Unido que efetivamente orientaram a conformação das instituições recém-criadas (ZABALA, 2005; PEREIRA, 2012; PEREIRA e PRONKO, 2015).

A conferência de Bretton Woods teve como resultado a aprovação da criação do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), consolidando a hegemonia norte-americana na reorganização política e econômica do mundo no período pós-guerra e assinalando o caráter desigual das relações de poder no âmbito internacional (ESCOBAR, 2007; PEREIRA, 2012).

Tendo como mandato inicial o suporte financeiro para a reconstrução de países-membros no pós-guerra por meio da provisão de garantias e empréstimos, o BIRD (posteriormente conhecido como Banco Mundial) foi instalado em Washington e expressava, em seus estatutos e orientações operacionais, o ponto de vista norte-americano sobre como a economia mundial deveria ser articulada e como os recursos financeiros deviam ser alocados (PEREIRA, 2012, SILVA, 2018).

Os anos 1950 foram marcados pela emergência das discussões sobre desenvolvimento no plano político internacional. Tais discussões apresentavam um viés marcadamente etnocêntrico, na medida em que tomavam como referência a experiência histórica dos países capitalistas industrializados e as aplicavam aos países que vieram a configurar o chamado *Terceiro Mundo* (ESCOBAR, 2007). Associado ao crescimento do PIB, desenvolvimento foi compreendido como sinônimo de crescimento econômico, sendo atrelado aos grandes projetos de infraestrutura que subsidiariam o processo de industrialização e as demandas de segurança nacional norte-americana. Sob esta lógica, entendia-se que a pobreza e as desigualdades socioeconômicas eram responsáveis pelos conflitos políticos e sociais, de modo que o desenvolvimento se configurava como instrumento de amortecimento e estabilização das contradições entre classes sociais, condição necessária para conter a escalada internacional do comunismo (PEREIRA, 2009; 2012).

A política norte-americana para o Banco Mundial sempre foi objeto de disputas entre diferentes interesses políticos e econômicos em relação ao papel da assistência multilateral e das lógicas do desenvolvimento:

Por um lado, os Estados Unidos protagonizaram a construção da indústria internacional da ajuda e do Banco Mundial como instrumentos para a promoção de uma economia mundial livre e aberta ao capital no pós-guerra, apoiando a cooperação multilateral como meio percebido como menos politizado e mais neutro do que a cooperação bilateral para alavancar e alocar recursos para esta finalidade e, assim, desonerar a carga dos Estados Unidos com a ajuda econômica bilateral. Por outro lado, os Estados Unidos também buscaram instrumentalizar as organizações internacionais, incluindo o Banco Mundial, para fins imediatos da sua política externa, contrariando a sua pregação sobre o multilateralismo (PEREIRA, 2018b, p. 1-2).

A passagem da década de 1950 para a de 1960 foi marcada por inúmeras mudanças no cenário internacional. As lutas de libertação nacional na Ásia e no continente africano desde 1945 impulsionaram a independência formal de inúmeros países, colocando fim ao processo de colonização, impingindo derrotas às metrópoles e estimulando a organização de novos estados nacionais, com políticas voltadas à conformação de um mercado interno e à substituição de importações, com a nacionalização de empresas estrangeiras em alguns países. Tal cenário provocou o medo de que as forças nacionalistas e socialistas se articulassem no âmbito internacional. Outra mudança foi a emergência de uma articulação internacional anti-imperialista, organizada por países periféricos, não identificados com as forças em disputa no contexto da Guerra Fria. “Esses governos falavam em nome do desenvolvimento de seus países, associando-o à instauração de políticas de regulação da economia nacional e à negociação permanente (individual e coletiva) no plano internacional, com a intenção de reduzir a polarização mundial” (PEREIRA, 2012, p. 414). No mesmo período, a Revolução Cubana, ocorrida em 1959, sinalizou que mesmo os países latinoamericanos podiam vincular-se ao comunismo. Tal cenário levou os EUA a mudar a estratégia em relação à sua política externa e às lógicas desenvolvimentistas, uma vez que o desenvolvimento

enquanto discurso político e chamamento à ação - era tomado em muitos países como uma ferramenta para políticas de libertação colonial, afirmação nacional e, em alguns casos, justiça social. Uma pluralidade de atores sociais passara a reivindicá-lo, vinculando-o a projetos políticos distintos, nos interstícios do espaço político hegemônico pelo projeto de expansão e modernização capitalista conduzido pelos EUA e seus principais aliados (PEREIRA, 2012, p. 413).

A emergência do desenvolvimento como questão política de âmbito internacional respondia, entre outras problemáticas, às críticas dos países periféricos diante das dificuldades nas condições de financiamento disponíveis. Estrategicamente, o BM passou a tratar o endividamento não como um problema, mas como solução, de modo a ampliar as condições de pagamento, aumentar a oferta de empréstimos, além de considerar outros indicadores além da solvência para a concessão de crédito, como o potencial de crescimento e a política

econômica implementada pelos países destinatários. Os empréstimos passaram a ser redirecionados aos países de renda média e baixa e voltados para diferentes setores da vida econômica, como agropecuária, educação, abastecimento de água e outros setores tidos como não produtivos. A visão subjacente a tal expansão, porém, continuou sendo a crença irrestrita no crescimento econômico, aliada ao poder da ciência e tecnologia, em conformidade com os ditames econômicos em voga. Dessa forma, a assistência técnica ganhou mais relevância no rol de atribuições do banco e este passou a envolver-se cada vez mais no jogo político dos países clientes (PEREIRA, 2009).

Nos anos 1970, o Banco Mundial, então sob a gestão de Robert McNamara, passou a operar tendo como premissa a compreensão de que a segurança dos EUA dependia tanto da superioridade militar quanto da preservação de uma determinada ordem política, que estaria atrelada ao crescimento econômico, às mudanças em indicadores básicos e à redução de desigualdades socioeconômica nos países subdesenvolvidos. A carteira de empréstimos do Banco se voltou então para a agricultura, considerada o fator-chave do crescimento econômico dos países subdesenvolvidos e para políticas sociais, como saúde, educação, saneamento básico, nutrição e planejamento familiar. Além da ampliação setorial, a agência diversificou geograficamente a alocação de recursos, que passou a ter como “alvos” principais o continente africano e a América Latina e Caribe (PEREIRA, 2009).

Para levar à frente sua tarefa de “assalto à pobreza”, o BM procurou aumentar suas fontes financeiras e ampliar as atividades de pesquisas da instituição, que passaram a buscar ferramentas para replicar a operacionalização de projetos nas áreas sociais. Diversas ferramentas foram utilizadas, como o enfoque no planejamento familiar e o controle populacional, em defesa da ideia de que o crescimento demográfico era responsável pela perpetuação da pobreza, e posteriormente o *enfoque orientado à pobreza (poverty-oriented approach)*. O Banco se converteu assim no defensor da luta contra a pobreza no plano internacional (PEREIRA, 2009).

O *enfoque orientado à pobreza* estava em consonância com a ajuda externa bilateral norte-americana, que cada vez mais se voltava para a *satisfação das necessidades humanas básicas*, com foco na redução da pobreza extrema, estímulo à participação dos pobres no desenvolvimento e aumento da produtividade dos trabalhadores. A pobreza, antes ausente na doutrina econômica e tratada sob a ótica do assistencialismo, foi alçada pelo BM como uma categoria de análise e foco obrigatório para as intervenções de ajuda internacional, constituindo assim uma espécie de “pobretologia” (PEREIRA, 2009).

A transformação dos pobres em objetos das políticas desenvolvimentistas conduziu ao

que Escobar (2007) chama de “modernização” da pobreza, que implicou no estabelecimento de novos mecanismos de controle e intervenção. Pereira (2009) ressalta que a institucionalização da redução da pobreza no ideário do desenvolvimento se deu por meio do envolvimento cada vez mais expressivo do Banco com a produção de pesquisas, a compilação e a disseminação de dados, o incentivo às pesquisas locais e à preparação de quadro técnico para a coleta e análise de informações. Foi sendo construída a compreensão de que o papel efetivo da instituição estava na assistência técnica fornecida, sendo que os empréstimos funcionariam mais como um veículo para as mudanças estatais:

Tudo isso demandou a constituição de todo um campo de estudos dedicado a essa temática, cujo alargamento alimentou a (e resultou da) gradativa imposição e legitimação de um novo vocabulário (centrado em termos como eficiência, mercado, renda, ativos, vulnerabilidade, pobre, etc.), em detrimento de outro (como igualdade, exploração, dominação, classe, luta de classe, trabalhador, etc.), forjado nas lutas sociais e caro à tradição socialista (PEREIRA, 2009, p. 135).

O *enfoque orientado à pobreza* partia da premissa de que sua superação se daria pelo aumento da produtividade dos pobres, alimentando a ideia de que só viviam em situação de pobreza aqueles que não estavam inseridos em atividades tidas como produtivas. Tal pressuposto ocultava o caráter funcional da pobreza para o processo de acumulação capitalista, a isolava de outros fenômenos sociais, tomando-a como um fim em si mesmo, além de reificar os aspectos perversos do desenvolvimento capitalista ao explicar a pobreza em termos de exclusão do “progresso” e não como um de seus resultados. Desse modo, o BM conseguiu fortalecer politicamente a luta contra a pobreza, fazendo com que fosse compreendida de forma autoexplicativa e legítima por si própria, além de dirimir as discussões sobre baixos salários e sobre geração de emprego ao deslocar a análise para a inserção dos indivíduos no mercado (PEREIRA, 2009).

De modo semelhante, o *enfoque das necessidades básicas* era tratado como um objeto isolado do conjunto das relações sociais. As necessidades eram definidas como as quantidades mínimas indispensáveis de bens essenciais para alimentar-se, vestir-se e morar, de modo a se alcançar o pleno desenvolvimento físico, mental e social. Tal enfoque articulava-se à abordagem do alívio da pobreza pela via do incremento da produtividade do trabalho e da inserção no mercado e foi responsável por consolidar a saúde e a educação primária como áreas abertas ao investimento produtivo nos países periféricos. O Banco Mundial tratou-as de forma subordinada ao *enfoque orientado à pobreza* e à redução dos gastos dos Estados com políticas sociais (ZABALA, 2005; PEREIRA, 2009).

No mesmo período, a entrega do Prêmio Nobel de economia para Schultz e Lewis,

propiciou a entrada do conceito de capital humano na área da educação básica da agenda do Banco Mundial, fomentando o que se constituiria, uma década depois, no modelo de política social hegemônico, centrado não no acesso a ativos de produtos físicos, mas na formação de capital humano (PEREIRA, 2009). A teoria do capital humano, como se convencionou chamar, foi elaborada ao longo dos anos 1960 com sua terminologia econômica, com ênfase principalmente na educação, mas que também se estendia à saúde, tendo por foco “investir em pessoas” (ZABALA, 2005). De acordo com Gaudêncio Frigotto (1984), o conceito se relaciona ao montante de investimento feito por um país ou por um indivíduo, com perspectiva de retorno futuro, tido como determinante para o aumento da produtividade e do crescimento econômico, e no nível individual, como fator explicativo das diferenças de produtividade e de renda.

Em 1979, em meio ao processo de liberalização das economias nacionais, o BM anunciou a criação de um novo instrumento financeiro, o empréstimo de ajustamento estrutural, que condicionava o empréstimo a implementação de reformas políticas macroeconômicas (PEREIRA, 2009, SILVA, 2018). O financiamento externo deveria ser utilizado como instrumento de apoio ao ajuste, e não como seu substituto, cabendo então ao Banco atuar mais no âmbito das políticas econômicas do que em projetos setoriais. A inserção dos debates sobre o ajustamento estrutural na agenda econômica consolidou a liderança do BM como um ator político e intelectual no cenário internacional (PEREIRA, 2009).

No final da década de 1980, as principais forças políticas norte-americanas estabeleceram um acordo sobre o pacote de reformas políticas e econômicas para os países da América Latina e do Caribe. O acordo, conhecido como Consenso de Washington, rapidamente se converteu em um marco do ideário neoliberal e um modelo para a reorganização dos países periféricos, tendo como eixos a liberalização econômica e a remodelagem dos Estados como garantidor da segurança e da rentabilidade dos fluxos de capital privado. Dentre as medidas propostas, destacam-se a incorporação das privatizações em massa, a blindagem jurídica à propriedade privada e a legalização de setores informais da economia (PEREIRA, 2009).

O Banco Mundial articulou sua ação política, financeira e intelectual em torno de três estratégias principais: a consolidação de um modelo de alívio compensatório da pobreza, a ênfase na mudança do papel do Estado na economia e a redefinição da forma como as reformas estruturais deveriam ser geridas (PEREIRA, 2009).

A retórica do Banco, que articulava pobreza e crescimento econômico desde a década de 1970, se modificou, de forma a subordinar o alívio da pauperização à liberalização radical

da economia. Pautado na separação entre “política social” e “política econômica”, o BM fazia uma proposta dual, que articulava programas compensatórios ao suposto crescimento econômico e seu posterior efeito derrame. As políticas compensatórias referiam-se às áreas de saúde, educação e planejamento familiar e serviriam para fazer frente aos “custos sociais” do ajuste. Em outras palavras, o Banco propunha uma série de políticas liberalizantes apoiadas na exploração da força de trabalho da população pauperizada (PEREIRA, 2009).

A segunda estratégia implementada na virada dos anos 1980 para os anos 1990 foi a mudança no papel do Estado na economia, objetivando intensificar a desregulação financeira e o ajustamento estrutural proposto, conforme assinala Pereira (2009). O BM apoiava-se em um enfoque *amistoso com o mercado* (*market-friendly approach*), como modo de atenuar o tom neoliberal das proposições. Para o Banco, o papel do Estado

se resumia a apoiar, fortalecer e complementar o mercado em regime de livre concorrência. Ou seja, já não se tratava mais de condenar a “intervenção estatal” na economia como algo indesejável em si, mas sim de reconhecer o âmbito de ação legítimo do Estado. Qual? O que se “harmoniza” com o mercado e permite a maximização da concorrência entre os agentes econômicos. Nesse sentido, a ação estatal deveria estar inteiramente a serviço dos “mercados” - i.e., do capital em geral e dos atores econômicos mais poderosos em particular (PEREIRA, 2009, p. 196, grifos no original).

A terceira estratégia funcionou como articuladora entre o alívio da pobreza e a remodelagem do papel do Estado e se referia à governança (*governance*), encampada pelo pensamento econômico dominante e pelo Banco como categoria de análise utilizada para tratar da relação entre governos, organizações sociais e instituições internacionais. A governança emergiu vinculada à gestão, em um contexto em que se pregava a necessidade de subordinação do conjunto das políticas públicas aos ditames neoliberais. Fazia-se necessário incidir nas mudanças organizativas no interior do Estado sem exercer um controle efetivo direto, e a governança se constituía como o instrumento para tal finalidade (PEREIRA, 2009).

Sob a perspectiva da governança, a eficácia da gestão pública, ou a “boa governança”, estaria articulada à relação do âmbito estatal com a sociedade civil. No entanto, esta última foi definida em termos de associações voluntárias e ONGs, sendo que sindicatos, movimentos populares e organizações camponesas e indígenas ficaram apartados de tal processo. O Banco ocultou ainda o papel que o setor privado (indústrias, agroindústrias, empreiteiras, bancos e empresas de consultoria) vinha desempenhando em suas operações. A participação de associações voluntárias e de ONGs nos projetos financiados pelo BM vinham crescendo desde os anos 1980. Tal aumento era resultante tanto da pressão das grandes ONGs internacionais exercidas sobre o Banco por conta dos impactos sociais e ambientais das suas

políticas de ajustes, quanto da permeabilidade crescente do campo da ajuda externa às ONGs. Sob o aspecto presumidamente técnico da governança, o BM pôde instrumentalizar a incorporação das ONGs em seus projetos e na conformação das chamadas boas práticas⁵¹. Antes vistas pelas equipes do Banco como ativistas e amadores no fazer político, as ONGs passaram a ser tomadas, durante os anos 1990, como interlocutoras e parceiras legítimas, passíveis de atingir e organizar os mais pobres, à medida que o trabalho voluntário e a constituição de laços comunitários no nível local passaram a ser valorizados como indispensáveis à construção do consentimento e à economia de recursos (PEREIRA, 2009).

Os ajustes neoliberais ocorreram de maneira desigual entre os países latinoamericanos e sofreram mudanças na década de 1990. A emergência de novas crises financeiras principalmente entre os países emergentes provocou inúmeras críticas e cisões no pensamento econômico dominante. No final dos anos 1990, o BM afirmou que o Consenso de Washington estava finalizado e em seu lugar havia uma nova agenda, que passou a ser denominada de Pós-Consenso de Washington. O “tratamento de choque” prescrito nas décadas anteriores cedia lugar à uma reforma institucional, pautada nas chamadas reformas de segunda geração. O Banco Mundial passou a demarcar que sua visão de Estado se situava entre o intervencionismo e o “Estado mínimo”, pretensamente defendido pelo aparato neoliberal. Antes considerado obstrutor do desenvolvimento, o Estado passou a ser caracterizado por seu papel especial no relacionamento com os mercados, funcionando como um catalisador e condutor do crescimento econômico conduzido pelo setor privado (PEREIRA, 2009).

As reformas de segunda geração pautavam-se em referenciais da Nova Economia Institucional (NEI) ou neoinstitucionalismo, que buscava construir uma abordagem das instituições que fosse compatível e que pudesse ser incorporada à teoria econômica neoclássica. Como premissa, defende-se que as instituições, compreendidas como as regras do jogo em um determinado contexto, interferem nas condições para o exercício de escolhas racionais. A eficiência dos ambientes é considerada a partir do seu grau de funcionalidade para a economia de mercado (PEREIRA, 2009).

O Banco Mundial passou a ser identificado como um “Banco de Conhecimento”, alegando que sua principal vantagem não estava em seu papel financeiro, mas em “sua capacidade supostamente única de reunir, organizar, produzir e disseminar um bem público global de natureza singular, qual seja, conhecimento de ponta sobre todos os aspectos do

⁵¹ Segundo Marcela Pronko (2015), a expressão “boas práticas” ou “melhores práticas”, advindas da gestão empresarial, passou a ser utilizada pelos organismos internacionais para se referir à tomada de decisão baseada em evidências, de modo a conformar um conjunto de técnicas e soluções visando alcançar a eficiência e eficácia.

desenvolvimento” (PEREIRA, 2009, p. 243). A instituição, nas palavras de Escobar (2007), se apresenta como um arquétipo do discurso do desenvolvimento.

Pereira (2018a) ressalta que, da década de 1980 até 2017, a atuação do Banco na América Latina assumiu feições cada vez mais politizadas, sendo que os empréstimos se constituíram como alavancas para o reordenamento dos gastos públicos. O Estado passou a ser valorizado cada vez mais por seu papel ativo na conformação de economias de mercado e estimulado a ser eficiente e eficaz para o capital. Para o Banco Mundial

não há contradição nem hipocrisia em difundir a aplicação de receitas neoliberais e, ao mesmo tempo, colocar-se na condição de paladino do combate à miséria. A limitação das políticas sociais ao “combate à pobreza” segue uma espécie de pobretologia, segundo a qual o que importa é matematizar a pobreza e fazer programas cada vez mais focalizados e individualizados. Canonizando certas opções econômicas como universais (austeridade fiscal, liberalização financeira, privatização etc.), o Banco Mundial tem impulsionado a reconfiguração das políticas sociais desconsiderando como a riqueza nacional é produzida e apropriada, de forma extremamente desigual, por grupos e classes sociais. Afinal, os pobres são pobres porque não têm “ativos” (renda, capital humano), e não os têm porque são pobres (PEREIRA, 2018b, 0. 03)

Marcela Pronko (2019) ressalta que a visão de mundo defendida pelo Banco se pauta por uma compreensão particularizada de desenvolvimento, entendido como “crescimento econômico permanente, embora fortemente hierarquizado, para o qual uma sociedade de livre mercado constitui pré-requisito inquestionável” (PRONKO, 2019, p. 175). Tal visão traz em seu bojo a definição do “indivíduo (pobre) como objeto privilegiado das políticas sociais, naturalizando sua condição sem se preocupar pelas causas” (PRONKO, 2019, p. 175), de modo que a pobreza é convertida em um fenômeno autoexplicativo e as formas de superá-la são atribuídas à vontade e/ou capacidade individual. As políticas sociais teriam como objetivo, sob esta perspectiva, contribuir para oferecer melhores condições de inserção individual no mercado.

Em decorrência dessa compreensão situam-se os aparatos técnicos utilizados pelo Banco para mensurar a pobreza e estimular o aumento da “produtividade dos pobres”, que devem ser complementados pelo incentivo à conformação de novos comportamentos que permitam aos sujeitos aceitar sua condição, conforme assinala Pronko (2019). A autora destaca que desde 2015 vem sendo incorporada pelo BM uma tendência de modelagem comportamental baseada na chamada Economia do Comportamento, oriunda das grandes universidades anglo-saxãs. Esta perspectiva questiona as premissas que consideram que o comportamento individual se baseia na tomada de decisões racionais – defendido pela teoria econômica neoclássica - sugerindo a conformação de políticas públicas mais eficazes para o

aumento da produtividade, da quebra do ciclo intergeracional de transmissão da pobreza e em relação às mudanças climáticas. A autora enfatiza que, na ótica do Banco Mundial, no que se refere aos indivíduos ou às sociedades, trata-se de “programar os pobres (e subdesenvolvidos) para o capital” (PRONKO, 2019, p. 178).

Modelar os comportamentos (dos pobres) para tomar melhores ou mais oportunas decisões, parece ser, para o Banco, sua contribuição mais específica para o combate à pobreza. Sem indagar sobre suas causas estruturais, a pobreza se transforma em atributo individual (que pode ser medida e ponderada) e sua superação, em um ato de vontade que se constrói com comportamentos adequados e decisões certas. Ainda quando se reconhece o caráter limitado dessas ferramentas, a modelagem comportamental se revela de grande utilidade, promovendo adaptação, atitudes positivas ou, no limite, uma memória seletiva que permita “superar” a própria privação (PRONKO, 2019, p. 177, grifo no original).

O BM se constitui como a maior instituição de desenvolvimento (ESCOBAR, 2007), contando atualmente com cerca de 12 000 funcionários, sendo também o maior contratante de consultorias, mobilizando especialistas que atuam na difusão das ideias e propostas da instituição. Além do seu papel como prestador de dinheiro, o Banco tem se configurado como um ator político, financeiro e intelectual, que articula recursos financeiros com a assistência técnica para desenhar e induzir políticas. O dinheiro, sob esta lógica, se converte em instrumento indutor do produto principal, que são as ideias e prescrições políticas sobre desenvolvimento (ZABALA, 2006; PEREIRA, 2018b).

Na literatura crítica sobre o BM, conforme assinala Vilas (2015), as prescrições políticas são comumente apresentadas como uma imposição a governos e países destituídos de alternativas, que seriam forçados a aceitar os ajustes e reformas propostas. Embora as pressões e imposições existam, não se pode reduzir a relação entre o BM e governos dos Estados endividados a estas. Apesar de tal compreensão, a relação entre o Banco e os países clientes se dá por uma via de mão dupla, combinando mecanismos de pressão e coerção de diferentes tipos (financeiros, políticos, intelectuais e simbólicos), conforme apontam Pereira e Pronko (2015):

Com efeito, a atuação do banco se dá em meio a uma malha larga, densa e bastante opaca de relações, que envolve agentes nacionais e internacionais públicos, privados, não governamentais, filantrópicos e empresariais que apoiam, formulam, adaptam, negociam e veiculam as ideias e prescrições de política da instituição. A efetividade das ações do banco, portanto, depende de uma série de pontos de sustentação, negociação e difusão, tanto dentro quanto fora dos espaços nacionais (PEREIRA e PRONKO, 2015, p.14).

Embora com histórico escasso em termos de inovação no que se refere à economia, o BM desfruta de prestígio como *expert* em desenvolvimento, o que faz com que suas publicações sejam convertidas em referências para gestores, formuladores de política, acadêmicos e formadores de opinião. A pesquisa realizada pela agência, apesar de aparentar excelência técnica, é bastante normativa e não se submete às regras dos aparatos científicos, como a revisão por pares e a pluralidade de enfoques. Ademais, suas pesquisas são baseadas em outras pesquisas realizadas pela própria instituição ou encomendadas por ela, o que desestimula o debate e a reflexão crítica por parte dos pesquisadores (PEREIRA, 2018b).

Escobar (2007) ressalta que, dada a hegemonia financeira e intelectual que exerce, o Banco deve ser considerado como um agente do imperialismo cultural e econômico a favor da elite global. A instituição encarna, como nenhuma outra, o aparato do desenvolvimento, exercendo sua função com grande eficiência. O discurso do desenvolvimento, desde sua conformação, caracterizava-se por articular e incluir sistematicamente diversos objetos e estratégias, e por excluir, continuamente, o que se supunha ser seu objeto: as pessoas. “O desenvolvimento foi, e continua sendo em grande parte, um enfoque de cima para baixo, etnocêntrico e tecnocrático, que tratava as pessoas e culturas como conceitos abstratos, como números estatísticos que podiam ser movimentados nos gráficos do ‘progresso’” (ESCOBAR, 2007, p. 84-85, grifo no original, tradução nossa)⁵².

3.2 BANCO MUNDIAL E A ABORDAGEM MULHERES NO DESENVOLVIMENTO

O interesse nas mulheres ou nas relações de gênero nem sempre tiveram proeminência nas políticas do BM, como assinala Zabala (2006). Durante muito tempo, a instituição seguia no esteio de outros organismos internacionais em relação ao tema. Embora a autora defenda que o apoio do BM se faça importante devido a sua capacidade de incidir em diversas áreas e articular organizações e governos, cabe investigar quais são os limites e desafios em torno de tal interesse.

Até a década de 1970, o Banco vinha promovendo um tipo de desenvolvimento que privilegiava o crescimento econômico por meio de projetos de infraestrutura que favoreciam as inversões produtivas do setor privado. A concepção da instituição sobre as mulheres não era explícita e não existiam referências ao seu papel nem projetos voltados especificamente a

⁵² No original: “*El desarrollo era, y sigue siendo en gran parte, un enfoque de arriba abajo, etnocéntrico y tecnocrático que trataba a la gente y a las culturas como conceptos abstractos, como cifras estadísticas que se podían mover de un lado a otro en las gráficas del ‘progreso’*” (ESCOBAR, 2007, p. 84-85, grifo no original).

elas. As distinções sexistas, no entanto, ficavam implícitas tanto no que se fazia quanto no que se deixava de fazer: os projetos eram desenhados e implementados por homens e as atividades incentivadas eram aquelas produtivas do setor industrial, onde havia maior concentração masculina. A atuação do Banco acabava por marginalizar as mulheres e suas tarefas, aprofundando a divisão entre as esferas produtivas e reprodutivas, ignorando esta última, que era considerada como improdutiva e, portanto, não passível de receber empréstimos financeiros (ZABALA, 2005).

A década de 1970 assistiu a consolidação do Banco Mundial no papel de vanguarda no tocante aos assuntos do desenvolvimento capitalista, conforme salienta Silva (2018). Nesse período, a instituição passou a ser duramente criticada por sua defesa do desenvolvimento orientado ao mercado e da tese de que o crescimento se estenderia ao conjunto da população. Tais críticas vinham tanto de grupos de esquerda quanto de organizações e grupos que advogavam pelo livre mercado (SILVA, 2018; ZABALA, 2005). Inúmeros estudos apontavam que, apesar do crescimento econômico apresentado pelos países pobres no período, a condição de vida de parte considerável da população não havia mudado e em muitos casos, havia se deteriorado. No mesmo período, emergiram discussões sobre o *enfoque das necessidades básicas*, cuja ênfase recaía na pobreza, emprego e desigualdade, em detrimento do foco exclusivo no PIB (ZABALA, 2005).

Tais questões assinalaram uma mudança conceitual operada pelo Banco, que passou a considerar duas dimensões de investimento, a manutenção de crescimento econômico e a redução da pobreza. Essa mudança teve repercussão na forma como as mulheres eram vistas. Passou-se a tratar do contingente de mulheres em situação de pobreza e a debater acerca das funções que estas desempenhavam na família. O crescimento econômico foi considerado como “um meio para a ‘satisfação’ das necessidades das mulheres, principalmente se as famílias (e o seu tamanho) fossem atingidas com os benefícios” (SILVA, 2018, p. 68, grifo no original).

Silva (2018) enfatiza ainda que, nas três primeiras décadas de atuação, embora a condição das mulheres não tenha recebido destaque e sequer existissem projetos destinados a elas, as relações de gênero permearam a história do Banco, sendo explícitas no corpo de funcionárias/os, com a predominância de homens em seus quadros. Tal configuração colocava o Banco como alvo das críticas feministas, sendo questionado, ao longo da Década da Mulher, pelo desequilíbrio de gênero entre funcionárias/os e pelos impactos de suas atividades sobre as mulheres. Vale destacar também que o Banco tampouco apresentava diversidade em sua composição étnica/racial.

O atraso em se aproximar das problemáticas levantadas pelos movimentos feministas, que já figuravam entre as agências multilaterais como questões socioeconômicas fundamentais, tornou a instituição vulnerável às críticas. Dessa forma, envolver-se com tal causa, além de garantir seu papel de vanguarda nas discussões do desenvolvimento, demarcava também sua capacidade de impactar na condição de vida das mulheres dos países pobres (SILVA, 2018).

As mulheres passaram a alcançar visibilidade para o Banco Mundial em meados dos anos 1970, sendo que nesse período a estratégia MnD integrou as políticas do Banco de modo informal. Em 1972 foi criado o primeiro Grupo de Trabalho sobre a Condição das Mulheres e em 1973 pela primeira vez se discutiu no Comitê Executivo o tema MnD, em um projeto de Educação no Zâmbia. No ano seguinte, foi realizada a revisão de um projeto voltado para as trabalhadoras rurais do Níger e em 1975 foi elaborada a primeira pesquisa sobre o papel e *status* das mulheres em Togo, no âmbito dos estudos da equipe do Banco sobre o país (ZABALA, 2005; SILVA, 2018).

Após o anúncio da realização da I Conferência Mundial das Mulheres organizada pela ONU, o BM nomeou duas representantes para participar e realizou inúmeras discussões para elaboração de material a ser levado à conferência. Como não foi concluído a tempo, a produção foi publicada em 1975 com o título *Integrating Women into Development* (Integrando mulheres no Desenvolvimento) e sintetizou os princípios básicos de atuação, como a necessidade de se considerar o papel específico das mulheres na redução da pobreza, a integração do tema MnD aos projetos gerais, a centralização das ações em setores específicos - desenvolvimento urbano e rural, população, saúde, educação e nutrição - e a melhoria do status das mulheres visando a diminuição da fertilidade (ZABALA, 2005).

Em 1977 foi criado o primeiro posto de trabalho em Mulheres no Desenvolvimento no âmbito do Banco, cargo ocupado por Gloria Scott, ex-chefe de Planejamento Social das Nações Unidas. No início, ela passou a atuar na revisão de projetos em sua fase de implementação e posteriormente, na fase de supervisão e avaliação, além da preparação de materiais escritos. Os primeiros anos de sua atuação foram marcados pela escassez de recursos, pela não adequação do discurso MnD aos objetivos do Banco e pelo pouco incentivo da própria agência (ZABALA, 2005; 2006, SILVA, 2018). Scott sinalizou que sua função no Banco se reduzia a capacitar funcionárias/os e receptoras/es de crédito e a melhorar a imagem pública do Banco, ainda que com um orçamento enxuto (SILVA, 2018).

A mudança de enfoque operada pela gestão de Robert McNamara no Banco possibilitou a ampliação do caráter político da agência de modo que os investimentos

passaram a se voltar para as necessidades básicas da população, como saúde, educação, nutrição, planejamento familiar, urbanização e desenvolvimento rural. Nesta perspectiva, o controle populacional e o planejamento familiar se tornaram estratégias centrais de combate à pobreza, ancorados em um viés neomalthusiano que compreendia o crescimento demográfico de países pobres como um empecilho ao crescimento econômico (PEREIRA, 2009; SILVA, 2018).

Nesse período, o Banco Mundial deslocou suas preocupações do crescimento econômico para a erradicação da pobreza absoluta. Os trabalhadores pobres foram identificados como grupo-alvo, e dentre estes, as mulheres pobres receberam especial atenção, sendo destinadas a receber ajuda para sair da situação de privação, uma vez que se atribuía a pobreza ao fato das mulheres terem sido ignoradas nos planos de desenvolvimento anteriores e por serem consideradas as responsáveis pela satisfação das necessidades básicas de suas famílias (MOSER, 1989). Ainda que não tenha se convertido em projeto específico, a retórica sobre os perigos representados pelo crescimento demográfico levou à destinação de recursos à educação de meninas para a redução da fertilidade (ZABALA, 2005).

O *enfoque das necessidades básicas* conduziu a mudanças nos objetivos do desenvolvimento, enfatizando que o crescimento econômico não se relacionava apenas à elevação do PIB. Em decorrência, passaram-se a valorizar atividades que antes não eram valorizadas pelo mercado, como as tarefas reprodutivas. Para o BM, a estratégia possibilitou que as mulheres alcançassem maior visibilidade. Foram assinaladas as desigualdades no ambiente doméstico que prejudicavam mulheres e crianças, além dos diferentes padrões de gastos entre homens e mulheres.

As preocupações com o crescimento populacional tiveram centralidade na gestão McNamara. Em um discurso na Universidade Católica de Notre Dame, em 1969, expressou que o rápido crescimento da população constituía o principal obstáculo individual ao desenvolvimento econômico e social, chegando a comparar a ameaça da explosão demográfica à ameaça de uma guerra nuclear. Tal perspectiva, que não abordava a divisão e utilização desigual de recursos entre os países do Norte e do Sul, pretendia estimular o controle populacional dos países pobres por parte dos países ricos e das agências multilaterais. A oposição dos países do Sul global a tal intento e as dificuldades em encontrar projetos populacionais que se adequassem aos objetivos do Banco, no entanto, fizeram com que o foco das preocupações se voltasse para políticas populacionais mais amplas (ZABALA, 2005).

A política do Banco para as mulheres durante os anos 1970 não era muito evidente e a relação estabelecida entre mulheres e desenvolvimento estava atrelada à redução da

fertilidade. A ênfase da agência em políticas de educação e nutrição buscava atingir tal objetivo: a partir da melhora nos níveis da educação e dos aspectos nutricionais, além da ampliação das oportunidades econômicas para meninas e mulheres se garantiria a redução da taxa de natalidade e de mortalidade infantil. Destaca-se então que a destinação de recursos para a abordagem das mulheres vinculava-se a uma concepção instrumental, voltada principalmente para o controle populacional (ZABALA, 2005).

Silva (2018) assinala que, mesmo tendo promovido algumas ações direcionadas às mulheres e ter se colocado em diálogo com funcionárias e especialistas de outras agências internacionais, em seus primeiros Relatórios sobre o Desenvolvimento Mundial (RDM), as mulheres foram reduzidas ao seu papel no controle demográfico, reforçando a perspectiva das mulheres como reprodutoras biológicas. O planejamento familiar figurou como complementar aos projetos de infraestrutura, uma vez que se compreendia que a redução da fertilidade nos países pobres diminuiria o número de trabalhadoras/es e consequentemente, o desemprego e o subemprego.

Em 1979 foi publicado o documento *Recognizing the “Invisible” Woman in Development: The World Bank’s Experience* (Reconhecendo a mulher “invisível” no desenvolvimento: a experiência do Banco Mundial) (BANCO MUNDIAL, 1979), condensando uma revisão da experiência do Banco até então e elencando os conceitos e princípios gerais operados pela instituição. O nexos entre os papéis femininos e a redução da pobreza foi mantido e se incentivou que as mulheres fossem consideradas em todas as fases dos projetos empreendidos pela instituição. Embora se admitisse que as decisões políticas sobre a implementação dos projetos ficavam a cargo dos governos receptores, caberia ao Banco estimular um clima mais favorável aos projetos voltados às mulheres. Silva (2018) afirma que tal relatório se conformou como uma resposta e um posicionamento do Banco em relação aos debates que vinham figurando no cenário internacional, na esteira da I Década da Mulher promovida pela ONU.

Em meados dos anos 1980, o trabalho MnD passou a receber mais recursos, quer seja no que diz respeito a pessoal quanto a dinheiro especificamente. A estratégia adotada pela Divisão MnD para atuar de forma mais ampla no Banco foi oferecer uma justificativa intelectual para os investimentos em mulheres. As trabalhadoras do Banco passaram a buscar dados e argumentos afinados com a premissa de eficiência seguida pela instituição e se voltaram aos investimentos nos setores sociais, como capital humano das mulheres e a redução da fertilidade e da mortalidade infantil (ZABALA, 2005). Escobar (2007) ressalta que a abordagem MnD atribuía as restrições impostas as mulheres à cultura e à “tradição” e

defendia que os investimentos nas mulheres representavam um alto retorno.

Até 1984 a maior parte dos estudos do Banco voltados para as mulheres abordavam o chamado problema demográfico, o que possibilitou que a instituição inserisse discussões sobre a educação de meninas e a melhoria da posição da mulher como meio para a redução da fertilidade. Além do argumento demográfico, o BM utilizou argumentos de eficiência: “para reduzir a pobreza, para contribuir para o sucesso dos projetos, para não desperdiçar o potencial das mulheres... era necessário investir nelas” (ZABALA, 2005, p. 300, tradução nossa)⁵³.

Na segunda metade da década de 1980, o BM passou a aumentar os aportes financeiros para as ações dirigidas para as mulheres. Foi nomeada uma nova conselheira MnD, a economista Barbara Herz, que já atuava na instituição. Suas tarefas consistiam em evidenciar a importância dos investimentos em mulheres para o alcance dos objetivos do desenvolvimento e fornecer estratégias específicas de atuação. Os enfoques mobilizados eram o da eficiência, equidade e antipobreza. Passou-se a incentivar que as ações MnD fossem integradas nos trabalhos do Banco em cada região e inseridas nas principais áreas de atuação (educação feminina, saúde, agricultura, acesso ao crédito e melhoria do acesso à força de trabalho) (ZABALA, 2005).

As estratégias do Banco para atingir tais áreas foram: realizar a avaliação MnD por país, a fim de prover compreensão analítica capaz de subsidiar as orientações e empréstimos; desenvolver pesquisas em setores-chave, como educação, fertilidade, agricultura e empreendedorismo, bem como estimular “boas-práticas” e eleger projetos com capacidade de generalização (MURPHY, 1995).

3.3 INSTITUCIONALIZANDO GÊNERO: A ESTRATÉGIA GÊNERO NO DESENVOLVIMENTO (GeD)

A institucionalização de uma agenda feminista, ou, como bem assinala Silva (2018), a assimilação e ressignificação de partes dessa agenda por organismos internacionais como o Banco Mundial no que se passou a chamar de estratégia Gênero e Desenvolvimento (GeD), não se deu de forma linear e sem ambiguidades, mas de forma processual, marcada por contradições. O cerne da atuação do BM nesse período estava nos programas de ajuste estrutural voltados aos países em desenvolvimento. À medida que os efeitos agressivos dos

⁵³ No original: “*para reducir la pobreza, para contribuir al éxito de los proyectos, para no desperdiciar el potencial de las mujeres... era necesario invertir en ellas*” (ZABALA, 2005, p. 300).

programas de ajustamento tornavam-se visíveis, crescia a preocupação dos agentes internacionais com a sustentabilidade política do ajuste, de modo que se passou a promover estratégias paliativas de compensação social (ZABALA, 2005; PEREIRA, 2017).

A preocupação com os custos sociais das políticas de ajuste estrutural que predominou nos anos 1980 e a pressão feita por alguns países donatários estimularam a realização de estudos voltados para as relações das mulheres com as políticas macroeconômicas e para a compreensão de como as relações de gênero dificultavam a efetivação de tais políticas (ZABALA, 2005).

No início da década de 1990, segundo Escobar (2007), ainda que a existência de um setor específico voltado para a condição feminina dentro do Banco garantisse a visibilidade de tais assuntos, as questões institucionais limitavam seus resultados. O autor ressalta que para a aprovação de projetos MnD, fazia-se necessário justificá-los em relação à sua viabilidade econômica. Zabala (2005) aponta aspectos gerais que permearam os investimentos do Banco para as mulheres: a presença de um acordo intelectual que reforça a ideia de que a cobertura de áreas sociais envolvendo mulheres é importante para o desenvolvimento; a dificuldade de fundos específicos para os projetos de gênero, o que resultou na busca por doadores e favoreceu a articulação com ONGs; a ampla participação de ONGs, principalmente de mulheres, como articuladoras e executoras dos projetos MnD/gênero e o crescimento de projetos na área de saúde e educação.

Em 1993 o BM demarcou a mudança conceitual de Mulheres no Desenvolvimento para Gênero no Desenvolvimento (GeD), justificando o interesse em gênero por considerá-lo eficaz para o alívio da pobreza. Zabala (2005) ressalta que a instituição foi uma das últimas a definir um enfoque de gênero, sendo que as demais agências multilaterais já haviam feito isso na década de 1980.

Em consonância com a mudança conceitual, o BM passou por uma reorganização interna e a Divisão MnD foi transformada em um grupo denominado Análises e Políticas de Gênero (APG), com as funções de oferecer conselho e apoio técnico para o trabalho setorial e de políticas nas regiões, além de desenvolver seminários e oficinas de formação e colaborar com outros departamentos do Banco para integrar gênero em suas análises. Os projetos da instituição vinculavam-se ao âmbito do desenvolvimento humano, em áreas consideradas sociais, tais como saúde, educação, nutrição e população, que compunham uma parte menor da carteira de investimentos do BM e baseavam-se nas preocupações históricas com o crescimento demográfico, de forma que as mulheres continuavam sendo vistas em seus papéis de mães (ZABALA, 2005).

Se por um lado a mudança na terminologia de MnD para a estratégia de gênero não resultou em mudanças significativas nas intervenções propostas e as categorias de gênero e mulheres passaram a ser frequentemente utilizadas de forma indistinta, por outro lado, para muitos funcionários do Banco, gênero possuía uma conotação menos política do que mulheres, o que os levou a apoiar o primeiro termo (ZABALA, 2005; 2006; SILVA, 2018).

A participação na IV Conferência Mundial das Mulheres em 1995 representou um marco para o BM, que passou a concentrar esforços na institucionalização de gênero em suas abordagens. Pela primeira vez a instituição enviou um presidente à uma conferência mundial de mulheres. O então presidente James Wolfensohn (1995-2005) se posicionou a respeito das condicionalidades dos empréstimos de ajuste estrutural e assumiu como compromisso a defesa da igualdade de gênero, frente às pressões do movimento de mulheres (ZABALA, 2006; SILVA, 2018).

Embora o discurso de Wolfensohn tenha representado a expectativa de uma maior abertura do BM para as questões de gênero, o Banco não modificou sua forma de atuação, mas seguiu reproduzindo tendências já existentes e agregando os temas tido como sociais, devido ao cenário econômico e à constatação da permanência das desigualdades e do fracasso de políticas anteriores (SILVA, 2018). Zabala (2005) ressalta que, embora o movimento feminista, organizado internacionalmente, tivesse alcançado proeminência e mostrado capacidade de influir nos processos relacionados à ONU desde a década de 1970, as atenções e críticas das mulheres às agências internacionais de desenvolvimento se deram de forma mais tardia, devido a alguns fatores:

Por um lado, essas instituições têm sido, até recentemente, muito impermeáveis às críticas externas e têm mantido boa parte de suas políticas e atividades fora do escrutínio público, ao mesmo tempo em que não permitem que as associações de mulheres se aproximem de suas organizações. Por outro lado, a linguagem e o conteúdo econômico das instituições financeiras era mais difícil para os grupos de mulheres do que outras reivindicações políticas ou jurídicas (ZABALA, 2005, p. 344, tradução nossa)⁵⁴.

Diversos movimentos sociais passaram a denunciar o modelo de desenvolvimento econômico predominante e os efeitos perversos das políticas de ajuste estrutural nos países em desenvolvimento. No ano de 1994, em que a Conferência de Bretton Woods completava 50

⁵⁴ No original: “*Por un lado estas instituciones han sido, hasta hace poco tiempo, muy impermeables a las críticas externas y han mantenido fuera del escrutinio público buena parte de sus políticas y actividades, al tiempo que no permitían el acercamiento de asociaciones de mujeres a sus organizaciones. Por otro lado el lenguaje y los contenidos económicos de las instituciones financieras resultaban más difíciles para los grupos de mujeres que otras reivindicaciones políticas o jurídicas*” (ZABALA, 2005, p. 384).

anos, foi lançada a campanha “50 anos bastam”, que criticava duramente os organismos internacionais como o BM e o FMI na implementação de tais políticas e defendia maior transparência das informações e maior abertura das instituições à sociedade civil (ZABALA, 2005, PEREIRA, 2009).

O caráter global desta ação, somado às análises econômicas e ao enfoque de gênero na crítica macroeconômica possibilitaram o lançamento da campanha “O Banco Mundial na mira das mulheres” na Conferência de Pequim, na presença do presidente Wolfensohn. A campanha teve início com uma carta endereçada ao presidente e assinada por 900 ONGs e grupos feministas, assinalando a dimensão que o movimento internacional de mulheres vinha adquirindo (ZABALA, 2005). Reconhecendo que “as políticas macro e microeconômicas, incluindo o ajuste estrutural, nem sempre foram desenhadas levando em consideração seu impacto sobre as mulheres e meninas, especialmente as que vivem na pobreza” (FRADE, 1997, p. 01, tradução nossa)⁵⁵, a campanha intentava ampliar a participação das mulheres na formulação das políticas, visando, em última instância, a transformação das instituições do desenvolvimento para que correspondessem às necessidades das mulheres. A campanha se manteve após o término da Conferência e foi organizada em seções regionais. Na América Latina, a campanha foi impulsionada sob a coordenação da ONG mexicana “Por um Milênio Feminista”, em articulação com outras organizações da região, e se constituiu como centro de elaboração e difusão de informação, tendo produzido diversos documentos para difundir a campanha e estimular o conhecimento sobre o Banco Mundial (ZABALA, 2005).

Em 1997, representantes da campanha em conjunto com o grupo “50 anos bastam” publicaram o documento “*Gender Equity and the World Bank Group: A post-Beijing Assessment*” (Equidade de Gênero e Grupo Banco Mundial: uma avaliação pós-Pequim), que exigia que o presidente Wolfensohn atendesse as recomendações do informe. O documento concluiu que o Banco não operava de forma sistemática a institucionalização de gênero em sua carteira de empréstimos e sugeriu um marco conceitual para discutir gênero (ZABALA, 2005).

Em conformidade com os compromissos assumidos pelo Banco com os grupos de mulheres na Conferência de Pequim, foi criado em 1996 o Grupo Consultivo Externo de Gênero e em 1997, a Junta Setorial de Gênero (FRADE, 1997). O grupo, formado por 14 mulheres representantes de ONGs, movimentos de mulheres e de instituições acadêmicas de

⁵⁵ No original: “*las políticas macro y microeconómicas, incluyendo el ajuste estructural, no siempre han sido diseñados tomando en consideración su impacto en las mujeres y las niñas, especialmente de las que viven en la pobreza*” (FRADE, 1997, p. 01).

todas as regiões, passou a se reunir anualmente, tendo como objetivo atuar como vínculo entre o Banco e a sociedade civil. Tal objetivo, no entanto, era considerado insuficiente para as ativistas, que defendiam sua participação ativa na promoção de processos de mudança no Banco e na execução das políticas dirigidas para as problemáticas de gênero. A partir de 1998 as contribuições do grupo foram mais concretas e visíveis, com discussões muito mais aprofundadas sobre equidade de gênero do que as que vinham se dando no âmbito da instituição. Foram propostos conselhos consultivos por regiões e a elaboração de planos de ação regionais, o que poderia ampliar a participação da sociedade civil, seguindo a linha da nova política de gênero do Banco, cujo enfoque era mais direcionado aos países. Foi sugerido também a publicação de um Relatório de Desenvolvimento Mundial com o tema Gênero e Desenvolvimento. A existência do Grupo favoreceu a institucionalização de gênero, pois oferecia ao Banco a visão do que estava ocorrendo em cada região (ZABALA, 2005).

A Junta Setorial de Gênero conferia legitimidade ao tema no âmbito do Banco Mundial e tinha como função produzir guias e procedimentos, desenvolver uma racionalidade para o trabalho de gênero, realizar investigações e formações em gênero, inserir discussões de gênero na Estratégia de Assistência ao País (EAP)⁵⁶, além de integrar gênero nas ações do setor privado e monitorar tais ações (ZABALA, 2005).

A “renovação” da agência, sustentada por Wolfensohn, consistiu em uma reação às críticas que vinham sendo endereçadas às políticas adotadas pela instituição até então. Para Silva (2018), isto significava a busca por práticas capazes de desmobilizar parte de seus críticos, tendo em vista que as mulheres já figuravam como um tema social relevante na agenda internacional, além de representarem mais da metade da população que poderia integrar a força de trabalho assalariada.

No início de 2002 o Banco Mundial publica o seu primeiro plano de ação formal para incorporar gênero às suas intervenções, *Integrating gender into the World Bank's work: a strategy for action* (Integrando gênero no trabalho do Banco Mundial: uma estratégia para ação) (BANCO MUNDIAL, 2002). O documento apresentou estratégias dirigidas aos países objetivando modificar os padrões de gênero que impedem o crescimento econômico, a redução da pobreza e o bem-estar humano. O processo de elaboração do documento contou

⁵⁶ A Estratégia de Assistência ao País (EAPs) (*Country Assistance Strategy*, CAS, na sigla em inglês) corresponde ao documento mais importante do BM a nível nacional, sendo indicativo do tipo de assistência a ser prestada a um país. A EAP deve articular as prioridades de desenvolvimento de um país ao apoio do Grupo do Banco Mundial e impulsionar a relação com outros parceiros de desenvolvimento. Foram introduzidas em 1990 para os países que contraíram empréstimos junto à AID e estendidas a todos os mutuários em 1994. Uma EAP deve ser preparada após consulta às autoridades do país, sociedade civil e outras partes interessadas. Embora o GBM descreva o processo como participativo, a EAP não é um documento negociado (BRETTON WOODS PROJECT, 2010).

com consulta pública, envolvendo o Grupo Consultivo Externo de Gênero, funcionários do governo e membros da sociedade civil nas seis regiões em que o Banco atua, além de consultas informais com parceiros doadores bilaterais e representantes de agências da ONU.

Na estratégia descrita neste documento, o Banco Mundial afirma que irá trabalhar com os governos, a sociedade civil dos países clientes e com doadores para diagnosticar as barreiras relacionadas com o gênero e identificar as oportunidades para a redução da pobreza e a sustentabilidade do desenvolvimento. O relatório reconhece que cada região apresenta distintas disparidades de gênero, de modo que sua estratégia consistirá em preparar avaliações periódicas e multisetoriais de gênero por país, desenvolver e implementar intervenções operacionais consoantes com a avaliação e monitorar a implementação e os resultados alcançados.

O documento reitera resultados encontrados em publicações anteriores, reforçando que há fortes evidências empíricas mostrando que a divisão do trabalho baseada no gênero e as desigualdades a que dá origem tendem a retardar o desenvolvimento, o crescimento econômico e a redução da pobreza. As desigualdades de gênero afetam a produtividade do trabalho e criam ineficiências na alocação de mão-de-obra nas famílias e na economia em geral, contribuindo para a pobreza e para a redução do bem-estar humano.

Embora o BM tenha passado a utilizar uma abordagem mais ampla sobre as relações de gênero, considerando-as como um objetivo em si mesmas, gênero é compreendido como central para os negócios. Investir nas mulheres, nesta perspectiva, reduz a pobreza, acelera o crescimento econômico, aumenta a eficiência, além de garantir a redução da fertilidade e o retorno para as próximas gerações (SILVA, 2018).

O Banco atuou de forma não apenas a incorporar as críticas recebidas sobre a sua estratégia de redução da pobreza, mas também a absorver parte da crítica feminista aos seus programas de empréstimos. As mudanças na abordagem da pobreza tiveram impacto nos objetivos sobre a igualdade de gênero, culminando em uma ênfase na doutrina da “boa governança”, discutido no capítulo anterior, e no *enfoque das capacidades humanas*, concebido pelo economista indiano e ganhador do Prêmio Nobel Amartya Sen (SILVA, 2018). Tal enfoque considera que a capacidade se expressa na liberdade pessoal para escolher entre distintos modos de vida, resultando em uma visão ampla e plural do desenvolvimento humano (SEN, 1998). As mulheres tornaram-se assim “parte da garantia do crescimento econômico e da boa governança, porque investidas de capital humano se capacitam para compor a força de trabalho” (SILVA, 2018, p. 89).

Silva (2018) assinala que as ações do Banco se modificaram apenas em seu “discurso

alternativo”, não resultando em alterações em seus conceitos fundamentais, como mercantilização, privatização, flexibilização e desregulamentação. Gênero passou a compor a agenda da “boa governança” e o Banco se deteve mais no empoderamento das mulheres do que na reflexão sobre as dinâmicas de poder intrínsecas à governança. Segundo Zabala (2006), a “nova” estratégia de gênero seguiu reforçando a filosofia do Banco, com sua ênfase na abertura dos mercados e no argumento de que o ajuste econômico seria positivo para as mulheres, a despeito da difusão de inúmeros estudos que mostram o quanto tal ajuste é nefasto para mulheres e outros grupos sociais. Esta estratégia pressupõe uma maior integração do discurso de eficiência que figurava nos anos anteriores, defendendo que os sistemas de gênero afetam o crescimento a partir de seus efeitos na produtividade do trabalho, na alocação de recursos e do funcionamento de mercados e instituições.

Elizabeth Prügl (2016) ressalta que feministas envolvidas com a perspectiva MnD e GeD vêm criticando o BM por sua tendência a definir desenvolvimento como crescimento orientado pelo mercado. Tal desenvolvimento beneficiaria os homens, de forma que o crescimento alcançado com os programas de ajuste estrutural teria se dado por meio do trabalho não pago feminino. A demanda por igualdade de gênero, sob esta perspectiva, estava em tensão com a visão única do Banco com foco no crescimento econômico.

Diante das críticas feministas, o BM passou a defender que o desenvolvimento faz avançar a igualdade de gênero, apoiando-se no fato de que os países mais ricos apresentam maior equidade de gênero em comparação aos países pobres. No entanto, comprovações empíricas que assinalavam tal articulação eram escassas, o que levou o BM a fazer investimentos significativos em pesquisas a fim de mostrar tal associação. As pesquisas realizadas tanto pela unidade de gênero do Banco, quanto por outros pesquisadores, mostraram que a articulação entre crescimento econômico e gênero não era consistente no nível macroeconômico. Diante dessa dificuldade, o BM inverteu a relação causal: se crescimento econômico não necessariamente traz igualdade de gênero, então talvez igualdade de gênero traga crescimento econômico. Suas pesquisas passaram a tratar principalmente do trabalho feminino (sem considerar diferenças salariais e a qualidade) para inferir o crescimento econômico e se voltaram para discussões no âmbito microeconômico, com foco nas interações que se dão no domicílio (PRÜGL, 2016).

Em 2006 o BM lançou o documento A igualdade de gênero como Economia Inteligente - um plano de ação do Grupo Banco Mundial (BANCO MUNDIAL, 2006)⁵⁷, com

⁵⁷ Este é o único dos três planos de ação de gênero que foi disponibilizado em uma versão em língua portuguesa.

o objetivo de ampliar a capacitação econômica das mulheres nos países clientes, promover o crescimento compartilhado e alcançar os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM)⁵⁸. O relatório ressalta que o Banco precisa ampliar a integração das questões de gênero nos setores econômicos, tanto nos estudos analíticos, quanto no diálogo político e na assistência aos países. Partindo da avaliação de sua atuação na década de 1990, o relatório assinala que os avanços em termos de incorporação de gênero nas políticas (principalmente na saúde e educação) referiram-se aos esforços da instituição em estabelecer evidências empíricas e envolver os profissionais do Banco nesses objetivos. Os pontos fracos relacionam-se à deficiência na mensuração do impacto das ações e à falta de garantia de financiamento.

Um dos objetivos principais do plano de ação é a capacitação econômica, que consiste em “abrir os mercados às mulheres” e a “habilitar as mulheres a competirem nos mercados”, tendo como foco quatro mercados: terra, trabalho, produtos e financeiros, escolhidos por causa do seu potencial para produzirem aumentos rápidos e sustentados na produtividade e rendimentos das mulheres (BANCO MUNDIAL, 2006, p. 08). O documento reforça ainda que, para promover o desenvolvimento econômico e alcançar os ODM - principalmente a redução da pobreza global e a igualdade de gênero, deve-se voltar para o empoderamento econômico e para o investimento em mulheres. A justificativa é que a falta de investimentos no empoderamento feminino prejudicaria o crescimento e a redução da pobreza, acarretando resultados menos favoráveis para a educação e saúde das crianças. Investir em mulheres, dessa forma, é compreendida pelo Banco como “economia inteligente”.

Em 2010, foi lançado o documento *Applying Gender Action Plan lessons: a three-year road map for gender mainstreaming (2011- 2013)* (Aplicando as lições do Plano de Ação de Gênero: um mapa para os três anos para transversalização de gênero) (BANCO MUNDIAL, 2010), que se propõe a ser um plano de transição, apresentando os ganhos da implementação do plano de ação anterior e trazendo uma proposta para intensificar o desempenho de Gênero no Desenvolvimento. O Banco se coloca como um ator altamente qualificado para liderar os esforços para integrar gênero nas operações no setor econômico, ressaltando sua capacidade “valiosa” de produzir “conhecimento global” bem como a ampla cobertura que dispõe, o que possibilita a realização de análise “transregional” de gênero e o estímulo ao diálogo entre os países do Sul.

O relatório reforça a importância da atuação do setor privado e assinala que vêm sendo

⁵⁸ Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) foram estabelecidos em 2001, sob a forma de metas quantitativas para o ano de 2015, advindas da Declaração do Milênio celebrada por lideranças mundiais articuladas à ONU. O ODM n.º 3, a que o plano de ação do BM se refere mais enfaticamente, visa promover a igualdade de direitos entre os sexos e a capacitação das mulheres (ZABALA e HERRERO, 2011).

elaboradas estratégias conjuntas para a integração de gênero, bem como a realização de encontros e seminários regionais envolvendo diversos atores. O Banco ressalta também a incorporação de análises de gênero em diversos setores da própria instituição. O enfoque permanece orientado ao empoderamento econômico das mulheres, que constitui o centro da agenda de gênero do Banco, o que estimula uma série de outras instituições do desenvolvimento a também considerar tal problemática em suas agendas: “O GBM tem uma grande comunidade de especialistas em gênero e tem frequentemente liderado o desenvolvimento de políticas, ferramentas e recursos para o gênero e desenvolvimento” (BANCO MUNDIAL, 2010, p. 15, tradução nossa)⁵⁹.

Em 2012, seu relatório de maior peso, o Relatório de Desenvolvimento Mundial (RDM) foi intitulado *Igualdade de gênero e desenvolvimento* (WORLD BANK, 2011a). O documento afirma que a igualdade de gênero, embora possa ser considerada como um objetivo essencial do desenvolvimento, também corresponde a uma “economia inteligente” à medida que promove o aumento da produtividade e a ampliação dos benefícios para as futuras gerações. Segundo Silva (2018), tal trabalho compilou vinte anos de pesquisas e recomendações da agência e abordou os avanços e desafios da desigualdade de gênero em diferentes aspectos da vida social, além de prescrever ações articulando a igualdade de gênero ao crescimento econômico.

Na análise que realiza sobre o referido documento, Silva (2018) aponta que a mensagem central é que a igualdade de gênero, compreendida como direito humano fundamental, é capaz de interferir no crescimento econômico global. O Relatório estabelece quatro áreas prioritárias: redução da discriminação de gênero, acesso a oportunidades econômicas, representatividade política e fim dos preconceitos e estereótipos. As principais proposições são a recomendação de investimentos financeiros - prioritariamente do setor privado e da comunidade internacional - aos setores abordados, além da necessidade de reformas objetivando fortalecer a governança. A autora argumenta que os objetivos relacionados à gênero estariam assim atrelados a uma agenda de reformas para os países em desenvolvimento.

Silva (2018) afirma que o RDM de 2012 se constitui como uma publicação contraditória e complexa, compreendendo dois posicionamentos, que a autora descreve como *permanências e reformulação seletiva*: “O primeiro se refere aos temas recorrentes em relatórios do Banco; o segundo posicionamento diz respeito a temas relevantes sobre as

⁵⁹ No original: “The WBG has a large community of gender specialists and has often led in developing policy, tools, and resources for gender and development” (BANCO MUNDIAL, 2010, p. 15).

mulheres, mas que pouco historicizam e localizam o capitalismo enquanto dinâmica de poder inserida em relações sociais” (SILVA, 2018, p. 134).

No primeiro grupo, Silva (2018) identificou três problemáticas que atravessam todos os relatórios do Banco desde a década de 1970: a ênfase na capacidade reprodutiva biológica das mulheres, associada ao controle demográfico; o enquadramento econômico das relações sociais, que demarca a tríade mercados-instituições-família como uma dinâmica coesa e que atuaria como facilitadora das relações de gênero (ocultando assim dimensões de poder como racismo, heterossexismo, classe e geopolítica); disputa pela narrativa feminista e da igualdade de gênero. No tocante à reformulação seletiva, Silva (2018) pontuou o argumento do Banco de que o capital humano é passível de influenciar a autonomia das mulheres; as críticas às legislações discriminatórias e a falta de representações políticas; e o diálogo, mesmo que restrito, com especialistas e consultoras em estudos de gênero.

Razavi (2011) assinala que o RDM de 2012 demarca uma mudança no pensamento do Banco Mundial ao reconhecer que a igualdade de gênero é importante por si mesma, a despeito de qualquer valor instrumental que possa ter para o alcance de objetivos de desenvolvimento mais amplo. No entanto, o documento evita abordar os preconceitos de gênero da agenda política macroeconômica e seus resultados adversos para o trabalho feminino, tanto remunerado como não remunerado. Silva (2018) ressalta que pesquisadoras críticas feministas tem apontado para a incompatibilidade dos pressupostos econômicos do Banco com as ideias defendidas por feministas a respeito da igualdade de gênero. Além do mais, o Banco tem se omitido acerca das políticas de austeridade e sobre o redirecionamento dos gastos públicos. Tais formulações, no entanto, não representam uma incoerência no arcabouço político do Banco, mas coadunam-se à posição de neutralidade da qual a instituição se reveste, compreendendo a si mesmo como incapaz de interferir negativamente nas vidas humanas (SILVA, 2018). A autora enfatiza que durante toda sua trajetória, o Banco tem atuado selecionando e reinterpretando temas “sociais”, demarcando seu interesse de longo prazo: aprofundar o neoliberalismo para a transformação social e não apenas empreender a desregulamentação econômica e a abertura dos mercados. Silva (2018) reforça que o interesse do Banco no combate às desigualdades de gênero constitui uma estratégia refinada de investida neoliberal, voltada para a instauração e expansão de sua visão de mundo.

Em 2015, em convergência com o lançamento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)⁶⁰ pela ONU, foi publicado o documento “*World Bank Group Gender*

⁶⁰ Em 2015 foi lançada pela ONU uma nova agenda global, que tem na erradicação da pobreza sua principal estratégia para o alcance do desenvolvimento sustentável. A agenda é organizada em 17 objetivos e 169 metas

Strategy: gender equality, poverty reduction e inclusive growth - 2016-2023” (Estratégia de gênero do Grupo Banco Mundial: equidade de gênero, redução da pobreza e crescimento inclusivo) (BANCO MUNDIAL, 2015), que, segundo o Banco, teve por base um processo de consulta pública envolvendo atores sociais do setor público e privado de 22 países. Pautando-se no RDM de 2012, que postula que domicílios, mercados e instituições, em interação, influenciam na equidade de gênero e no crescimento econômico, o plano de ação apresentou como foco: melhorar as dotações humanas; remover restrições para o trabalho feminino; remover barreiras para a propriedade e para o controle feminino sobre seus ativos e melhorar a capacidade de voz e agência das mulheres. Tais focos visariam alcançar os objetivos tidos como centrais para o Grupo Banco Mundial: eliminar a pobreza extrema e impulsionar a prosperidade compartilhada até 2030.

No documento, o BM assinalou o seu compromisso com o alcance dos ODS, enfatizando que melhorar a oportunidade para meninas e mulheres não constitui apenas um objetivo global em si mesmo, mas um objetivo fundamental para alcançar todos os outros. O relatório assinala a conformação de uma agenda global cuja centralidade é a equidade de gênero, compreendida como direito, como política “econômica inteligente” e como prática de negócios. A essa agenda se somaria o setor privado, que de forma crescente tem demonstrado seu interesse em relação ao tema. O relatório é enfático ao afirmar que as “evidências” mostram que a equidade de gênero e a diversidade podem melhorar a produtividade, os resultados do desenvolvimento para as próximas gerações, além de permitir que mercados e instituições performem melhor. As parcerias público-privadas⁶¹, seja no nível local, regional ou global, são consideradas fundamentais para o alcance dos objetivos de gênero (BANCO MUNDIAL, 2015).

De acordo com Zabala (2006), o Banco Mundial apresenta limites estruturais para alcançar os objetivos da igualdade de gênero a que se propõe: por um lado, a visão econômica promovida pela instituição, que constitui seu núcleo duro, e por outro lado, a sua forma de funcionamento e sua organização interna. A ausência de análise econômica capaz de integrar a esfera produtiva, de produção de bens e serviços à esfera reprodutiva assinala a impossibilidade de articulação entre tal visão e a defendida pelos movimentos feministas. Além do mais, o Banco se exime de discutir a desigualdade de poder econômico, político e

para estimular as ações tanto individuais quanto coletivas para os próximos 15 anos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2020).

⁶¹ O relatório cita iniciativas de grandes empresas, tais como o programa “10.000 Women”, da Goldman-Sachs, que está atuando em mais de 40 países, o “Programa Coca-Cola 5x20”, que objetiva estimular o empoderamento econômico de milhões de mulheres empreendedoras até 2020 e o “Programa de Empoderamento Econômico das Mulheres”, da Wal-Mart (BANCO MUNDIAL, 2015).

social entre os grupos, bem como as desigualdades de gênero que as atravessam, como defendem os movimentos de mulheres. Tal análise é primordial para a compreensão das relações de gênero, da redistribuição de recursos e do próprio poder, constituindo-se como estratégias para acabar com a opressão. No tocante aos limites do funcionamento organizacional, os principais problemas, segundo a autora, consistem na lentidão para abordar as mudanças nas prioridades produzidas no campo do desenvolvimento, nos obstáculos na aprovação de empréstimos, bem como a composição de pessoal e o grau de autonomia que possuem para desempenhar seu trabalho.

Zabala (2006) afirma que, embora retoricamente o BM faça referência à equidade e à justiça social, seus principais argumentos são econômicos e instrumentais. Os papéis de gênero não são questionados e a maior parte dos investimentos são voltados para projetos que concebem as mulheres como mães responsáveis pelas gerações seguintes. Além de cumprirem o papel que lhes é atribuído socialmente, é esperado ainda que as mulheres desempenhem funções no setor produtivo, uma vez que são consideradas como um recurso sub-utilizado, do qual o desenvolvimento econômico necessita. A autora adverte que, enquanto a visão econômica do banco e sua estrutura de funcionamento se mantiverem, os argumentos em relação à defesa da igualdade de gênero serão sempre instrumentais e pautados na eficiência, o que pode levar à uma defesa frágil dos direitos das mulheres. A autora questiona:

E se a desigualdade de gênero favorecer o crescimento em alguns países ou regiões? E se as disparidades não representarem uma barreira ao desenvolvimento? O investimento nas mulheres deve ser reduzido se elas se tornarem menos produtivas no mercado? (ZABALA, 2006, p. 36, tradução nossa)⁶².

Para Sônia Alvarez (2014), a convergência entre o engajamento de movimentos feministas e as instituições do desenvolvimento articuladas em torno do Banco Mundial conduziu à formulação de uma Agenda Global de Gênero (AGG), que representaria então “um recuo parcial do fundamentalismo do mercado ao final dos anos 1990, e o recém-descoberto comprometimento do desenvolvimento neoliberal com a sociedade civil, a ‘corresponsabilidade’, o ‘capital social’, o ‘empoderamento’ e a ‘participação’” (ALVAREZ, 2014, p. 62, grifos no original).

Prügl (2016) e Silva (2018) afirmam que o interesse do Banco no combate às desigualdades de gênero constitui uma estratégia de investida neoliberal, uma busca pela

⁶² No original: “¿Qué sucede si la desigualdad de género fomenta el crecimiento en algunos países o regiones? ¿Qué pasa si las disparidades no suponen una barrera para el desarrollo? ¿Habría que reducir las inversiones en las mujeres si éstas resultaran menos productivas en el mercado?” (ZABALA, 2006, p. 36).

formação de consenso voltada para a instauração e expansão de sua visão de mundo ancorada no neoliberalismo, conformando assim o que Prügl chama de “neoliberalismo com uma face feminista”. Tal formação foi construída na esteira do Pós-consenso de Washington, em que as prescrições políticas neoclássicas foram deslocadas para equilibrar demandas do sistema financeiro com políticas de cunho social, de forma a fortalecer os mercados.

4 BANCO MUNDIAL, GÊNERO E AMÉRICA LATINA

4.1 BANCO MUNDIAL E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Neste capítulo, discutirei as proposições de gênero do Banco Mundial para a América Latina, a partir de documentos produzidos pela instituição e à luz da leitura crítica realizada por pesquisadoras e pesquisadores do tema. Para abordar tal problemática faz-se necessário refletir sobre o papel desempenhado pelo BM na produção de conhecimento. Em outras palavras, como primeiramente as mulheres e posteriormente as relações de gênero foram se constituindo como objetos para o Banco Mundial. Em seguida, discutirei sobre a forma como as mulheres latinoamericanas têm sido construídas nos discursos de gênero do Banco Mundial e finalizarei o capítulo aprofundando a discussão sobre as proposições de gênero para a região.

Segundo Escobar (2007), o discurso do desenvolvimento trouxe em seu bojo a necessidade de elaboração de conhecimentos aprofundados sobre o *Terceiro Mundo*. Essa necessidade ficou muito evidente no que se refere à América Latina, que se converteu em um foco de interesse para estudantes, pesquisadoras/es e especialistas em desenvolvimento advindos do *Primeiro Mundo*. De acordo com a retórica do Banco Mundial, a América Latina estava à espera do “desenvolvimento” (MIGNOLO, 2007).

O aparato do desenvolvimento se conformou em torno de um conjunto de técnicas de planejamento, mensuração e avaliação, articuladas aos conhecimentos profissionais e às práticas institucionais, que passaram a organizar a produção de formas de conhecimento e tipos de poder. O conhecimento considerado adequado passou a ser aquele produzido pelas/os funcionárias/os do Banco e *experts* dos países desenvolvidos formados na tradição ocidental, e a função do conhecimento passa a ser tornar o cliente cognoscível para as instituições de desenvolvimento, como salienta Escobar (2007). Os programas específicos, implementados por tais instituições, resultam das interações entre agências internacionais, universidades do *Primeiro* e do *Terceiro Mundo*, organizações e instituições do *Terceiro Mundo* e discursos técnicos diversos. Estas interações se expressam no que o autor chama de práticas documentais, que são as descrições de programas, informes de avaliação e investigação, atas de reuniões, trabalhos acadêmicos, entre outros, configuradas em torno de um processo frequentemente autorreferencial, elaborados não para abordar um problema específico, mas para manter o fluxo contínuo de textos organizacionais. Escobar, citando Adele Mueller, discorre sobre a produção de conhecimento sobre as mulheres do *Terceiro Mundo*:

Os textos sobre a mulher e o desenvolvimento não descrevem, como se afirma, a situação das mulheres do Terceiro Mundo, mas a situação de sua própria produção (a dos textos). A imagem resultante das “Mulheres do Terceiro Mundo” é em si a de umas mulheres pobres, que vivem em cabanas, têm muitos filhos, são analfabetas e dependem de um homem para o seu sustento ou se empobreceram porque não o têm. O importante aqui não é se esta é uma descrição mais ou menos precisa das mulheres, mas sim quem tem o poder de criar a descrição e de afirmar que ela é, se não precisa, a melhor aproximação... O regime discursivo das mulheres e desenvolvimento não é um relato dos interesses, necessidades, preocupações e sonhos das mulheres pobres, mas um conjunto de estratégias para lidar com o problema que as mulheres representam para o funcionamento das agências de desenvolvimento do Terceiro Mundo (MUELLER, 1987, apud ESCOBAR, 2008, p. 193, grifo no original, tradução nossa)⁶³.

A produção de conhecimento sobre as mulheres latinoamericanas, por parte do Banco Mundial, pode ser visualizada por meio da ampla elaboração de documentos que abordam tal temática e por meio da conformação de estruturas organizativas do Banco para implementar projetos. Na sequência, apresentarei alguns documentos produzidos pelo Banco e abordarei a institucionalização da abordagem MnD e GeD na região da América Latina.

No relatório, *Recognizing the “invisible” Woman...* (BANCO MUNDIAL, 1979), destaca-se que dentre os projetos citados como aqueles que apresentavam “boas práticas” referentes à incorporação das mulheres em suas estratégias, 08 deles vinham sendo desenvolvidos em países latinoamericanos, na área de Recursos Humanos e Agricultura e tinham como foco as necessidades básicas, englobando educação primária, orientação nutricional, cuidados materno-infantis e alfabetização funcional. A primeira publicação do BM discutindo questões relacionadas às mulheres na região se deu também em 1979, com o documento “*Some World Bank projects and Women in Latin America*” (Alguns projetos do Banco Mundial e as mulheres na América Latina).⁶⁴

Durante a segunda metade dos anos 1980, os projetos do Banco voltados para as mulheres foram ampliados e passaram a ser coordenados pela recém-criada Divisão MnD. Além do grupo de trabalho na unidade central, foram criados postos por regiões, para se

⁶³ No original: “*Los textos sobre las mujeres y el desarrollo no describen, como se aduce, la situación de las mujeres del Tercer Mundo, sino la situación de su propia producción (la de los textos). La imagen resultante de las ‘Mujeres del Tercer Mundo’ es en sí la de unas mujeres pobres, que viven en chozas, tienen demasiados hijos, son analfabetas, y dependen de un hombre para subsistir o se han empobrecido porque no lo tienen. Lo importante aquí no es si se trata de una descripción más o menos exacta de las mujeres, sino quién tiene el poder para crear la descripción y alegar que ella es, si no exacta, la mejor aproximación... El régimen discursivo de la mujer y el desarrollo no es un recuento de los intereses, las necesidades, preocupaciones y sueños de las mujeres pobres, sino un conjunto de estrategias para manejar el problema que las mujeres representan para el funcionamiento de las agencias de desarrollo del Tercer Mundo*” (MUELLER, 1987, apud ESCOBAR, 2008, p. 193, grifo no original).

⁶⁴ O documento foi citado por Murphy (1995). Em busca realizada no banco de dados do BM, o relatório foi encontrado, mas possui acesso restrito, o que inviabilizou sua leitura.

atender as necessidades de avaliação da condição das mulheres por país, conforme nova diretriz da instituição. Em 1990, aumentou-se um posto extra de trabalho em cada uma das regiões em que o Banco atuava. Para cada país, foi nomeada uma/um funcionária/o responsável por integrar os temas MnD aos projetos. Na América Latina, a coordenação dos projetos foi realizada em tempo parcial pelo departamento técnico e somente alguns países tiveram a nomeação de profissional específico para as ações referentes às mulheres (MURPHY, 1995; ZABALA, 2005).

Na América Latina, o trabalho setorial voltado às mulheres frequentemente abrangia toda a região ou orientava-se aos países que possuíam características em comum. Os temas centrais eram saúde, educação e a remoção das barreiras de acesso à educação superior, ao mercado de trabalho e à igualdade salarial. Os projetos eram implementados em parcerias com diversas ONGs e com aportes de fundos sociais diversos. A Divisão MnD passou a produzir uma série de cadernos abordando os argumentos e as formas como a temática das mulheres deveriam ser incorporadas nas operações do Banco. A ênfase recaía na construção de capital humano e na melhoria da produtividade e da capacidade da mulher em gerar renda (MURPHY, 1995; ZABALA, 2005).

Em 1991 foi lançado o relatório *Women in Development – Issues for the American Latin* (Mulher no Desenvolvimento – Questões para a América Latina) (DAVANZO E HAAGA, 1991), que se propôs a revisar os projetos do BM que afetavam a condição da mulher na região. O estudo, apoiado principalmente em outras pesquisas desenvolvidas pela instituição, atrelou capital humano à temática feminina a partir de análise nas áreas da saúde, planejamento familiar, educação e treinamento. Ao final, teceu recomendações sobre a necessidade de melhorar a saúde da mulher, investigar o nexos entre educação e gênero, patrocinar pesquisas sobre políticas de cuidados dirigidos às crianças, avaliar a aplicabilidade das políticas de microfinanciamento para outros países, desagregar dados por sexo nas pesquisas sobre os efeitos das reformas políticas e estimular a troca de experiências entre o pessoal do Banco.

Além das preocupações com questões relacionadas à educação e saúde, o trabalho feminino adquiriu centralidade nas discussões do BM sobre a América Latina. Em 1992, foi lançado o documento *Latin American Women's earnings and participation in the labor force* (Ganhos e participação das mulheres latinoamericanas na força de trabalho) (PSACHAROPOULOS E TZANNATOS, 1992), com o objetivo de investigar mudanças nos empregos femininos na região, compreender os fatores que determinam a escolha da mulher para ingressar ou não na força de trabalho, bem como as diferenças de ganhos salariais entre

mulheres e homens. Comparando os dados encontrados com aqueles dos países ditos industrializados, os autores enfatizaram que, a despeito da deterioração das condições de vida ocorrida no decorrer da década de 1970, as mulheres vêm aumentando significativamente sua participação na força de trabalho desde os anos 1950. O estudo defende que o incremento do capital humano - ou seja, a criação de oportunidades de educação e de emprego para as mulheres - pode contribuir para a eficiência e para a redução da pobreza, além de corrigir as eventuais “falhas” do mercado, representadas pela discriminação de gênero. Além do mais, tempos maiores de escolarização refletiriam em menores taxas de natalidade, resultando em maior propensão das mulheres ao mercado de trabalho.

As “falhas” do mercado, que corresponderiam às discriminações no mercado de trabalho, foram consideradas como o principal impeditivo à participação efetiva das mulheres, de acordo com o estudo *Gender discrimination in the labor market and the role of the law: experiences in six Latin American countries* (A discriminação de gênero no mercado de trabalho e o papel da lei: experiências em seis países latinoamericanos) (WINTER, 1994). Os resultados apontaram que a discriminação, principalmente a salarial, é generalizada na região, implicando em menores retornos em capital humano para as mulheres. As leis trabalhistas foram vistas como discriminatórias em relação às mulheres, uma vez que ao estimular benefícios trabalhistas à maternidade, tornariam o custo do trabalho feminino mais oneroso ao empregador, desencorajando a contratação feminina. Como recomendação caberia então revisar estas leis e formular legislações neutras em relação ao gênero, bem como estimular a reforma no setor judiciário trabalhista e ampliar o conhecimento das mulheres trabalhadoras sobre seus direitos. O baixo ingresso feminino no mundo do trabalho produtivo foi considerado como um desperdício de recursos humanos.

A estratégia MnD e, posteriormente, GeD foram institucionalizadas no âmbito do BM de forma paulatina, respondendo tanto a pressões externas quanto a necessidades internas. No fim dos anos 1990 o BM promoveu a descentralização do trabalho de gênero, visando ampliar o planejamento e implementação dos projetos nos níveis regionais e em cada país. Para tanto, seriam nomeadas/os coordenadoras/es de gênero em cada região e em cada país. Cada região ficou incumbida de preparar um Plano de Ação de Gênero contendo diagnóstico sobre as problemáticas que subsidiariam as discussões de temas de interesse estratégico para os países (ZABALA, 2005).

Com qualidade variável, as análises realizadas pelas seções regionais tiveram perspectivas distintas e utilizaram conceitos e metodologias diferentes. Na América Latina e Caribe, abordaram-se as diferenças e limitações de gênero e se defendeu uma perspectiva de

desenvolvimento sensível ao gênero capaz de romper tais barreiras. Considerado o plano de ação⁶⁵ mais radical dentre as regiões, apresentava uma análise mais próxima das discussões da Plataforma de Ação de Pequim e possibilitou a presença do enfoque “homens no desenvolvimento” (CHRISTIAN MICHELSEN INSTITUTE, 1999; ZABALA, 2005).

As formas de atuação também apresentavam variações regionais e os recursos destinados à coordenação de gênero eram bastante limitados. Ao contrário de outras regiões, a equipe de gênero na América Latina não contava com uma pessoa atuando em tempo integral. Havia um coordenador de gênero que ficava disponível por uma semana ao ano para realizar tarefas específicas. Foi a partir de 1998, contando com financiamento de fundos noruegueses, que as atividades na região se expandiram com a contratação de 07 pessoas para trabalhar em tempo integral sob a direção de uma especialista em gênero. A equipe da região chegou a contar com 11 especialistas para apoiar o trabalho de gênero junto aos países e aos demais setores do Banco (CHRISTIAN MICHELSEN INSTITUTE, 1999; ZABALA, 2005).

A unidade de gênero na região foi conformada separada dos outros setores, sob a justificativa de maior autonomia e maior possibilidade de participar efetivamente das operações do Banco (BANCO MUNDIAL, 2001; ZABALA, 2005). Buscava-se fazer com que a unidade de gênero se constituísse como um serviço de apoio aos profissionais do Banco e aos países clientes para trabalhar tais problemáticas em seus contextos. O objetivo não era tornar as ações de gênero obrigatórias, mas fornecer evidências econômicas sobre as vantagens de se considerar gênero nas intervenções. Para tanto, a estratégia utilizada na região foi o denominado *enfoque de marketing social (social marketing approach)* (ZABALA, 2005). Tal enfoque consiste na aplicação de princípios do marketing comercial a programas ou projetos, como modo de incentivar mudanças comportamentais no público-alvo, a fim de alcançar objetivos sociais. Pautada em tal abordagem, a equipe de gênero da região identificou a família como o locus fundamental para se trabalhar as relações de gênero, buscando a reorganização de papéis desempenhados por homens e por mulheres e a incidência em mudanças intergeracionais. Passou-se também a atuar com projetos voltados para públicos segmentados (funcionários do Banco e governos de países da região), de modo a compreender os interesses e motivações de diferentes grupos, direcionando os recursos escassos para os grupos que oferecessem as melhores perspectivas de sucesso, compreendidas em termos de mudanças comportamentais (BANCO MUNDIAL, 2000).

⁶⁵ Tal plano de ação não se encontra disponível para acesso no banco de dados do Banco Mundial.

Segundo o BM, a América Latina e Caribe têm apresentado significativas mudanças na igualdade de gênero nas últimas quatro décadas, em distintas áreas. Na educação, houve redução das disparidades entre meninos e meninas nas taxas de matrícula escolar, sendo que as mulheres passaram a apresentar índices superiores aos masculinos. Em relação à saúde, o aumento do investimento em meninas e mulheres e a melhoria do acesso aos serviços levaram à predominância das mulheres na região, que atualmente constituem mais de 50% da população. Outras mudanças referem-se à diminuição das taxas de fertilidade, que chegaram a convergir com a dos países da OCDE e o crescimento da participação da mulher na força de trabalho. Estes resultados foram apresentados no estudo *Trabajo & Familia: Mujeres de América Latina y el Caribe en busca de un nuevo equilibrio*, publicado em 2011 e atualizado em 2016 pela economista sênior do Banco Mundial para a região da América Latina, Laura Chioda (CHIODA, 2011; 2016).

O documento mostra que, apesar dos avanços, os objetivos políticos de gênero não teriam sido alcançados completamente nem de forma homogênea na região, permanecendo ainda lacunas associadas à condição de pobreza crônica, acesso precário aos serviços, além de arranjos institucionais e normas sociais que se constituem como barreiras para as mulheres. A autora também destaca recortes de classe e etnia ao estabelecer as comparações entre grupos de mulheres (CHIODA, 2011; 2016).

Os ganhos evidenciados no estudo referem-se ao que Laura Chioda (2011; 2016) chama de primeira geração de políticas de gênero, que tendiam a estabelecer objetivos quantitativos para a paridade de gênero, tanto em relação ao acesso igualitário (por exemplo, à saúde, à educação e serviços judiciais) quanto à igualdade nos resultados (como remuneração igual para competências comparáveis, ou participação igual na força de trabalho ou em cadeiras no Congresso). Segundo o relatório, à medida que a situação da mulher se modificou na região, tornou-se necessário uma nova geração de políticas capaz de apoiar a mulher em um cenário complexo em que se busca conciliar trabalho, visto cada vez mais como uma carreira, com a realização pessoal que se daria no matrimônio, na maternidade e na família. Os caminhos sugeridos para essa segunda geração de políticas são: a revisão das políticas de gênero, para que possam ter em consideração as preferências individuais, as relações estabelecidas nos lares e instituições e os hábitos sociais; a ampliação do foco das políticas, que deveriam ser desenhadas com base nos domicílios, onde se dão as interações entre homens e mulheres, à exemplo dos Programas Condicionais de Transferência de Renda (PCTR), bem como a flexibilização dos padrões trabalhistas, de forma a atender as necessidades das mulheres em relação à maior liberdade por escolher suas identidades e

equilibrá-las com os papéis tradicionais (como demanda por trabalho em tempo parcial, por exemplo).

O Banco tem elaborado planos de ação de gênero para definir as estratégias e orientar os objetivos a serem alcançados. Além de planos de ação gerais – apresentados no capítulo anterior –, vêm sendo elaborados planos de ação regionais, que abordam as principais linhas de atuação do Banco para determinados grupos de países. Embora diversos autores façam referências a tais planos de ação (MURPHY, 1995; CHRISTIAN MICHELSEN INSTITUTE, 1999; ZABALA, 2005) e os documentos do Banco abordem sua importância (BANCO MUNDIAL, 2002; 2006; 2015), apenas um plano de ação para a região da América Latina e Caribe foi encontrado em pesquisa no sítio eletrônico do Banco Mundial, datado de 2011. Há um outro documento que aborda o plano de ação da região que teria sido formalizado em 2015, porém o plano propriamente dito não se encontra disponível para acesso.

O plano de ação em questão foi publicado em 2011, intitulado *Gender equity in Latin America and the Caribbean A roadmap for action: Fy12-Fy14* (Equidade de Gênero na América Latina e Caribe: um mapa para ação: Anos fiscais 12-14) (BANCO MUNDIAL, 2011b), cujo objetivo consistia em aumentar o conhecimento e a capacidade dos países clientes e do Banco para abordar questões que restringem o desenvolvimento e a equidade de gênero na região.

Inicialmente o documento apresenta uma análise do panorama regional, pautando-se em estudos realizados pela própria agência e em dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), ressaltando que, apesar dos avanços na equidade de gênero na região, permanecem inequidades em relação às oportunidades econômicas, o desenvolvimento de dotações e em agência. O plano de ação enfatiza que a abordagem das desigualdades de gênero requer, além de políticas favoráveis, uma maior compreensão do processo de negociação de papéis que se dá nas esferas doméstica e das preferências e normas sociais. É dada ênfase ao fato de a região ter sido pioneira em adotar a Plataforma de Ação de Pequim e as resoluções da CEDAW, manter um Observatório de Equidade de Gênero⁶⁶ administrado pela CEPAL e ter estabelecido metas “ambiciosas” de igualdade de gênero a partir do Consenso de Brasília⁶⁷. No entanto, o documento adverte que apesar do clima

⁶⁶ <https://oig.cepal.org/pt>

⁶⁷ Tal Consenso foi aprovado pelos governantes dos países participantes da décima primeira Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe e envolveu a proposição de reformas legais e institucionais que incluíam mudanças nas Constituições Federais, criação de Ministérios ou Institutos para Mulheres, reformas no Códigos Civis, penalização da violência de gênero e a implementação de políticas de igualdade de gênero (CASTRO, 2015).

favorável, os conhecimentos limitados e a fraca capacidade institucional dificultam a realização das mudanças que ainda são necessárias. O plano de ação ancora-se em três pilares: integração de gênero nas avaliações dos países⁶⁸, abordagem de áreas com desigualdades persistentes e prioritárias, com base na estrutura de igualdade de gênero estabelecida no RDM de 2012 (Figura 01), e o compartilhamento de evidências de intervenções de transversalização de gênero (BANCO MUNDIAL, 2011b).

No pilar I, o documento ressalta que a região tem apresentado bons resultados na incorporação de gênero em suas intervenções nas áreas de proteção social, saúde, agricultura e desenvolvimento rural, com resultados ruins na área de infraestrutura. O pilar II aborda a persistência de diferenças de rendimentos entre homens e mulheres e ressalta os esforços do BM em promover mudanças em áreas prioritárias onde as desigualdades de gênero são generalizadas. A implementação de tais mudanças deveria ser adaptada aos diferentes contextos, refletindo as características específicas de cada país em termos de normas/preferências, mercados, instituições e políticas. O pilar III refere-se à falta de compartilhamento de conhecimento entre os atores regionais. Como propostas, destacam-se a avaliação do impacto das intervenções de gênero, a disseminação de dados desagregados por gênero, e eventos de divulgação das “boas práticas” de gênero implementadas pelo BM na região (BANCO MUNDIAL, 2011b).

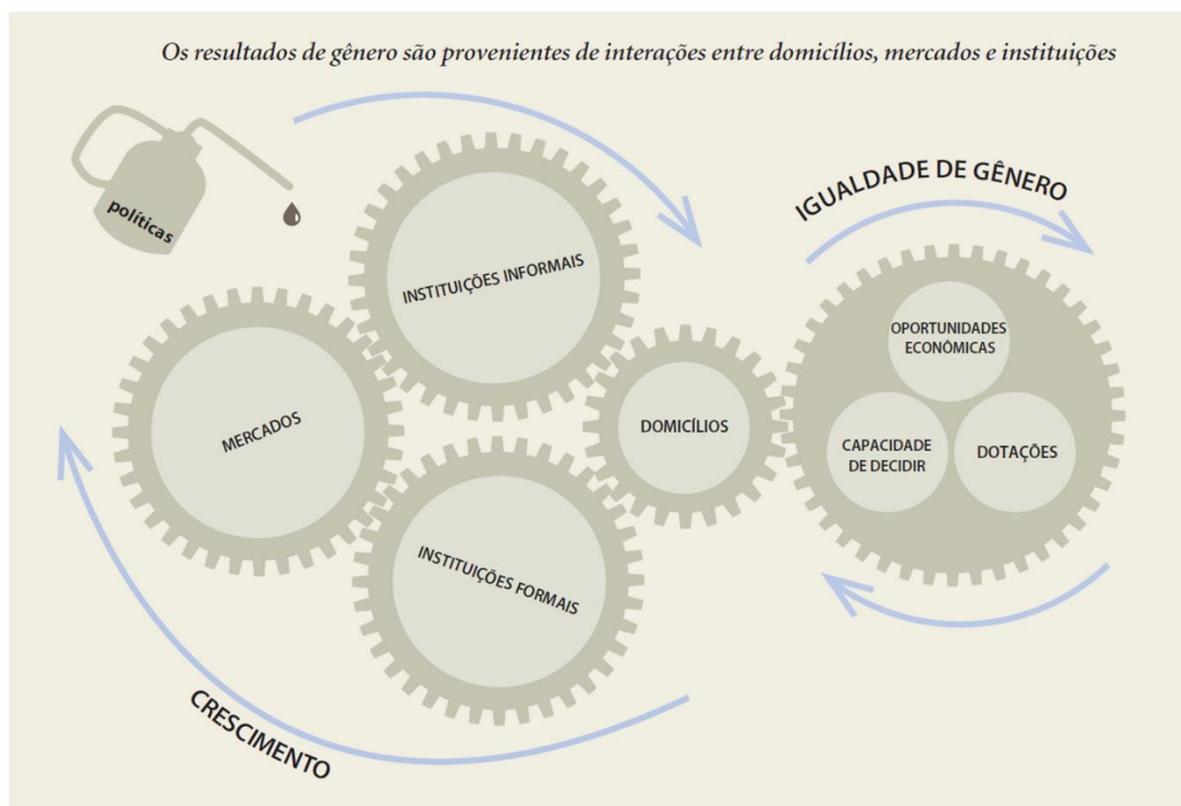
De acordo com o plano de ação, as evidências sugerem que muitas mulheres “escolhem” o setor informal por causa de sua flexibilidade. De tal forma, a regulamentação do trabalho no setor formal deve considerar a necessidade de trabalho em tempo parcial e outros arranjos de trabalho flexível. Em relação aos negócios, o relatório ressalta que as empresas lideradas por mulheres tendem a estagnar no nível micro ou como pequena empresa. Para tanto, o crescimento pode ser promovido através de serviços de desenvolvimento empresarial, com treinamento empresarial de alta qualidade (incluindo acesso às tecnologias e novos mercados), bem como o acesso ao crédito em maior escala. Em relação à violência, o desafio para os países da região é fortalecer a implementação e o cumprimento das leis sobre violência de gênero (BANCO MUNDIAL, 2011b).

A ênfase nos ganhos advindos da participação da mulher na força de trabalho foi enunciada no documento *The effect of women's economic power in Latin America and the*

⁶⁸ Zabala (2005) destaca que o Banco foi uma das primeiras agências a estabelecer um sistema de avaliação da integração de gênero no âmbito dos projetos, em 1987. Desde 1999, o guia para elaborar os informes sobre os resultados de execução de projetos aponta a necessidade de informar sobre o impacto de gênero de cada projeto. Tendo por base uma metodologia para avaliar a integração das questões de gênero na concepção e acompanhamento dos projetos, o BM implementou uma estratégia de trabalho a partir da avaliação das Estratégias de Assistência ao País (EAPs).

Caribbean (O efeito do poder econômico da mulher na América Latina e no Caribe) (BANCO MUNDIAL, 2012a), cujo argumento é que melhorias sem precedentes na redução da pobreza e desigualdades na região têm sido sustentadas pelo rendimento das mulheres no mercado laboral. A elevação da taxa de participação das mulheres no trabalho, particularmente as mais pobres, também constituiu fator chave para ajudar as famílias a lidar com os choques econômicos, principalmente em cenários de crise (como a de 2008), em que a renda do trabalho masculino foi diminuída devido à contração econômica, resultando em maior redução da pobreza para a próxima geração. Tais fatores levaram o Banco a enfatizar que a primeira década do século XXI foi positiva tanto para a América Latina de forma geral, quanto para as mulheres de modo particular.

Figura 01: Estrutura para análise de gênero apresentada pelo BM (BANCO MUNDIAL, 2011a, p. 09)



Fonte: Equipe do WDR 2012.

Em 2018 foi lançado o documento *Closing gender gaps in Latin America and the Caribbean* (Reduzindo as desigualdades de gênero na América Latina e Caribe) (BANCO MUNDIAL, 2018)⁶⁹, que embora não se constitua como um plano de ação propriamente dito, aborda o plano de ação da região para os anos de 2016 e 2019, que não está disponível para

⁶⁹ Em 2020 foram lançadas as versões em português e em espanhol de tal relatório. Utilizo nesse estudo a versão em português.

acesso *on-line*. O documento traz um panorama das discussões de gênero na região, ressaltando os principais projetos e as prioridades para as intervenções do BM na área. Em seu prefácio, assinado pelo então vice-presidente do BM para a América Latina, Jorge Familiar Calderon⁷⁰, é destacado que, além das considerações morais, a igualdade de gênero é relevante ao promover a redução da pobreza, assegurar instituições mais representativas e garantir melhores resultados para as futuras gerações. A participação igualitária das mulheres na sociedade, como empreendedoras e líderes, contribui tanto com o crescimento econômico quanto com a eficiência das empresas.

O relatório apresenta projetos apoiados pelo BM em diferentes países da região que têm como objetivo melhorar a igualdade de gênero e conseqüentemente atingir o duplo objetivo da agência: erradicar a pobreza e alcançar a prosperidade compartilhada. O documento, assim como o plano de ação de 2011, inicia fazendo uma revisão das problemáticas de gênero, ressaltando que a região alcançou um progresso substancial nas últimas décadas, apresentando melhores resultados de gênero para mulheres e meninas em múltiplas dimensões, tais como: queda da taxa de fertilidade e mortalidade materna, paridade de gênero na matrícula na educação primária e aumento da participação das mulheres na força de trabalho e na política. Apesar de tais “avanços”, há áreas em que ainda persistem disparidades, como o elevado índice de gravidez na adolescência, a forte presença de mulheres entre os jovens vulneráveis que não estudam e não trabalham, além da amplitude da violência de gênero (BANCO MUNDIAL, 2020).

As quatro áreas estratégicas em que se centra o documento são as apontadas no Plano de Ação de Gênero de 2015: melhorar a capacidade humana, eliminar as restrições para mais e melhores empregos, remover barreiras à propriedade e controle de bens por parte das mulheres e melhorar a voz e a agência (Figura 02). Tendo apoio financeiro do fundo *Umbrella Facility for Gender Equality*⁷¹ (UFGE), o BM tem buscando desenvolver projetos pilotos com potencialidade de escala para expandir o conhecimento em relação ao trabalho de gênero, tanto em nível regional quanto no nível dos países. O documento aborda o panorama da igualdade de gênero na região, ressaltando as mudanças significativas na redução das

⁷⁰ Na versão em português e espanhol, disponibilizada em 2020, o prefácio é assinado por Humberto Lopez, vice-presidente interino da América Latina e do Caribe.

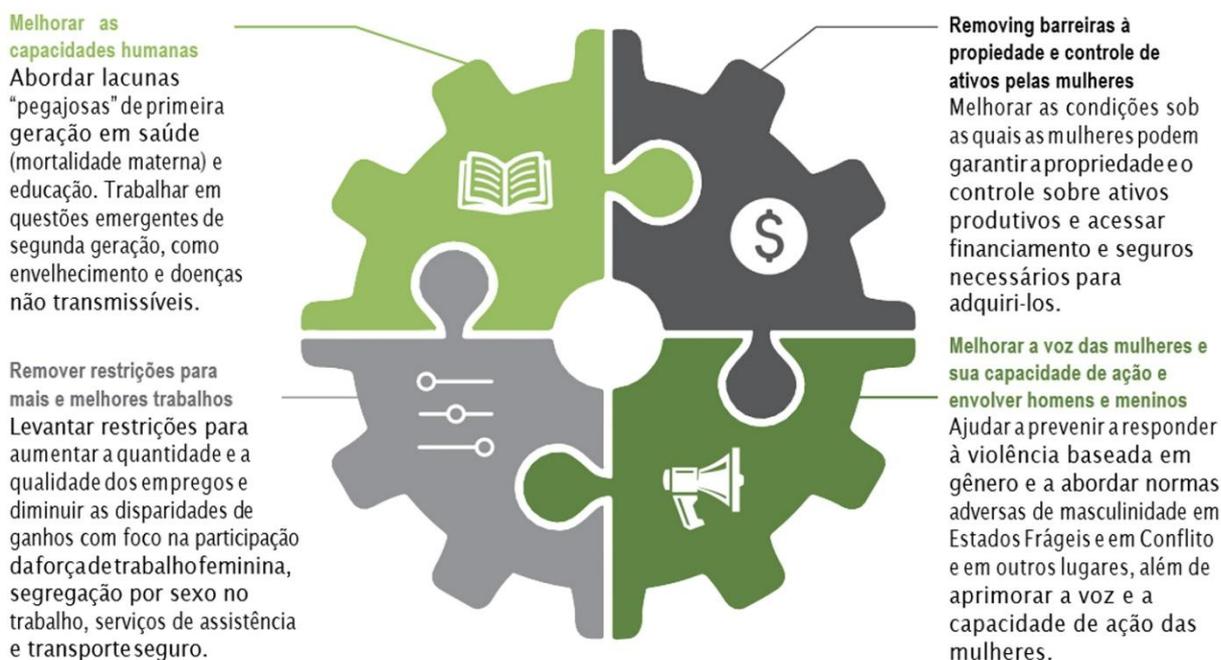
⁷¹ *Umbrella Facility for Gender Equality* (UFGE) é um fundo de múltiplos doadores dedicado a fortalecer a conscientização, conhecimento e capacidade para a elaboração de políticas com base no gênero. O mecanismo apoia projetos do Banco Mundial e da CFI e é gerido pelo Grupo de Gênero e Desenvolvimento do Banco. Desde o seu lançamento em 2012, tem recebido generosas contribuições da Austrália, Canadá, Dinamarca, Finlândia, Alemanha, Islândia, Holanda, Noruega, Espanha, Suécia, Suíça, Reino Unido e os Estados Unidos) (BANCO MUNDIAL, 2018).

lacunas de gênero no ensino primário, o aumento da esperança de vida das mulheres e o incremento da participação da mulher no mercado de trabalho. Adverte, no entanto, que a região apresenta defasagem em relação aos direitos das mulheres aos bens, aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, ao acesso aos cuidados infantis e à empregos em setores mais bem remunerados da economia. Assinala ainda que as mulheres indígenas muitas vezes enfrentam as maiores desvantagens, o que é decorrente das discriminações étnicas e de gênero (BANCO MUNDIAL, 2020).

As estratégias do BM para alcançar maior igualdade de gênero na região têm como foco a construção de uma agenda com novas áreas de fronteiras para projetos de gênero e a incorporação de análise do impacto das intervenções. O relatório assinala que a igualdade de gênero é importante em si mesma, por se constituir como um direito humano fundamental, tanto para os homens quanto para as mulheres, além de apresentar um valor instrumental para o desenvolvimento (BANCO MUNDIAL, 2020).

Figura 02: Estratégias para igualdade de gênero apresentada pelo BM (BANCO MUNDIAL, 2020, p. 30)

O Grupo Banco Mundial está aplicando quatro estratégias para a igualdade de gênero



Fonte: Banco Mundial, 2015b

De acordo com Pereira (2018a, 2018b), embora seu mandato inicial fosse o empréstimo para a reconstrução dos países no pós-guerra, o BM paulatinamente passou por um alargamento institucional. Como instituição financeira, possui autonomia e estabilidade financeira, diferentemente das demais agências da ONU. O dinheiro funciona como um indutor das proposições políticas em matéria de desenvolvimento econômico. No entanto, o Banco não se constitui apenas como prestador de recursos, mas como “ator político, intelectual e financeiro, combinando a concessão de empréstimos com assistência técnica para a definição e desenho de políticas públicas, produção intelectual abundante e influente, e liderança em políticas globais de desenvolvimento” (PEREIRA, 2018b, p. 02).

Historicamente, as inovações apresentadas pelo Banco em matéria de conhecimento econômico são escassas. No entanto, a instituição usufrui de legitimidade como *expert* em assuntos do desenvolvimento e suas publicações assumem o estatuto de referência em todo o mundo para gestores públicos, pesquisadores e formadores de opinião (PEREIRA, 2018b). A identidade de “Banco de Conhecimento” assumida nas últimas décadas, atenta para a relevância da sua suposta capacidade de “reunir, organizar, produzir e disseminar um bem público global de natureza singular, qual seja, conhecimento de ponta sobre todos os aspectos do desenvolvimento” (PEREIRA, 2009, p. 243). No que se refere às disparidades de gênero, o Banco vem tomando para si o papel de liderança global na indução de uma agenda pró-gênero, voltada para a integração da mulher ao setor econômico (BANCO MUNDIAL, 2010).

A ênfase no viés economicista e o predomínio de uma linguagem matematizável assinalam o monopólio do poder da palavra por parte dos economistas, desde os clássicos até os neoliberais do Banco Mundial, como assinala Escobar (2007). A pesquisa realizada pelo Banco, embora revestida de uma aparência técnica e de neutralidade, é altamente normativa (SILVA, 2018; PEREIRA, 2018b) e produzida em um processo fechado e elitista (ESCOBAR, 2007).

Os documentos com a temática de gênero voltados para a América Latina podem ser lidos a partir de tais premissas: a linguagem acentuadamente econômica e a presença de dados estatísticos, apresentado em inúmeros gráficos e tabelas, converte os relatórios em estudos presumivelmente científicos. Porém, as pesquisas majoritariamente se pautam em investigações realizadas pelo próprio Banco e se ancoram em dados dos seus próprios repositórios de informações ou de instituições parceiras. A forma como tais dados são coletados e analisados não costumam ser salientadas. O Banco, inclusive, não garante a “exatidão” dos dados inclusos nos relatórios, como é destacado na ficha técnica de muitos dos documentos discutidos aqui.

Além das práticas documentais, expressas por meio de uma gama de documentos por escrito e da alimentação de bancos de dados virtuais com informações sobre gênero, o Banco segue uma forma de organização que permite construir um problema de forma que seja manejável e que possa ser replicável a outros países-clientes, conforme assinala Escobar (2007). A instituição cria temas, setores, subdisciplinas, agendas, redes de atuação, organizando-se por meio de procedimentos apresentados como técnicos e racionais, conformando o que o próprio Banco (2015) denomina de uma “forte estrutura” para lidar com as problemáticas de gênero. A aparência técnica e racional dos modos organizativos do BM ofusca o viés marcadamente político de suas práticas.

Apoiando-se em sua pretensa capacidade de produzir “conhecimento global”, tida como um ativo valioso, o Banco se coloca como o ator mais qualificado para assumir o compromisso de apoiar estrategicamente a igualdade de gênero ao redor do mundo (BANCO MUNDIAL, 2010), posicionando-se como sujeito na produção de conhecimento sobre as relações de gênero e convertendo as mulheres em objetos das suas investigações, em um processo que pode ser entendido como colonialidade do saber. Tal processo, como aponta Curiel (2014, p. 55, tradução nossa)⁷², consiste em “assumir que a alteridade e a diferença colonial são geralmente objetos de pesquisa: mulheres, negras, pobres, indígenas, migrantes, Terceiro Mundo”. Sob esta perspectiva, o lugar de privilégio de quem constrói conhecimento sobre os *outros* e as *outras* parece inquestionável.

A prática de produção de conhecimento empreendida pelo Banco pode ser lida também como colonização discursiva nos termos propostos por Mohanty (2008a). Não se trata apenas de produzir conhecimento sobre certos sujeitos, mas de “uma prática diretamente política e discursiva, tanto que tem propósitos e ideologias” (MOHANTY, 2008a, s.p., tradução nossa)⁷³. Tal prática conduz à redução da heterogeneidade material e histórica da vida das mulheres no *Terceiro Mundo*, ancorando-se na suposição de uma “diferença sexual” universal.

Os documentos teóricos do Banco são produzidos por sua equipe, muitas vezes com apoio de consultores externos contratados. Porém, comumente, a instituição adverte que “os resultados, interpretações e conclusões expressas neste relatório não refletem necessariamente as opiniões do Banco Mundial, do seu Conselho de Administração ou dos governos que

⁷² No original: “*asumir que la otredad y la diferencia colonial, son generalmente los objetos de las investigaciones: mujeres, negras, pobres, indígenas, migrantes, del Tercer Mundo*” (CURIEL, 2014, p. 55).

⁷³ No original: “*una práctica diretamente política y discursiva en tanto que tiene propósitos e ideologias*” (MOHANTY, 2008a, s.p.).

representa” (BANCO MUNDIAL, 2020, p. 03). Tal intento funciona para demarcar uma posição que se quer objetiva, neutra, apartada das dinâmicas de poder, de modo a ocultar o caráter político-ideológico da produção de conhecimento. Ao revestir suas práticas de uma suposta neutralidade e de uma pretensa cientificidade, o Banco ofusca o seu lugar de enunciação, atravessado por dinâmicas de classe, *raça*/etnia, gênero e sexualidade, além de sua afinidade com as lógicas neoliberais e, como tal, com o capitalismo globalizado.

As relações que se estabelecem entre instituições, processos socioeconômicos, formas de conhecimento, tecnologias, entre outros, definem as condições sob as quais o discurso incorpora objetos, conceitos, teorias e estratégias, conforme assinala Escobar (2007, p. 80, tradução nossa)⁷⁴,

Em outras palavras, o sistema de relações estabelece uma prática discursiva que determina as regras do jogo: quem pode falar, de que ponto de vista, com que autoridade e de acordo com que qualificações; define as regras a seguir para o surgimento, denominação, análise e eventual transformação de qualquer problema, teoria ou objeto em um plano ou política.

O poder do aparato do desenvolvimento outorga a instituições como o Banco Mundial a possibilidade de descrever as mulheres, nomear seus problemas, fazer proposições acerca dos mesmos, de modo que se passa a aceitar com poucas reservas as descrições e as propostas elaboradas. Em tal processo de descrição, como adverte Mohanty (2008a), habita um efeito colonialista.

4.2 REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES LATINOAMERICANAS PARA O BANCO MUNDIAL

As mulheres, até a década de 1970, eram invisíveis para o Banco Mundial e para outras agências do desenvolvimento, como denunciaram as feministas envolvidas com a estratégia MnD. Fazia-se necessário então “integrá-las” ao desenvolvimento, o que resultou na emergência das mulheres como autênticas atoras socioeconômicas e na proliferação de análises de gênero nos programas das organizações internacionais do desenvolvimento (DOGRA, 2011). O argumento instrumental para “investir em mulheres e meninas” passou a ser defendido de forma persuasiva por inúmeros atores corporativos, incluindo grandes

⁷⁴ No original: “*Es decir, el sistema de relaciones establece una práctica discursiva que determina las reglas del juego: quién puede hablar, desde qué puntos de vista, con qué autoridad y según qué calificaciones; define las reglas a seguir para el surgimiento, denominación, análisis y eventual transformación de cualquier problema, teoría u objeto en un plan o política*” (ESCOBAR, 2007, p. 80).

corporações transnacionais e bancos de investimento, juntando-se a doadores, ONGs e filantropos capitalistas para exaltar as contribuições que mulheres e meninas fazem para o desenvolvimento (CORNWALL, 2018). As mulheres se converteram assim em um problema, porém, segundo interesses definidos por outras/os (ESCOBAR, 2007).

Para as feministas que atuam com Gênero e Desenvolvimento já não se faz necessário reclamar que as mulheres estão ausentes destas narrativas. Ao invés disso, é a forma pela qual as mulheres estão representadas e as implicações em termos de respostas políticas e práticas produzidas por estes discursos que se tornaram parte do problema (CORNWALL, GIDEON e WILSON, 2008). As representações produzidas pelos planejadores e especialistas dos programas do desenvolvimento geram o que Escobar (2007) denomina de economia de visibilidades, que se articula ao exercício de poder e envolve um regime objetivante, que dispõe o modo como determinados objetos podem ser apreendidos. O discurso, compreendido em seus aspectos dinâmicos, dita a organização e reorganização das visibilidades:

A relação entre “Mulheres”, um composto cultural e ideológico do Outro construído através de diversos discursos de representação (científicos, literários, jurídicos, linguísticos, cinematográficos, etc.) e “mulheres”, sujeitos reais, materiais, de suas próprias histórias coletivas, é uma das questões centrais que a prática da academia feminista procura abordar. A conexão entre as mulheres como sujeitos históricos e a representação das mulheres produzida pelos discursos hegemônicos não é uma relação de identidade direta, nem uma relação de correspondência ou simples implicação. É uma relação arbitrária construída por culturas particulares (MOHANTY, 2008a, s.p., grifo no original, tradução nossa)⁷⁵.

O termo “mulher” descreve então não um objeto real, mas um assunto político, como enfatiza Nandita Dogra (2011). Compreender como as mulheres são representadas nos discursos implica atentar para as subjetividades que vêm sendo fomentadas em tal processo. O BM constrói, por um lado, uma mulher racional e empreendedora, e por outro, pobre, despossuída (PRÜGL, 2016), perpetuamente mãe e vítima (DOGRA, 2011; CORNWALL, HARRISON E WHITEHEAD, 2013).

As mudanças no contexto socioeconômico, com a ênfase no neoliberalismo, por um lado, e as críticas empreendidas por mulheres organizadas em movimentos sociais e em ONGs, por outro, conduziu a uma mudança discursiva do Banco Mundial a respeito das

⁷⁵ No original: “*La relación entre ‘Mujer’, un compuesto cultural e ideológico del Otro construido a través de diversos discursos de representación (científicos, literarios, jurídicos, lingüísticos, cinemáticos, etc.) y ‘mujeres’, sujetos reales, materiales, de sus propias historias colectivas, es una de las cuestiones centrales que la práctica de la academia feminista busca abordar. La conexión entre las mujeres como sujetos históricos y la representación de Mujer producida por los discursos hegemónicos no es una relación de identidad directa, ni una relación de correspondencia o simple implicación. Se trata de una relación arbitraria construída por culturas particulares*” (MOHANTY, 2008a, s.p., grifo no original).

mulheres, com a conseqüente assimilação e ressignificação de partes da agenda feminista e a utilização de conceitos adotados pelo movimento feminista, como gênero, agência e empoderamento (SILVA, 2018).

O projeto neoliberal, encampado pelo BM, procura refazer as subjetividades femininas do Sul global, pautado em uma visão eurocêntrica (HICKEL, 2014). Sob esta perspectiva, as mulheres latinoamericanas são constituídas como objetos de conhecimento e intervenção e passam a constituir um grupo com características homogêneas. As primeiras publicações do Banco para a região abordam a categoria “mulheres” e fazem discussões a respeito de diferenças de classe, escolarização, idade e estado civil. A partir dos anos 2000 as questões relacionadas aos marcadores *raciais/étnicos* começam a figurar nas discussões, com destaque para as mulheres indígenas⁷⁶. As “minorias étnicas”, como são denominadas (BANCO MUNDIAL, 2012a), são elencadas como grupo cujo desempenho é fundamental no aumento da renda e conseqüentemente na redução da pobreza.

O plano de ação de gênero para a região ressalta que os povos indígenas correspondem aos mais pobres entre os pobres, tendo apresentado menos mudanças nas condições de pobreza. As mulheres indígenas são tidas como “tipicamente” as mais desfavorecidas, uma vez que enfrentariam as limitações impostas pela sua etnia e pelo seu gênero. Outra barreira seria a própria linguagem, que dificultaria o acesso das mulheres à serviços jurídicos, por exemplo. O relatório inclui entre o grupo mais vulnerável a população indígena, afro-descendentes, mulheres migrantes, residentes em áreas rurais e as mulheres jovens. O relatório *Reduzindo as desigualdades* aponta para as altas taxas de mortalidade materna das mulheres indígenas e rurais, e para as barreiras no acesso à titulação de terras, devido a “barreiras linguísticas, exigência de documentação e sistemas de posse da terra baseados na comunidade que favorecem a tomada de decisões por parte dos homens” (BANCO MUNDIAL, 2020, p. 24).

Nos documentos analisados, as mulheres são consideradas como um grupo que apresenta certa homogeneidade, sendo apresentadas majoritariamente sem outras especificações. Não há referências explícitas à “mulher/es latinoamericana/s” como categoria descritiva ou analítica, mas à “mulheres”, que vão sendo apresentadas a partir de atributos como nível educacional, estado civil, número de filhos, renda e inserção no mercado de trabalho. Tais marcadores constituem-se como categorias explicativas para as diferenças nos

⁷⁶ O Banco Mundial tem publicado documentos específicos sobre a população indígena e a população negra, tais como *Indigenous people and poverty in Latin America An empirical analysis* (PSACHAROPOULOS E PATRINOS, 1994); *Indigenous Latin America in the twenty-first century : the first decade* (FREIRE et al, 2015); *Afro-descendants in Latin America : toward a framework of inclusion* (FREIRE et al, 2018).

resultados de gênero alcançados pelas mulheres. A partir das contribuições de Maria Lugones (2008), tal generalização pode ser compreendida em um sentido racista, uma vez que ao se considerar o termo “mulheres” sem outras distinções, remete-se ao grupo historicamente classificado como dominante, ou seja, mulheres burguesas, brancas e heterossexuais. As “outras” mulheres ficam assim subsumidas a este grupo, ocultando-se a violência e a desumanização que a colonialidade de gênero assinala.

Ainda que o destaque dado nos documentos às mulheres indígenas possa demarcar uma certa fissura na representação uniforme das mulheres, o Banco opera uma outra homogeneização, tratando-as como um grupo coeso, a despeito da heterogeneidade étnica do continente. Cabe assinalar também que as preocupações do Banco com tal população não necessariamente simbolizam “a defesa das subjetividades minoritárias, entendendo aqui minoria não apenas como etnicidade, mas em relação à sua oposição ao axioma do capitalismo e da modernidade” (ESCOBAR, 2007, p. 377, tradução nossa)⁷⁷, mas remetem ao processo de “abertura” e incorporação da diversidade étnica que vem sendo promovido por políticas multiculturalistas empreendidas pelos organismos multilaterais e organizações não-governamentais desde a década de 1990, conforma assinala Catherine Walsh (2009).

O termo multiculturalidade passou a fazer parte da língua do Banco Mundial, especialmente na sua política destinada aos povos indígenas, e a figurar em políticas estatais e Constituições neoliberais, sustentando assim os interesses hegemônico-dominantes e a manutenção do poder (MIGNOLO e WALSH, 2018):

O “multi” tem suas raízes nos países ocidentais, em um relativismo cultural que ignora a dimensão relacional e esconde a permanência das desigualdades e iniquidades sociais. Atualmente é de maior uso global, orientando políticas de inclusão estaduais e transnacionais dentro de um modelo neoliberal que busca a inclusão dentro do mercado (WALSH, 2008, p. 140, grifo no original, tradução nossa)⁷⁸.

Enquanto a multiculturalidade mantém a produção e a gestão da diferença dentro da ordem, tornando-a funcional à expansão do neoliberalismo, as populações indígenas tem lutado historicamente para criar uma nova racionalidade capaz de reverter o eurocentrismo e a

⁷⁷ No original: “*a la defensa de las subjetividades minoritarias, entendiendo aquí la minoría no solo como etnicidad sino en relación con su oposición a la axiomática del capitalismo y la modernidad*” (ESCOBAR, 2007, p. 377).

⁷⁸ No original: “*El ‘multi’ tiene sus raíces en países occidentales, en un relativismo cultural que obvia la dimensión relacional y oculta la permanencia de desigualdades e inequidades sociales. Actualmente es de mayor uso global, orientando políticas estatales y transnacionales de inclusión dentro de un modelo de corte neoliberal que busca inclusión dentro del mercado*” (WALSH, 2008, p. 140, grifo no original).

colonialidade do saber. Tais lutas remetem ao conceito de interculturalidade, discutido por Catherine Walsh (2009) como um projeto político, ético e epistêmico da população indígena:

Seu projeto não é simplesmente reconhecer, tolerar ou incorporar o que é diferente dentro matriz e estruturas estabelecidas. Pelo contrário, é implodir - a partir da diferença - as estruturas de poder colonial (incluindo as que tentam controlar o saber, o ser e as complexas relações em torno da natureza), como desafio, proposta, processo e projeto; é re-conceitualizar e refundar estruturas sociais, epistêmicas e existenciais, que colocam em cena e em relação equitativa lógicas, práticas e modos culturais diversos de pensar, agir e viver. Portanto, a interculturalidade não é um fato dado, mas algo em caminho e em construção permanente (WALSH, 2009, p. 43-44, tradução nossa)⁷⁹.

Tratar as mulheres como um grupo homogêneo que se articula em torno das intervenções do desenvolvimento, como faz o Banco Mundial no contexto latinoamericano, implica considerar que as “mulheres” são construídas “como sujeitos políticos-sexuais antes de sua entrada no cenário das relações sociais” (MOHANTY, 2008a, s.p.). O que fica de fora em tal compreensão, como adverte a autora, é que as “mulheres” não formam um grupo coerente apenas em função de um sistema econômico ou uma política específica, mas são as relações sociais que produzem as mulheres como sujeitos socioeconômicos e políticos, em contextos locais particulares. Curiel (2014) assinala que tanto gênero quanto *raça* não são apenas eixos de diferenças, mas diferenciações produzidas pelas opressões coloniais.

A articulação entre mulheres e pobreza é uma constante nos documentos para a região. No entanto, a forma como se expressa tal articulação se modifica ao longo do tempo, com algumas inflexões. As problemáticas da pobreza são associadas a um aspecto geográfico, “regiões pobres”, “países pobres” e à dinâmicas sociais, “comunidades pobres”, “famílias pobres”, “lares pobres”, “educação pobre”. As mulheres são relacionadas diretamente à pobreza, por meio da utilização de *slogans* generalizantes, nas palavras de Cornwall, Harrison e Whitehead (2013), sendo compreendidas como as mais afetadas nas áreas onde a pobreza predomina. As famílias chefiadas por mulheres são tidas como mais pobres do que as lideradas por homens.

Uma inflexão nesse posicionamento pode ser encontrada no estudo *Trabajo & Familia Mujeres de América Latina y el Caribe en busca de un nuevo equilibrio* (CHIODA, 2011), em que a autora, apoiada na literatura feminista, critica tais generalizações, apontando que estão

⁷⁹ No original: “Su proyecto no es simplemente reconocer, tolerar o incorporar lo diferente dentro de la matriz y estructuras establecidas. Por el contrario, es implodir –desde la diferencia– las estructuras coloniales del poder (incluyendo a aquéllas que intentan controlar el saber, el ser y las relaciones complejas en torno a la madre naturaleza), como reto, propuesta, proceso y proyecto; es re-conceptualizar y re-fundar estructuras sociales, epistémicas y de existencias, que ponen en escena y en relación equitativa lógicas, prácticas y modos culturales diversos de pensar, actuar y vivir. Por eso, la interculturalidad no es un hecho dado sino algo en permanente camino y construcción” (WALSH, 2009, p. 43-44).

pautadas em preconceitos, segundo os quais as famílias chefiadas por mulheres estariam relacionadas com circunstâncias desfavoráveis, como a dissolução da família ou a gravidez na adolescência. Na América Latina, a autora conclui, o aumento das famílias chefiadas por mulheres é mais acentuado entre as mulheres instruídas e pode sinalizar mudanças de normas que se manifestariam na maior aceitação das mulheres na força de trabalho.

Em outros documentos (BANCO MUNDIAL, 2012a; 2012b), no entanto, as “mulheres pobres” passam a figurar como categoria, cujo papel central na redução da pobreza é exaltado. O aumento da renda feminina a partir da sua maior participação no mercado de trabalho, segundo o Banco, foi fundamental para reduzir as pressões sobre os “mais pobres dos pobres” durante a crise de 2008. As famílias monoparentais, chefiadas por mulheres, continuam a ser vistas como as mais vulneráveis. Como forma de melhorar a produtividade e os ganhos das “mulheres pobres”, a recomendação é a ampliação do acesso ao financiamento, capacitação em negócios e novos mercados.

O aumento da participação feminina na força de trabalho, na visão do Banco, é resultante de uma mudança no processo de tomada de decisão das mulheres bem como dos retornos advindos do investimento em capital humano (como saúde e educação). As mulheres estariam passando por uma “mudança de identidade”, em que o trabalho, associado menos a emprego do que a carreira, desempenha papel fundamental na conformação dessa “nova identidade”. As mulheres passariam a buscar formas de “equilibrar” seus papéis tradicionais no domicílio com as novas atribuições referentes ao mercado de trabalho (CHIODA, 2011; 2016).

As “mulheres pobres” não são vistas como vítimas passivas do desenvolvimento, como durante a abordagem MnD, mas como sujeitos ativos, capazes de incidir positivamente no desenvolvimento a partir do seu empoderamento econômico e atuar na redução da pobreza, além de contribuir para as futuras gerações. Tal visão é consoante com o enquadramento neoliberal, que conforme assinala Elizabeth Prügl (2016), tem incentivado o empreendedorismo entre os pobres de forma a produzir subjetividades que respondam adequadamente aos incentivos estabelecidos pelas instituições e mercados, produzindo mulheres como sujeitos que assumam a responsabilidade pelo seu próprio crescimento.

As desigualdades de gênero passaram a ser abordadas nos documentos do Banco por meio de uma estrutura de análise pautada em três fatores: dotações (capital humano), oportunidades econômicas e agência e voz. Esta estrutura, ancorada no *enfoque das capacidades*, foi apresentada no RDM de 2012 e passou a orientar as discussões dos documentos de gênero para a região a partir de então. Segundo Prügl (2016), dotações

diferenciadas, agência e voz contribuem para as desigualdades não apenas por meio de preconceitos operados por instituições externas, mas em processos de formação de identidade. O desafio, sob a ótica do BM, seria superar essas desigualdades para produzir sujeitos capazes de participar nos mercados de forma equitativa.

O aumento da participação feminina na força de trabalho na América Latina e Caribe tem sido mostrado pelo Banco como resultado de investimentos em capital humano das mulheres, com a conseqüente expansão das suas dotações na educação, saúde e bens sociais. Prügl (2016) ressalta que a carência de dotações por parte das mulheres, na literatura do Banco, tem sido estabelecida em relação a um comparador masculino. No entanto, além da comparação em relação aos homens, no contexto latinoamericano as diferenças de capital humano das mulheres são consideradas a partir da comparação com dados referentes às mulheres dos países da OCDE.

Ao enunciar as desvantagens femininas em termos de dotações, o BM estabelece as mulheres como sujeitos deficitários que necessitam de intervenção. A intervenção assume a forma de investimento, o padrão da tecnologia neoliberal e as diferenças geradas pelos investimentos em homens e mulheres passam a ser evidenciadas, sugerindo-se que as políticas devem ter como alvo as mulheres porque isso gera resultados mais rapidamente. Seguindo uma racionalidade neoliberal, o mercado estabelece as mulheres como as mais merecedoras de atenção, usando os supostos retornos de tais investimentos como justificativa (PRÜGL, 2016). Sob esta lógica, investir em mulheres é tido como um investimento econômico “inteligente”, de modo que a mulher se converte assim em um instrumento do desenvolvimento (DOGRA, 2011).

A instrumentalização das mulheres pobres, segundo Dogra (2011), é exaltada no *slogan* do Banco que considera a igualdade de gênero como uma “economia inteligente”. A autora assinala que isto representa um consenso muito mais amplo entre as instituições de desenvolvimento, incluindo a maioria das ONGs. Central para este consenso tem sido a notável ascensão dos modelos de microfinanças, com a sua ênfase na mulher como melhor mutuária e melhor fornecedora. A justificativa, conforme aponta Wilson (2011), é a resolução simultânea dos problemas da pobreza e da desigualdade de gênero.

Prügl (2016) argumenta que o Pós-consenso de Washington reconheceu que o desenvolvimento necessitava equilibrar políticas financeiras e sociais, aceitando assim abordar problemáticas de inclusão social como a igualdade de gênero, resultando no que a autora descreve como neoliberalismo como uma face feminista. Como resultado, conforme assinala Kalpana Wilson (2011), enquanto o conceito de agência é regularmente mobilizado

na construção de mulheres pobres no Sul como empreendedoras, sujeitos com capacidade ilimitada para lidar com as dificuldades, os movimentos que vão contra o modelo neoliberal, exigindo a redistribuição de recursos, desafiando o funcionamento dos mercados ou enfrentando a violência do estado neoliberal são invisibilizados.

Advinda da teoria de Amartya Sen, o conceito de agência procura contrariar a tendência de construir as mulheres como objetos passivos do desenvolvimento e abre um entendimento das mulheres como possuidoras de direitos (PRÜGL, 2016). Agência, definida pelo BM (2011a, p. 55) como “o processo pelo qual mulheres e homens fazem escolhas e as traduzem em resultados desejados”, se articula com os conceitos de oportunidades econômicas e dotações: a capacidade de agência possibilita que as mulheres construam suas dotações, de modo a acessar melhores oportunidades econômicas e alcançar melhores rendimentos, o que, por sua vez, potencializaria a capacidade de agência.

No discurso do Banco, o conceito permite que as mulheres sejam construídas como agentes de mercado que necessitam da capacidade de escolha para poder tirar partido das oportunidades e poder assumir riscos (PRÜGL, 2016). Nos documentos analisados, a agência é concebida como sendo importante em si mesma e também para o alcance dos objetivos econômicos – ou seja, para o mercado.

Esta compreensão de agência pauta-se na construção das mulheres do Sul global como sujeitos neoliberais “mais eficientes” do que os seus homólogos masculinos (WILSON, 2011). Partindo de afirmações como “o aumento da renda familiar controlada pelas mulheres [...] leva a um maior investimento no capital humano dos seus filhos, contribuindo com uma maior participação na força de trabalho e com melhores resultados educacionais para a próxima geração” (BANCO MUNDIAL, 2020, p. 12) e “maiores cotas de recursos controladas por mulheres levam a gastos maiores do orçamento em roupas infantis, educação e saúde” (CHIODA, 2016, p. 06, tradução nossa)⁸⁰, é construída a ideia de que as mulheres trabalhariam mais e gastariam mais recursos com os filhos, resultando em maior impacto para as futuras gerações.

De acordo com Wilson (2011), o que tal argumentação oculta, no entanto, é que as disparidades de gênero no uso da renda e de recursos respondem à estruturas, instituições e ideologias patriarcais específicas, como a divisão sexual do trabalho e as construções representacionais relativas às mulheres como “boas mães”, que “fazem sacrifícios” pelas suas famílias. Tais elaborações são denominadas pela autora como feminização da

⁸⁰ No original: “Larger shares of resources controlled by women lead to larger budget shares spent on children’s clothing, education, and health” (CHIODA, 2016, p. 06).

responsabilidade e funcionam para reinserir as mulheres dentro das relações familiares, de modo que as famílias, como assinalam Cornwall, Gideon e Wilson (2008), se converteram em um local chave para o exercício de governabilidade neoliberal.

O predomínio que as “meninas”, as “crianças” e as “futuras gerações” alcançam nas publicações do Banco pode ser compreendido a partir da lógica de “moldar as condutas” dos pobres (PRONKO, 2019). Além de se configurar como modo de controle do comportamento com a finalidade de contenção social, como assinalado pela autora, pode-se destacar que tal controle de condutas cerca-se ainda de um viés sexista, que atribui às mulheres, reduzidas ao papel de mãe, a responsabilidade pelos cuidados dos filhos.

Para além do papel de mãe que, simultânea e contraditoriamente articula a “bondade” da maternidade “universal” aos problemas da explosão demográfica, a feminilidade das mulheres é retratada de forma complexa para destacar não só a sua “diferença”, mas também o seu “merecimento” (DOGRA, 2011). Os tons moralistas da literatura de desenvolvimento que colocam em contraste os “bons” gastos das mulheres (com comida, roupas infantis, etc.) e os “maus” gastos dos homens (com álcool, cigarros, entretenimento etc.), repousam nos discursos coloniais da responsabilidade individual e dos pobres como “merecedores” ou “não merecedores”. Tal elaboração torna-se racializada ao construir os homens do Sul global como inerentemente “preguiçosos”, “irresponsáveis” e preocupados com o prazer sensual (WILSON, 2011).

Agência, no discurso do Banco Mundial, associa-se a um outro conceito caro aos movimentos feministas, o de empoderamento. Nos documentos para a América Latina, o conceito emerge como empoderamento econômico das mulheres, sendo relacionado à participação feminina na força de trabalho e às mudanças no arcabouço legal e jurídico com vistas à igualdade de gênero.

Na visão do Banco, o empoderamento feminino, convertido em empoderamento econômico, pode ser estimulado a partir da oferta de programas e projetos que envolvam a capacitação profissional. O Laboratório de Inovação em Gênero da região, o LACGIL, busca identificar e divulgar intervenções para o empoderamento econômico das mulheres que possam ser mensuradas: “Apoiar as mulheres no aperfeiçoamento de seus talentos empresariais irá ajudar no empoderamento econômico das mulheres, criar empregos, reduzir a pobreza e contribuir para o crescimento e a prosperidade compartilhada” (BANCO MUNDIAL, 2020, p. 41).

Associado às oportunidades econômicas, este conceito assume o caráter de capacitação das mulheres para realizarem seu “potencial”, caracterizando o que Andrea

Cornwall (2018) denomina de empoderamento *light*, uma versão destituída de questionamentos das relações sociais e de poder produtoras de iniquidades. Cecilia Sardenberg (2008) o compreende como empoderamento liberal, que, em consonância com os ideais liberais, volta-se para o crescimento individual e pressupõe ações racionais dos sujeitos com foco no interesse individual, em detrimento do coletivo. Sob esta perspectiva, empoderar corresponde a capacitar mulheres para atuar nos objetivos do desenvolvimento, em uma abordagem despolitizadora, com um foco técnico e instrumental.

Jason Hickel (2014) ressalta que o discurso de empoderamento e o *enfoque das capacidades* em que se baseia tornaram-se populares porque se pautam em ideais de liberdade individual centrais para a tradição liberal ocidental. A libertação é vista como um processo individual de rompimento dos constrangimentos impostos pelas normas sociais “tradicionais”, dentre as quais as relações familiares e de gênero. Tal projeto desvia as atenções de fatores como ajustamento estrutural, exploração laboral, crise financeira, etc., atribuindo a responsabilidade pelas mudanças aos sujeitos considerados individualmente. Como resultado, as mulheres e meninas são conclamadas a assumirem a responsabilidade por saírem da pobreza causada pelas mesmas instituições que pretendem “salvá-las”. A tal processo, Sônia Alvarez (2014) chama de feminização da diminuição da pobreza.

Prügl (2016) argumenta que as críticas ao Banco Mundial por sua noção de empoderamento como um meio de criar subjetividades que operam nos mercados não é totalmente justificada. Segundo a autora, os especialistas da unidade de gênero do Banco reescreveram este significado e definiram o empoderamento como uma expansão da capacidade de agência, ou seja, expansão da liberdade de escolha e de ação como resultado de um processo de conquista de poder. Dessa forma, longe de estreitar a visão de empoderamento como criação de subjetividades para o crescimento econômico, foram adotadas compreensões feministas de empoderamento, articulando recursos e agência, possibilitando uma abertura para se interrogar o poder de várias formas: como controle dos recursos, como autodeterminação e como capacidade de gerar mudanças. A partir de tais construções o BM pôde ampliar a discussão sobre a participação política das mulheres e sobre a violência de gênero.

No entanto, ainda que apresente potencial de abertura ao empoderamento político das mulheres, tal noção permanece circunscrita ao nível individual, passível de cooptação por uma racionalidade neoliberal orientada para o mercado (PRÜGL, 2016). Deste modo, “o discurso de empoderamento das mulheres do Banco é sobre criar um sujeito diferente no mercado neoliberal, um agente reflexivo capaz de escolher livremente a sua inserção no

mercado” (PRÜGL, 2016, p. 16, tradução nossa)⁸¹. Este processo remete à tentativa de estabelecer uma suposta compatibilidade entre a libertação das mulheres e a liberalização do mercado, com suas políticas de austeridade (CHANT, 2012).

A ênfase na agência e no empoderamento feminino, aliada às críticas relativas à essencialização das mulheres do Sul global, que eram tidas como vítimas passivas do desenvolvimento (WILSON, 2011; CORNWALL, HARRISON E WHITEHEAD, 2013), têm resultado em um imperativo para representar estas mulheres como universalmente empreendedoras e produtivas, consoantes com o atual consenso do desenvolvimento neoliberal que promove uma intensificação do trabalho das mulheres, principalmente as do Sul global, como a “solução” para a redução da pobreza e da desigualdade de gênero (WILSON, 2011).

Tais representações positivadas podem ser identificadas nas produções do Banco sobre as mulheres no contexto latinoamericano. Estas passam a ser construídas como empreendedoras, como mão-de-obra em pequenos negócios, capazes de acessar microcrédito e se capacitar para gerenciar melhor os seus negócios. Sua “nova” identidade as coloca em uma posição ativa, capaz de competir no mercado de trabalho. Esta visão, no entanto, continua circunscrita ao que é esperado das “mulheres do *Terceiro Mundo*” como categoria, de modo que as lógicas de “*othering*” (WILSON, 2011) ou, nas palavras de Curiel (2013), o aspecto *otrológico* das práticas, se mantêm com a incorporação das “mulheres empreendedoras” ao processo. As mulheres continuam sendo apresentadas pelo BM em oposição binária, seja em relação aos homens, seja em relação às mulheres dos países ocidentais.

Ao não problematizar a ordem vigente, as representações “positivas” das mulheres pobres parecem assinalar uma ausência de contradições, confirmando implicitamente as narrativas neoliberais de que empoderamento das mulheres pobres por meio do mercado constitui a “solução”. Numa reelaboração das representações coloniais, as relações de opressão e exploração são assim ofuscadas ou reconfiguradas como obstáculos que podem ser superados a partir do trabalho árduo ou da “mão amiga” simbolizada pelo doador/investidor do Norte (WILSON, 2011). A representação das mulheres como vítimas alcançam uma aparente resolução por meio da intervenção ocidental, simbolizada nos investimentos na “nova figura da mulher do *Terceiro Mundo* como instrumento de desenvolvimento neoliberal, cuja subjetividade de gênero continua a fazê-la auto-sacrificial, ainda que a sua educação

⁸¹ No original: “*The Bank’s discourse of women’s empowerment is about creating a different neoliberal market subject, a reflexive agent able to freely choose her insertion into the Market*” (PRÜGL, 2016, p. 16).

(presumivelmente) tenha agora a ensinado a considerar o cumprimento das obrigações familiares de gênero como um ‘investimento’” (WILSON, 2011, p. 325, grifo no original, tradução nossa)⁸².

As “novas” representações implicam que, por meio da intervenção de instituições de desenvolvimento, as mulheres do Sul global podem ser “resgatadas” das sociedades opressivas e “atrasadas”, mediante a sujeição à disciplina dos mercados globais (WILSON, 2011). A “paixão messiânica dos ocidentais” (HICKEL, 2014) para salvar mulheres de pele escura dos homens de pele escura (SPIVAK, 2010) expressa nestas representações, funciona para silenciar as formas de resistência ao imperialismo contemporâneo ao naturalizar e despolitizar as vidas e as lutas femininas (WILSON, 2011; DOGRA, 2011).

Embora a representação das mulheres venha se modificando nos documentos do Banco, pode-se dizer que a “mulher média do *Terceiro Mundo*” (MOHANTY, 2008a), ainda continua a ser representada por uma visão essencialista, que a reduz ao papel de mãe. Tal visão, associada à exaltação dos valores familiares “tradicionais” e a um silêncio sobre os homens remete à problemática da heteronormatividade (PRÜGL, 2016).

Nos documentos do Banco, predomina o conceito de gênero como sinônimo de mulher/mulheres e por associação, as “relações de gênero” são elididas com “relações heterossexuais” (CORNWALL e RIVAS, 2015), frequentemente pautadas por um contrato de casamento (SILVA, 2018). Nos documentos analisados, referências às sexualidades não heterossexuais estão ausentes, apesar da abundante e crítica literatura sobre o tema, e fica explícita a convergência entre gênero e relações heterossexuais. Pressupõe-se uma mulher que busca “equilibrar” a vida laboral à “autorrealização através do casamento, maternidade e família (CHIODA, 2016, p. 222, tradução nossa)⁸³. As mulheres são consideradas majoritariamente em relação à uma figura masculina, estando ela presente no ambiente doméstico ou não.

Tal perspectiva remete à própria visão de mundo do BM, que, conforme assinala Mariana Silva (2018), é heterocentrada, uma vez que segue perpetuando a divisão social entre homens e mulheres. A heterossexualidade pode ser compreendida como um tipo de dominação, que se organiza em um “regime político que produz exclusões, subordinações, opressões que afetam fundamentalmente as mulheres, e mais ainda as lésbicas (ambas

⁸² No original: “*of the new figure of the Third World woman as instrument of neoliberal development, whose gendered subjectivity continues to make her self-sacrificing, even though her education (presumably) has now taught her to regard the performance of gendered familial obligations as na ‘investment’*” (WILSON, 2011, p. 325).

⁸³ No original: “*seek self-realization through marriage, motherhood, and family*” (CHIODA, 2016, p. 22).

consideradas pelo pensamento heterocêntrico e sexista como ‘outras’)” (CURIEL, 2013, p. 28, grifo no original, tradução nossa)⁸⁴.

Ao cunhar o conceito de colonialidade de gênero, Maria Lugones (2008) assinala que este é perpassado pela heterossexualidade obrigatória, resultando em um controle patriarcal e racializado da produção, incluindo também a produção de conhecimento. Sob este viés, a opressão se constitui como uma interação complexa e indissociável dos sistemas econômicos racializados e engendrados, de forma que se pode compreender que o capitalismo eurocentrado, global, como heteronormativo.

4.3 PROPOSIÇÕES DE GÊNERO DO BM PARA A AMÉRICA LATINA

Cabe aqui abordar as principais proposições do BM para a região. Embora todos os estudos analisados apresentem “recomendações”, “proposições” ou versem sobre áreas “prioritárias” para a região, os planos de ação, tanto os mais amplos quanto o regional são os documentos em que tais propostas se expressam de forma mais efetiva. Cabe destacar que os planos de ação são organizados em aspectos operacionais, com recomendações sobre os modos de estruturação do trabalho institucional em relação à gênero e aspectos normativos, em que apresentam os principais áreas e temas em que o Banco vai incidir. As recomendações do Banco foram agrupadas em 05 temas: trabalho, saúde, educação, política social e violência de gênero. A seguir, passo a discutir cada um deles.

O trabalho feminino é um tema significativo nos relatórios do BM, de forma geral, e em particular nos documentos voltados para a América Latina. O tema está presente desde as primeiras publicações do Banco sobre as mulheres da região. O excerto seguinte assinala a correlação que a instituição vem estabelecendo entre trabalho feminino, crescimento econômico e redução da pobreza:

A participação das mulheres na força de trabalho aumentou 25% na região entre 1990 e 2018, em contraste com a tendência global de um ligeiro declínio [...]. O aumento da participação das mulheres na força de trabalho, bem como da sua renda contribuiu para uma redução significativa da pobreza na América Latina e no Caribe entre 2006 e 2016 (BANCO MUNDIAL, 2020, p. 18).

A ênfase no trabalho feminino refere-se a um esforço do Banco Mundial em buscar evidências empíricas da articulação entre gênero e crescimento econômico, conforme

⁸⁴ No original: “*régimen político que produce exclusiones, subordinaciones, opresiones que afectan fundamentalmente a las mujeres, y más aún a las lesbianas (ambas consideradas por el pensamiento heterocéntrico y sexista, ‘outras’*” (CURIEL, 2013, p. 28).

argumenta Elizabeth Prügl (2016). Inicialmente, a instituição tentou estabelecer nexos entre desenvolvimento e gênero. Dada a dificuldade por conta de achados inconclusivos em estudos realizados, bem como estudos na literatura que apontavam que o crescimento econômico se beneficiava das iniquidades de gênero, o Banco passou a defender que “se crescimento não provoca automaticamente igualdade de gênero, então talvez seja necessário inverter a causalidade; talvez a igualdade de gênero traga crescimento” (PRÜGL, 2016, p. 7, tradução nossa).⁸⁵

Prügl (2016) assinala que o BM, diante das inconclusivas evidências entre crescimento e gênero no nível macroeconômico, passou a buscar correlações no nível microeconômico, buscando compreender como as relações no âmbito doméstico interferem na igualdade de gênero e sugerindo que investimentos em capital humano aumentariam a produtividade. Tal mudança explicativa pode ser visualizada no contexto latinoamericano, em que as análises do Banco se voltaram para

as interações de fatores microeconômicos e sociais, tais como capital humano (por exemplo, educação, saúde, experiência e habilidades profissionais), normas sociais, preferências e estrutura e dinâmicas domésticas, [que] são mediadores essenciais para moldar as oportunidades econômicas e as decisões das mulheres quanto à sua participação na economia (CHIODA, 2011, p. 06, tradução nossa)⁸⁶.

Apesar dos pretensos “progressos” alcançados pelas mulheres na região em relação ao aumento do seu ingresso no mercado de trabalho, ainda permanecem disparidades, como diferenças salariais, empregos femininos com menos qualidade e elevação do número de mulheres no setor informal, o que justificaria a intervenção do Banco (BANCO MUNDIAL, 2020). Para fazer frente a tais iniquidades, as recomendações são: reforma da legislação laboral, possibilitando redução das regras no setor formal para garantir a flexibilização e trabalho em tempo parcial para as mulheres; apoiar mulheres no crescimento de seus negócios; fomentar o empreendedorismo feminino; expandir seu acesso aos serviços financeiros; promover o emprego feminino em setores não tradicionais; reduzir o fardo do trabalho feminino no acesso à energia; abordar a agenda de cuidado (com crianças, doentes, idosos, incapacitados).

⁸⁵ No original: “*if growth does not automatically bring about gender equality, then perhaps it is necessary to reverse causality; perhaps gender equality brings about growth*” (PRÜGL, 2016, p. 7).

⁸⁶ No original: “*las interacciones de los factores microeconómicos y sociales, como el capital humano (por ejemplo, la educación, la salud, la experiencia laboral y las capacidades), las normas sociales, las preferencias y la estructura y dinámica de los hogares, [que] son mediadores esenciales que modelan las oportunidades económicas y las decisiones de las mujeres en lo que respecta a su participación en la economía*” (CHIODA, 2011, p. 06).

As disparidades entre homens e mulheres em relação ao trabalho são definidas pelo Banco em termos de preferências e escolhas individuais, consoantes com o *ênfoque das capacidades humanas*, como no excerto a seguir: “As evidências sugerem que muitas mulheres escolhem o setor informal por causa de sua flexibilidade. Assim, a regulamentação do trabalho no setor formal deve considerar a necessidade de trabalho em tempo parcial e outras modalidades de trabalho flexível” (BANCO MUNDIAL, 2011, p. 23, tradução nossa).⁸⁷ E também em termos de diferenças entre homens e mulher, com base em aportes da economia comportamental:

O comportamento de risco e as preferências sobre os atributos do trabalho, por exemplo, são diferentes em ambos os sexos. As mulheres são mais avessas ao risco que os homens e, portanto, menos inclinadas a buscar posições que envolvam risco (físico ou não) ou que envolvam um ambiente muito competitivo. Essas diferenças ajudam a explicar certas disparidades observadas no mercado de trabalho, desde as diferenças salariais até as escolhas profissionais (CHIODA, 2011, p. 08, tradução nossa)⁸⁸.

As recomendações em relação à flexibilização de leis trabalhistas são atribuídas, assim, às escolhas e preferências, às “necessidades das mulheres por maior liberdade na escolha de suas identidades, o que se manifesta como ‘uma demanda não cumprida de flexibilidade’” (CHIODA, 2011, p. 15, grifo no original, tradução nossa)⁸⁹, embora o Banco reconheça que a “propensão” das mulheres para trabalharem em tempo parcial sejam decorrentes das responsabilidades domésticas e impliquem em prejuízos em relação aos direitos trabalhistas, como assinalado no documento *Reduzindo as desigualdades*.

Shahra Razavi (2011) enfatiza que, apesar dos documentos do Banco apontarem o excesso de trabalho não remunerado das mulheres como um fator limitante do acesso ao mercado de trabalho, a instituição não reconhece que o próprio mercado é generificado, como vem sendo apontado pelos movimentos feministas. “Os mercados de trabalho são instituições

⁸⁷ No original: “Evidence suggests that many women choose the informal sector because of its flexibility. Thus, labor regulation in the formal sector should consider the need of part time and other flex work arrangements” (BANCO MUNDIAL, 2011, p. 23).

⁸⁸ No original: “el comportamiento de asumir riesgos y las preferencias sobre atributos del empleo, por ejemplo, son diferentes en ambos sexos. Las mujeres tienen mayor aversión al riesgo que los hombres y están, por lo tanto, menos inclinadas a buscar posiciones que impliquen riesgo (físico o de outra naturaleza) o que involucren un entorno muy competitivo. Estas diferencias contribuyen a explicar ciertas disparidades observadas en el mercado laboral, desde las brechas salariales hasta las opciones ocupacionales” (CHIODA, 2011, p. 08).

⁸⁹ No original: “las necesidades de las mujeres de una mayor libertad para escoger sus identidades, lo cual se manifiesta como ‘una demanda no cumplida de flexibilidad’” (CHIODA, 2011, p. 15, grifo no original).

de gênero, operando também com base em regras formais e práticas informais que valorizam de forma diferente o trabalho masculino e feminino, independentemente dos níveis de ‘capital humano’ que encarnam” (RAZAVI, 2011, p. 04, grifo no original, tradução nossa)⁹⁰.

Os documentos do Banco fazem poucas referências às mudanças no mundo do trabalho que vêm afetando negativamente trabalhadoras e trabalhadores em todo o mundo, desconsiderando que, à medida que as mulheres aumentaram a sua participação na força de trabalho, a estrutura do mercado de trabalho também se modificou e os tipos de trabalho informais/não protegidos tornaram-se a norma (RAZAVI, 2011). Hickel (2014) assinala que em um contexto de globalização neoliberal, políticas pautadas no empoderamento das mulheres, como a expansão do acesso ao mercado de trabalho e ao crédito, resultam em novas formas de subserviência das mulheres como trabalhadoras, consumidoras e devedoras. A feminização da força de trabalho é pautada em um discurso que considera o trabalho como libertador e como um meio para se alcançar a autonomia individual. No entanto, tal argumento oculta o interesse das grandes corporações nos lucros obtidos a partir da expansão da reserva de mão-de-obra representada pelo trabalho de mulheres e meninas. O mercado está ávido por tirar partido do “potencial inexplorado” das mulheres.

O ascenso das mulheres ao mercado de trabalho, exaltado nos documentos do BM, remete também à intensificação do trabalho provocado pelas crises econômicas. Marcela Cerruti (2000) assinala que o crescimento da participação feminina na força de trabalho pode ser explicado como uma resposta ao aumento do desemprego e da instabilidade do emprego associada à implementação de políticas de ajustamento estrutural desde a década de 1990. A autora argumenta ainda que os fatores atribuídos pelo Banco para explicar o ingresso das mulheres no mercado de trabalho (como o acesso à educação, redução da mortalidade materna e adiamento do casamento), além de serem insuficientes para analisar a dinâmica do trabalho na região, correspondem a uma tentativa de “modernizar” as sociedades latinoamericanas.

O empreendedorismo vem sendo cada vez mais estimulado pelo Banco⁹¹. Na América Latina e Caribe, as taxas de empreendedorismo feminino são consideradas mais elevadas do que em outras regiões, “cerca de 50% das empresas em 2018 eram controladas por mulheres” (BANCO MUNDIAL, 2020, p. 21). As disparidades no perfil dos empreendimentos

⁹⁰ No original: “*Labour markets are gendered institutions also by operating on the basis of formal rules and informal practices that value male and female labour differently, regardless of the levels of ‘human capital’ that they embody*” (RAVAZI, 2011, p. 04).

⁹¹ O Banco elaborou um documento específico para tratar de tal temática: *Women’s Economic Opportunities in the Formal Private Sector in Latin America and the Caribbean: A Focus on Entrepreneurship* (BANCO MUNDIAL, 2010).

masculinos e femininos são atribuídas às diferentes motivações que levam homens e mulheres a tornarem-se empreendedoras/es: enquanto os homens agem em resposta a oportunidades econômicas reconhecidas, as mulheres são motivadas a satisfazer as necessidades familiares, caracterizando o que o Banco chama de “empreendedorismo por necessidade” (BANCO MUNDIAL, 2020) e também para atender suas demandas de flexibilidade (BANCO MUNDIAL, 2010).

As mulheres “tendem a se concentrar em micro e pequenas empresas. [...] têm menos probabilidades que os homens de ter uma conta bancária formal, de poupar em uma instituição financeira e de obter empréstimos” (BANCO MUNDIAL, 2020, p. 21). O Banco se propõe a oferecer uma combinação de serviços para ajudar as mulheres no crescimento de seus negócios e no incremento da produtividade, como facilitar acesso a serviços financeiros, promover treinamento empresarial, acesso a redes e a novos mercados, além de estimular a disponibilidade de serviços de cuidados infantis.

A ênfase do BM no empreendedorismo remete às discussões sobre empoderamento feminino e agência: a instituição passa a estimular e a fortalecer iniciativas de cunho individual, atribuindo às mulheres a responsabilidade por superar as problemáticas referentes ao trabalho. Jasmine Gideon (2007) assinala que parte significativa das reformas neoliberais na América Latina tem conduzido à desregulamentação do trabalho, baixando os custos laborais e introduzindo formas mais flexíveis de trabalho. Os novos códigos de trabalho facilitaram a substituição do trabalho por tempo indeterminado por contratos temporários, com tempo parcial, sazonais, além de permitirem restrições ao direito à greve, à negociação coletiva e à organização dos trabalhadores.

As demandas por flexibilização do trabalho, atribuídas pelo Banco às mulheres, e a exaltação do trabalho autônomo e do trabalho em jornada parcial atendem ao imperativo do capital por compartilhar o risco capitalista com a classe trabalhadora, como sustenta Leda Paulani (2008). Ademais, como adverte Razavi (2011), o Banco se exime assim de abordar de forma aprofundada o problema do desemprego estrutural e do subemprego que predomina na economia global.

Hickel (2014) ressalta que iniciativas como o empreendedorismo e o microcrédito apontam para a inversão da responsabilidade, que é deslocada das instituições que causam e sustentam o subdesenvolvimento para as pessoas que são afetadas por ele. Tais abordagens ocultam o fato de que este tipo de autoajuda não se sustenta em grande escala sem regulamentos de mercado, subsídios estatais que favoreçam as pequenas empresas e sem arranjos sociais que deem suporte quando as pessoas falharem.

O “fardo” advindo do trabalho de cuidado - ou o trabalho feminino não pago, como definido no âmbito dos movimentos feministas - é reconhecido pelo Banco como um dos fatores restritivos do ingresso das mulheres na força de trabalho. O Banco tem realizado estudos⁹² e estimulado a elaboração de políticas que articulem a oferta de serviços de cuidados às crianças com intervenções para melhorar o acesso das mulheres ao mercado de trabalho. Tendo como justificativa a correlação da oferta de serviços de cuidado infantil “confiáveis e acessíveis” com a melhora nas taxas de emprego feminino e a compreensão de que investimentos nas fases iniciais do desenvolvimento infantil trarão impactos positivos para as crianças a longo prazo (MATEO DÍAZ e RODRIGUES-CHAMUSSY, 2016, p. 12), o Banco defende que tal provisão de serviços possa ser ofertada tanto pelo setor público quanto pelo setor privado.

O cuidar das crianças não é mais identificado como uma intervenção dispendiosa do governo sob a égide do livre mercado, segundo Prügl (2016), mas a prestação pública de cuidados infantis é redefinida como uma disposição chave para a igualdade de gênero, capaz de contribuir com resultados positivos para o crescimento econômico. Razavi (2011) adverte que os serviços “acessíveis” defendidos pelo Banco muitas vezes significam serviços menos profissionalizados e mais baratos, com razões mais baixas de pessoal/criança e menos instalações e materiais para crianças pobres. Além do mais, as responsáveis por tais serviços frequentemente são trabalhadoras “voluntárias”, ou seja, mulheres não remuneradas ou mal remuneradas.

O BM argumenta que para se alcançar a igualdade de gênero se faz necessário a integração de diversos setores, como educação, saúde, participação na força de trabalho, sendo que estes também dependem de investimentos em água, saneamento, transporte e acesso a serviços financeiros. Estes últimos setores de infraestrutura costumam ser considerados “mais difíceis” pelas demais agências do desenvolvimento, de modo que o Banco se coloca como o ator adequado para atuar em tais áreas (BANCO MUNDIAL, 2010). Segundo Razavi (2011), o Banco se propõe a expandir o trabalho feminino para setores considerados não-tradicionais, considerando os investimentos em gênero e infraestrutura como uma nova fronteira para a instituição.

No Plano de Ação de gênero, infraestrutura aparece como uma área com grandes oportunidades de expansão e se relaciona a projetos de transporte em áreas urbanas e rurais,

⁹² O Banco elaborou um documento específico para tratar de tal temática: *Cashing in on Education: Women, Childcare, and Prosperity in Latin America and the Caribbean* (MATEO DÍAZ; RODRIGUEZ-CHAMUSSY, 2016).

reestruturação de favelas, abastecimento de eletricidade e água. Os desafios apontados pelo relatório para a integração da perspectiva de gênero nesse setor são a falta de demanda por parte dos clientes, a falta de evidências de resultados efetivos e a falta de fundos específicos.

Os projetos de infraestrutura têm por objetivo melhorar as condições de trabalho doméstico das mulheres ao reduzir o tempo gasto em sua realização, de forma a aumentar a geração de renda e o empoderamento econômico feminino. Projetos que favoreceram o acesso à água e à eletricidade apresentaram correlação positiva com o aumento da participação da força de trabalho feminina, facilitando o acesso aos mercados e às atividades lucrativas, além de estimular a participação feminina na tomada de decisões comunitárias e nos assuntos públicos (BANCO MUNDIAL, 2012b).

No que se refere ao contexto latinoamericano, o foco da instituição em intervenções no setor de infraestrutura se configura como uma expansão de suas atividades para setores ainda não explorados por outras agências do desenvolvimento, de modo que o Banco se coloca no papel de vanguarda na conformação de uma agenda global de gênero. Cabe destacar também que, a despeito da importância fundamental do acesso à serviços de infraestrutura, o Banco se apoia em um argumento instrumental, estimulando ações cujo objetivo é a intensificação do trabalho feminino na região.

Outro conjunto de proposições do Banco se refere às intervenções envolvendo gênero e saúde. Considerada como um campo de interesse do Banco desde os anos 1980, a partir das práticas de planejamento familiar e controle populacional que foram intensamente criticadas pelos movimentos feministas, as políticas relacionadas à saúde são mostradas como aquelas que mais fizeram avançar a igualdade de gênero na região, ao lado da educação. Dentre os inúmeros “avanços” apresentados pelo Banco estão a paridade entre homens e mulheres na população, entendida como reflexo dos investimentos em saúde e maior acesso aos serviços, o aumento da expectativa de vida das mulheres, a redução da taxa de mortalidade e principalmente a redução na taxa de fertilidade.

Estas mudanças correspondem ao que Laura Chioda (2011) denomina de primeira geração de políticas de gênero, que se referiam aos objetivos quantitativos como igualdade de acesso à saúde, educação e serviços legais, bem como igualdade de resultados (salários iguais, participação na força de trabalho). Com os “avanços” alcançados pelas mulheres na região em indicadores básicos de saúde e educação, a autora defende a necessidade de uma segunda geração de políticas de gênero, voltada para a compreensão aprofundada de como se dão as relações de gênero no ambiente doméstico e de como estas relações interferem na participação feminina no mercado de trabalho.

Apesar das melhorias já assinaladas na saúde das mulheres e meninas, a principal dificuldade que ainda prevalece na região refere-se às altas taxas de gravidez na adolescência. “De todas as regiões do mundo, a América Latina e o Caribe têm a segunda maior taxa de fecundidade adolescente e a taxa está diminuindo a um ritmo muito mais lento do que em outras regiões, apesar das melhorias no PIB e em outros indicadores de desenvolvimento” (BANCO MUNDIAL, 2020, p. 13). Segundo o Banco, a gravidez adolescente afeta a capacidade das meninas de fazerem escolhas e transformá-las em ações desejadas e está associada aos altos níveis de pobreza, com importantes implicações nos resultados do desenvolvimento econômico tanto para as mães quanto para as/os filhas/os (BANCO MUNDIAL, 2011b; 2012a). O Banco realizou estudo específico sobre o fenômeno na região,⁹³ concluindo que a gravidez na adolescência relaciona-se a baixos níveis de escolaridade e oportunidades de trabalho, acarreta na exposição a situações de vulnerabilidade e à repetição de padrões de pobreza, além de apresentar um custo econômico elevado para os indivíduos, famílias e sociedade, em termos de diminuição de renda, emprego e rendimento escolar.

As recomendações do Banco em relação à saúde organizam-se principalmente em torno da redução da taxa de gestação na adolescência. São propostas intervenções de prevenção, focadas na qualidade da educação e dos serviços de saúde, e intervenções pautadas em oportunidades, apoiando a permanência das adolescentes na escola ou o seu acesso a emprego. Novamente, podemos identificar o predomínio de um argumento que instrumentaliza as meninas ao considerar os custos econômicos da gestação na adolescência e os impactos na redução do alcance do crescimento econômico. A vida das mulheres e meninas – pobres – do Sul global importa à medida que atendem aos objetivos do mercado.

Tal argumento ecoa ainda as práticas controlistas que marcaram a atuação do Banco em relação as mulheres nas décadas anteriores. A diferença aqui é o interesse cada vez maior nas meninas, caracterizando o que tem sido denominado como “efeito menina” (*girl effect*). Jason Hickel (2014) ressalta que tal problemática tem sido impulsionada pelo Banco Mundial, FMI, USAID e por grandes corporações econômicas, como a Nike e a Goldman Sachs, desde 2009, sob a justificativa de que “investir em meninas é economia inteligente: explorar o potencial de trabalho das meninas não só estimula o crescimento econômico, como também contribui para a saúde da família e retarda o crescimento da população” (HICKEL, 2014, p. 1356).

⁹³ *Teenage pregnancy and opportunities in Latin America and the Caribbean on early child bearing, poverty, and economic achievement* (AZEVEDO et al, 2012).

Sob esta perspectiva, a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas são considerados como necessários ao bom funcionamento do livre mercado e para facilitar o crescimento econômico. A lógica do “efeito menina” atribui o ônus pela pobreza às meninas, que, por meio do seu empoderamento, poderão ingressar no mercado. As instituições do desenvolvimento parecem menos preocupadas com a justiça de gênero do que com a expansão da mão-de-obra barata representada pelo trabalho feminino (HICKEL, 2014).

Os relatórios do BM para a América Latina ressaltam ainda a prevalência de iniquidades em relação às taxas de mortalidade materna e infantil, que embora tenham apresentado redução expressiva, ainda são encontradas em todos os países e permanecem altas nos países mais pobres. Assim como a gravidez na adolescência, o Banco considera que a mortalidade materna impede as mulheres de realizar o seu potencial econômico e implica em maior retenção das famílias em níveis mais altos de pobreza (BANCO MUNDIAL, 2012b). Como recomendação, o Banco assinala o seu apoio a um maior acesso aos serviços de saúde materna e neonatal, por meio de intervenções pautadas no desempenho e nas comunidades (BANCO MUNDIAL, 2020).

As proposições do Banco referem-se à saúde reprodutiva, relacionando-se às mulheres grávidas. Tal recomendação remete ao Objetivo do Desenvolvimento do Milênio, cujo foco é a redução da mortalidade materna e da taxa de fertilidade. As mulheres são concebidas assim segundo uma perspectiva reducionista, consideradas em seu papel como mãe. Segundo Razavi (2011), o Banco não aborda de forma ampla os direitos sexuais e reprodutivos e não traz discussões relacionadas ao acesso ao aborto, evitando tal área controversa que tem sido atacada nos últimos anos com o aumento das forças fundamentalistas em diversos lugares do mundo.

O Banco defende a provisão de serviços de saúde eficientes como forma de reduzir as taxas de mortalidade materna e infantil. No entanto, tal prestação pode se dar por meio de provedores públicos ou privados, evidenciando a perspectiva mercadológica da instituição, ao conceber bens públicos como saúde e educação como mercadorias, que podem ser fornecidas pelo setor privado, conferindo lucros. Tal perspectiva vem sendo defendida pelo Banco desde a década de 1980, conforme assinala Célia Almeida (2015). A instituição tem estimulado reformas legais no setor saúde objetivando cortar custos, realocar recursos e favorecer a oferta de serviços de saúde pelo setor privado.

No que se refere à educação, o Banco exalta os “avanços” que as mulheres têm feito na região, alcançando melhores índices de desempenho do que os homens. A diferença de gênero nas matrículas escolares que historicamente favorecia os meninos desapareceu, sendo

que atualmente o insucesso dos meninos se converteu em um desafio na região:

Um grande sucesso para a igualdade de gênero na América Latina e no Caribe é o alcance da paridade de gênero nas matrículas no ensino fundamental. Em 2017, as taxas médias de matrículas efetivadas na escola primária eram de 94% para meninas e 93% para meninos. A matrícula no ensino médio ainda está longe de ser universal (79% para meninas e 76% para meninos) e a diferença tende a favorecer as meninas na maioria dos países. De fato, um dos maiores desafios relacionados ao gênero na educação é a baixa taxa de frequência, progressão e conclusão dos estudos dos meninos no ensino médio. No ensino superior, nota-se uma maior proporção de mulheres matriculadas em relação aos homens. Além disso, as diferenças significativas de gênero persistem nos campos de estudo escolhidos por homens e mulheres (BANCO MUNDIAL, 2020, p. 15).

A educação, juntamente com a saúde, é considerada pelo Banco como capital humano, que vem sendo associado às dotações. O aumento da renda advinda do trabalho feminino e ampliação da participação das mulheres no mercado de trabalho são associados ao número elevado de matrículas escolares de meninas e à redução das lacunas educacionais entre os gêneros. Com o alcance da paridade de matrículas entre homens e mulheres, o maior desafio de gênero passou a ser a baixa retenção escolar entre os meninos, que, na visão do Banco, pode acarretar custos sociais elevados e altas taxas de ociosidade e criminalidade (BANCO MUNDIAL, 2011b; 2012a).

No entanto, os baixos níveis de qualidade educacional impedem a transição bem sucedida da escola para trabalho para os jovens da região, com importantes dimensões de gênero: os jovens frequentemente abandonam a escola muito cedo porque “preferem” acumular experiência de trabalho ao invés de anos de educação. Já as meninas permanecem mais tempo na escola, e por conta disso, sua transição para o mercado de trabalho costuma ser menos bem-sucedida do que a dos meninos (BANCO MUNDIAL, 2011). Em seu documento mais recente sobre gênero para a região, o Banco discute a presença dos jovens que “nem estudam nem trabalham”, chamados de “nem nem” segundo o relatório:

Um grande número de jovens entra no mercado de trabalho todos os anos, mas muitos não encontram emprego. Os jovens que abandonam a escola antes de concluírem o ensino médio carecem, muitas vezes, das principais competências para um emprego formal. Portanto, frequentemente, acabam por se contentar com empregos menos estáveis no setor informal, o que os coloca em uma trajetória de vida com rendas menores e menos oportunidades (BANCO MUNDIAL, 2020, p. 15).

O documento aponta para os efeitos a longo prazo desse fenômeno no mercado laboral, que são a redução da produtividade e conseqüentemente a redução do crescimento econômico, podendo ainda resultar em aumento da criminalidade, da dependência química, do

“mau comportamento”, além da desintegração social. Como tais jovens majoritariamente vêm de famílias pobres, pode-se esperar a transmissão intergeracional da pobreza e a redução da mobilidade social. Acredita-se ainda que “esta população significativa de jovens economicamente excluídos poderia prejudicar as recentes conquistas na redução da pobreza na região nos próximos anos” (BANCO MUNDIAL, 2020, p. 17). É destacado ainda a proporção maior de mulheres entre os jovens “nem nem”.

Dentre as recomendações estão o incentivo à conclusão do ensino médio; abordagem dos estereótipos de gênero nos currículos escolares e na sala de aula; promoção da mulher nas áreas de estudo de ciência, tecnologia, engenharia e matemática e facilitação da transição para o mercado de trabalho dos jovens de ambos os sexos (BANCO MUNDIAL, 2020).

O argumento do Banco é o de que a educação geraria “retornos” que se traduziriam em aumento da participação na força de trabalho, aumento da renda e conseqüentemente crescimento econômico e ganhos para as futuras gerações. Sob a perspectiva da teoria do capital humano, a educação é considerada como um fator explicativo do desenvolvimento econômico, capaz de justificar as diferenças salariais dos países desenvolvidos e, individualmente, as rendas diferenciadas, conforme salienta Gaudêncio Frigotto (1984). Ao ser concebida como produtora da capacidade para o trabalho, a educação se converte no principal capital humano e o processo educativo é reduzido à produção de habilidades e competências para gerar capacidade de trabalho e, portanto, produção.

Segundo Frigotto (1984), tal teoria é pautada em uma visão positivista que concebe a educação como um investimento como qualquer outro. O processo escolar é compreendido sob uma lógica meritocrática, atribuindo-se as desigualdades de classe aos aspectos individuais, o que oculta as desigualdades de acesso e de qualidade da educação. A concepção de educação como capital humano resulta de uma inversão característica de um modelo circular de análise, ancorado no positivismo e nos interesses de classe que ele representa:

enquanto a educação é tida como fator básico de mobilidade social e de aumento da renda individual, ou fator de desenvolvimento econômico, nestas análises, o “fator econômico”, traduzido por um conjunto de indicadores sócio-econômicos, é posto como sendo o maior responsável pelo acesso, pela permanência na trajetória escolar e pelo rendimento ao longo desta trajetória. O que é determinante vira determinado (FRIGOTTO, 1984, p. 51, grifo no original).

O Banco Mundial acrescentou a tal análise o viés de gênero, passando a buscar as diferenças individuais que gerariam retornos a partir de diferenciações entre homens e mulheres. A argumentação atribuía a baixa inserção no mercado de trabalho às desvantagens

educacionais das mulheres. Com a equiparação de matrículas entre meninos e meninas e a posterior “superação” das mulheres em relação aos homens na permanência na escola, a instituição buscou estabelecer outras formas explicativas para abordar as iniquidades que ainda persistem em relação ao trabalho feminino, tais como as normas sociais, as preferências e as escolhas individuais.

É notável ainda a diferença de representações que o Banco mobiliza em relação aos homens e mulheres. Ao discutir a evasão escolar e o fenômeno “nem nem”, o Banco aponta para os impactos em termos de baixo ingresso no mercado de trabalho e baixa produtividade para as mulheres, o que implica em perdas para as futuras gerações. Em relação aos homens, as preocupações do Banco voltam-se para a possibilidade de aumento da criminalidade, da dependência química, do “mau comportamento”. Além dos preconceitos de gênero que tais representações refletem, a associação das mulheres à maternidade e à domesticidade e os homens ao espaço público representam ainda uma visão classista ao culpabilizar os homens pobres pelos “problemas sociais”. Apoiando-me nas contribuições de Wilson (2011), é possível apreender o sentido colonialista e racista de tal representação, que compreende os homens pobres e racializados como presumivelmente preguiçosos, dados ao ócio e com acentuadas tendências à marginalidade.

A preocupação do Banco com os jovens “nem nem” expressa ainda a necessidade de controle sobre os corpos – pobres e racializados – de homens e mulheres do Sul global. A ociosidade representada no fenômeno “nem nem” é vista pelo Banco como ameaça potencial à ordem dominante, pela não submissão ao trabalho – precarizado, pela não inscrição à uma ordem burguesa, o que poderia conduzir a conturbações sociais. “Apoiar” a permanência de tais jovens na escola ou inseri-los em empregos funcionam, assim, como instrumentos de contenção social.

Cabe destacar ainda que, a despeito das pretensas preocupações do Banco com a inserção e a permanência de crianças e jovens na escola, a instituição tem incentivado uma série de reformas educacionais na região. O documento *Reduzindo as desigualdades*, de 2020, ressalta que o foco na redução de barreiras de gênero no ensino é o que motiva o Banco a apoiar projetos como a Reforma do Ensino Médio no Brasil, para citar um exemplo. Pereira (2018a) assinala que frequentemente as recomendações ou condicionalidades do BM são utilizadas por governos para respaldar a implantação de reformas impopulares. Pode-se dizer então que, apoiando-se na justificativa de reduzir as desigualdades de gênero, o Banco Mundial tem apoiado governos locais em uma agenda pró-mercado.

Segundo Evangelista e Shiroma (2007, p. 534), o interesse do Banco Mundial pela educação se inscreve em um cenário de disputa pelo controle do processo de formação das novas gerações de trabalhadores: “Está em questão manter o estoque da força de trabalho nacional, o processo de reprodução da capacidade de trabalho e, ao mesmo tempo, a gestão da pobreza”. A educação, sob a ótica do BM, ainda que seja considerada um bem público, se configura também como um serviço – leia-se mercadoria, que pode ser regulado pelo Estado e oferecido pela iniciativa privada (PRONKO, 2015).

Além das recomendações específicas que articulam educação e gênero na região, o Banco tem incentivado a oferta de capacitações e treinamentos para mulheres, como forma de estimular seu empoderamento econômico. Tal incentivo remete à estratégia mais ampla de atuação política do Banco em relação à educação, que, conforme assinala Marcela Pronko (2015), refere-se ao alargamento da compreensão do processo educacional, descentrando o papel da escola e conformando os chamados “sistemas educacionais”. Estes sistemas incluem as “oportunidades de aprendizagem”, que podem se dar em múltiplos espaços e ser ofertadas tanto pelo setor público quanto privado. Esta perspectiva promove um alargamento do setor privado, que passa a orientar cada vez mais as “oportunidades de aprendizagem” para as demandas do mercado, além de ampliar a provisão de educação por agentes privados.

Outro conjunto de recomendações para a América Latina refere-se à política social, concebida pelo Banco em termos de proteção social expressa nos Programas Condicionais de Transferência de Renda (PCTR). Segundo o Banco, tais projetos apresentam uma perspectiva de gênero, considerando suas implicações tanto na concepção quanto no direcionamento dos programas, além de buscar influenciar as normas sociais discriminatórias (BANCO MUNDIAL, 2011).

Os programas de transferência de renda são tidos como intervenções já tradicionais, que constituem redes de segurança e têm incidência na redução da pobreza. Segundo o Banco, devem ser combinados com outros programas, voltados para a capacidade de agência. As mulheres seriam mais “propensas” do que os homens a investir a renda advinda dos programas de transferência em educação, nutrição e habitação dos seus filhos. As transferências apresentariam ainda um impacto positivo no empoderamento das mulheres (BANCO MUNDIAL, 2012a; 2012b).

Sob a ótica do BM, os PCTR partem do pressuposto de que as mulheres gastam o dinheiro de forma diferente dos homens, com maiores investimentos nos filhos. Tal pressuposição baseia-se nas discussões sobre o processo de tomada de decisões no âmbito doméstico e busca alterar a posição de negociação das mulheres. Os programas preveem

renda para famílias com filhos, na condição de que as crianças elegíveis frequentem a escola e recebam intervenções de saúde. Os recursos financeiros são colocados sob o controle nominal das mulheres, considerando-se que as mães tomam melhores decisões do que os pais e que as transferências conferem a elas uma maior autoridade na alocação do recurso (CHIODA, 2011).

Nos documentos analisados, o Banco não faz recomendações específicas quanto à “proteção social”, mas a articula com outros objetivos políticos, como o empoderamento econômico feminino. Os PCTR são associados aos esforços do Banco em reduzir a mortalidade materna e a gravidez na adolescência, em incentivar a permanência de crianças e jovens na escola, além de contribuir para a redução dos índices de violência de gênero, o que atende à proposta de aumentar a participação da mulher na força de trabalho.

Bradshaw, Chant e Linneker (2018) ressaltam que dois programas de transferências condicionais de renda iniciados pelos governos nacionais, o Progreso/Oportunidades no México e o Bolsa Família no Brasil, foram copiados e distribuídos pelo Sul global com o apoio do Banco Mundial. A popularidade destes programas na América Latina foi tanta que no início dos anos 2000 se descobriu que a porcentagem de mulheres que participaram dos esquemas de redução da pobreza era muito mais elevada do que a porcentagem de mulheres identificadas como pobres.

Razavi (2011) destaca que o BM reduziu as políticas sociais aos PCTR, o que constitui tanto um problema conceitual quanto político. O Banco não tem abordado as barreiras específicas de gênero que eles apresentam para as mulheres, dado que o cumprimento das condicionalidades impõe encargos adicionais de trabalho para as mulheres. A autora ressalta que embora tais programas tenham algum potencial para apoiar as mulheres no seu papel de cuidadoras, não alargam as suas opções para além desse papel, reforçando a divisão tradicional do trabalho em função do gênero e desencorajando os homens a prestarem cuidados. Silvana Mariano (2008) assinala que tais programas conduzem a uma revalorização da família, de forma que as tarefas de reprodução social que já são consideradas socialmente como femininas tendem a ser reforçadas, garantindo a eficiência das intervenções. As políticas de proteção social se converteram em políticas que de fato, não protegem.

O alardeado sucesso das intervenções pautadas nos PCTR, cujos resultados se expressariam em termos de empoderamento econômico e redução da pobreza, é dependente do comportamento altruísta socialmente construído, a partir do qual as mulheres podem tomar decisões a favor de melhorar o bem-estar doméstico e aumentar o investimento no capital

humano das crianças. Tais programas conduzem a uma sobrecarga de trabalho feminino e reproduzem as barreiras de gênero que intentam suplantar (ALVAREZ, 2014; BRADSHAW, CHANT E LINNEKER, 2018). Cláudia Anzorena (2010) ressalta que a exaltação das ditas “virtudes” das mulheres reforça as discriminações tanto de gênero quanto de classe. Fica implícita nas condicionalidades voltadas às mulheres pobres que estas são consideradas mães cujo comportamento necessita ser controlado. É nítido também a responsabilização individual das mulheres, que têm o dever moral de cuidados dos filhos para assegurar ganhos sociais a longo prazo.

Políticas sociais focalizadas têm sido implementadas na região como paliativo das consequências do ajuste estrutural, com a colaboração ativa de líderes políticos locais (ANZORENA, 2010). As políticas sociais voltadas para as mulheres-mães-pobres

são marcadas pela tensão entre o reforço de seu papel produtivo (que se traduz em mais capacitação para conseguir melhores empregos e melhorar a situação econômica do lar) ou o reforço de seu papel reprodutivo, o retorno ao lar e à comunidade (o que significa mais capacitação para que sejam melhores mães, controlem sua taxa de natalidade, se envolvam com a comunidade e que o Estado dê acesso aos recursos caso o homem esteja ausente) (ANZORENA, 2010, p. 73, tradução nossa)⁹⁴.

De acordo com Pereira (2018a), tais programas se constituem, sob a ótica do Banco, em instrumentos de liberalização econômica, que articulam um modelo de política social focalizado, pautado em privatizações e em transferências transitórias de recursos para os que ainda não podem pagar pelos serviços. Ao invés de garantir bens e serviços a toda população, os Estados passam a buscar proteger os pobres, como assinala Lavinias (2017, p. 181-182):

Àqueles verdadeiramente ameaçados por níveis agudos de privação será assegurada uma renda monetária de sobrevivência, a condição que comprovem sua boa vontade em integrar o mercado de trabalho e atendam outras exigências, cuja finalidade é estimular a responsabilidade individual em relação ao mercado. Cabe ao Estado ser apenas o promotor desse processo de ‘autonomização’ pelo mercado, e já não mais pela cidadania.

Segundo Iasi (2012), a focalização das ações sociais busca amenizar a pobreza absoluta, enquanto se estimula o crescimento econômico, aumentando, conseqüentemente, a pobreza relativa. Behring (2017) salienta que, em tempos de crise estrutural do capital, as políticas tornam-se cada vez mais assistencialistas e adquirem o papel de impulsionar o

⁹⁴ No original: “*están marcadas por la tensión entre impulsar su rol productivo (lo que se traduce en más capacitación para obtener mejores empleos y mejorar la situación económica del hogar) o reforzar su rol reproductivo, la vuelta al hogar y a la comunidad (lo que significa más capacitación para que sean mejores madres, controren su natalidad, se involucren con la comunidad y que el Estado de acceso a recursos en caso de que el varón esté ausente)*” (ANZORENA, 2010, p. 73).

capital. As políticas de transferência de renda, ao incentivar o consumo por parte das mulheres da classe trabalhadora, pode ser entendida sob esse viés. Lavinás (2017) ressalta que a função da política social é assegurar níveis crescentes de bem-estar ao conjunto da população e não servir como acesso ao setor financeiro.

A mudança de enfoque do BM para análises no âmbito microeconômico, privilegiando as relações que se estabelecem no ambiente doméstico, possibilitou uma abertura para a discussão da violência de gênero (PRÜGL, 2016). Os supostos ganhos alcançados na região em indicadores de saúde, educação e na redução da taxa de fertilidade é a justificativa para o Banco argumentar a favor das chamadas políticas de gênero de “segunda geração”, que implicariam na compreensão mais aprofundada das interações intrafamiliares, no papel das preferências e normas sociais, nos processos diferenciados de tomada de decisão e alocação de recursos. Esta nova agenda deve incluir ainda políticas destinadas a erradicar ambientes tóxicos, tais como os mercados de trabalho discriminatórios ou os lares em que as escolhas são pautadas por atos ou ameaças de violência (CHIODA, 2016).

O Banco passa a buscar a correlação entre os PCTR e a redução da violência de gênero. Chioda (2016) aponta para os efeitos não intencionais na condição da mulher no lar, a partir de mudanças nas relações de poder decorrentes do maior acesso ao dinheiro. Citando estudos sobre o programa Oportunidades, no México, a autora ressalta que a curto prazo, o resultado foi a exposição das mulheres a ameaças de violência. Porém a longo prazo, o maior controle de recursos financeiros possibilitou a estas a dissolução de relações abusivas e o estabelecimento de outras mais saudáveis.

A violência de gênero tem sido considerada pelo Banco como um fator restritivo da capacidade de agência das mulheres. Enquanto agência é um fator de difícil mensuração, as manifestações que a limitam, como violência e gravidez na adolescência, podem ser mensuradas. Dada a alta prevalência de tais fenômenos na região, a instituição infere que a capacidade de agência das mulheres é baixa, o que as impediria de tirar proveito das oportunidades econômicas oferecidas pelo mercado. Ressaltam-se ainda os efeitos da violência sobre a capacidade de agência das futuras gerações (BANCO MUNDIAL, 2012a). A amplitude da violência constitui uma das questões mais críticas que ameaçam a agência de mulheres e meninas na América Latina, segundo o Banco:

A violência contra as mulheres é um grave problema na América Latina e no Caribe e causa danos imediatos e de longo prazo para as sobreviventes, suas famílias e a sociedade em geral. A violência contra as mulheres afeta uma em cada três mulheres na América Latina e no Caribe. Esta epidemia social tem um custo econômico entre

1,6 e 6,4 por cento do Produto Interno Bruto dos países da região (BANCO MUNDIAL, 2020, p. 24).

A instituição tem apoiado a conformação de arcabouço normativo como forma de enfrentamento da violência. O Banco identifica que muitos países já aprovaram e regulamentaram legislação sobre o tema, porém existem deficiências em sua implementação e há desinformação sobre como acessar os serviços de proteção por parte da população. A principal recomendação do Banco para os países da região é fortalecer a implementação e a aplicação das leis sobre violência contra as mulheres.

Além de reforçar a implementação da legislação existente, o Banco recomenda abordagens multisetoriais de prevenção para reduzir a incidência da violência de gênero. Para tal, têm sido criados fundos específicos de financiamento e o Banco tem incentivado a criação de secretarias e ministérios da mulher no âmbito governamental em diversos países. O Banco tem estimulado ainda a produção de estudos sobre a violência de gênero na região por meio do Laboratório de Inovação em Gênero (LACGIL). Tais estudos procuram compreender os efeitos das diferentes formas de violência no empoderamento econômico das mulheres e das jovens (BANCO MUNDIAL, 2020).

A introdução do conceito de agência possibilitou ao Banco adentrar em tópicos que tradicionalmente não são associados às definições de desenvolvimento como crescimento econômico, como a violência contra as mulheres, conforme assinala Elizabeth Prügl (2016). A autora chama atenção para as contradições que perpassam a expertise do Banco Mundial em relação à gênero: ao voltar-se para instituições que historicamente são relacionadas ao âmbito privado, o Banco possibilitou uma abertura para a agenda feminista, que há tempos vem abordando os constrangimentos aos quais são submetidas as mulheres no ambiente doméstico e as leis patriarcais que estruturam a vida social. Outra contradição diz respeito à agência: ao se estimular a capacidade de ação das mulheres, embora na tentativa de produzir sujeitos alinhados aos interesses do mercado, pode-se levar à conformação de atores políticos capazes de criticar e intervir na ordem social vigente.

Razavi (2011) também ressalta a importância da temática da violência contra as mulheres figurar nas discussões empreendidas pelo BM. No entanto, salienta que ao ocupar-se das normas familiares e das leis discriminatórias, o Banco não faz referência às forças religiosas socialmente conservadoras e fundamentalistas que têm em impedido a reforma de leis familiares e a realização dos direitos sexuais e reprodutivos.

Kalpana Wilson (2011) assinala que historicamente as mulheres colonizadas sofreram violência sexual e exploração. Tais violências foram reformuladas nas relações de classe e

gênero e são invisibilizadas no discurso colonial: quando a mulher colonizada aparece, é geralmente em um contexto que a coloca como passível de ser “resgatada” dos seus homens ou de sua sociedade “atrasada”. Dogra (2011) argumenta que as intervenções em relação à violência doméstica pressupõem a consideração dos direitos como individuais e, portanto, em conflito com comunidades do Sul global que, sob a lógica ocidental, são vistas como repressivas. Envolvem ainda pressupostos coloniais que infantilizam e tratam as mulheres pobres como ignorantes e incapazes de resolver seus problemas. As análises consideram a violência como um problema endêmico apenas nas regiões “atrasadas” do globo, de forma que a solução oferecida é a intervenção técnica ocidental.

Cabe destacar que, como assinalam Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019, p. 62), a violência de gênero está institucionalizada na sociedade capitalista:

a violência de gênero não é uma ruptura da ordem regular das coisas, e sim uma condição sistêmica. Profundamente ancorada na ordem social, ela não pode ser entendida nem reparada isoladamente em relação ao complexo mais amplo da violência capitalista: a violência biopolítica das leis que negam a liberdade reprodutiva; a violência econômica do mercado, do banco, do senhorio e do agiota; a violência estatal da polícia, dos tribunais e dos agentes prisionais; a violência transnacional de agentes de fronteira, regimes de imigração e exércitos imperiais; a violência simbólica da cultura predominante, que coloniza nossa mente, distorce nosso corpo e silencia nossa voz; a “lenta” violência ambiental que corrói nossas comunidades e nossos habitats.

A violência de gênero não é um fenômeno autônomo, mas está enraizado na ordem social que articula a subordinação feminina à organização do trabalho e à acumulação do capital. Dessa forma, ainda que pesem os “esforços” do BM na redução de tal fenômeno, a instituição segue reforçando as lógicas capitalistas que se beneficiam da violência. As soluções propostas pelo Banco, como microcréditos para as mulheres, além de carecerem de evidências que atestem sua influência na diminuição da violência contra as mulheres, atuam na produção e perpetuação da dependência feminina em relação aos credores (ARRUZZA, BHATTACHARYA e FRASER, 2019).

A despeito de uma potencial abertura a uma agenda política feminista, o interesse do Banco pelas problemáticas da violência de gênero permanece afinado ao argumento instrumental que prevê intervenções nos fatores capazes de restringir o acesso das mulheres ao mercado de trabalho. Ainda que o Banco siga enfatizando que a igualdade de gênero possui importância intrinsecamente, o modo como vem operando tal conceito e orientando suas proposições políticas reforça seu caráter instrumental, voltado essencialmente para o mercado. A igualdade de gênero, sob a ótica do BM, importa porque é necessária aos negócios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Meu fazer acadêmico foi mobilizado por distintas inserções – como mulher socialmente construída, como estudante e trabalhadora da saúde coletiva, como feminista. Partindo destas inscrições e das práticas que conformam, busquei trazer algumas discussões na tentativa de construir um conhecimento socialmente interessado, que respondesse tanto a um compromisso acadêmico quanto a um imperativo ético e político. Intentei, assim, abordar os processos de dominação expressos nas construções político-ideológicas que o Banco Mundial vem elaborando acerca das mulheres e das relações de gênero no contexto latinoamericano.

Pautando-me nos referenciais feministas, especialmente os feminismos marxistas, pós-coloniais e decoloniais, procurei compreender a *trajetória* do conceito de gênero, desde a sua formação, no âmbito dos feminismos estadunidenses, a sua assimilação pelos feminismos latinoamericanos e a sua institucionalização nas burocracias internacionais, no que se configurou como Gênero e Desenvolvimento. Nesse processo, dei particular atenção ao papel desempenhado pelo Banco Mundial e aos modos como vem constituindo as mulheres – principalmente aquelas do mundo *em desenvolvimento* – e as relações de gênero como objeto de conhecimento.

O conceito de gênero foi formulado pelos movimentos feministas norte-americanos em um contexto de lutas sociais, forjado a partir da consciência coletiva acerca da opressão sobre o corpo e a sexualidade, assinalando a construção social do feminino e do masculino e as relações de poder entre os homens e mulheres (GIFFIN, 1995; SIMÕES BARBOSA, 2001).

Os feminismos norte-americanos e europeus que se consolidaram como hegemônicos passaram a ser criticados por considerarem que a opressão fundamental é que oprime as mulheres por serem mulheres, ou seja, a opressão baseada em gênero, de modo que *raça* e classe são tratadas de modo secundário, resultando na naturalização destas categorias. Ao buscar universalizar o conceito de mulher, tal feminismo recai em um viés racista, classista e heteronormativo (ESPINOSA-MIÑOSO, 2014; CURIEL, 2014).

O crescimento dos movimentos feministas e o acúmulo teórico sobre as desigualdades nas relações entre homens e mulheres alcançaram visibilidade no âmbito das instituições do desenvolvimento, configurando paulatinamente o campo Mulheres no Desenvolvimento e posteriormente, Gênero no Desenvolvimento (SILVA, 2018). As práticas e políticas de desenvolvimento atribuíram novos sentidos aos conceitos feministas, em muitos casos,

despolitizando-os. Projetos políticos de gênero têm se convertido em um conjunto de ferramentas técnicas a-históricas, apolíticas e descontextualizadas, que não incidem sobre as relações de poder. Contraditoriamente, neste contexto, atuar com projetos voltados para a questão de gênero passou a significar algo diferente de uma ação feminista (CORNWALL, HARRISSON E WHITEHEAD, 2013).

O Banco Mundial, que até a década de 1970 colocava-se à parte das discussões relacionadas às condições das mulheres, passou a inserir gradativamente ações e projetos consoantes à abordagem MnD e posteriormente, à GeD. Desde então, a instituição vem elaborando uma vasta produção teórica sobre o tema e construindo uma estrutura organizacional pautada em procedimentos apresentados como técnicos e racionais, de modo a seguir abordando as problemáticas de gênero. O Banco tem se colocado como o principal ator na formulação de uma agenda global sobre igualdade de gênero.

Se por um lado, as preocupações iniciais do Banco em relação às mulheres representavam uma forma de resposta às críticas dos movimentos feministas diante de sua atuação e uma tentativa de melhorar a imagem pública da instituição, por outro lado, as mulheres e as relações de gênero alcançaram cada vez mais centralidade em suas políticas. Gênero se converteu em algo que deve constar nas distintas fases dos projetos implementados pelo Banco e ser inserido nos setores mais diversos, desde os tradicionais, como saúde e educação, aos considerados como novas fronteiras de atuação, como infraestrutura.

Este deslocamento, embora apresente algum potencial de abertura para as agendas feministas (RAZAVI, 2011; PRÜGL, 2016), expressa a tentativa do Banco de estabelecer consenso em torno das políticas neoliberais, incentivando políticas de cunho social ao mesmo tempo em que as despolitiza e as articula aos interesses do mercado (ALVAREZ, 2014; PRÜGL, 2016, SILVA, 2018).

A partir de uma perspectiva decolonial, o aparato de gênero que o Banco vem operando pode ser lido como inscrito na colonialidade de gênero, que se refere à opressão de gênero racializada capitalista (LUGONES, 2014). Tanto gênero quanto *raça* “têm sido constitutivas da episteme colonial moderna; não são meros eixos de diferença, mas são diferenciações produzidas pelas opressões que o colonialismo produziu, e continua produzindo na colonialidade contemporânea” (CURIEL, 2014, p.55, tradução nossa)⁹⁵.

⁹⁵ No original: “*han sido constitutivas de la episteme moderna colonial; no son simples ejes de diferencias, sino que son diferenciaciones producidas por las opresiones que, a su vez, produjo el colonialismo, y que continúa produciendo en la colonialidad contemporánea*” (CURIEL, 2014, p.55).

No contexto latinoamericano, as mulheres têm sido “alvos” de suas práticas desde os anos 1970, com as políticas demográficas voltadas ao controle populacional. A força de trabalho das mulheres – pobres, racializadas – passou a ser valorizada como necessária ao desenvolvimento, de modo que inserir tais mulheres no mercado de trabalho se configurou como estratégia fundamental para os interesses do Banco de reprodução do capital.

As mulheres, até então concebidas como “alvos” das políticas, como objetos passivos do desenvolvimento, passaram a ser construídas como sujeitos ativos, com capacidade de agir, de fazer escolhas e de empoderar-se via aumento de renda individual. Esta visão, sintetizada na figura da mulher empreendedora, segue articulada à representação da mulher reduzida ao seu papel biológico: a “nova” mulher tem agora que “equilibrar” sua atuação como empreendedora – leia-se trabalho precarizado – às demandas de trabalho doméstico e de cuidado dos filhos. Em tais representações, afinadas às políticas neoliberais, pode-se ver a reinscrição das lógicas coloniais: as mulheres continuam sendo construídas como sujeitos auto-sacrificiais, que necessitam de intervenção – simbolizada agora pelo investimento financeiro (DOGRA, 2011; WILSON, 2011).

O Banco Mundial outorga para si a possibilidade de descrever as mulheres do Sul global, nomear seus problemas e propor intervenções acerca dos mesmos. Em tal processo, como adverte Mohanty (2008a), habita um efeito colonialista. As proposições do Banco para as mulheres latinoamericanas, embora abarquem campos diversos como trabalho, saúde, educação, política social e violência, são permeadas por um argumento instrumental, que estimula mudanças em fatores tidos como impeditivos ou restritivos da participação das mulheres na força de trabalho. Nesta perspectiva, gênero é instrumentalizado para o alcance dos objetivos do Banco, que pretensamente consistem no crescimento econômico e na redução da pobreza. Subjacentes a tais objetivos, está o interesse nos lucros decorrentes da exploração da mão de obra feminina pelo capital.

Ao representar as mulheres latinoamericanas como ativas, empoderadas, capazes de optar livremente por competirem e serem exploradas no mercado de trabalho, e ao propor intervenções voltadas a impulsionar tal processo, o Banco estimula a superexploração do trabalho feminino, alimentando os ideais de mobilidade social pautados na ascensão individual. A forma como o Banco vem operacionalizando o conceito de gênero, de agência e de empoderamento tem por efeito deixar pouca margem para a construção e fortalecimento de laços de solidariedade coletivas, a despeito do potencial crítico de tais conceitos.

Compreendendo que a opressão de gênero é intrínseca à sociedade capitalista que o BM representa e que gênero, ao ser articulado ao desenvolvimento, atua sustentando lógicas

opressivas e etnocêntricas, cabe indagar: onde então se pode situar as formas de resistência? Chandra Mohanty (2008b, s.p., tradução nossa)⁹⁶ defende a possibilidade de uma solidariedade feminista transnacional, anticapitalista e não colonizadora:

Uma prática feminista transnacional depende da construção de solidariedades feministas capazes de atravessar as divisões de lugar, identidade, classe, trabalho, crenças, e assim por diante. Nestes tempos fragmentados é muito difícil construir tais alianças, mas ao mesmo tempo, ser capaz de construí-las é mais importante do que nunca.

Sei que não há uma única resposta, uma vez que as lutas se forjam nas práticas concretas, mas arrisco dizer, com Chandra Mohanty (2008a, s.p., tradução nossa)⁹⁷, que “não podemos basear a irmandade das mulheres no gênero; a irmandade deve ser forjada na análise e prática política dentro de circunstâncias históricas concretas”.

⁹⁶ No original: “*Una práctica feminista transnacional depende de construir solidariedades feministas capaces de cruzar las divisiones de lugar, identidad, clase, trabajo, creencias, y así sucesivamente. En estos tiempos tan fragmentados resulta muy difícil construir tales alianzas, pero al mismo tiempo poder construirlas es más importante que nunca. El capitalismo global destruye posibilidades y también ofrece otras nuevas*” (MOHANTY, 2008b, s.p.).

⁹⁷ No original: “*No podemos basar la hermandad de las mujeres en el género; la hermandad debe forjarse en el análisis y práctica política dentro de circunstancias históricas concretas*” (MOHANTY, 2008a, s.p.).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Célia. O Banco Mundial e as reformas contemporâneas do setor saúde. In: PEREIRA, J.M.M.; PRONKO, M. (orgs.). **A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013)**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2015.
- ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. Intervenções feministas: pós-colonialismo, poder e subalternidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 689-700, nov. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000200019>>. Acesso em: 10 abr. 2019.
- ALVAREZ, Sonia E., LIBARDONI, Marlene; SOARES, Vera. Dossiê Advocacy Feminista. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, 2000. Disponível em: <<https://refe.paginas.ufsc.br/revistas-antiores/volumes-6-ao-10/volume-8-n%C2%BA-2-2000/>>. Acesso em: 10 abr. 2019.
- _____. *et al.* Encontrando os feminismos latinoamericanos e caribenhos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 541-575, Dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2003000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 abr. 2019.
- _____. Engajamentos ambivalentes, efeitos paradoxais: movimentos feminista e de mulheres na américa latina e/em/contra o desenvolvimento. **Feminismos**, Salvador, vol. 2, n.1, Jan. Abr. 2014. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30021>>. Acesso em: 02 jun. 2019.
- ANZORENA, Claudia. Mujeres: destinatárias privilegiadas de los planes sociales de inicios del siglo XXI – Reflexiones desde uma perspectiva crítica de género. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 725-746, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2010000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 mar 2019.
- ARAÚJO, Maria de Fátima; SCHRAIBER, Lilia Blima; COHEN, Diane Dede. Penetração da perspectiva de gênero e análise crítica do desenvolvimento do conceito na produção científica da Saúde Coletiva. **Interface**, Botucatu, v. 15, n. 38, p. 805-818, set. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141432832011000300015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 maio 2019.
- ARRUZZA, Cíntia. Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos. **Cadernos Cemarx**, 10, 2017. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/10920>. Acesso em 02 maio 2019.
- _____. **Ligações perigosas: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo**. São Paulo: Usina, 2019.
- _____.; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: Um manifesto**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

AZEVEDO, Joao Pedro *et al.* **Teenage pregnancy and opportunities in Latin America and the Caribbean on early child bearing, poverty, and economic achievement.** Washington DC; World Bank Group, 2012. Acesso em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/638771468017359353/Teenage-pregnancy-book-2013>. Disponível em: 07 dez 2019.

BAHRI, Deepika. Feminismo e/no pós-colonialismo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 659-688, nov. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000200018. Acesso em: 02 jun 2019.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89-117, mai. /ago. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522013000200004. Acesso em: 13 jan 2018.

_____. Modernidade/Colonialidade sem “Imperialidade”? O elo perdido do giro decolonial. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 60, n. 2, p. 505-540, abr. 2017a. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582017000200505&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13 jan de 2019.

_____. Feminismos Subalternos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 1035-1054, set-dez. 2017b. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2017000301035&lng=e&nrm=iso. Acesso em: 13 jan 2019.

BANCO MUNDIAL. **Recognizing the “Invisible” Woman in Development: The World Bank’s Experience.** World Bank, Washington, D.C. 1979. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/pt/552801468740176579/Recognizing-the-invisible-woman-in-development-the-World-Banks-experience>. Acesso em: 04/03/2019.

_____. **Gender and development in latin américa. A story of growing prosperity but increasing inequalities.** OED proceedings. Washington, DC: World Bank. 2000. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/126911468753257746/Gender-and-development-in-Latin-America-a-story-of-growing-prosperity-but-increasing-inequalities>. Acesso em: 04 mar 2019.

_____. **Integrating Gender in World Bank Assistance.** Report nº 23035, October 25. Operations Evaluation Department, World Bank, Washington, D.C., 2001. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/281641468778195259/Integrating-gender-in-World-Bank-assistance>. Acesso em: 16 jan 2019.

_____. **Integrating Gender into the World Bank’s Work. A Strategy for Action.** World Bank, Washington, D.C., 2002. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/pt/820851467992505410/pdf/102114-REVISED-PUBLIC-WBG-Gender-Strategy.pdf>. Acesso em: 16 jan 2019.

_____. **A igualdade dos generos como boa economia : um plano de ação do Grupo Banco Mundial (anos fiscais 2007-10).** World Bank, Washington, DC., 2006. Disponível

em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/386001468315359310/A-igualdade-dos-generos-como-boa-economia-um-plano-de-accao-do-Grupo-Banco-Mundial-anos-fiscais-2007-10>>. Acesso em: 16 jan 2019.

_____. **Applying Gender Action Plan (GAP) lessons: a three-year road map for gender mainstreaming** (2011- 2013). World Bank, Washington, DC., 2010. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/782711468012632778/Applying-Gender-Action-Plan-GAP-lessons-a-three-year-road-map-for-gender-mainstreaming-2011-2013>>. Acesso em: 16 jan 2019.

_____. **Women's economic opportunities in the formal private sector in Latin America and the Caribbean: a focus on entrepreneurship**. Washington, DC: World Bank, 2010. Disponível em <<http://documents.worldbank.org/curated/en/195131468331181089/Womens-economic-opportunities-in-the-formal-private-sector-in-Latin-America-and-the-Caribbean-a-focus-on-entrepreneurship>>. Acesso em: 12 jul 2019.

_____. **Equidade de Gênero e Desenvolvimento**. Relatório de Desenvolvimento Mundial 2012, World Bank, Washington D.C., 2011a. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/4391/WDR%202012%20Overview-Po.pdf?sequence=14&isAllowed=y>>. Acesso em 06 jun 2018.

_____. **Gender equity in Latin America and the Caribbean: a roadmap for action of FY12-FY14**. World Bank, Washington D.C., 2011b. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/175181468270622296/Gender-equity-in-Latin-America-and-the-Caribbean-a-roadmap-for-action-of-FY12-FY14>> Acesso em: Acesso em 06 jun 2018.

_____. **The effect of women's economic power in Latin America and the Caribbean**. Latin America and the Caribbean poverty and labor brief. Washington, D.C.: World Bank Group, 2012a. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/731771468010902462/The-effect-of-womens-economic-power-in-Latin-America-and-the-Caribbean>>. Acesso em 06 jun 2018.

_____. **Women's Economic Empowerment in Latin America and the Caribbean: Policy Lessons from the World Bank Gender Action Plan**. Washington, DC. 2012b. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/16509>>. Acesso em 06 jun 2019.

_____. **World Bank Group gender strategy (FY16-23): gender equality, poverty reduction and inclusive growth**. Washington, D.C.: World Bank Group. 2015. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/820851467992505410/World-Bank-Group-gender-strategy-FY16-23-gender-equality-poverty-reduction-and-inclusive-growth>>. Acesso em 06 jun 2019.

_____. **Closing Gender Gaps in Latin America and the Caribbean**. Washington, D.C.: World Bank Group. 2018. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/484401532010525429/Closing-Gender-Gaps-in-Latin-America-and-the-Caribbean-2018>>. Acesso em 06 out 2019.

_____. **Women, Business and the Law**. Washington, D.C.: World Bank Group. 2020a. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/782111579849055613/Women-Business-and-the-Law-2020>>. Acesso em: 02 fev 2020.

_____. **World Bank Group Launches Initiatives Supporting Women Entrepreneurs**. Dubai, 2020b. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2020/02/16/world-bank-group-launches-initiatives-supporting-women-entrepreneurs>. Acesso em: 30 mar 2020.

_____. **Reduzindo as desigualdades de gênero na América Latina e Caribe**. Washington, D.C.: World Bank Group, 2020. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/pt/657901585147351259/Closing-Gender-Gaps-in-Latin-America-and-the-Caribbean>>. Acesso em: 30 mar 2020.

BATLIWALA, Srilatha. El significado del empoderamiento de las mujeres. Nuevos conceptos desde la acción. In: LEÓN, Magdalena de. El empoderamiento en la teoría y práctica del feminismo. In: _____. (comp.). **Poder y Empoderamiento de las Mujeres**. Bogotá, Coedición del Tercer Mundo Editores, Fondo de Documentación Mujer Y Genero de la Universidad Nacional de Colombia, 1997.

BEDIA, Rosa Cobo. Aproximaciones a la teoría crítica feminista. **Boletín del Programa de Formación**, Lima, CLADEM, n. 1, 2014.

BEHRING, Elaine R. A Dívida e o calvário do Fundo Público. **Revista Advir**, 36 - Dossiê da Dívida Pública. 2017, p. 9-21.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Introdução. In: _____. e _____. **Feminismo e Política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BORSANI, María Eugenia. **Reconstrucciones Metodológicas y / o Metodologías a posteriori**. Astrolabio, [S.l.], n. 13, dez. 2014. Disponível em: <<http://revistas.unc.edu.ar/index.php/astrolabio/article/view/9028>>. Acesso em: 22 fev 2019.

_____.; QUINTERO, Pablo. (Comps.) **Los desafíos decoloniales de nuestros días: pensar en colectivo**. Neuquén: EDUCO. Universidad Nacional del Comahue, 2014. Disponível em: <<http://www.ceapedi.com.ar/imagenes/biblioteca/libreria/332.pdf>>. Acesso em: 22 fev 2019.

BRETTON WOODS PROJECT. **World Bank country assistance strategies**. Inside the institution. 2010. Disponível em: <<https://www.brettonwoodsproject.org/2010/04/art-566117/>>. Acesso em: 02 fev 2019.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **La poscolonialidad explicada a los niños**. Bogotá: Universidad del Cauca, Instituto Pensar. 2005.

_____.; MENDIETA, Eduardo. Introducción **Teorías sin disciplina** (latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate). México: Miguel Ángel Porrúa, 1998.

CASTRO, Mary G. Alquimia de categorias sociais na produção dos sujeitos políticos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 0, n. 0, p. 57, jan. 1992. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15801>>. Acesso em: 05 jul 2019.
doi:<https://doi.org/10.1590/%x>.

CASTRO, Gabriel Sandino de. A Construção da hegemonia do Consenso de Brasília nos governos pós-neoliberais na América do Sul: a primeira década do século XXI. **Seminário América Latina: Cultura, História e Política** – Uberlândia, Minas Gerais, 2015. Disponível em: <<http://seminarioamericalatina.com.br/wp-content/uploads/2015/07/A-Constru%C3%A7%C3%A3o-da-Hegemonia-do-Consenso-de-Bras%C3%ADlia.pdf>>. Acesso em: 12 nov 2019.

CERRUTTI, Marcela. Economic reform, structural adjustment and female labor force participation in Buenos Aires, Argentina. **World Development**, University of Pennsylvania, Philadelphia, USA, v. 28, n. 5. p. 879-891. 2000. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0305750X99001631>>. Acesso em: 08 jan 2019.

CHANT, Sylvia. The Disappearing of “Smart Economics”? The World Development Report 2012 on Gender Equality: Some Concerns about the Preparatory Process and the Prospects for Paradigm Change. **Global Social Policy**, v. 12, n.2, p. 198-218. 2012. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1468018112443674>>. Acesso em 03 jan 2020.

_____.; BRADSHAW, Sarah; LINNEKER, Brian. Challenges and Changes in Gendered Poverty: The Feminization, De-Feminization, and Re-Feminization of Poverty in Latin America, **Feminist Economics**, v. 25, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/13545701.2018.1529417>>. Acesso em: 02 jan de 2020.

CHIODA, Laura. **Trabajo & Familia: Mujeres de América Latina y el Caribe en busca de un nuevo equilibrio**. Washington, D.C.: World Bank Group.2011. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/490441468045043097/Trabajo-and-familia-mujeres-de-America-Latina-y-el-Caribe-en-busca-de-un-nuevo-equilibrio>>. Acesso em: 04 jun 2019.

_____. **Work and family: Latin American and Caribbean women in search of a new balance**. Latin American Development Forum Series. Washington, D.C.: World Bank Group. 2016. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/587721467996694982/Work-and-family-Latin-American-and-Caribbean-women-in-search-of-a-new-balance>>. Acesso em: 03 fev 2019.

CHRISTIAN MICHELSEN INSTITUTE. **WID/Gender Units and the Experience of Gender Mainstreaming in Multilateral Organisations**. Knights on White Horses? Evaluation Report 1.99, Ministry of Foreign Affairs of Norway, 1999. Disponível em: <https://www.regjeringen.no/globalassets/upload/ud/vedlegg/utvikling/wid_gender.pdf>. Acesso em: 03 nov 2019.

COLETIVA RIO COMBAHEE. Una declaración feminista negra. In: MORAGA, Cherie. CASTILLO, Ana. In: **Esta puente es mi espalda. Voces de mujeres tercermundistas en los Estados Unidos**. EUA, San Francisco. Ism press., 1988.

CORNWALL, Andrea; GIDEON, Jasmine e WILSON, Kalpana. Introduction: Reclaiming Feminism: Gender and Neoliberalism. **Institute of Development Studies Bulletin**, v. 39, n.

6. 2008. Disponível em: <<https://www.ids.ac.uk/files/dmfile/Bull39.6intro3.pdf>>. Acesso em: 12/05/2019.

_____. Além do “Empoderamento Light”: empoderamento feminino, desenvolvimento neoliberal e justiça global. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 52, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000100202&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 abr 2020.

_____. RIVAS, Althea-Maria. From ‘gender equality and ‘women’s empowerment’ to global justice: reclaiming a transformative agenda for gender and development. **Third World Quarterly**, v. 36, n. 2, p. 396-415. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/01436597.2015.1013341>>. Acesso em: 03 dez 2019.

_____.; HARRISSON, Elizabeth; WHITEHEAD, Ann. **Introdução: reposicionando feminismos em gênero e desenvolvimento**. REVISTA 1ª edição Jan. - Abr. 2013.

COSTA, Ana Alice. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, v. 5, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/380/285>>. Acesso em: 12/05/2019.

CUNHA, Teresa; CASIMIRO, Isabel. As Cinderelas do nosso Moçambique querem falar. Epistemologias do Sul e alternativas feministas de vida. In: Alfonso Dubois (Org) **Territorios em Conflicto**. Bilbao: Gernika Gogoratz. 2019. p. 2-6. (no prelo).

CURIEL, Ochy. Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. **Nómadas** (Col), núm. 26, 2007, pp. 92-101. Universidad Central - Bogotá, Colombia.

_____. Hacia la construcción de un feminismo descolonizado. In: ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkis (coord.). **Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano colonialidad del género**. 1a ed. Buenos Aires: En la Frontera, 2010.

_____. **Género, Raza y Sexualidad**. Debates Contemporáneos. Conferencia magistral en el marco de la Especialización Maestría de Estudios de la Mujer. Universidad Autónoma Metropolitana Xochimilco, México. 2011. Disponível em: <<http://www.urosario.edu.co/Subsitio/Catedra-deEstudios Afrocolombianos/Documentos/13-Ochy-Curiel-Genero-raza-y-sexualidad-Debates-.pdf>>. Acesso em: 02 ago 2018.

_____. **La Nación Heterosexual**: Análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación. Bogotá: Brecha Lésbica y en la frontera, 2013.

_____. Construyendo metodologías feministas desde el feminismo decolonial In: AZKUE, Irantzu Mendia *et al.* (eds). **Otras formas de (re)conocer. Reflexiones, herramientas y aplicaciones desde la investigación feminista**. Espanha: Hegoa, 2014.

CYPRIANO, Breno. Construções do pensamento feminista latinoamericano. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 11-39, Apr. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2013000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 Abr 2019.

DAVANZO, Julie; HAAGA, John. 1991. **Women in development: issues for the Latin American and Caribbean region**. Latin America and the Caribbean Technical Department: regional studies program; n. 2. Washington, DC: World Bank. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/983911491958531519/Women-in-development-issues-for-the-Latin-American-and-Caribbean-region>>. Acesso em 28 ago 2019.

DOGRA, Nandita. ‘The Mixed Metaphor of ‘Third World Woman’: gendered representations by international development NGOs. **Third World Quarterly**, v. 32, n. 2, pp 333–348, 2011. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01436597.2011.560472>>. Acesso em: 24 nov 2019.

ESCOBAR, Arturo. Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación modernidad/colonialidad latinoamericano. **Tabula Rasa**, n. 1, p. 58-86. 2003.

_____. **La invención del Tercer Mundo** - Construcción y deconstrucción del desarrollo, Caracas, Venezuela, 2007.

ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys. Etnocentrismo mo y colonialidad en los feminismos latinoamericanos: complicidades y consolidación de las hegemonías feministas en el espacio transnacional. **Revista venezolana de estudios de la mujer**. Julio/diciembre, Vol. 14. n° 33 - pp. 37-54. 2009.

_____. Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica. **El Cotidiano**. núm. 184, marzo-abril, pp. 7-12. 2014. Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Azcapotzalco, Distrito Federal, México.

_____.; CORREAL, Diana Gómez; MUÑOZ, Karina Ochoa. Introducción. In: _____.; _____.; _____.; **Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala**. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Oto. Professor: Protagonista e obstáculo da reforma. **Educação e Pesquisa**. Vol. 33, n.3. São Paulo: FE/USP, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v33n3/a10v33n3.pdf>>. Acesso em: 15 mai 2018.

FARGANIS, Sondra. O Feminismo e a Reconstrução da Ciência Social. In: Alison M. Jaggar e Susan Bordo (orgs), **Gênero, Corpo, Conhecimento**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FRADE, Laura. **Informe de la campaña: “El Banco Mundial en la Mira de las Mujeres”**. Actividades realizadas por la coordinación de ONGs “Por um milenio feminista”. 1997. Disponível em: <https://www.academia.edu/6569091/El_Banco_Mundial_en_la_mira_de_las_mujeres_El_Banco_Mundial_en_la_mira_de_las_mujeres_El_Banco_Mundial_en_la_mira_de_las_mujeres>. Acesso em: 05 dez 2019.

FREIRE, German Nicolas *et al.* **Indigenous Latin America in the twenty-first century : the first decade.** Washington, D.C., World Bank Group, 2015. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/145891467991974540/Indigenous-Latin-America-in-the-twenty-first-century-the-first-decade>>. Acesso em: 12 dez 2019.

_____.; *et al.* **Afro-descendants in Latin America: toward a framework of inclusion.** Washington, D.C.: World Bank Group., 2018. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/316161533724728187/Afro-descendants-in-Latin-America-toward-a-framework-of-inclusion>>. Acesso em: 03 dez 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva:** um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. São Paulo: Editora Cortez, 1984.

GAMBA, Susana. Feminismo: historia y corrientes. In: _____.; DIZ, Tania. **Diccionario de estudios de género y feminismos.** Buenos Aires: BIBLOS, 2008.

GARGALLO, Francesca. **Ideas Feministas Latinoamericanas.** Segunda edición revisada y aumentada. Ciudad del Mexico, 2006. Disponível em: <<https://francescagargallo.wordpress.com/ensayos/librosdefg/ideas-feministas-latinoamericanas-2a-ed-aumentada-y-corregida-2006/>>. Acesso em: 02 fev 2019.

_____. **Feminismos desde Abya Yala.** Ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América. Editorial Corte y Confección, Ciudad de México, 2014. Disponível em: <<http://francescagargallo.wordpress.com/>>. Acesso em: 02 fev 2019.

GIDEON, Jasmine. Accessing economic and social rights under neoliberalism: gender and rights in Chile, **Third World Quarterly**, v. 27, n. 7, p. 1269-1283, 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/01436590600933503>>. Acesso em: 02 nov 2019.

GIFFIN, Karen. Estudo de gênero e saúde coletiva: teoria e prática. **Saúde em debate**, n. 46. 1995.

_____. Pobreza, desigualdade e equidade em saúde: considerações a partir de uma perspectiva de gênero transversal. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 18 (Suplem.), 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1992.

_____. ¿Cuándo fue lo postcolonial? In: MEZZADRA, Sandro *et al.* **Estudios postcoloniales.** Ensayos fundamentales. Traficantes de sueños, Madri: 2008.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.5, p.7-41., 1995. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>>. Acesso em: 05 Jul 2019.

_____. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 22, p. 201-246, Junho de 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332004000100009&lng=en>

&nrm=iso>. Acesso em: 08 Jul 2019.

HARDING, Sandra. Existe un método feminista? In: BARTRA, Eli (comp.). **Debates en torno a una metodología feminista**. Madrid: Ediciones Morata, 2002.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. “Estudos de gênero no Brasil”, in: MICELI, Sérgio (org.) **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**, ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221.

HICKEL, Jason. The ‘girl effect’: liberalism, empowerment and the contradictions of development. **Third World Quarterly**, v. 35, n. 8, p. 1355-1373. 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/01436597.2014.946250>>. Acesso em: 21/12/2019.

IASI, Mauro Luis. Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora. In: SALVADOR, Evilasio Silva *et al.* **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

LAVINAS, Lena. Os desafios da financeirização para os sistemas de proteção social. In.: RODRIGUES, Paulo Henrique de Almeida; SANTOS, Isabela Soares. (Organizadores). **Políticas e riscos sociais no Brasil e na Europa: convergências e divergências**. 2. ed., rev., ampl. Rio de Janeiro: Cebes; São Paulo: Hucitec Editora, 2017.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. In: _____. (org). **Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: 2005.

LEÓN, Magdalena de. El empoderamiento em la teoria y práctica del feminismo. In: _____. (comp.). **Poder y Empoderamiento de las Mujeres**. Bogotá, Coedición del Tercer Mundo Editores, Fondo de Documentación Mujer Y Genero de la Universidad Nacional de Colombia, 1997.

LÖWY, Ilana. Ciências e gênero. In: HIRATA, Helena *et al.*, **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo, Editora da Unesp, pp. 40-44, 2009.

LUGONES, María. Colonialidad y género: Hacia un feminismo descolonial, in: MIGNOLO, Walter (comp.): **Género y Descolonialidad**, Ediciones del Signo Buenos Aires, p. 13-25. 2008.

_____. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**. Artigo originalmente publicado na revista Hypatia, v. 25, n. 4, 2014.

MACÊDO, Lília Maria Silva. Feminismos latinoamericanos: um cruzamento de identidades ampliando os horizontes de luta. **REALIS**, v.7, n. 02, Jul-Dez. 2017a. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/realis/article/view/15186/pdf>> Acesso em: 06 jun 2019.

_____. O grito de independência das mulheres latinoamericanas. Dossiê especial "Clássicas". **Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, v.6, n.11, 2017b.

MALDONADO TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In.: CASTRO-GOMEZ, Santiago y GROSGOUEL, Ramón. **El giro**

decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

MARIANO, Silvana Aparecida. **Feminismo, Estado e proteção social: a cidadania das mulheres pobres.** Campinas, SP, 2008 [Tese de doutorado].

MASSON, Sabine. Sexo/género, clase, raza: feminismo descolonial frente a la globalización. Reflexiones inspiradas a partir de la lucha de las mujeres indígenas en Chiapas. **Andamios**, v. 8, n. 17, set-dez, 2011, pp. 145-177.

MATEO DÍAZ, Mercedes; RODRIGUEZ-CHAMUSSY, Lourdes. **Cashing in on Education: Women, Childcare, and Prosperity in Latin America and the Caribbean.** Latin American Development Forum. Washington, DC: World Bank and Inter-American Development Bank, 2016. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/25082>>. Acesso em: 07 out 2019.

MENDOZA, Breny. Transnational feminisms in question. **Feminism Theory**. vol. 3(3): 295–314. California State University, 2002. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/146470002762492015>. Acesso em: 02 de jan de 2019.

_____. **Hacia una nueva teoría feminista latinoamericana (a partir del golpe de estado en Honduras).** 2009. Disponível em: <<http://hondurasenlucha.blogspot.com/2009/11/hacia-una-nueva-teoria-feminista.html>>. Acesso em: 21 dez 2019.

_____. La epistemología del sur, la colonialidad del género y el feminismo latinoamericano. In: ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderlys. **Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano.** Buenos Aires: En la Frontera, 2010.

MEZZADRA, Sandro. Introdução. In: _____. *et al.* **Estudios postcoloniales.** Ensayos fundamentales. Traficantes de sueños, Madri: 2008.

MIES, Maria. “Gender’ and global capitalism”. In SKLAIR, Leslie (ed.). **Capitalism and Development.** London e New York, Routledge, 1994.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. Por uma razão decolonial: Desafios ético-político-epistemológicos a cosmovisão moderna. **Civitas**, Porto Alegre v. 14 n. 1 p. 66-80, jan.-abr. 2014.

MIGNOLO, Walter. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto. In: CASTRO-GOMEZ, Santiago y GROSGOUEL, Ramón. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global.** Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

_____. **Desafios decoloniais hoje.** Epistemologias do sul, Foz do Iguaçu/PR, 1 (1), PP. 12-32, 2017.

_____. **La idea de America Latina - La herida colonial y la opcion decolonial.** Trad. Silvia Jawerbaum e Julieta Barba. Gedisa, S.A, Barcelona, Espanha.2007.

_____. ;WALSH, Catherine E. **On decoloniality: concepts, analytics, praxis.** Duke University. United States of America, 2018

MIGUEL, Luis Felipe. O Feminismo e a política. In.: BIROLI, Flávia e _____. **Feminismo e Política: uma introdução.** São Paulo: Boitempo, 2014.

MOHANTY, Chandra Talpade. Bajo los ojos de Occidente: feminismos académicos y discursos coloniales. In: NAVAZ, Liliana; CASTILLO, Rosalva (Eds.). **Descolonizando el feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes**, 2008a. Disponível em: <<http://webs.uvigo.es/pmayobre/textos/varios/descolonizando.pdf>>; Acesso em: 12 jan 2018.

_____. De vuelta a *Bajo los ojos de Occidente*: La solidaridad feminista a través de las luchas anticapitalistas. In: NAVAZ, Liliana; CASTILLO, Rosalva (Eds.). **Descolonizando el feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes**, 2008b. Disponível em: <<http://webs.uvigo.es/pmayobre/textos/varios/descolonizando.pdf>>. Acesso em: 12 jan 2018.

MOSER, Caroline. **Gender Planning and Development: theory, practice & training.** London: Routledge, 1989.

_____.; MOSER, Annalise. Gender mainstreaming since Beijing: a review of success and limitations in international institutions. In: Porter, Fenella and Sweetman, Caroline (eds). **Mainstreaming Gender in Development.** A Critical Review. Oxfam GB, 2005.

MUELLER, Adelle. **In and Against Development. Feminists Confront Development on Its Own Ground.** Working Paper, Michigan State University, 1991.

MURPHY, Josette L. **Gender Issues in World Bank Lending.** A World Bank operations evaluation study (OED). World Bank, Washington, D.C. 1995. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/510081468766799092/Gender-issues-in-World-Bank-lending>>. Acesso em: 03 set 2019.

NANES, Giselle; QUADROS, Marion Teodósio de; ZARIAS, Alexandre. WID, WAD e GAD: Uma introdução ao debate sobre mulheres, gênero e desenvolvimento. In: Santos, Dayse Amâncio dos. Cardoso Maria Grazia Cribari; Scott Parry. **Feminismo, diferenças e desigualdades nas políticas públicas e desenvolvimento: algumas leituras fundamentais.** Recife: Editora UFPE, 2017. p. P. 17 a 45.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Momento de ação global para as pessoas e o planeta.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/>>. Acesso em: 02 dez 2019.

PAULANI, Leda Maria. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: **Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo** Organizadores: Júlio César França Lima, Lúcia Maria Wanderley Neves, 02ª reimpressão, 2008. EPSJV, FIOCRUZ.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **Conhecimento, poder e indução política: o Banco Mundial como ator intelectual.** Caminhos para o desenvolvimento. 2017. Disponível em:

<<http://plataformapoliticasocial.com.br/conhecimento-poder-e-inducao-politica-o-banco-mundial-como-ator-intelectual/>>. Acesso em: 15/06/2018.

_____. Banco Mundial, reforma dos Estados e ajuste das políticas sociais na América Latina. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 7, p. 2187-2196, jul. 2018a. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232018000702187&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 maio 2019.

_____. Dimensões da história do Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, 2018b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X2018000200301&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 jun 2019.

_____. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)** – Tese de doutorado – UFF, 2009.

_____. Banco Mundial - concepção, criação e primeiros anos (1942-60). **Varia hist.**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 391-419, jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752012000100018&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 jan 2019.

_____.; PRONKO, Marcela. Introdução. In: _____.; _____. **A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013)**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2015.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, Junho 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782010000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 abril 2019.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter - Prefácio. In: LANDER, Edgardo (org). **Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.

PRONKO, Marcela. O Banco Mundial no campo internacional da educação. In: PEREIRA, João Márcio Mendes; _____. (orgs.) **A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013)**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2015.

_____. Modelar o comportamento: novas estratégias do Banco Mundial para a educação na periferia do capitalismo. RTPS – **Rev. Trabalho, Política e Sociedade**, Vol. IV, nº 06, p. 167-180, Jan-Jun./2019. Disponível em: <<http://costalima.ufrj.br/index.php/RTPS/article/view/248/588>>. Acesso em: 05 de jan. 2020.

PRÜGL, Elisabeth. Neoliberalism with a Feminist Face: Crafting a new Hegemony at the World Bank. **Feminist Economics**, pp. 2-24, 2016. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/citedby/10.1080/13545701.2016.1198043?scroll=top&needAccess=true>>. Acesso em: 15 dez 2019.

PSACHAROPOULOS, George; TZANNATOS, Zafiris Tzannatos. **Latin American**

Women's Earnings and Participation in the Labor Force. Policy, Research working papers; n. WPS 856. Human resources. Washington, DC: World Bank. 1992. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/922091468752960366/Latin-American-womens-earnings-and-participation-in-the-labor-force>>. Acesso em: 02 jul 2019.

_____.; PATRINOS, Harry Anthony. **Indigenous people and poverty in Latin America: an empirical analysis.** Washington, D.C., The World Bank., 1994. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/541051468757195444/Indigenous-people-and-poverty-in-Latin-America-an-empirical-analysis>>. Acesso em: 12 dez 2019.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade e Modernidade-racionalidade.** Perú Indígena, 13(29): 11-20, 1992. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/36091067/Anibal-Quijano-Colonialidade-e-Modernidade-Racionalidade>>. Acesso em: 02 mar 2019.

_____. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas.** Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: 2005.

_____. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GOMEZ, Santiago y GROSFOGUEL, Ramón. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global.** Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

_____. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SOUSA SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul.** 2009.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria e GROSSI, Miriam Pilar (Org.). **Masculino, feminino, plural.** Florianópolis: Editora Mulheres, 2000.

RAZAVI, Shahra. World Development Report 2012: Gender Equality and Development : Na Opportunity Both Welcome and Missed (An extended commentary). **United Nations Research Institute for Social Development,** 2011.

_____.; MILLER, Carol. From WID to GAD: Conceptual Shifts in the Women and Development Discourse. **Occasional Paper,** 1, pp. 1-57, 1995.

RED DE FEMINISMOS DESCOLONIALES. Descolonizando nuestros feminismos, abriendo la mirada. Presentación de la red de feminismos descoloniales. In: MIÑOSO, Yuderlys Espinosa; CORREAL, Diana Gómez; MUÑOZ, Karina Ochoa (edits). **Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala.** Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres. Notas sobre a “Economia Política” do sexo.** Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: SOS Corpo, 1993.

SAAVEDRA, Judith Muñoz. Una nueva ola de feminista... más allá de #MeToo. Irrupción, legado y desafíos. In: Rivera-Vargas, P.; Saavedra, J. Muñoz; Morales Olivares J. e

Butendieck-Hijerra, S. (Ed.). **Políticas Públicas para la Equidad vol II**. Santiago de Chile: Colección Políticas Públicas, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando Gênero e Classe Social. In: Costa, A. de O. & Bruschini, C. (org.). **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos / São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

_____. Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 11, out. 2000.

SARDENBERG, Cecilia. **Conceituando “empoderamento” na perspectiva feminista**. Transcrição revisada da comunicação oral apresentada ao I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO. NEIM/UFBA. Salvador, Bahia, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>. Acesso em: 4 abril 2020.

_____. Liberal vs Liberating Empowerment: Conceptualising Empowerment from a Latin American Feminist Perspective. **IDS Bulletin** 39 (6), 2008, pp.18-27.

_____. Negociando gênero em desenvolvimento: os feminismos brasileiros em destaque. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 52, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332018000100201&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 08 abr 2019.

SCAVONE, Lucila. **Estudos de gênero e feministas: um campo científico?** XXXI Encontro Anual da ANPOCS, 2007. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/31-encontro-anual-da-anpocs/st-7/st18-5/2952-lucilascavone-estudos/file>. Acesso em: 02 maio 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: **Uma categoria útil para a análise histórica**. Trad. Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. 1989. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf Acesso em: 15 jul 2018.

SEN, Amartya. O desenvolvimento como expansão de capacidades. **Lua Nova**, São Paulo, n. 28-29, p. 313-334, abr. 1993. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000100016&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 08 jan. 2020.

SHOHAT, Ella. Notas sobre lo «postcolonial. In: MEZZADRA, Sandro *et al.* **Estudios postcoloniales**. Ensayos fundamentales. Traficantes de sueños, Madri: 2008.

SILVA, Mariana Dionísio Cavalcante da. **A Igualdade de Gênero na agenda política do Banco Mundial: pressupostos, objetivos, contradições e limites (1995 – 2012)**. 2018. Dissertação (Mestrado). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

SIMÕES BARBOSA, Regina Helea. **Mulheres, Reprodução e AIDS: as tramas da ideologia na assistência à saúde de gestantes HIV+**. 2001. 310 fls. Tese (Doutorado em

Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Osvaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2001.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: EDUFMG, 2010 [1988].

STERNBACH, Nancy *et al.* Feministas na América Latina: de Bogota a San Bernardo. *Feministas na América Latina: Bogotá a San Bernardo. Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 2, p. 255-295, 1994. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16213>>. Acesso em: 22 nov. 2018.

VILAS, Carlos M. O Banco Mundial e a reforma do Estado na América Latina: fundamentos teóricos e prescrições políticas. In: PEREIRA, João Márcio Mendes; PRONKO, Marcela. **A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013)**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2015.

VILLELA, Wilza; MONTEIRO, Simone; VARGAS, Eliane. A incorporação de novos temas e saberes nos estudos em saúde coletiva: o caso do uso da categoria gênero. *Cienc. Saude Colet.*, v.14, n.4, p.997-1006, 2009.

WALLERSTEIN, Immanuel. Development: Lodestar or Illusion? In SKLAIR, Leslie (ed.). **Capitalism and Development**. London e New York, Routledge, 1994.

WALSH, Catherine E. Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado. **Tabula Rasa. Bogotá** - Colombia, n.9, p.131-152, jul-dez., 2008.

_____. **Interculturalidad, estado, sociedade: luchas (de)coloniales de nuestra época**. Universidad Andina Simón Bolívar, Ediciones Abya-Yala. Quito, 2009.

WILSON, Kalpana. 'Race', Gender and Neoliberalism: changing visual representations in development. **Third World Quarterly**, v. 32, n. 2, 2011, p. 315–331. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01436597.2011.560471?journalCode=ctwq20>>. Acesso em: 23 nov 2019.

WINTER, Carolyn. **Working women in Latin America: participation, pay and public policy**. Washington, DC: World Bank. 1994. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/890621468769896697/Working-women-in-Latin-America-participation-pay-and-public-policy>>. Acesso em: 12 fev 2019.

WODON, Quentin. LA BRIERE, Benedicte de. **Unrealized Potential: The High Cost of Gender Inequality in Earnings**. Washington D.C.: The World Bank, 2018. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/topic/gender/publication/unrealized-potential-the-high-cost-of-gender-inequality-in-earnings>>. Acesso em 05 jul 2019.

ZABALA, Idoe Errazti. **La perspectiva de género en los análisis y en las políticas del Banco Mundial: su evolución y sus limites**, 2005, 473 f. Tese (doutorado em Economia Aplicada) Faculdade de Ciências Econômicas e Empresariais: Universidade do País Basco, Bilbao, 2005.

_____. **El Banco Mundial y su influencia en las mujeres y en las relaciones de**

género. Cuadernos de Trabajo de Hegoa, Número 41, Bilbao, 2006. Disponível em: <<http://publicaciones.hegoa.ehu.es/eu/publications/155>>. Acesso em 04 set 2018.

_____. e HERRERO, María José Martínez. **Una visión de género de la agenda de desarrollo y de la eficacia de la ayuda.** Comunicação. 2011. Disponível em: <<http://xivrem.ujaen.es/wp-content/uploads/2011/11/52-R-030M514.pdf>>. Acesso em: 03 de jul 2019.